Faculdade de Arquitetura
Universidade do Porto

Da Memória à Construção do Presente

Projeto para uma Casa Refúgio em Contexto Rural

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto por:
António João Sampaio Araújo

Orientador
Prof. Dr. Joaquim Lopes Teixeira

FAUP
2019

Nota à edição

Na presente dissertação, por decisão do autor, as citações transcritas em português referentes a edições de língua não portuguesa foram sujeitas a uma tradução pessoal.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Joaquim Lopes Teixeira, pela sua confiança e total disponibilidade, por abraçar comigo este tema de dissertação, pela sua orientação rigorosa,

Aos meus pais Elvira e Alberto, pelo incondicional apoio e compreensão nas piores alturas ao longo de todo o trajeto do percurso académico que aqui finda,

Ao meu irmão Luís, pela valiosa ajuda na montagem deste trabalho e muitas outras coisas que se aqui enumerasse não traduziriam todo o seu apoio,

Ao Dr. Carlos Mário e familia Sá Martins pela primeira oportunidade de trabalho sob a qual este trabalho se debruçou,

Aos amigos de longa data João, Paulo, Luz e Casais pelos melhores momentos,

Por fim, como não podia deixar de ser, aos colegas que mais me acompanharam nesta reta final, Pedro Costa, Maria Inês, André Vilela e Miguel Martins,

... Muito Obrigado

RESUMO

O trabalho desenvolvido no âmbito desta dissertação de mestrado, consistiu na elaboração de um projeto de reabilitação de uma pequena casa de lavoura, inserida num espaço temporal correspondente aos finais do século XIX.

O projeto procurou consubstanciar uma resposta que se pretendia válida e congruente. Para o efeito, efetivou-se à priori um estudo de base analítica e interpretativa centrado sobre a região, no imóvel preexistente, e nas demais condicionantes que poderiam ser relevantes para a definição da metodologia de intervenção. De igual modo, o trabalho procura refletir e explorar em simultâneo a investigação e a análise teórica da génese das manifestações de cariz popular na qual o objeto de estudo se enquadra.

O processo de trabalho procura refletir sobre uma narrativa e um conjunto de hipóteses que estabeleçam uma simbiose equilibrada entre as caraterísticas singulares que enformam o imaginário e memória da casa, as novas exigências programáticas e padrões de conforto que um edifício desta natureza atualmente demanda.

Em suma, o trabalho aqui desenvolvido tem como ponto essencial, conferir e adaptar um edifício deslocado no tempo, reflexo de caraterísticas e modos de habitar muito próprios, às novas necessidades do habitar contemporâneo, devolvendo-lhe concomitantemente uma vida renovada.

Palavras - Chave: Arquitetura Popular; Vernáculo; Casa de lavoura; Reabilitação.

ABSTRACT

The present work developed within the framework of this master thesis consists in a project that aims to rehabilitate a small rural house inserted in a time and space corresponding to the ends of the 19th century.

The project seeks to build a valid and congruent response to a study, advocated a priori, based on an analytical and interpretative basis centered on the region, the house, but also, subsequently, on new constraints that also based the definition of the intervention methodology adopted. In the same way the work seeks to reflect, and simultaneously explore, a brief theoretical investigation and analysis carried out on the genesis of these popular manifestations, under which the object of study fits.

The work process seeks to reflect on a narrative, a set of hypotheses that can best constitute the balanced symbiosis between a set of singular characteristics that shape the imaginary and the memory of the house, necessarily reconciling them with the new program and standards of comfort that a building of this nature currently demands.

In short, it is therefore the essential point of the work to confer and adapt a building displaced in time, reflecting characteristics and ways of inhabiting its own, to the new needs of the contemporary dwelling, giving it a renewed life.

Keywords: Popular Architecture; Vernacular; Rural Housing; Refurbisment.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS III

RESUMO V

ABSTRACT VII

NOTA INTRODUTÓRIA XI

1| VILA DO CONDE 2

1.1| O Concelho 2
1.1.1. Enquadramento 2
1.1.2. Relevo 6
1.1.3. Geologia 10
1.1.4. Clima 14

1.2| Território(s) em Transformação 16
1.2.1. Origem e Evolução do Concelho 16
1.2.2. Touguinhó 20
1.2.3. Mutações do Espaço Rural 24

1.3| Modos de Habitar 32
1.3.1. Sobre a Arquitetura de Génese Popular 32
1.3.2. Arquitetura de Granito 40
1.3.3. Metamorfose da Casa Popular 44

2| A CASA 52

2.1| Enquadramento do Objeto 52
2.1.1. Inserção no Território 54
2.1.2. A Casa no Contexto da Arquitetura Popular da Região 58

2.2| Registos e Estado Atual 74
2.2.1. Anamnese- História da Casa 74
2.2.2. Levantamento Geométrico 78
2.2.3. Descrição do Sistema Construtivo 84
2.2.4. Definição do Estado de Conservação e Identificação das Anomalias Existentes 105

3| PROCURA DE UM GESTO **120**

3.1| Condicionantes de Intervenção **120**
3.1.1. O Cliente 120
3.1.2. O Programa Proposto 121
3.1.3. Legislação 122

3.2| Reflexão e Evolução de Proposta 132
3.3.1. Procura dos Espaços da Casa| 1º Fase 136
3.3.2. Relação Total dos Espaços| 2º Fase 140
3.3.3. Estabelecimento de uma Base | 3º Fase 144

4| SOLUÇÃO FINAL DE INTERVENÇÃO **150**

4.1| Proposta 152
4.1.1. Organização Funcional 156
4.1.2. Sistema Construtivo 160

5| CONSIDERAÇÕES FINAIS **192**

6| BIBLIOGRAFIA **194**

7| CRÉDITOS DE IMAGEM **197**

ANEXOS **200**

NOTA INTRODUTÓRIA

Esta dissertação tem, como ponto de partida, uma reflexão crítica centrada numa antiga casa com funções agrícolas, situada no lugar da Espinheira, Touguinhó, freguesia de Vila do Conde. A casa integra e completa a frente de um pequeno e antigo conjunto de outros edifícios habitacionais, igualmente construídos na primeira metade do século XX, atualmente devolutos, num estado de degradação notório e progressivo, em alguns pontos atingindo a ruína.

Apesar do processo metamórfico evidenciado ao longo do tempo neste lugar, a casa e o antigo conjunto remetem para o que em tempos foi ou terá sido este lugar. Projeta-nos para um imaginário esquecido nos quais a perceção, dinâmicas, modos de habitar e construir derivavam de costumes/hábitos de vida bastante particulares, intrinsecamente relacionados com um povo resignado a uma prática agrícola de subsistência, subtraído da componente cultural e de uma consciência coletiva, num país votado a si próprio por desígnio político.

A circunstância objetual exposta, não antes trabalhada nos exercícios curriculares de projeto, desde logo suscitou a problemática de intervenção em edificações antigas e o modo de a compatibilizar com metodologias de conceção e preceitos aliados ao tempo e memória. Procurou-se assim que o espaço de reflexão fosse capaz de fecundar uma base de investigação dos métodos que apoiam a elaboração de um projeto desta natureza nas suas exigências e necessidades.

A antiga edificação corresponde a um típico exemplo de habitação rural, um antigo modelo de casa de lavoura da região noroeste do país. Possui aproximadamente 8 metros de largura, mas uma profundidade bastante generosa, de cerca de 55 metros. Apresenta-se por duas frentes únicas, em forte relação com um meio envolvente natural e característico, uma tranquila paisagem verdejante de reservas agrícolas e ecológicas nacionais, rematada no horizonte pelo rio Ave.

Pretendeu-se desenvolver um projeto de intervenção nesta edificação, visando a sua adaptação e reconversão programática para uma habitação unifamiliar renovada que satisfaça padrões e necessidades adequadas e atuais de uso, conforto e salubridade. O trabalho constante desta dissertação, descreve o modo como se procurou corresponder a essa intenção, tanto quanto o possível mimetizando uma abordagem em contexto profissional. Por conseguinte, descrevem-se os principais aspetos que permitem conhecer e caracterizar a edificação existente a intervir, assim como do contexto em se insere. Para esse efeito, considerou-se relevante concentrar esforços na recolha de informação que proporcionasse uma análise precisa e consequente reflexão, assim como convocar e averiguar de exemplos relativos a outras atitudes projetuais que se enquadrassem no mesmo tipo de intervenção. No final, procurou-se um encadeamento que constituísse uma base sólida de um processo intelectual que correspondesse às premissas do desafio, consubstanciada numa arquitetura coerente e adaptada à circunstância em que se insere.

O exercício de intervenção sobre um edifício preexistente é enformado por um conjunto particular de questões que, como em outros casos, determinam a adoção de uma abordagem e desenvolvimento específicos. Tal decorre de se tornar indispensável a realização de um reconhecimento que justifique e releve o trajeto temporal do edificado, não descurando o seu contexto (o lugar), até aos modos de construir que naturalmente delimitam a intervenção.

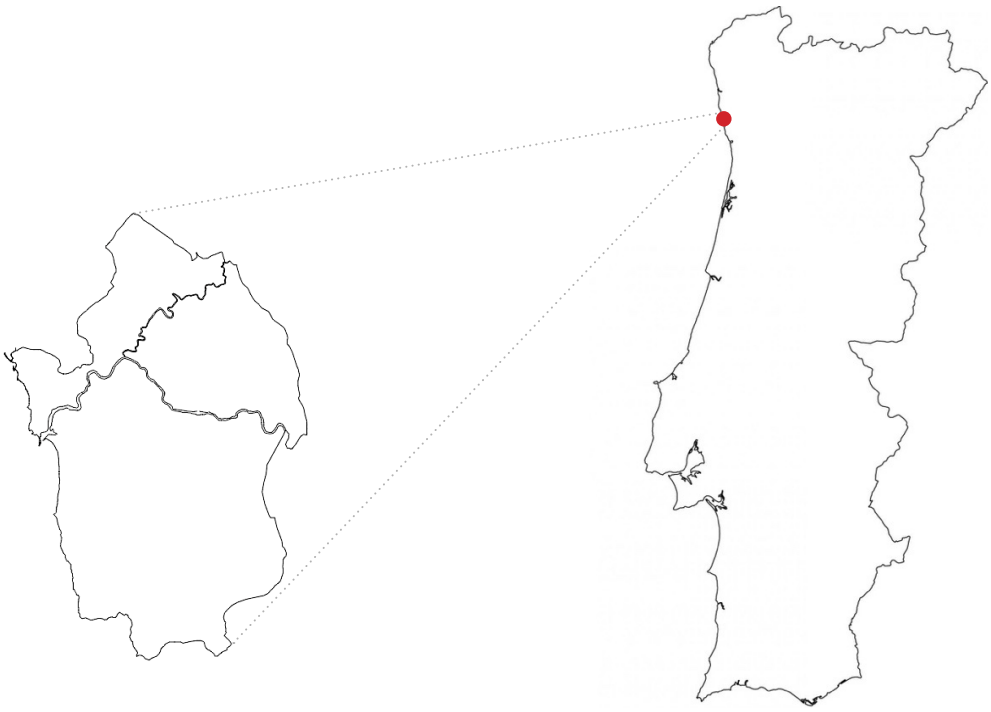
Procurando que o conteúdo da Dissertação, neste contexto, formalize uma solução tão adequada quanto o possível, adotou-se um desenvolvimento em complementaridade de dois planos para a sua materialização. Num, de matriz teórica, propõe-se um estudo bibliográfico factual e atualizado quanto a princípios e atitudes, com base em referências projetuais seguidas em intervenções de natureza similar quanto ao objetivo e dados de reconhecimento. Este proporcionou um exercício refletido e sólido, que ajudou a sustentar as diferentes opções tomadas nas diversas vertentes que a intervenção pode tomar. Outra de cariz mais pratico, concretiza, de modo justificado, a intervenção propriamente dita.

Em termos estruturais a Dissertação compõe-se de duas secções, cada uma subdividida em dois momentos. Numa primeira parte, a dissertação envereda por um campo de investigação teórico. É essencialmente constituída por uma vertente critico – reflexiva que vai surgindo paralelamente ao processo de reconhecimento dos dados, componentes e condições do contexto que se vai intervir. Aqui reúne-se a informação que se considera mais importante, desde uma escala abrangente do lugar até outra mais fina, relativa ao construído, para criar uma base consolidada para ação posterior. Este primeiro momento, inicia-se com as questões do lugar. Estudam- se os modos de assentamento da aldeia em questão, procedendo-se à leitura analítica da sua evolução socio - demográfica no contexto de Vila do Conde. Sob escrutínio das diversas dimensões que caracterizam e compõem o território onde o objeto se insere, tal propicia um campo analítico de enquadramento e contextualização.

Num segundo momento, limita-se e foca-se o campo de análise ao objeto de estudo construído e a relação com a sua respetiva envolvente. Considera-se aqui igualmente relevante o apoio bibliográfico, que objetive os elementos indispensáveis ou necessários à sua caracterização. Consideram-se desde a recolha de elementos na Câmara e Arquivo Municipal até aos registos consequentes de levantamentos específicos in loco, fotográficos, geométricos e construtivos.

A segunda parte, subdivide-se, à semelhança da primeira, em dois momentos. Decorrente da investigação prévia, tornou-se possível perpetuar um espaço reflexivo, com uma nova abordagem de investigação prática, de raiz mais relacionada ao ofício do arquiteto. Procurou-se introduzir um novo agente – o cliente, o programa proposto e a respetiva análise, fazendo uma breve reflexão sobre a sua condição enquanto interveniente e condicionante durante o processo criativo. Adota-se uma postura narrativa de acompanhamento e exposição das fases mais significativas ocorridas durante o processo de elaboração do projeto.

Nesta fase narrativa pretendeu-se igualmente convocar algumas referências cujas metodologias de intervenção reportadas se constituam como um auxiliar intelectual ao processo e delineamento de uma atitude para uma estratégia de intervenção. No segundo e último momento desta dissertação, apresenta-se o culminar e consequente síntese de todo o percurso. Pretende-se demonstrar o resultado através da formalização de um projeto final, no qual serão ilustrados os elementos gráficos necessários para a sua leitura e compreensão, assim como respetiva descrição e caracterização das dimensões e opções tomadas.



1



2

Figura 1. Localização de Vila do conde no território nacional
Figura 2. Zona ribeira da cidade e sua relação com o rio Ave

1| VILA DO CONDE

1.1 | O Concelho

1.1.1. Enquadramento

Inserido numa zona "*(...) tão tentadora como difícil, densamente povoada e abrangendo terras que vão desde o litoral ao acidentado interior, e do Minho ao Mondego; zona rica em história, onde a dimensão tempo significa e explica muita coisa, agitada ao longo dos séculos por choques de homens e culturas, povoada aqui por uma pequena aldeia de montanha, ali pela grande cidade, variada na sua economia, que oscila entre a agricultura de exploração quase primitiva e a mais moderna indústria(...)*"[1]

De acordo com o levantamento sobre arquitetura de génese popular ao longo do território Português, realizado pelo sindicato dos arquitetos nos anos 50, Vila do Conde faz parte do território definido como zona 1, que compreende a antiga província do Entre-Douro-e- Minho. Situa-se no noroeste da meseta ibérica que enforma o Douro Litoral e compreende uma aglomeração administrativa de aproximadamente 149.03 km^2 na qual residem cerca de 79 533 habitantes.[2] [Fig.1 e Fig. 2]

A norte, Vila do Conde confronta o concelho da Póvoa de Varzim; a sul e sudeste o concelho de Matosinhos e concelho de Maia, respetivamente. A nascente, encontra a Trofa, Vila Nova de Famalicão (distrito de Braga) e, por conseguinte, a poente a sua fronteira Atlântica. Tem como distrito administrativo a cidade do Porto e, de modo peculiar, comunga com esta traços qualitativos geográficos conferidos pela dupla relação com frentes de água de cariz marítima e fluvial. Contudo, se o rio Douro estabelece os limites administrativos do Porto e do concelho de Vila Nova de Gaia, a circunstância de Vila do Conde é distinta pois proporciona envolvência e domínio exclusivo do território sobre o rio Ave: as "*(...) freguesias que o compõem dispõem-se ao longo das margens deste rio.*"[3] Aliás estas condições, mas também a proximidade marítima, sempre constituíram bases para estratégias e políticas de evolução urbana, traduzidas na prosperidade da cidade e no desenvolvimento de sectores de interesse industrial diversos nas demais freguesias.

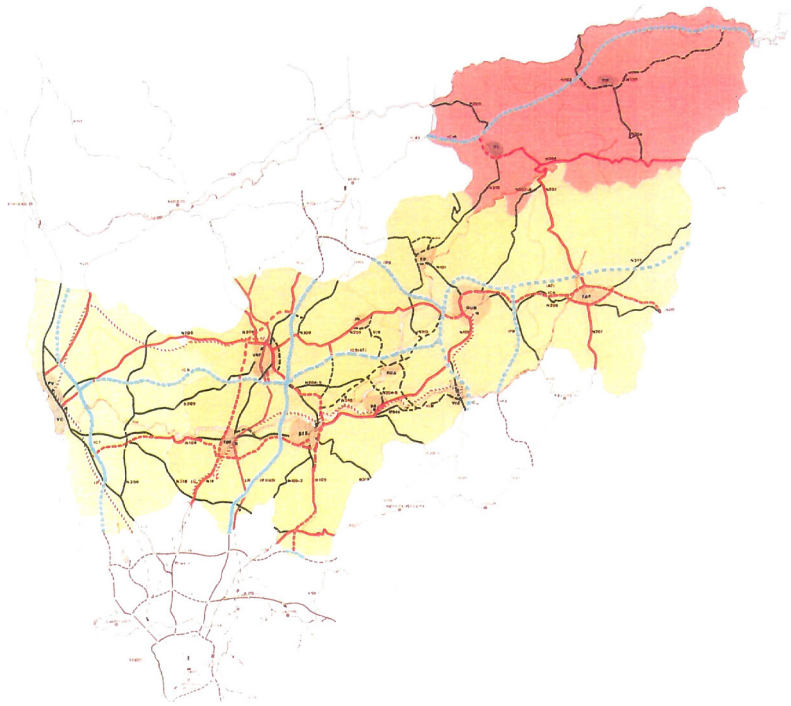
Para além das barreiras físicas naturais e administrativas expostas, é de oportuna circunstância, de igual modo, dissecar especialmente o complexo sistema das vias de infraestrutura comunicacionais que inequivocamente se estruturam no território e respetivo concelho.

---

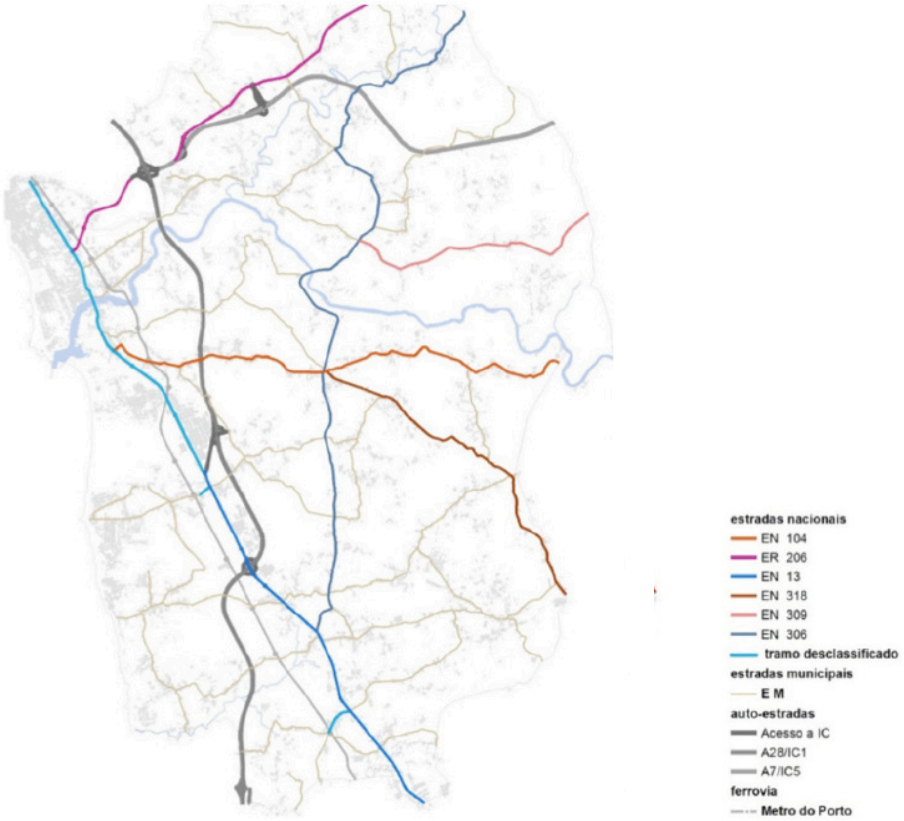
[1] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, "Arquitetura em Portugal – Zona 1", [Vol. 1], 4ª Edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, p. 4;

[2] INE, Censos 2011, [consultado a 12.08.18], disponível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid =CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao;

[3] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: Espraiada entre pinhais, rio e mar", Pub. Anégia, Paços de Ferreira, p. 12.



3



4

Figura 3. Mapa de vias do território do Vale do Ave
Figura 4. Mapa de vias do concelho Vila do Conde

Inicialmente, demarcam-se duas grandes “artérias”, que se diluem numa rede secundária de comunicações rodoviárias: as autoestradas IC1/A28 no sentido sul–norte, e a autoestrada A7 no sentido poente-nascente, com percurso ao longo do vale do Ave. [Fig. 3] A primeira, serve de ligação entre o Porto e Vilar de Mouros, embora daí prossiga para Espanha. Por sua vez, a autoestrada A7 liga a Póvoa de Varzim à cidade a Vila Nova de Famalicão. As duas cruzam-se a nascente, entre Vila do Conde e a Póvoa de Varzim, a norte do rio Ave, precisamente onde se foca a intervenção descrita neste trabalho. O seu cruzamento define igualmente a separação física entre a cidade e a união de freguesias de Touguinha e Touguinhó. [Fig. 4]

Um segundo plano, caracteriza-se por uma intricada rede de estradas nacionais, vias e caminhos municipais que retalham integralmente o concelho, mas que também permitem estabelecer a separação entre a faixa litoral, de carácter planar das restantes freguesias de morfologia mais relevada que se desenvolvem para o interior. Neste âmbito, destaca-se a Estrada Nacional 13, de grande relevância histórica, tangente à “margem” nascente da cidade, ligando o Porto a Valença e à Galiza, em Espanha. Nela vêm desembocar outras da mesma natureza, por sua vez interligados a ruas municipais e a caminhos, num sistema capilar de escala mais reduzida que, contudo, assegura a ligação entre as diferentes localidades.

Na margem Norte destaca-se um único eixo, a estrada nacional N206, de disposição transversal ao território nacional, no sentido sudoeste-nordeste. Partindo da cidade concretamente da zona de Caxinas, hierarquiza simultaneamente duas zonas contiguas da cidade com diferentes estratos sociais e percursos históricos, e prolonga-se pelas freguesias norte do concelho em direção ao concelho de Vila Nova de Famalicão.

Na margem sul do rio Ave, destacam-se dois eixos. [Fig. 4] À semelhança da orientação da estrada nacional N206, depara-se a sul com a estrada N105, pois parte do centro de Azurara em direção a nascente. Após atravessar todo o concelho emerge no município de Santo Tirso, entretanto unindo também este à cidade da Trofa. Destaca-se adicionalmente a estrada nacional N306, pois atravessa toda a extensão do concelho no sentido sudoeste-nordeste, assegurando conexão com as cidades minhotas de Barcelos e posteriormente com Braga, a capital de distrito. Todas estas vias entrecruzam a estrada nacional N13, inicialmente referida. A partir destes eixos, conclui-se que o concelho de Vila do Conde se encontra em posição equidistante relativamente a outros municípios e pontos de referência da região do Minho e Douro Litoral. Sob uma estrutura de eixos retilíneos dentro do seu distrito, posiciona-se a uma distância de cerca de 25 km do Porto, a 33.1 km de Braga, na direção poente, e 38.3 km para sul de Viana do Castelo.

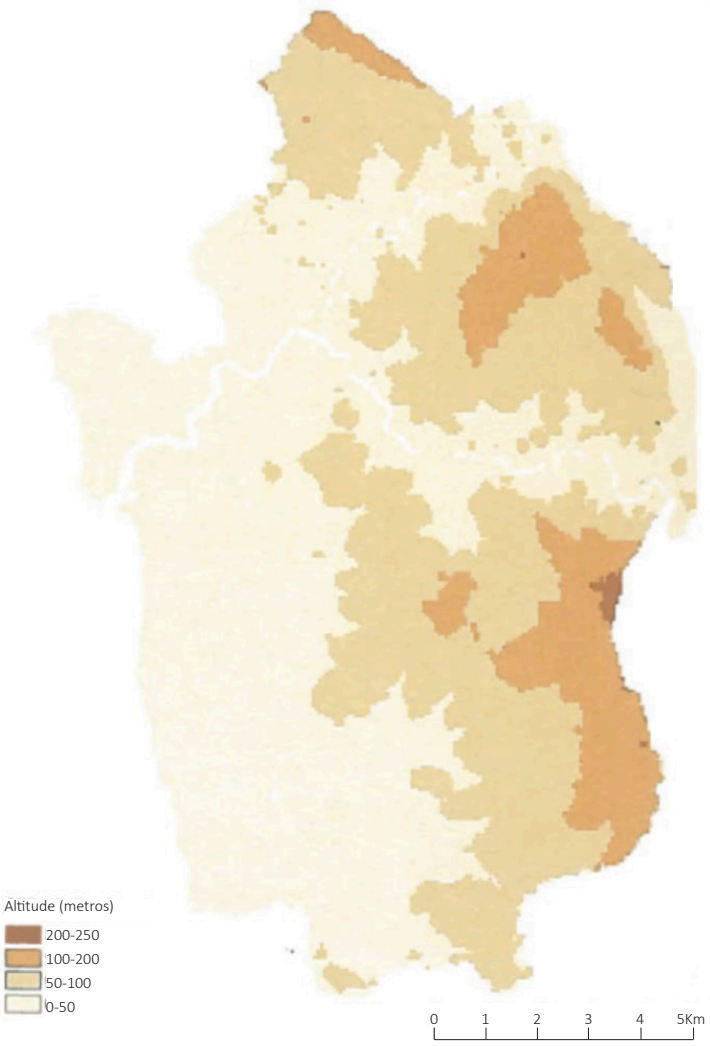


Figura 5. Carta hipsómetrica do concelho de Vila do Conde

1.1.2. Relevo

Mário Moutinho, através da análise do relevo de um dado território, refere que se podem retirar aceções importantes e clarividentes sobre os principais tipos de assentamento e de ocupação humana. No levantamento referido em 1.1, a zona 1 "*(...) destaca-se pela sua caraterização geográfica de maneira privilegiada.*"[4] Constitui-se como um espaço geográfico de grande porosidade, onde é possível deparar-se com "*(...) um grande número de afluentes menores, todos estes rios que retalham o território numa malha apertada de cursos de água de todo o tamanho, consequência da profusão de nascentes naturais.*" A permeabilidade do solo granítico, o denso revestimento vegetal e a alimentação regular das grandes precipitações atmosféricas são a causa desse fenómeno.[5] [Fig. 5]

Também na mesma zona se torna possível distinguir três faixas distintas de relevo: *"(...) A da costa ligeiramente recortada pela foz dos rios; a do interior, formada pela sucessão intricada de vales, colinas e montes que preparam a transição para a terceira faixa, constituída pelas formações rochosas das montanhas situadas mais a leste."*[6] Em suma, *"(...) Do Rio Minho ao Douro, forma-se por conseguinte um anfiteatro natural, rematado pelos sistemas graníticos das serras da Peneda, Soajo, Gerês, Cabreira e Marão, guarda avançada da meseta Ibérica."*[7]

Porque situadas junto à foz do Ave, as áreas que compõem a totalidade do parcelamento territorial de Vila do Conde caracterizam-se por variações morfológicas ténues e com pouco relevo. Na verdade, o território constitui- se e perfila-se maioritariamente pela sua planura, terras de superfície bastante planas e de terrenos bastante férteis, ora enquadrados pela faixa litoral atlântica, ora pelas várzeas dos vales que perfazem o Ave: "*O mar o Ave e um seu afluente o Este, marcam a morfologia do concelho*".[8] [Fig. 6] "*Este aconchego ao mar e ao rio, faz com que predominem as planícies aluviais e poucos sejam os pontos realmente altos e montanhosos*".[9] "*O Ave por sua vez, ao chegar à área do atual concelho, torna-se mais encaixado (...) o granito obriga-o a sinuosidades constantes, em margens agrestes até à confluência com o Este (...) que se abre em vales abertos entre a ponte de Arcos e a Várzea de Rio Mau. Aperta-se encaixado até Vilar de Matos e quando atinge Touguinhó, dá origem a uma vasta bacia sedimentada por aluviões recentes*".[10]

De resto, aponta-se este conjunto de condicionantes morfológicas como causa das principais assentamentos dispersos e desenvolvimento das paisagens tão características do Ave, formada por vales expostos e margens desafogadas, com "*(...) uma grande variedade de construções não diretamente ligadas à função de habitação, mas sim orientadas para a execução de um certo*

[4] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, "Arquitetura em Portugal – Zona 1", [Vol. 1], 4ª edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, p. 6;

[5] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), op. cit., p. 6;

[6] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), op. cit., p. 6;

[7] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), op. cit., p. 6;

[8] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: Espraiada entre pinhais, rio e mar", Pub. Anégia, Paços de Ferreira, p. 14;

[9] GOMES, Paulino (1997), op. cit., p. 12;

[10] GOMES, Paulino (1997), op. cit., p. 14.



Figura 6. Perspetiva do rio Este na proximidade do objeto de estudo

número de tarefas de produção. Tal é o caso dos espigueiros, sequeiros, eiras, moinhos, azenhas"[11] e açudes, que de forma ritmada pautam os cursos de água da região.

Deve-se assim mergulhar mais para o interior do concelho para encontrar as zonas de maior relevo. Aí, ao contrário da faixa litoral onde a altitude média raramente passa a marca dos 30 metros, fazem- se notar formações com morfologias de maior relevo, como também o denota a planta hipsométrica. Destacam-se de modo gradativo e expressivo os extremos periféricos dos concelhos vizinhos de Vila Nova de Famalicão e Trofa, onde se atingem picos altimétricos escassos, porém próximos da marca dos 200 metros. Igualmente aí contrapõem-se vales e encostas com silhueta de vertente acidentada revestidos por uma densa flora arborizada que se estende por grande parte da formação morfológica do território.

Apesar dos relevos naturais descritos, os valores apresentados na carta hipsométrica confirmam da sua natureza apenas ligeiramente acidentada. No entanto, é nestas formações que se estabelecem os limites e extremos norte e sudeste do concelho. São, à semelhança "*(...) de muitas formações minhotas, superfícies de erosão, de que resultam morfologias de aplanação mais ou menos acentuadas, nivelando na área em questão os montes de S. Félix a norte de Vila do Conde, no concelho da Póvoa de Varzim, e os montes de Marão e de S. Eufémia a sudeste, em cotas que rondam os 200 metros*".[12]

[11] MOUTINHO, Mário, GONÇALVES, Ricardo da Silva (1995) "Arquitetura Popular em Portugal", Editorial Estampa, Lisboa, p. 42;

[12] GONÇALVES, Ricardo Silva (2004), "Mutações na paisagem rural no território de Vila do Conde"; Prof. Responsável: Álvaro Domingues, FAUP, Porto, p. 8.

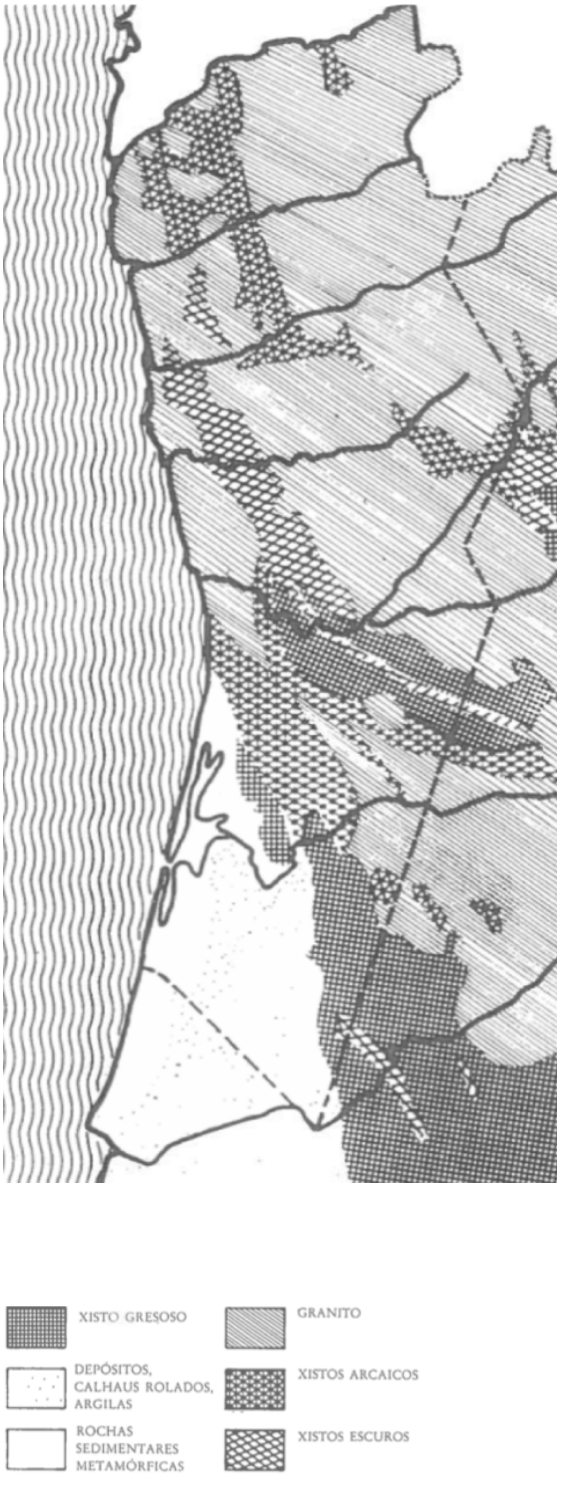


Figura 7. Mapa de caraterização do solo do noroeste português

1.1.3. Geologia

A diferentes tipos de rocha, correspondem naturalmente formas de relevo e modelados diversos, bem como tipos de arquitetura distintos. Oliveira Galhano, referindo-se às formações de carácter geológico e geomorfológico da zona Atlântica, no Noroeste português, pormenoriza as respetivas circunstâncias - "*(...) predominantemente granítica com largas manchas de xistos, de terras regadas, sempre verdejantes, com uma vegetação variada, densa e profusa, numa típica paisagem "de Bocage", a "terra castanha e verde" do poeta (...)*".[13] Tal descrição corrobora a generalidade do território que compõe o vale do Ave. Nele se denotam as "*(...) formações geológicas correspondentes aos afloramentos graníticos das montanhas do Noroeste de Portugal.*"[14] [Fig. 7] Todavia, também outros fenómenos de natureza biofísica, ocorridos numa escala temporal alargada e consistente, contribuíram para criar e sedimentar a paisagem identitária da faixa litoral do vale do Ave. "*Para compreender os fenómenos locais, torna-se pois indispensável conhecer o modo como se distribuem e doseiam estes caracteres, dados em traços largos, mas o perfil da zona ficaria incompleto se a este suporte físico não viesse juntar-se a ação do oceano vizinho, condicionante do clima, do revestimento vegetal e até de grande parte das vicissitudes dos ocupantes*".[15]

Nas características dos solos, o Atlântico tem certamente um impacto milenar, "*(...) no período pré-ordovício ou pré-câmbrico.*"[16] Observam-se depósitos de argilas finas com coloração amarelada e negra que conferem diversidade e riqueza ao solo concelhio: "*(...) onde aparecem integrados nelas, seixos formados no final da glaciação do Wurm (...).*"[17] Segundo a opinião informada dos geólogos, "*(...) para que estes depósitos tenham sido possíveis, haveria muito mais chuva, por forma a permitir uma certa mobilidade ou escorregamento encostas abaixo, das camadas superficiais do solo.*"[18]

Teria sido precisamente o processo climático de pluviosidade excessiva que determinou uma decomposição continua das formações graníticas "*(...) dando assim origem a formas topográficas bem definidas de carácter retilíneo, contribuindo deste modo para o desenvolvimento de vales amplos e dotados de grande fertilidade"*[19]*,* propícia à prática agrícola. Estes justificam os vestígios e padrões de exploração dos primeiros assentamentos humanos ao longo da rede hidrográfica, compreendendo superfícies planas e alveolares, bem como extensos solos arenosos que caracterizam a faixa litoral do concelho.

---

[13] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", Portugal de Perto-24, 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 25;

[14] GONÇALVES, Ricardo Silva (2004), "Mutações na paisagem rural no território de Vila do Conde"; Prof. Responsável: Álvaro Domingues, FAUP, Porto, p. 8;

[15] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, "Arquitetura em Portugal – Zona 1", [Vol. 1], 4ª edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, p. 7;

[16] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: espraiada entre pinhais, rio e mar", Pub. Anégia, Paços de Ferreira, p. 13;

[17] GOMES, Paulino (1997), op. cit., p. 13;

[18] GOMES, Paulino (1997), op. cit., p. 13;

[19] MOUTINHO, Mário (1995), "Arquitetura Popular em Portugal", Editorial Estampa, Lisboa, p. 42.



8



9

Figura 8. Mapas das espécies autóctones do território nacional
Figura 9. Densidade arbórea de fundo do rio Este, Touguinhó

Estas sedimentações, denominadas por aluviões, consistem em solos *"(...) profundos, ricos em húmus e em água, o que permitiu, desde tempos remotos, a prática de uma agricultura de regadio, de tipo intensivo."*[20] *"Do povoamento arborícola nativo, muito denso noutras eras, predominam o pinheiro bravo, o carvalho e o castanheiro"*[21] Aliás deste último proviria "*(...) a principal fonte de alimentação de grande parte do ano. As bolotas alimentavam os porcos"*. Às espécies dominantes referidas, juntam-se ainda os eucaliptos, assim como o "*(...) sobreiro, a azinheira, o carrasco e o pinheiro manso (...)*."[22] [Fig. 8]

Sendo a flora tão diversificada, o mato é abundante e entremeado por giestas e codessos de fetos, urzes e gramíneas autóctones que constituem o revestimento do chão onde "*(...) pastoreavam os seus gados, e elas iam pelo estrume para as "camadas" do gado ou pela simples caça. Nas zonas baixas, alagadiças, havia outro tipo de vegetação, feita de caniços e juncos*"[23] [Fig. 9]

[20] SILVA, Rosa Fernanda Moreira (1983), "Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas", Estudos contemporâneos, Centro de Estudos Humanísticos Secretária de Estado da Cultura, Porto, p. 58;

[21] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, "Arquitetura em Portugal – Zona 1", [Vol. 1], 4o edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, p. 7;

[22] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: espraiada entre pinhais, rio e mar", Pub. Anégia, Paços de Ferreira, p. 15;

[23] GOMES, Paulino (1997), op. cit., p. 15.

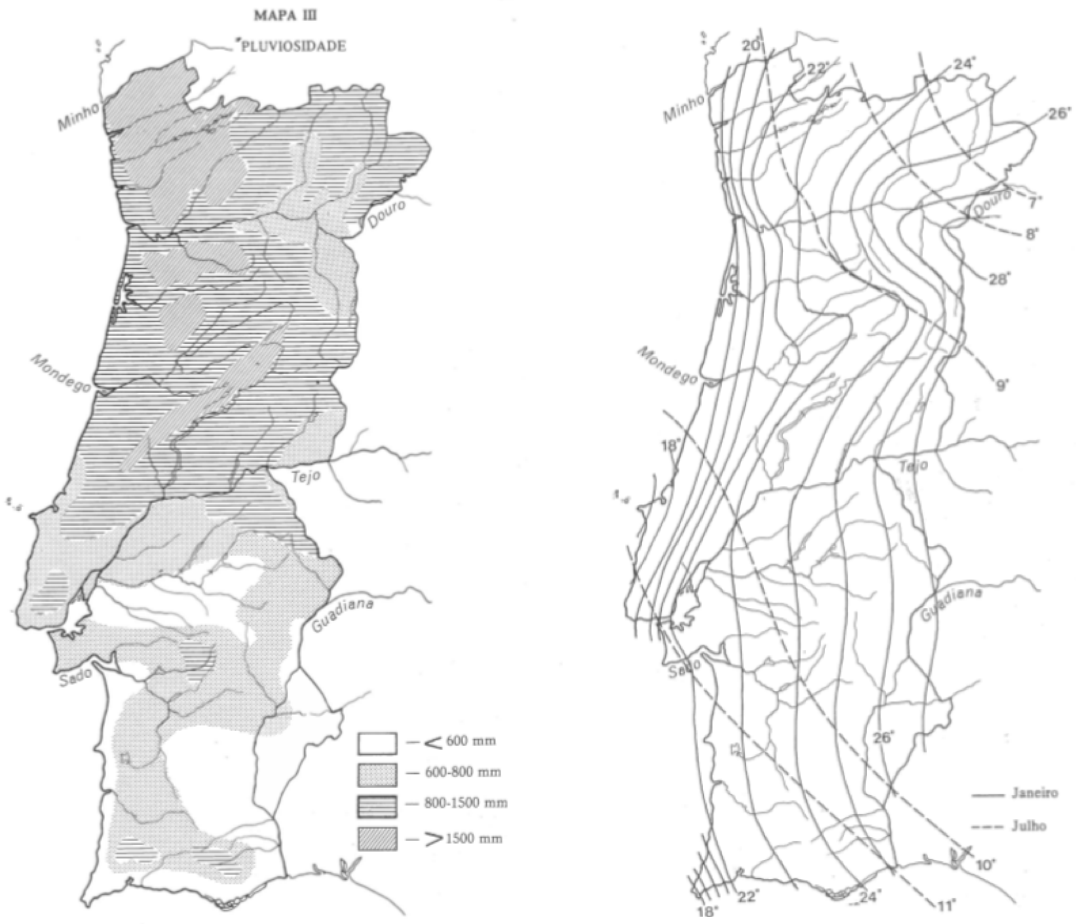


Figura 10. Carta do clima de Portugal continental

1.1.4. Clima

"*A proximidade com a massa líquida do Atlântico funciona como elemento moderador das variações climáticas, a sua presença tem gerado direta ou indiretamente, através do tempo, as ações e formas de expressão das populações.*"[24]

O clima litoral atlântico típico pode ser genericamente caracterizado como "*(...) temperado, fresco e muito pluvioso (...)*"[25], naturalmente mais agreste em pontos montanhosos ou de maior altitude, em contraste com a faixa litoral. "*De qualquer modo, a pluviosidade elevada, a humidade, a variação relativamente reduzida das temperaturas, quer durante o ano, quer durante o dia, aliadas às frequências e intensidades dos ventos dominantes, conferem um enquadramento climático benigno(...)*".[26] No concelho de Vila do Conde, são exatamente estas as características climáticas. Face à sua posição na bacia hidrográfica do rio Ave, este "*(...) localiza-se na zona temperada norte, a qual se caracteriza por verões frescos e invernos suaves na zona costeira e por clima continental com verões quentes e invernos frios no interior.*"[27] Aqui denota-se a influência Atlântica especialmente no inverno e na zona noroeste "*(...) provocando quedas pluviométricas elevadas e temperaturas suaves.*"[28] No que diz respeito às primeiras, registam-se valores na ordem dos "*(...) dos 1 000 e os 1 200 mm. Durante todo o ano, em média, 155 dias, tem precipitação e igual ou inferior a 0,1 mm/m^2. Em 107 dias, atinge intensidades iguais ou inferiores a 1,00 mm/m^2, e só em 36 dias do ano, em média, a pluviosidade é igual ou superior a 10 mm/m^2.*"[29]

Relativamente à temperatura média anual do ar regista-se, na maior parte da bacia hidrográfica do vale do Ave, uma variação entre 11 °C e os 13 °C e, na restante, valores inferiores a 11 °C. A temperatura média anual na porção litoral, onde se situa Vila do Conde, apresenta valores superiores a 16 °C e nas regiões montanhosas valores inferiores a 10 °C. Nos meses mais frios do ano, dezembro e janeiro, a variação térmica é insignificante, na ordem dos 7 a 8 °C. Já nos meses mais quentes de verão, Julho e Agosto, apesar de nos últimos anos se ter registado um aumento substancial das temperaturas nesta estação, observam-se valores na ordem dos 20 °C. [Fig. 10] Dada a proximidade com o oceano, verifica-se um efeito amenizador com origem em *"(...) brisas marítimas que suavizam a temperatura e conferem alguma humidade à atmosfera"*[30], certamente justificando as frequentes geadas e nevoeiros. As características "nortadas" costeiras, constantes ao longo do ano, conferem uma sensação agradável e refrescante no verão, embora desconfortável no inverno.

---

[24] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, "Arquitetura em Portugal – Zona 1", [Vol. 1], 4o Edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, p.7;

[25] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", (Portugal de Perto- 24), 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 25;

[26] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), op. cit., p. 7;

[27] PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1986), "Caracterização geral da Bacia Hidrográfica do Ave: metodologias para avaliação de políticas de recursos hídricos, Lisboa, p. 29;

[28] PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, LNEC (1986), op. cit., p. 29;

[29] GOMES, Paulino (1997), op. cit., p. 13;

[30] PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, LNEC (1986), op. cit., p. 30.

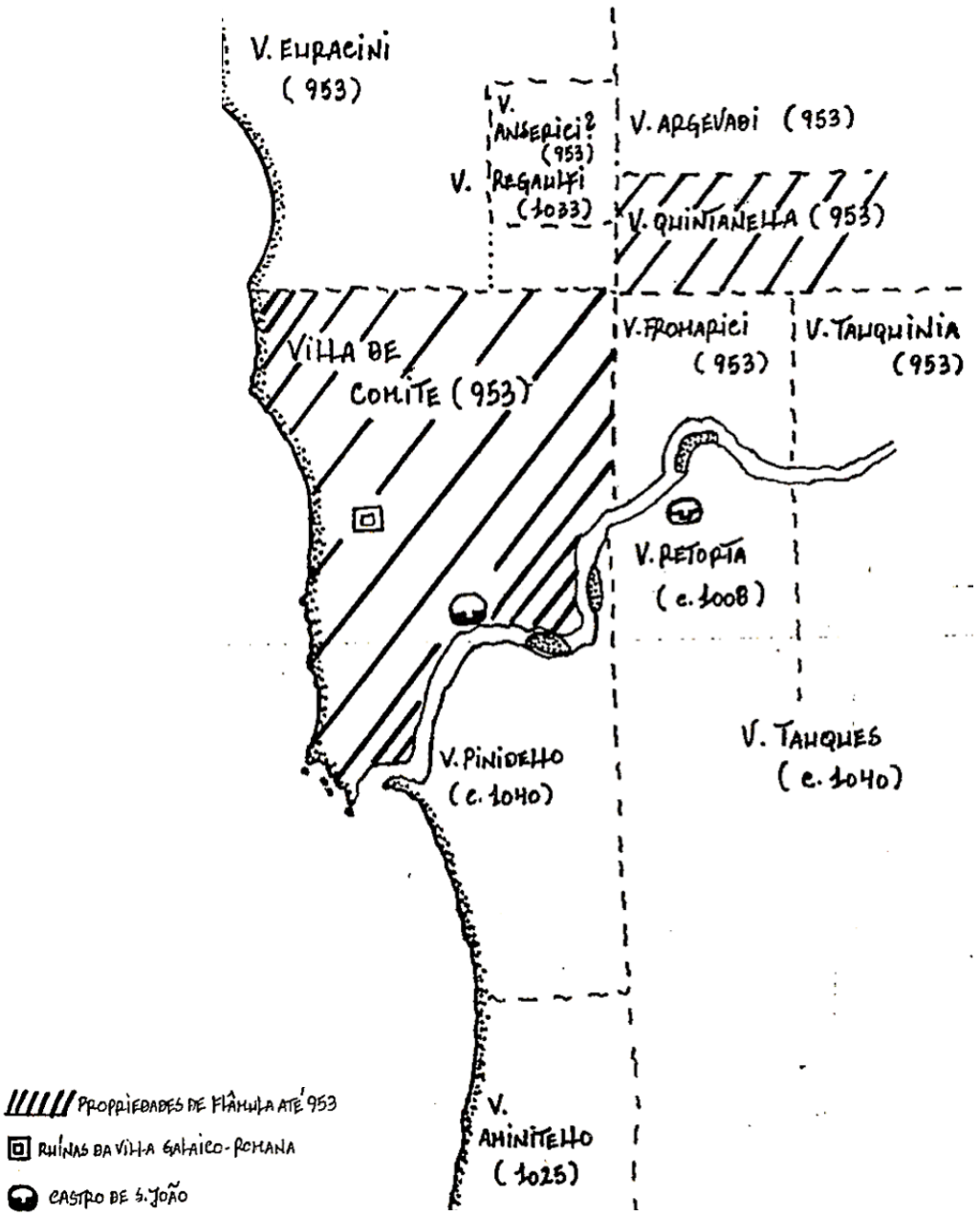


Figura 11. Carta de Vila do Conde no ano de 953, desmonstrando os seus limites administrativos

1.2 | Território(s) em Transformação

1.2.1. Origem e evolução do concelho

Após a recente reorganização administrativa, Vila do Conde constitui-se por vinte e uma freguesias [31] que se estendem por planícies arenosas litorais de menor altitude, solos e porções interiores de território mais relevado. Contudo, a extensão territorial, que hoje conhecemos, nem sempre foi tão vasta.

O concelho que denomina a aglomeração territorial de Vila do Conde teve origem, no pequeno castro de São João "*(...) espelhando-se no Ave, o inseparável companheiro que lhe conduziu os passos ao longo dos séculos.*"[32] Como aglomerado anterior à formação de Portugal a cidade de Villa de Comite, data de 953, vindo referenciada numa carta escrita por Flamula Deo Vota ao mosteiro de Guimarães. Nesta carta são descritos os limites originais da vila, confinando a norte a *villa Euracini* (hoje Póvoa de Varzim), a nascente, com *villa Fromaciri* (um lugar atualmente integrado na freguesia de Vila do Conde) a sul rio Ave e a poente com o mar. A povoação devia ter uma extensão total de cerca de 550 hectares.[33] [Fig. 11]

Vila do Conde conheceu os seus atuais limites geográficos, apenas no dealbar do século passado. Encontrando-se até então envolvida pelas largas e poderosas terras da Maia e Barcelos, não se tinha podido expandir. Os sistemas administrativos do seculo XIX eram complexos, tornando difícil suportar os pesados encargos financeiros que traziam consigo. Assim, só restavam duas soluções: ou serem absorvidos pelos concelhos vizinhos ou serem aumentados pela anexação de algumas freguesias a eles pertencentes, de áreas, aliás, demasiado extensas. A primeira solução não seria certamente preferível à segunda, pois tratavam-se de dois concelhos de larga representação; a Póvoa de Varzim em plena arrancada para um futuro progressivo e que hoje é uma realidade evidente; Vila do Conde com um passado ilustre, ligado à gesta mais heroica dos portugueses, que foi a das descobertas e a do comércio marítimo.

"Nem um nem outro, na verdade, foi extinto, mas ambos viram as suas áreas ampliadas pela anexação das freguesias vizinhas."[34] Por meados do séc. XIX, algumas das atuais regiões administrativas de Vila do Conde pertenciam a concelhos vizinhos, exceção feita à *"(...)própria vila e três lugares da freguesia de Touguinha: Touguinha, Pena e Mata (...)",* que eram pertença das terras de Faria e Maia. *"A terra de Faria, centrava-se no Castelo da Fanqueira (Barcelos) e vinha pelo Neiva até as margens do Ave. A terra da Maia partia do Douro e chegava até aqui*."[35]

---

[31] Câmara Municipal de Vila do Conde "Concelho" [consult. a 12.08.18], disponível em https://www.cm-viladoconde.pt/pages/264;

[32] MIRANDA, Marta (1998), "Vila do Conde", Cidades e Vilas de Portugal (Volume 23), 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa, p. 11;

[33] MIRANDA, Marta (1998), op. cit., p. 16-17;

[34] MIRANDA, António (1972), "O municipio de Vila do conde dentro da evolução dos municipios portugueses", Vila do Conde. Boltim cultural da câmara municipal de Vila do Conde (nº7), p. 16;

[35] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: Espraiada entre pinhais, rio e mar", Publ. Anégia, Paços de Ferreira, p. 12.



12



13

Figura 12. Antigo mapa ilustrativo da localização de Vila do conde entre as antigas terras de Faria e Maia
Figura 13. Contraste entre a margem litoral de malha estruturada com dispersão evidenciada no interior

As freguesias junto do leito sul contabilizavam-se entre as antigas terras da Maia. A norte do rio, todas as freguesias "*(...) pertencem à diocese de Braga. As do Sul pertencem à diocese do Porto (...).*"[36] [Fig. 12] O processo de crescimento territorial por anexação de novas localidades, nem sempre foi fácil. Marcado por querelas constantes, nomeadamente com o concelho vizinho da Póvoa de Varzim, estendeu- se por um período de 40 anos. Foi apenas em 1871 que todo este processo foi concluido, através da anexação das freguesias da Aveleda e S.Tiago de Labruge, formando aqueles que são os atuais limites do concelho.[37] Contudo, não pode deixar de se mencionar este período, pois também o concelho se transfigura, de uma faceta unicamente marcada pelo carácter marítimo, presença do Atlântico e do rio, para uma outra vincadamente agrícola. Não se tratou de um processo único de mutação, mas antes de uma conjugação "*(...) numa simbiose perfeita entre a brava gente do mar e o humilde povo da terra, fortalecida na atualidade pela crescente industrialização, e desenvolvimento do comércio e serviços (...).*"[38]

De resto, dado a sua privilegiada posição geográfica, que se desenvolve ao longo de "*(...) 18 km de praias que se conjugam com a ruralidade das freguesias mais a interior(...)*"[39] este concelho "*(...) trava, com o concelho vizinho – Póvoa de Varzim- uma rivalidade de décadas, ainda hoje bem evidente e justificada na contiguidade física das sedes de concelho e na partilha de características comuns. Uma posição marítima privilegiada posiciona as duas cidades em pé de igualdade face às potencialidades de exploração turística, mote principal do desenvolvimento urbano. É, contudo, evidentemente, diverso o modo como estas duas autarquias se colocam no panorama de ordenamento territorial*"[40]. Por este motivo evidencia-se forçosamente uma clara demarcação no que à política de ordenamento do território diz respeito. Vila do Conde, por se localizar no extremo litoral do concelho, apresenta desenvolvimento e uma mancha densamente mais construída, que se organiza segundo uma malha de ruas estritamente reticuladas que ditam uma ordem estrutural[41], tal como a da Póvoa de Varzim. As duas ombreiam uma com a outra de tal forma, que as suas malhas se fundem num contínuo quase impossível de detetar quando uma começa e outra acaba.

Por sua vez, a zona interior do território, apresenta outra realidade. Sendo este maioritariamente agrícola e florestal, a malha altamente coesa dilui-se num número substancialmente menor de eixos viários, ao longo dos quais, de forma dispersa, "*(...) as construções se dispõem, em pequenos núcleos*"[42], [Fig.13]. No entanto, a sua condição, tende a sofrer uma metamorfose ao longo dos tempos e é neste tipo de território que se centra o nosso objeto de estudo.

---

[36] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: espraiada entre pinhais, rio e mar", Publ. Anégia, Paços de Ferreira, p. 12;

[37] MIRANDA, Marta (2012), " Evolução dos limites terriotriais do concelho de Vila do Conde: 953-1871", Vila do Conde [s.n], p. 20;

[38] PILOTO, Adelina (1996), "Os expostos da Roda de Vila do Conde 183/1854", p. 34;

[39] Câmara Municipal de Vila do Conde "Concelho" [consultado em 12.08.18], disponível em https://www.cm- viladoconde.pt/pages/264;

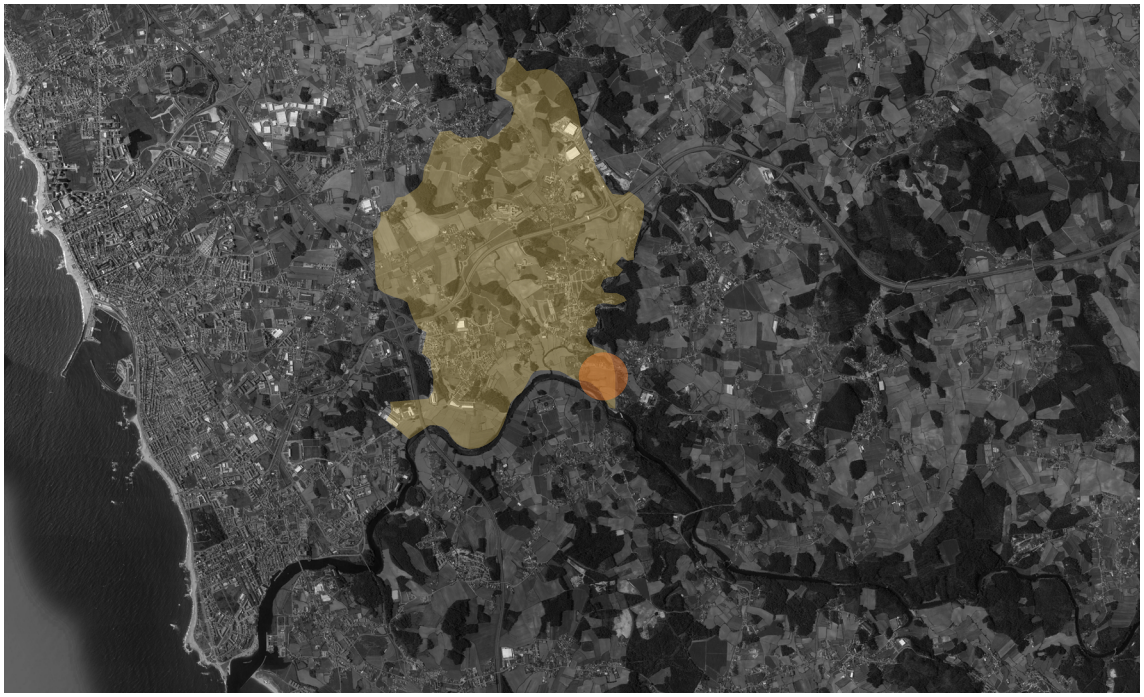
[40] GARCIA, Sara Sucena (1998), "O desenvolvimento Urbano e o Processo de Planeamento de Vila do Conde", Prof. Responsável Arq. Manuel Fernandes de Sá, FEUP/FAUP, Porto, p. 96;

[41] ALMEIDA, Mariana Ribeiro de (2013), "Entre o Individuo Socializado e a habitação Popular", FAUP, Porto, p. 93;

[42] ALMEIDA, Mariana Ribeiro de (2013), op. cit., p. 93.



14



15

Figura 14. Esquema de relação entre os eixos viários da cidade de Vila do conde e freguesia de Touguinhó
Figura 15. Perspetiva aérea da freguesia de Touguinhó com localização do objeto de estudo em cor laranja

1.2.2. Touguinhó

O objeto de estudo deste trabalho localiza-se em Touguinhó[43], atualmente uma freguesia sem individualidade administrativa, pertencente ao concelho e cidade de Vila do Conde.

A vila de Touguinhó denomina um território com história administrativa diretamente ligada à sua localização particular. Situado geograficamente entre as regiões do Douro e do Minho, enquanto freguesia, pertenceu outrora às terras de Faria, antigo município de Barcelos, do qual se separou na sequência da reorganização administrativa de Mouzinho da Silveira em 1836[44], passando a ser considerada como parte integrante da vila de Vila do Conde. [Fig. 14]

Enquanto freguesia com individualidade própria, inseria-se num conjunto mais ou menos numeroso de outras, que se desenvolvem no excerto nascente do território interior do concelho e, por conseguinte, a leste de Vila do Conde, da qual dista apenas cerca de 3 km, "*(...) Póvoa de Varzim (5 km), Porto (20 km) ou Vila nova de Famalicão (18 km).*"[45] Todavia, neste conjunto de freguesias, Touguinhó é aquela que se situa mais próximo da orla marítima, tendo Vila do Conde de permeio. [Fig. 15]

Num passado recente, concretamente durante o período de intervenção e resgate externo, viu o seu estatuto novamente alterado. No ano de 2013, na sequência de uma reforma visando a simplificação administrativa, perdeu autonomia conjuntamente com uma outra freguesia que a confronta a oeste: Touguinha. Da fusão das duas emergiu uma nova autoridade administrativa, então denominada como União das Freguesias de Touguinha e Touguinhó[46], passando a abranger uma área alargada de 7,72 km^2 e 3 386 habitantes, correspondendo assim a uma densidade populacional na ordem dos 438,6 hab/km^2.[47]

---

[43] *"O nome "TOUGUINHÓ", diminutivo de Touguinha (?), freguesia vizinha "Touquinia", pode provir de Tauquinolia, tal com Tougues de "Tauques". Tougues, Touguinha e Touguinhó, são três freguesias vizinhas, que estão associadas umas às outras. Embora Touguinhó tenha tido ao mesmo tempo associado o nome Pigeiros, a verdade é que esta "Villa rustica", cresceu ao lado de Touguinhó. Apesar de, então tão importante, hoje é apenas um lugar, o mais pequeno lugar da freguesia e com menos habitante"*, em RODRIGUES, Silva (1997), "Em redor da Igreja de Touguinhó – Subsídios para a sua história", Cadernos- História Local 1, Camara Municipal de Vila do Conde/ Junta de Freguesia de Touguinhó, Vila do Conde, p. 9;

[44] *A informação aqui exposta encontra-se no respetivo site da camara municipal de Vila do Conde (CMVC), num artigo publicado na revista e-vilacondense, n° 003 de Abril de 2013, pag.75, assim como em RODRIGUES, Manuel da Silva; "Em redor da Igreja de Touguinhó: subsídios para a sua história (1997)", Cadernos. História Local (Vol.1), Pub. Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, p. 10. No entanto, as fontes referenciadas, careciam de indicação fundamentada em suporte bibliográfico, ao qual se sentiu necessidade de investigar mais aprofundadamente para poder atestar a veracidade da informação nos termos científicos do presente trabalho. Assim em SILVA, Bernardino Areal da (2008), "Vila do Conde e as freguesias do seu concelho nas memórias paroquiais de 1758", 1ªed, Pub. Guidões [s.n.], p.145, esclarece no 1°- Fica esta freguesia no fim do termo da Vila de Barcelos Comarca e Arcebispado de Braga Província de Entre Douro e Minho.";*

[45] RODRIGUES, Silva (1997), "Em redor da Igreja de Touguinhó – Subsídios para a sua história", Cadernos- História Local 1, Camara Municipal de Vila do Conde/ Junta de Freguesia de Touguinhó, Vila do Conde, p. 9;

[46] Câmara Municipal de Vila do Conde "Concelho" [consultado a 12.08.18], disponível em https://www.cm- viladoconde.pt/pages/264;

[47] INE, Censos 2011, [consultado a 12.08.18], disponível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao.



Figura 16. Ruina de açude e antiga azenha no rio Este na quinta da Espinheira, próxima ao objeto de estudo

A freguesia de Touguinhó encontra-se definida pelos limites de ordem política- administrativa anteriormente invocados, mas também por diferentes barreiras físicas naturais. "*Está situada próxima da confluência dos rios Ave e Este.*"[48] A norte, confronta-se geograficamente com os territórios mais ruralizados das freguesias de Rio Mau e Arcos, assim como por Beiriz, esta última freguesia com sede concelhia no município da Póvoa de Varzim. A nascente, confronta-se pela Junqueira e, a sul, pelas freguesias de Retorta e Tougues. A poente pela sede do concelho, a cidade de Vila do Conde, e Argivai que tal como Beiriz se encontra igualmente ligada à Póvoa de Varzim. As fronteiras de ordem natural, pontuam-se essencialmente a nascente e a sul. Toda a porção leste da freguesia tem limites entrecortados pelo atravessamento vertical, do sinuoso rio Este com montante a nordeste e jusante a sudoeste, onde finalmente se vê desaguar no rio Ave. O trajeto fluvial deste último rio faz-se para poente, de modo que a margem sul do seu leito é já pertença das freguesias de Retorta e Tougues. A freguesia é ainda atravessada pela autoestrada A7, que constitui uma verdadeira barreira física em toda a sua extensão, que constitui uma das grandes artérias rodoviárias que ligam a autoestrada litoral A28 às cidades de Famalicão, Guimarães e Chaves.

Ao longo do vale do rio Este, por tradição popular, destacam-se diferentes lugares e pontos de referência, como o Monte, o Lugar dos Moinhos, a Ribeira, a Sobreposta, e por fim a Espinheira. É neste último que se situa o objeto deste estudo. Com base no que foi exposto anteriormente, a paisagem dispersa que caraterizava e, em certa medida, ainda reflete Touguinhó, tende a sofrer uma metamorfose ao longo dos tempos. *"É um tipo de território que contém em si um tipo de ocupação que reflete transformações geradas pelos movimentos populacionais."*[49][Fig. 16]

[48] RODRIGUES, Silva (1997), "Em redor da Igreja de Touguinhó – Subsídios para a sua história", Cadernos-História Local 1, Camara Municipal de Vila do Conde/ Junta de Freguesia de Touguinhó, Vila do Conde, p. 9;
[49] ALMEIDA, Mariana Ribeiro de (2013), "Entre o Individuo Socializado e a habitação Popular", FAUP, Porto, p. 93.

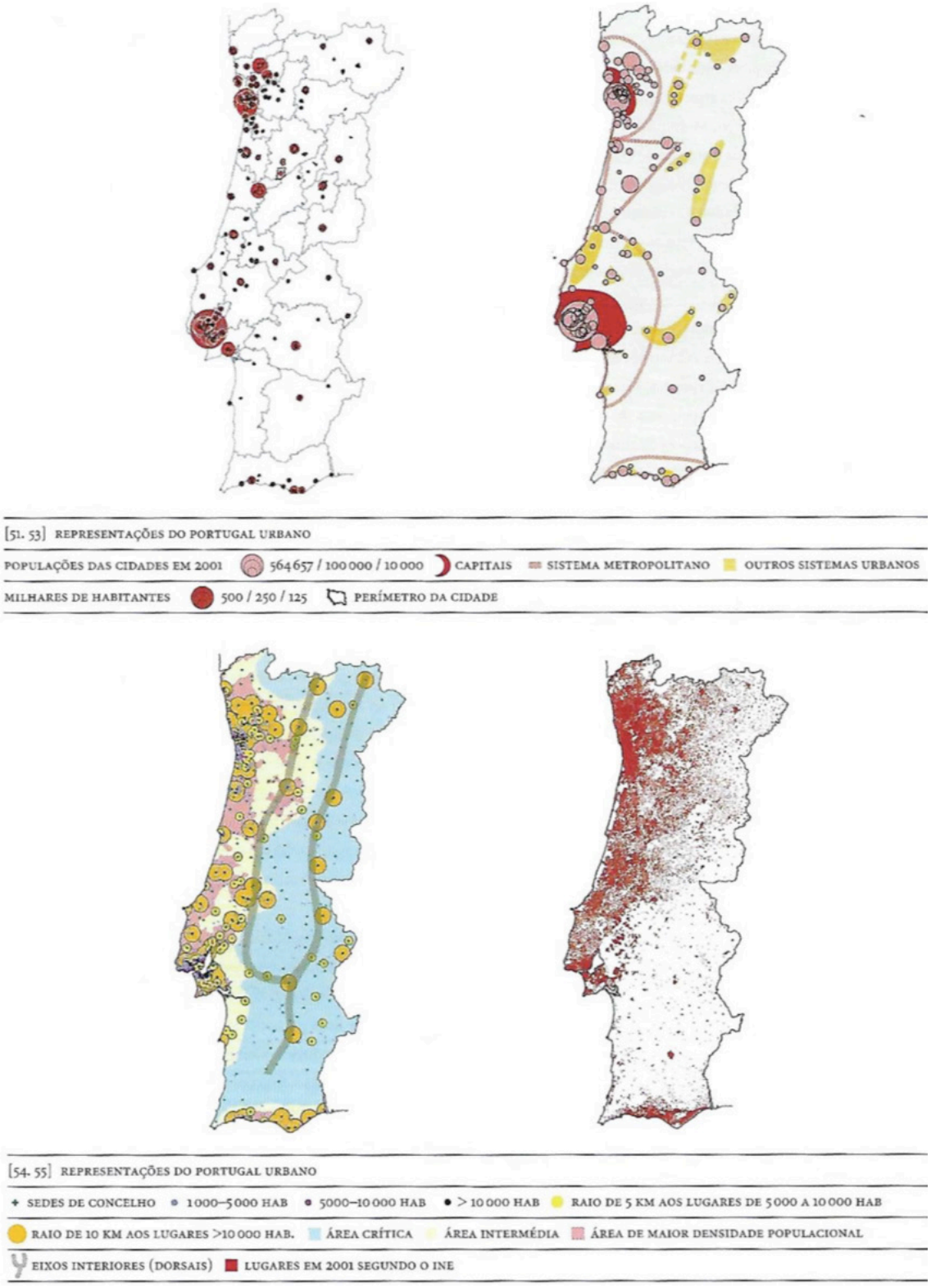


Figura 17. Evolução do rural / urbano no território continental Português

1.2.3. Mutações do Espaço Rural

Até meados do século XX, a vida e fonte de subsistência das gentes que em Touguinhó residiam, assim como nas outras freguesias do interior, desenrolava- se em volta do cultivo da terra. Numa paisagem que espelhava uma atmosfera pacífica de extensos campos de cultivo, pontuados aqui e ali pelas casas da lavoura que se ligavam por tortuosos caminhos de terra batida. No entanto, as transformações decorrentes do desenvolvimento industrial, tiveram um impacto relevante na localidade, por extensão a todo o vale do Ave. O inquérito à arquitetura portuguesa realizado nos anos 50 põe a nu a realidade nacional no contexto pré-democrático: um país pobre e atrasado, onde campeia a miséria económica e social, a pobreza extrema. A agricultura representa a atividade económica dominante, empregando quase metade da população ativa. [50]

Ainda que contribuindo apenas para 32% do produto interno bruto, este apresenta um saldo levemente positivo em resultado do fomento continuado de áreas destinadas ao cultivo, com expansão máxima no início dos anos 60, e dos níveis reduzidos de consumo interno.

No seu artigo, "Industrialização e agricultura", Castro Caldas define bem o pensamento político subjacente: "*Até agora têm sido criadas empresas agrícolas sem que se admitam grandes meios de mecanização e de motorização hoje tecnicamente aconselháveis em países industrializados, impondo-se aos 'casais agrícolas' o estilo atual da nossa agricultura: autossuficiência em matéria de trabalho e, pela moderação do nível de vida resultante da fraca produtividade do trabalho manual, reduzida dependência do exterior em matéria de consumo.*"[51]

Como facilmente se depreende, esta visão política encontra-se desfasada do tempo e em confronto com a realidade mundial. Os tempos pós II grande Guerra Mundial evidenciam, por toda a Europa, as vantagens da conceção industrialista como modelo económico. No início da década de 60, mesmo em diferentes fóruns do Estado Novo, era já defendida a necessidade de serem introduzidos instrumentos de mecanização supletivos do esforço humano. Na realidade, desde o fim da guerra até ao início *daquela década os preços agrícolas fixados pelo Estado no nosso país traduziram de modo encapotado a mesma subordinação da agricultura internacional aos requisitos dos processos industriais fixados pelo Estado.*

"À luz do conceito moderno, a finalidade de autossuficiência total não tem defesa, visto que ofende o propósito político (no domínio da política económica) de estimular os elos de 'interdependência' da agricultura e da indústria, necessários para desencadear o progresso económico. As empresas agrícolas resultantes das obras de colonização devem ser o mais possível mecanizadas e motorizadas (...) e têm de estar em grande dependência do sector industrial da nação para constituírem centros polarizadores do consumo de produtos industrializados."[52]

[50] BATISTA, Fernando Oliveira (...), "A agricultura e a questão da terra- do Estado Novo a Comunidade Europeia, Análise Social", vol. XXIX (128), 1994 (4º), pp. 907-920;

[51] CALDAS, Eugénio de Castro (1957) "Industrialização e agricultura", in Revista do Centro de Estudos Económicos, nº 18, p. 165;

[52] CALDAS, Eugénio de Castro (1957), op. cit., p. 93.

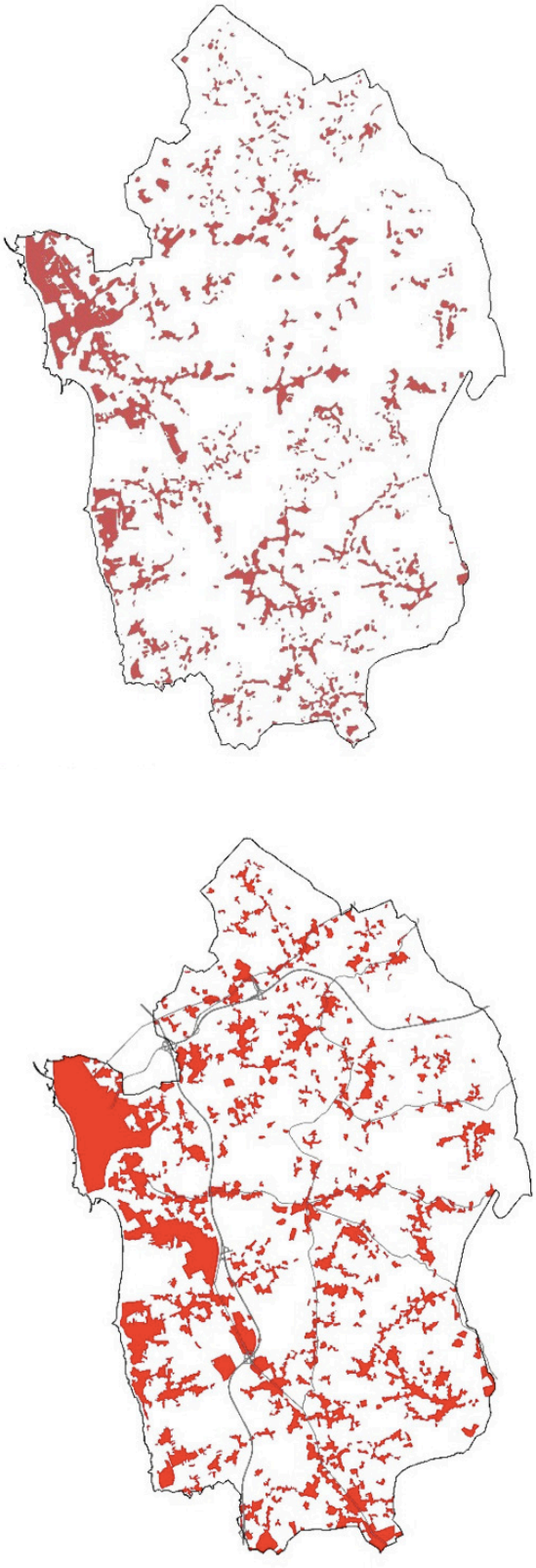


Figura 18. Evolução da mancha urbana de Vila do conde desde o ano de 1995 a 2017

Apenas os anos 70 e sobretudo após a revolução dos cravos, em 74, marcaram a industrialização do país e as decorrentes transformações sociais, de relacionamento interpessoal e de organização espacial. O contexto fabril representa o predomínio do desiderato social sobre o individual ou unifamiliar. A produção fabril impõe uma disciplina e um ritmo de trabalho numa nem sempre aparente racionalização de métodos de trabalho, dependentes da mecanização de linhas e processos de fabrico. Altera a relação de dependência do homem relativamente aos elementos naturais e uma gestão de necessidades indiferente ao temperamento do clima.

O desejo de enriquecer, trabalhar fora de casa, significa o abandono do espaço rural destinado ao trabalho e à família, por oposição à reivindicação de uma vida pessoal. Geraram-se assim movimentos de aglomeração e densificação populacionais para os espaços limítrofes. Numa lógica capitalista de oferta e procura, valorizaram-se os espaços mais densificados investidos com jornadas de trabalho intensas, porque geralmente mal remuneradas, por oposição ao interior rural mais desertificado. [Fig. 17]

Até ao final do sec. XX, Portugal tornou-se num país dicotómico entre norte e sul, entre o interior e o litoral. Como Álvaro Domingues refere: "*não há paisagens para sempre. A paisagem é o registo de uma sociedade que muda e, se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá sinais disso, para além de pouco tempo e muito espaço para compreender ou digerir as marcas e formas como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços.*"[53]

No Portugal democrático, a rejeição generalizada à pobreza sentida nos campos e o regresso massivo de emigrantes com um modelo de vida mais cosmopolita, acelerou o crescimento das pequenas localidades rurais, e vilas litorais, elevando-as a cidades, numa densificação de bacias de residência, de emprego, de vida, que transformaram cidades próximas em conurbações como é o exemplo de Vila do Conde e a vizinha Póvoa de Varzim.

O crescimento urbano generalizou-se de tal modo, que hoje já se discutem problemas de ordenamento territorial relativos a áreas metropolitanas, com modos de vida e modos de produção diversos. Este processo de mudança foi inextricavelmente acompanhado da desertificação do interior, das suas aldeias e lugares e do campo. Sobretudo no litoral observou-se a absorção e diluição dos espaços rurais no urbano. A economia agrícola deixou de ser sustentável, o cultivo dos cereais, hortícolas, assim como a fruticultura que outrora marcavam a paisagem, foram aos poucos substituídos por descampados de mato. Os seus cuidadores procuraram emprego remunerado noutras locais. Os modos do mundo camponês e da produção agrícola familiar como meio de subsistência foram desmantelados ou desarticulados, [Fig. 18]. [54]

Nos dias de hoje, a relação dicotómica entre campo-cidade ou entre rural-urbano deixou também de ter sentido, porque "*(...) remete para um determinado modo de territorialidade, (...) um determinado modo de relação entre o lugar de habitat e a vida social*"[55]

---

[53] DOMINGUES, Álvaro (2012), "Vida no Campo", Equações da Arquitetura, Dafne Editora, Porto, p. 15;

[54] DOMINGUES, Álvaro; TRAVASSO, Nuno (2015), "Território - Casa Comum – morfologias e dinâmicas do território", FAUP, Porto, p. 132;

[55] REMY, Jean; VOYÉ, Liliane (2004), "A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição?", Edições Afrontamento 3ª edição Porto, p. 15.



19



20

Figuras 19 e 20. Antigos caminhos murados prevalecentes em Touguinhó

Se por urbanização se entende o resultado da interação entre a população, o meio ambiente, a tecnologia e organização social, cada individuo ou coletividade tende a localizar-se de acordo com os recursos disponíveis e com a importância que atribui aos lugares centrais.

A urbanização assim definida afeta tanto a cidade como o campo e induz mudanças análogas. Se, em situação não urbanizada, a associação entre morfologia e a função social é relativamente estrita, o mesmo não ocorre quando intervém o processo de urbanização.

"*A ligação entre ambos se torna então mais flexível, de modo que habitar o campo já não significa necessariamente trabalhar na agricultura e que pode haver dissociação entre o futuro da aldeia e o dinamismo da agricultura; assim, sem que isso anule radicalmente a ligação entre a aldeia e a simbólica agrícola, a qual permanece um elemento integrador importante da perceção do campo enquanto quadro de vida, o facto de se voltar a viver no campo está longe de implicar um retorno automático à atividade agrícola, e os citadinos (como insistimos em designar os habitantes das cidades) que, em dado momento vão habitar para o campo não se recrutam prioritariamente entre os que não têm responsabilidades na cidade e/ ou que delas não tiram o máximo de vantagens.*"[56]

Com a instituição do Plano Diretor Municipal em 1982 as autarquias refletem, de modo integrado, as áreas urbanas e rurais que lhes são adstritas, através de projetos para loteamentos, infraestruturas, arquitetura de edifícios e por fim paisagens. Se até então as autarquias locais não tinham meios nem poderes para responder à necessidade de planeamento, agora assumem papel primordial quanto à organização territorial. Estabelecem diretrizes regionais quanto à política dos solos, habitação, transportes e ambiente. Delimitam zonas históricas nas cidades, ricas em memória e infraestruturas, requalificando-as e dando-lhes uma vida nova. Reconhecem nos aglomerados rurais potencialidades para serem reabilitados e transformados, seja para habitação ou para novos programas que ajudem à inovação e requalificação dos meios em que estão inseridos. As melhorias introduzidas nas infraestruturas viárias permitem a circulação de pessoas, informação, bens e energia e, com isto, a organização social e os modos de vida transfiguram-se. Assim, os conceitos que definiam a paisagem sob duas realidades opostas – urbano e rural, transformam-se e hoje assistimos à formação de paisagens transgénicas, como as denomina Álvaro Domingues.[57]

"*Estamos numa sociedade onde a informação ocupa um lugar cada vez mais importante nas atividades económicas e sociais; as novas tecnologias permitem transportar facilmente a informação para longe e depressa; numa certa medida, elas anulam as distâncias, desprezam o espaço e, desta forma, as atividades económicas e sociais, que necessitam cada vez mais de informações, podem localizar-se em qualquer lugar.*"[58]

[56] REMY, Jean; VOYÉ, Liliane (2004), "A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição?", Edições Afrontamento 3ª edição Porto, p. 17;

[57] DOMINGUES, Álvaro (2012), "Vida no Campo", Equações da Arquitetura, Dafne Editora, Porto, p. 38;

[58] ASCHER, François (1995), "Métapolis ou l'avenir des villes", Odile Jacob, Paris, p. 43.



21



22



23

Figuras 21 a 23. Situações de contraste no processo de urbanização do rural. Em cima, nova urbanização de tipologia habitacional multifamiliar em confronto com muro de propriedade rural, não descurando o respetivo arranjo do espaço público, à esquerda, por sua vez contrastando com a situação abaixo registada

Neste contexto, o desenvolvimento de Touguinhó acaba por refletir o panorama enquadrado. Muitos dos emigrantes retornados acabaram por nela se fixar e, de igual modo, estabelecer os seus pequenos negócios, acabando por introduzir na localidade novos padrões de vida alternativos e de maior independência face à cultura de autossubsistência e larga colaboração da comunidade.[59] Apesar da paisagem se compor e ainda transmitir uma certa aura agrícola, conferida pela vasta mancha verde que a envolve, muitos destes campos agrícolas são atualmente explorados por entidades industriais, remetendo as antigas práticas agrícolas de auto- subsistência para um domínio inexpressivo de mera atividade lúdica. Face a esta circunstância, na sua expressiva maioria, o cenário que caracteriza atualmente Touguinhó, é diverso e descontinuo. É pautado e composto por um conjunto bastante heterogéneo de formas e novas manifestações de tipologia habitacional, de pequeno e médio porte, que foram despontando nos últimos anos e convivem entre si. As mesmas emergem e distribuem-se ora ao longo de novas ruas de cariz mais urbano ou ao longo da ainda tortuosa e confusa rede viária, bastante ruralizada, que se desenvolve em muitos pontos associadamente aos muros de granito que conformam os vastos campos de plantação, [Fig. 21 a Fig. 23]. Desta circunstância obtém-se muitas vezes um jogo complexo de confrontos, marcados por avanços e recuos entre as novas e antigas edificações face à rede viária. Ainda que se observe na morfologia de Touguinhó um processo de densificação que tende a aglomerar e diluir a base original de assentamento dispersa, a mesma, ainda revela uma estrutura frágil e sob lenta consolidação.

Em suma, hoje a vida evolui numa teia complexa onde apenas restam as memórias e histórias dos povoamentos antigos: "*Sinal dos tempos: o local já não existe enquanto entidade autónoma, é cada vez mais uma expressão do global e com ele se comunica de muitas maneiras*."[60]

[59] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: espraiada entre pinhais, rio e mar", Pub. Anégia, Paços de Ferreira, p. 9;

[60] DOMINGUES, Álvaro (2012), "Vida no Campo", Equações da Arquitetura, Dafne Editora, Porto, p. 25.



Figura 24. Portal de uma antiga casa de Lavoura na União de Freguesia de Touguinha e Touguinhó

1.3 | Modos de Habitar

1.3.1 Sobre a Arquitetura de Génese Popular

O território nacional é caracterizado pela diversidade construtiva, nela se destacando o conjunto do edificado popular tradicional, também ele plural quando se atendem aos seus princípios construtivos e materiais utilizados.

Como referem Oliveira e Galhano, os géneros básicos de casa popular surgem em múltiplas versões e variantes regionais: "*casas térreas e casas de andar, ou casas torres; (...) casas de pátio, aberto ou fechado; casas de pedra, granito, xisto ou calcário, conforme a natureza dos solos e o costume local, e casas de materiais leves, de taipa, adobe ou tijolo – e hoje de cimento e de "blocos", e de madeira; coberturas de palha, de materiais vegetais em geral, de telha, artesanal ou de fábrica, de lajes de pedra, e de uma, duas, três ou quatro águas; casas isoladas, no meio das terras ou bordando os caminhos, nas áreas de povoamento disperso ou com tendência para a disseminação, e casas alinhadas e arruadas umas a seguir às outras nas áreas de povoamento concentrado ou nos aglomerados urbanos; (...)*"[61]

Diferentes aspetos e circunstâncias determinam esta realidade, desde logo porque historicamente os limites territoriais foram estabelecidos sobre condições humanas e geográficas diversas. Portugal forma-se num espaço com predomínio celtibero a norte do rio Mondego e mediterrânico, norte-africano para sul, certamente possuindo tecnologias, cultura e mesmo estilos de vida diferentes.

Do ponto de vista geomorfológico, o rio Tejo separa também duas realidades distintas: o constante acidentado montanhoso granítico rasgado por vales profundos entrecortados por leitos de rios e ribeiros a norte em contraponto com extensas planícies sedimentares, calcárias a sul. Um clima temperado a Norte e Noroeste, dominado pelos ventos atlântico, estações bem vincadas, com verões suaves frequentemente nublados e invernos frios húmidos. Em contraponto, o clima é tipicamente mediterrânico a sul, onde a proximidade daquele mar e a proximidade com o norte de África determinam dias luminosos, invernos amenos e estios quentes e secos. João Leal, citando, o geógrafo e historiador português Orlando Ribeiro, refere que "*(...) seria possível distinguir em Portugal três áreas claramente individualizadas do ponto de vista da geografia física e humana: o Portugal Mediterrânico - coincidente com o Algarve, o Alentejo, a Estremadura e o Ribatejo – o Portugal Atlântico - correspondente à Beira Litoral, ao distrito do Porto e ao Minho – e o Portugal Transmontano - compreendendo Trás-os-Montes e as Beiras.*"[62]

Do ponto de vista político-administrativo, sobrepõe-se uma realidade dicotómica cidade – espaço rural, aos aspetos anteriormente citados. Até aos finais do século XIX o Portugal rural encontra-se em condições que se podem considerar de subdesenvolvimento relativamente à realidade europeia da época. A consciência nacional da realidade interior do ponto de vista etno

[61] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, pp. 17-18;

[62] LEAL, João, Etnografias Portuguesas (1870 –1970), "Cultura Popular e Identidade Nacional, 1ª edição Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 58.



25



26

Figura 25. Mapa de assentamentos castrejos em Vila do Conde
Figura 26. Assentamento do castro da antiga cividade de Bagunte

gráfico é diminuta e o investimento central no seu desenvolvimento é praticamente inexistente. A introdução de práticas agrícolas no noroeste do país e por conseguinte também no Entre Douro e Minho poderá remontar há praticamente quatro milénios, embora seja aceite que apenas por altura do advento, com os povos celtas lusitanos, essas práticas tenham objetivado a cerealicultura: centeio, milho, trigo, arroz, *"(...) a par da horticultura e da fruticultura e de outras atividades sem esquecer a cultura da vinha, do feijão , da batata."*[63]

No território de Vila do Conde, apresentam-se alguns vestígios de formações castrejas implantadas em encostas, mas sobretudo em pontos altos no cimo dos montes, para melhor proteção e vigilância. Na cividade de Bagunte, entre outros doze assentamentos deste tipo, (no qual se enquadra uma igualmente em Touguinhó),[64] [Fig. 25, Fig. 26] evidenciam-se estruturas de traçado simples, onde se manifestam casas com plantas de geometria circular e, conjuntamente, quadradas com base organizativa patriarcal, vivendo da pastorícia e agricultura. Da mesma forma, destaca-se em Labruge o Castro de S. Paio, único em território português de povoado marítimo proto- histórico, descoberto e estudado nos anos 50 do século XX pelo Arquiteto Fernando Lanhas[65].

"As instalações neolíticas, tão desmedidas, esmeradas e complexas, foram realizadas com poucos materiais – terriço, pedras, madeira, palha, argila – empregando, em larga escala, a força muscular humana, com a ajuda de mecanismos simples (...)."[66] Consequentemente, os primeiros sintomas da romanização fizeram-se sentir no território de Vila do Conde ainda no decorrer do século I, a.c. 67, atestando alguns topónimos como Formariz (*Fromaciri*), Touguinha (*Tauquinia*), Regufe (*Regaulfi*), ou Tougues (*Tauques*) as ocupações romanas e mais tarde galaico-romanas no concelho.[67] Sendo neste período que se evidencia a descida e fixação nas zonas mais baixas dos vales, resultando no surgimento de novos aglomerados, nos quais se dividia o solo em latifúndios, desenvolvendo-se, por consequência, novas técnicas agrícolas, assim como infraestruturas e novas formas construtivas de tradição mediterrânica – as *Villae*.[68]

Como resultado isso refletiu-se num novo modo de vida, e na forte aculturação de novos valores e padrões sociais que contribuíram igualmente para uma maior disseminação populacional pelo território em torno das *villae* alcançáveis pelo estabelecimento de redes viárias de comunicação como a *karraria* Antiqua e a via *Vetera.*[69] As *villae*, situam-se agora ao longo de áreas planas nos vales, conjugando habitações de trabalhadores e proprietários com estruturas dispersas e tipicamente agrícolas como estábulos e celeiros.

---

[63] MOUTINHO, Mário (1995), "Arquitetura Popular em Portugal", Editorial Estampa, Lisboa, p. 27;

[64] BERNARDES, João Pedro; ABRUNHOSA, Manuel João (2013), "Vila do Conde – Tempo e Território", Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, p. 63;

[65] https://www.cm-viladoconde.pt/pages/422

[66] BENEVOLO, Leonardo; ALBRECHT, Benno (2003), "As origens da arquitetura", Edições 70, LDA, Lisboa, p. 52;

[67] REIS, António do Carmo (2000), "Nova história de Vila do Conde", Cadernos. História local (Volume 6), Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, p. 31;

[68] *"(...) assim se chamava para designar "primitivamente a vivenda do dominus, (...) – a habitação do proprietário, a dos trabalhadores, os estábulos e celeiros, os terrenos cultos e incultos, constituindo tudo uma unidade rural"*, in SAMPAIO Alberto (1979), "Estudos Económicos, 1", Ed. Veja, Lisboa, p. 3;

[69] Piloto, Adelina (1998), "Os expostos de roda de vila do conde 1835/1854, Cadernos de história local (vol. 2), 1ª edição, Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, p. 37.



27



28



29



30



31

Figuras 27 a 31. Registo fotográfico de alguns exemplares de antigas casas de Lavoura ainda prevelacentes, desde o estado recuperado ao ruinoso, nas freguesias de Touguinha e Touguinhó

As habitações são, contudo, ampliadas para adquirir novas funcionalidades que perdurarão aos tempos: dependências adicionais para abrigo de animais, para armazenamento de produtos e utensílios agrícolas. A reorganização político-administrativa que acompanhou o estabelecimento da monarquia portuguesa, onde a produção agrícola pecuária substitui a guerra e a anexação de territórios como fontes de enriquecimento, e o marcado crescimento demográfico-populacional dele decorrente terá certamente cimentado estas funcionalidades.

Mais tarde, a introdução de novos práticas e produtos agrícolas no norte, como o milho e a batata, feijão e abóbora, associadas a uma policultura intensiva, determinou a transformação da paisagem rural a as suas estruturas de apoio.[70] Assiste-se a uma massiva edificação de diversos tipologias construtivas - desde o santuário isolado à casa de lavoura. Sendo que, o que sempre *"(...) caracterizou a estrutura agrícola de Vila do Conde, quer nas freguesias da margem direita do rio, saídas das terras de Faria, quer nas margem da esquerda, dexanexadas das terras da Maia, foram as bem conhecidas casas de lavoura, muitas das quais tem a sua origem nos antiquíssimos " casais", pequenas entidades de exploração agrícola familiar em que se subdividia a "Villae" romana."*[71]

Atualmente, estas construções populares, embora realizadas conferindo resposta funcional às necessidades para as quais foram edificadas, já não se relacionam exclusivamente com o campo. Assimilam e traduzem a adaptação ao meio ambiente, à história e cultura de um povo de cada lugar. O Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, conjunto de trabalhos de campo realizado no século passado, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, procurou estabelecer uma sistematização tipológica da arquitetura vernacular semeada ao longo do território português.

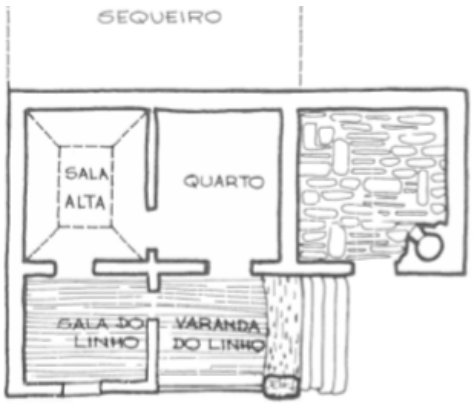
O que hoje se entende por arquitetura popular refere-se naqueles estudos, em consonância com o sumário histórico apresentado, a formas construtivas simples, mas de enorme pragmatismo, que emergem de tradições rurais, interiores, regionais e de sabedoria popular, desenvolvidas ao longo de gerações e aperfeiçoadas para melhor se adaptarem às condições climatéricas e modos de vida locais.

A realidade revelada é ainda assim modesta atendendo às condições de pobreza a que estão votadas as populações. As habitações revelam frequentemente condições de vida insalubre, compostas por uma assoalhada onde dorme toda a família, com aberturas que não garantem renovação de ar ou iluminação adequadas, com escassas mobílias e utensílios. As crianças brincam nos pequenos quinteiros ou nos anexos reservados aos animais. A casa térrea é a mais frequente e exemplificada pelas habitações dos aglomerados piscatórios ao longo da orla entre Póvoa de Varzim (concelho vizinho de Vila do Conde) e Fão. A casa pátio típica é um derivado daquelas e organiza-se em volta de um pátio, fechado ou não, rodeado pelas várias dependências rurais.

[70] MOUTINHO, Mário (1995), "Arquitetura popular em Portugal", Editorial Estampa, Lisboa, p. 29;

[71] AMORIM, António Augusto Gomes (1997), "O associativismo agrícola em Vila do Conde", Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, Vila do Conde, p. 29.

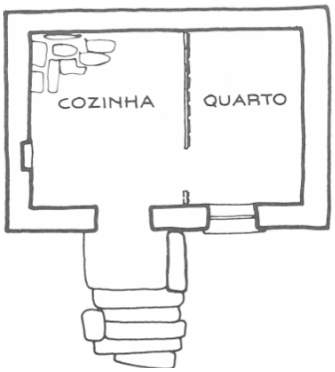


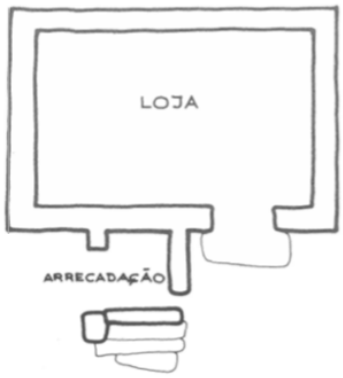






32









33

Figura 32. Planta de dois pisos da casa serrana com correspondente construção à direita
Figura 33. Planta de dois pisos da casa minhota com construção correspondente à direita

Os anexos, de reduzida dimensão, servem para guardar os animais e para arrumações, "*cortes ou estábulos, palheiros, sequeiros ou espigueiros, eiras cobertas, lojas, etc. que se distribuem de volta de um amplo espaço aberto, terreiro, ou quinteiro, que integram o complexo da lavoura*."[72]

No Norte do país são maioritariamente construídas em pedra, granito ou xisto, e algumas vezes apresentam os dois materiais conjugados e à vista. A casa sobrada é, contudo, o achado mais frequente em todas as regiões a norte, segundo estudos realizados por Mário Moutinho, existem neste espaço geográfico, duas tipologias predominantes – a casa minhota e a casa Serrana, sendo por norma formadas por um piso térreo, para o gado e arrumações, e um piso superior para habitação.[73]

Nos povoados dispersos, característicos do litoral e entre Douro e Minho, as casas apresentam forma retangular. No rés do chão contem as cortes, pocilga, adega e arrumações. No andar sobradado, situam-se os quartos e salas (do altar e linho), com acesso feito por uma escada de pedra. De realçar que estas casas a inexistência de chaminé ou de apenas de uma rudimentar. O telhado, por sua vez, é geralmente de quatro águas coberto com telha caleira.[74]

As casas serranas caraterísticas do povoamento aglomerado do Minho, serra da Estrela e Beira Baixa, assentam numa base similar apresentando certas nuances. As plantas podem adquirir adicionalmente à planta retangular, uma forma mais quadrangular. Sob a mesma base de dois pisos, com rés do chão reservado para atividades de apoio agrícola e sobradado para habitação, acedido por uma escada de pedra, regista-se adicionalmente aos quartos e sala a existência de cozinha com lareira. Como no exemplo anterior, quando aparece chaminé, é bastante rudimentar. Por fim, os telhados tanto se podem configurar sobre quatro águas, assim como duas sendo cobertos por telha caleira, placas de xisto, colmo e lousa.[75] [Fig. 32 e Fig. 33]

[72] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, pp. 18-19;

[73] MOUTINHO, Mário (1995), "Arquitetura Popular em Portugal", Editorial Estampa, Lisboa, pp. 41-42;

[74] MOUTINHO, Mário (1995), op. cit., p. 41;

[75] MOUTINHO, Mário (1995), op. cit., p. 42.



34



35



36

Figuras 34 a 36. Arquiteturas de granito na Quinta da Espinheira, Touguinhó

1.3.2 ARQUITETURA DE GRANITO

Dentro do diversificado enquadramento paisagístico e manifestação arquitetónica referenciada anteriormente, *"um dos traços mais impressionantes da civilização do Norte de Portugal é certamente a mestria na construção do granito."*[76]

Até meados do século passado, este foi o principal recurso e matéria prima de expressão popular sob a qual foram erigidas as casas deste contexto paisagístico. Todavia, a sua implementação, não se subjugou a um propósito meramente unidimensional, materializando-se unicamente sob a forma habitacional do território. O mesmo aplicou-se a outro tipo de construções, "*(...) diretamente ligadas à produção agrícola, como sejam espigueiros, os sequeiros, as eiras (...) onde se incluem também os poços, as fontes, os lavadouros, (...) os muros de divisão de propriedades*"[77], mas também em artefactos de cariz religioso como nas "*(...) capelas, dos nichos e das alminhas, bem como os caminhos e as pontes.*"[78] Tal cultura esteve associada a um "*(...) vocabulário de formas que se manteve imutável ao longo dos séculos(...)*"[79] e foi"*(...) elemento básico na definição tanto da paisagem física original como da paisagem humanizada*", [Fig. 34 a Fig. 36].[80]

Apesar do granito ser a "*(...) rocha dominante neste território(...)*"[81], nem só desta este é composto, uma vez que os "*(...) terrenos de maciço antigo dispõem (...) de xisto e de quartzite (...)*"[82], igualmente. No entanto, devido à natureza das duas tipologias rochosas anteriores, a sua utilização era normalmente preterida em detrimento da primeira. Tanto o xisto como a quartzite, comparativamente ao granito, eram insuficientes na sua versatilidade de uso e mecânica, sobretudo considerando a qualidade de resposta estrutural das suas construções. Se a maleabilidade da quartzite era limitada [83], por outro lado *"(...) é raro que o xisto dê grandes blocos resistentes, por isso, em algumas casas humildes recorre-se à madeira para os lintéis."*[84]

Quando as edificações eram erigidas sob este material geralmente recorria-se conjuntamente à implementação de granito em pontos chave da sua estrutura, especialmente em cunhais. Verifica-se esta situação em edificações de outra escala ao longo da história, onde em "*alguns castelos de xisto, grosseiramente aparelhados, tem também cunhais de granito (...)*", pois "*(...) na falta deste apoio, o resto da muralha não tardava a ruir."* [85]

---

[76] RIBEIRO, Orlando (1979), "Geografia e civilização: Temas portugueses", 2ª edição, s.d., Lisboa, p. 20;

[77] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito", município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 12;

[78] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), op. cit., p. 12;

[79] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), op. cit., p. 12;

[80] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), op. cit., p. 16;

[81] RIBEIRO, Orlando (1979), "Geografia e civilização: Temas portugueses", 2 edição, s.d., Lisboa, p. 20;

[82] RIBEIRO, Orlando (1979), op. cit., p. 21;

[83] "*A última rocha é muito dura, pesada e difícil de trabalhar; o seu uso é limitado a raras povoações muito rusticas assentes nas próprias surgências, usando-se em muitas delas a par com o xisto. (...) Este extrai-se das pedreiras em lascas que não carecem de nenhum preparo para se sobreporem em placas de ardósia, usadas como cobertura em certas áreas de montanha e, nalgumas cidades (Porto, Viseu, etc.), como revestimento de paredes de tabique(...)*" in RIBEIRO, Orlando (1979), op. cit, p. 21;

[84] RIBEIRO, Orlando (1979), op. cit., p. 21;

[85] RIBEIRO, Orlando (1979), op. cit., p. 21.

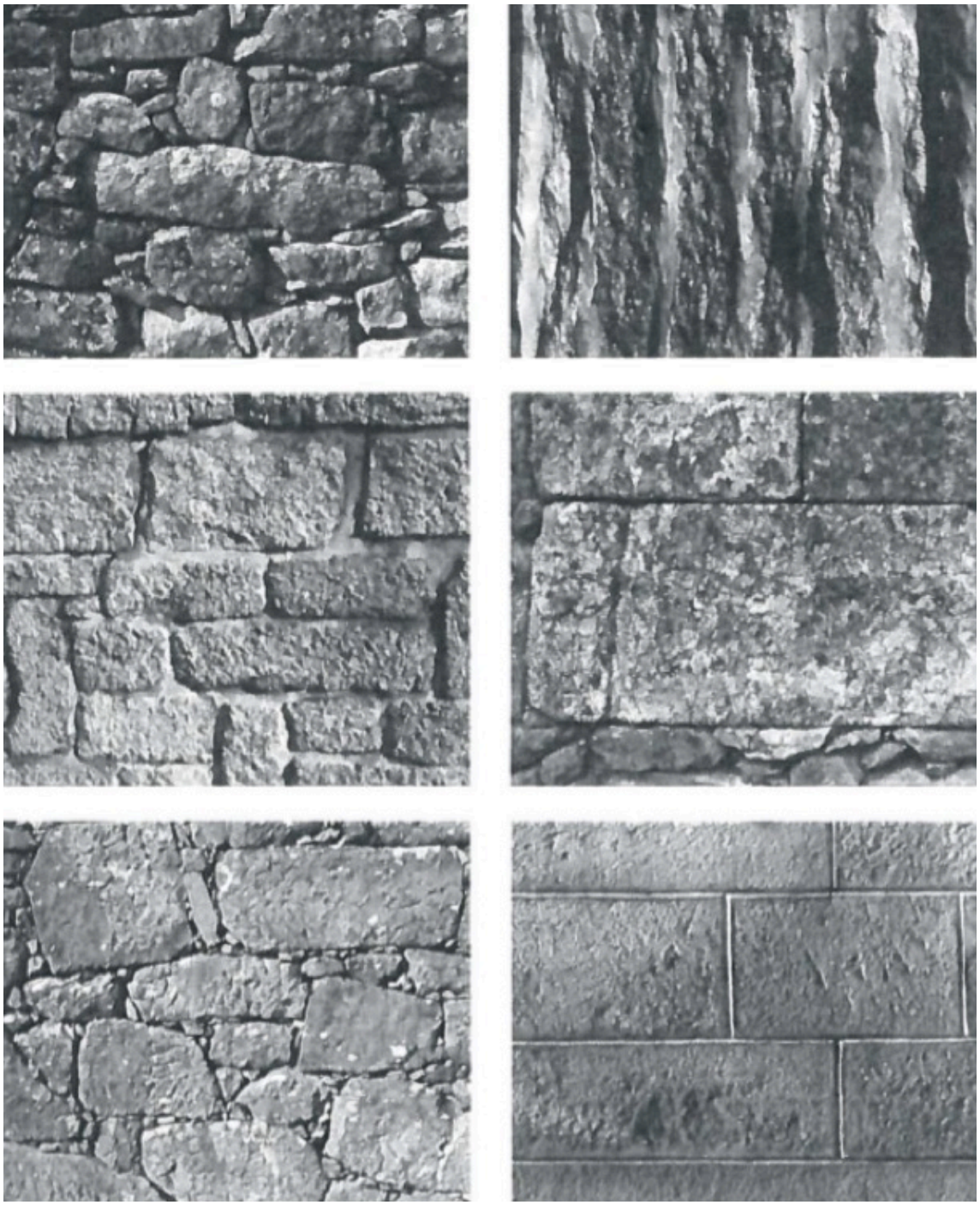


Figura 37. Registo de diferentes tipos de aparelho e expressão do granito

Portanto, quando na presença destes três materiais "*(...) a preferência pelo granito é manifesta.*"[86] Contudo, nem toda a sua utilização se devia à boa resistência e grande versatilidade de uso. Outras propriedades físicas singulares evidenciam o pragmatismo das antigas gentes, na forma como exploravam e aproveitavam da melhor maneira qualidades únicas destes materiais telúricos, à sua disposição. O granito, enquanto material de construção, sobretudo usado na conformação das paredes das casas, apresentava inúmeras qualidades atrativas, não somente aliadas às já referidas, mas de igual modo bom isolamento climático, que sobre contextos temperados proporciona o habitar confortável das casas. Enquadrando-se na descrição que Raul Lino reiterava sobre edificações com paredes de pedra no geral onde: "*Sente-se grande consolação quando se entra em casa com paredes grossas, que tanto defendem o interior da habitação dos grandes calores no estio, como tornam o ambiente caseiro mais aconchegado nos rigores do inverno*."[87] Contudo, dependendo do seu tipo e caraterísticas, também apresenta alguns inconvenientes, tais como dificuldade de extração, transformação e, fundamentalmente, de transporte. "*Predomina no norte o granito de grão grosseiro, mas a par deste existem outras variedades de granito com grão mais fino, utilizadas em cantarias onde se exige trabalho mais cuidado*"[88] Sendo este o caso do "*(...) granito amarelo, mais fácil de trabalhar, era utilizado nos trabalhos de cantaria: molduras de portas e janelas, (...) cimalhas e outros elementos decorativos*." [89] Tal circunstância, resultante das técnicas e sistemas de extração, teve como efeito colateral o emprego e uso "*(...) na construção de paredes de casas vários tipos de aparelho.*"[90]

Nas habitações mais antigas e rústicas, nos anexos de lavoura, empregam-se blocos de vários tamanhos, que se ajustam e travam pelas próprias irregularidades onde o "*uso da argamassa não é geral e denota um aperfeiçoamento do processo de construção*" [Fig. 37].[91] Em função da dependência destes recursos naturais, o cunho desta arquitetura é marcado por volumetrias de enorme clareza, sendo o seu exercício isento de *"(...) espúrios ou formas gratuitas."*[92] De igual forma, o seu uso possibilitou construir um elo identitário, equilibrado e harmonioso de extensão com a paisagem natural. Tendo sido através da inesgotável natureza variada dos seus atributos cromáticos e texturais, específicos de cada região que, o homem, foi capaz de deixar a sua impressão na "*(...) paisagem circundante, parecendo fundir-se com ela.*"[93]

[86] RIBEIRO, Orlando (1979), "Geografia e civilização: Temas portugueses", 2ª edição, s.d., Lisboa, p. 21;
[87] LINO, Raul (1992), "Casas Portuguesas", Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia, Lisboa, p. 27;
[88] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito", Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 64;
[89] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2004), "Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII E XIX: contributo para uma história da construção arquitetónica em Portugal", Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Cientifica, FAUP, Porto, p. 52;
[90] RIBEIRO, Orlando (1979), op. cit., p. 23;
[91] RIBEIRO, Orlando (1979), op. cit., p. 23;
[92] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), op. cit., p. 13;
[93] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), op. cit., p. 13.



Figura 38. Antigo açude e azenha em granito na proximidade do objeto de estudo

1.3.3 Metamorfose da Casa Popular

"*Na arquitetura – e também a mais ou menos longo prazo – o tempo joga como fator fundamental e não apenas como dimensão de observação, mas como dimensão da própria obra, sabido como é que um edifício tem uma vida – tal como uma pintura ou uma escultura – neste caso mais agitada pois que o cumprimento de determinadas funções concretas a obrigam a uma atualização – ou a um abandono – que o alteram como espaço organizado.*"[94]

Corroborando Távora, Oliveira Galhano, afirma que "(...*) a casa não é um elemento estático; como todos os elementos culturais, ela é sujeita à evolução e transformação, seja pela ação de novos fatores exteriores, influências e difusões, seja-o mesmo pela ação de uma dinâmica interna, reflexos de mutações gerais, invenções pessoais ou do grupo (...).*"[95] Resultando a sua condição atual de uma lenta evolução que conforma em si certas formas ancestrais, as manifestações formais da casa popular, que hoje encontramos espalhadas pelo território, refletem igualmente o progresso da história dos povos. Traduzindo-se mais recentemente a um conjunto de aspetos conotados à "*(...) melhoria ou economia da construção, (...) melhor ajustamento às circunstâncias, a progressiva ascensão social técnica, geral e individual, a evolução da sociedade e também a satisfação de sentimentos estéticos.*"[96]

Quer as revoluções liberais do início do século XIX, quer as mutações ocorridas no tecido social, não tiveram inicialmente tradução imediata com o advento industrial, ou expressão significativa na casa popular. [Fig. 38 a Fig. 40] De facto, a maior expressão nas formas primordiais das habitações apenas se tornou aparente após o primeiro grande conflito mundial e na segunda metade século XX, mais propriamente pós anos 60. Até então a circunstância socioeconómica do país era demasiado delicada e frágil relativamente ao resto da Europa, e particularmente agravada nas áreas rurais. Dentro deste cenário, Rosellyne Villanova reitera, que esta condição imediatamente antecedente ao fenómeno migratório das populações rurais, ao qual Touguinhó não escapou, encontrou os seus principais fundamentos na feia realidade subliminar desta situação. Um povo sem perspetivas, assente sob modos de vida arcaicos e precários, preenchidos por uma cultura de auto- subsistência, também esta alicerçada por uma perene condição económica frágil. Condição esta que também se refletia por consequência no modo de habitar: "*(...) as casas, subdivididas, eram muitas vezes pequenos cubículos onde se abrigava toda a família.*"[97] "*Apesar da sua solidez construtiva e perfeito enquadramento na paisagem, estas (...) eram desprovidas de todo o conforto e escondiam trágicas misérias.*"[98] Situação particularmente agravada com a emigração, que contribuiu para um maior abandono e consequente agravamento da condição precária e decadente de uma grande percentagem destas habitações rurais.

---

[94] TÁVORA Fernando (2006), "Da organização do Espaço", 6ª edição, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, p. 16;

[95] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1o Edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 367;

[96] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 367;

[97] LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel; VILLANOVA, Roselyne (1995); "Casa de sonhos: emigrantes construtores no norte de Portugal", Ed. Salamandra, p. 159;

[98] LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel; VILLANOVA, Roselyne (1995); op. cit., p. 159.



39



40

Figuras 39 e 40. Dois exemplos de coexistência entre antigas casas de arquitetura tradicional, em alvenaria de granito, em confronto com novas edificações de técnicas e materiais mais recentes

O setor agrícola deixou progressivamente de ser o refúgio e garante dos necessários meios de subsistência, resultando no abandono progressivo dos campos de cultivo.[99] Uma vez que as políticas económicas seguidas eram simultaneamente origem e causa da situação, as oportunidades destas pessoas, com níveis de escolaridade bastante reduzidos[100], conseguirem singrar por atividades mais compensatórias noutras paragens do território nacional eram igualmente desencorajadoras. De modo oposto, outros países são já fortemente industrializados e com população instruída. Neles *"(...) escasseia a mão-de-obra não especializada, que é paga com salários vultosos (...)."*[101]. É assim que *"(...) a emigração rompe com o destino de pobreza, permitindo a construção de alternativas que se concretizem pelo menos, na geração dos filhos."*[102]

A emigração acabou por se tornar a saída óbvia para uma percentagem significativa da população lusa inconformada com o contexto em que vivia na primeira metade do século passado. Muitos habitantes de Touguinhó, como de outras aldeias e áreas rurais interiores, viriam a emigrar e serem recrutados para trabalhos relacionados com a construção civil. Desta circunstância, ao mesmo tempo, entram *"(...) em contacto com a cultura urbana, dispõe de meios para adquirir os primores da civilização, que ai conheceu, que lhe são acessíveis, que já não lhe metem medo, e que vão entrando na categoria de hábitos necessários, inabordáveis apenas pelos níveis económicos mais débeis."*[103]

Após uma vida árdua de trabalho, mas com o esforço recompensado, muitos equacionem o regresso à terra natal e, através de um gesto profundamente conotado à natureza humana, planeiem construir o seu próprio abrigo. Este desiderato, além de representar uma afirmação de territorialização, é também reflexo do triunfo sócio- económico além-fronteiras. Com a abertura a um novo conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo de uma nova forma de vida e com a exposição a novos materiais e processos construtivos no seu trajeto profissional, o regresso representou a possibilidade destas pessoas criarem nas suas novas casas uma realidade alternativa adotando um "background", que não aquele anterior à emigração.[104]

Os benefícios inerentes à emigração destas populações a par de uma nova realidade económico-financeira, determina uma ambição significativa nas condições e formas gerais de viver e habitar. Numa primeira instância tal privilégio era apenas circunscrito aos que regressavam. No entanto, estas manifestações isoladas rapidamente alastraram a uma condição mais ambígua da rede populacional destes ambientes rurais.[105]

---

[99] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: espraiada entre pinhais, rio e mar", Pub. Anégia, Paços de Ferreira, p. 10;

[100] *Paulino Gomes reforça que esta situação ainda se verifica nos dias de hoje: "Outro problema prende-se com o nível de formação escolar e profissional, tradicionalmente baixo em toda a zona norte." Em particular no concelho de Vila do Conde, 23% dos agricultores são analfabetos e a grande maioria apenas sabe ler e escrever, isto é, são analfabetos funcionais (66,4%)",* in GOMES, Paulino (1997), op. cit., p. 111;

[101] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª Edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 368;

[102] LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel; VILLANOVA, Roselyne (1995); "Casa de sonhos: emigrantes construtores no norte de Portugal", Ed. Salamandra p. 23;

[103] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 368;

[104] JORGE, Pedro Fonseca (2007), "O "novo passado", in "Arquitetura Ibérica #20 – [RE]_Habitar", Caleidoscópio, Casal de Cambra, p. 17;

[105] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 369.



41



42

Figuras 41 e 42. Florescimento de novas edificações na proximidade do objeto de estudo refletindo o uso de novos materiais industriais, tais como o betão armado e blocos de cimento.

Per se, a industrialização introduziu e teve um impacto profundo na génese da casa popular, pois sem dúvida trouxe consigo um novo léxico relativamente a materiais e técnicas de construção que viriam a substituir os de uso tradicional, mais arcaicos. A consequência foi a de descaracterização regional do edificado, e a inevitável perda do carácter artesanal da arquitetura popular. O betão armado, o tijolo, os blocos de cimento constituem exemplos simples de alguns materiais de cariz industrial e semi-industrial. No seu conjunto, possibilitaram maior economia dos recursos financeiros disponíveis, maior facilidade construtiva e menor tempo dispensado na construção.[106] Deste rol, releva-se o impacto introduzido pelo tijolo, como resposta alternativa às paredes, ora interiores ou exteriores, de tabique. As vantagens atrás mencionadas deste material ganharam popularidade e aceitação por todo o país, que adotou o seu uso na generalidade, independente da geografia ou clima. Do mesmo modo, aqui no norte, tomou o lugar das habituais alvenarias de granito. [Fig.41 e Fig. 42]

Da mesma forma, a exploração de blocos de cimento, primeiramente pré-fabricados em pequenas instalações rudimentares, tornou-se popular no mercado pelo baixo custo, facilidade de manuseamento e emprego, apesar da menor qualidade relativa quanto ao seu comportamento térmico e resistência à humidade.[107] Nas regiões do noroeste nacional, para além do perpianho e da pasta, alia-se a exploração de uma nova técnica assente novamente em blocos, com *(...) formas especificas dessa pedra, extraída e aparelhada na própria pedreira e transportada seguidamente para o local da obra (...) onde é aplicada sem mais do que um último acabamento*"[108] O betão armado foi aquele que ganhou maior território. As propriedades e características inerentes do material possibilitaram a uniformização material dos procedimentos construtivos. A conformação de lajes, vigas de pavimento, coberturas, assim como estruturas de paredes, possibilitam enquadrar "*(...) painéis de tijolo furado, fabricado especialmente para este sistema, permitindo uma construção extremamente solida, rápida e versátil.*" Numa primeira abordagem, a utilização destes novos materiais não constituiu uma ameaça ao vocabulário formal das casas tradicionais, tão simplesmente visou colmatar questões de foro económico e facilidade construtiva. Esta realidade foi subvertida em prol da natureza inerente de cada um destes materiais, influenciando a génese, imagem e identidade regional da casa popular. Rapidamente se contaminaram a morfologia, o jogo proporcional e organização dos espaços interiores, com consequente uniformização ao longo de todo o território nacional, independentemente da geografia e cultura, sob a base de novos *"(...) princípios arquitetónicos, determinados e ajustados a novas conceções e modos de viver"*[109] que resultaram em novos modelos construtivos.

---

[106] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1o Edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 370;

[107] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 370;

[108] "*Perpianho são grandes blocos paralelepipédicos, de granito macio, cortados dos tamanhos que a pedra der, ou que se requere, conforme a parede (...);*" "*Pasta são também blocos ou placas paralelepipédicas, mas uniformes, regulares, estreitos e alongados e de granito duro como esteios espessos; (...) as paredes eram feitas desses blocos contíguos, com as juntas vedadas a argamassa (...) era usada sobretudo na zona do rio Minho, em Monção, e na região da galega confinante. (...) na construção (...) levam muito tempo a assentar porque tem muitas juntas que são tomadas a cimento, refundadas, e caiadas a branco ou pintadas a preto. (...) O perpianho é mais fácil de assentar(...)" in* OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), op.ci., p. 369;

[109] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 368.



43



44



45

Figuras 43 a 45. Novas manifestações descaracterizadas da casa popular. Em cima e em baixo, casas de emigrante, tendo a última influências de território francês. Ao centro, casa térrea de pobre qualidade adornada com cor amarela na fachada

A par da proliferação de expressão habitacional que o regresso dos emigrantes aporta, a densificação da paisagem rural é também consequente do uso de materiais industrializados produzidos em quantidade, da melhoria dos processos agrícolas e de ampliação da rede viária e de transportes ao permitirem a instalação local e desenvolvimento de novas oportunidades de negócio em setores laborais específicos.[110] Nesta nova realidade, Oliveira e Galhano destacam duas manifestações de valor opostos - a casa caixote ou blocos e a casa do emigrante retornado[111]. A primeira, de qualidade paupérrima, é desprovida de valores plásticos e materiais; o económico e o barato confundem-se, constituindo condição do novo habitante rural que, na sua essência, deixou de o ser.[112] A segunda, afigura-se como a "casa dos sonhos" do emigrante retornado, onde este pretende negar a memória de uma vida pobre, exibindo novos padrões civilizados, [Fig. 43 a Fig. 45]. Nestas casas evidencia-se a base dos modelos locais aos quais se foram cruzando e justapondo certos elementos decorativos, para posteriormente adotarem o modelo francês de cobertura inclinada e portadas exteriores. Sendo as varandas e escadarias de acesso ao piso habitacional, presente nestas composições, uma clara referência ao antigo modelo que, pela sua excentricidade, contudo, se revelam desprovidas de "(*...) significado lógico, funcional ou estético, em total desacordo com o sentido da paisagem.*"[113]

Segundo Oliveira e Galhano, a organização dos espaços interiores, é concebida segundo um critério racional de resposta meramente utilitária, assente em diretrizes legislativas. A distribuição funcional adquire alto rigor, não se encontrando discriminada por dimensões ou orientação dos espaços, sendo na maior parte dos casos iguais, onde apenas a chaminé denuncia a sua existência.[114] Desta nova organização interior destaca-se o compartimento sanitário, que salienta "*(...) uma marca da rutura com a miséria das condições de habitação anteriores.*"[115]

Em suma, pode-se concluir que a paisagem, mas sobretudo a casa de raiz popular, tal como a conhecíamos, perdeu o seu significado original. O sentido de permanência e perenidade a si associados, desapareceu e dessacralizou-se, transformando- se num mero valor económico desprovido dos valores humanísticos e materiais ancestrais que a caracterizavam.[116]

---

[110] GOMES, Paulino (1997), "Vila do Conde: Espraiada entre pinhais, rio e mar", Pub. Anégia, Paços de Ferreira, p. 112;

[111] "*As novas casas surgem na austeridade do casario de montanha ou ao lado das construções rudimentares das aldeias de planície, oferecendo, desde meados dos anos 60, o novo repertório do habitat vernacular: conforto interior, variedade de materiais e cores vivas. De conceção bastante uniforme, elas exibem as suas fantasias ao nível das fachadas: combinações de diferentes modelos de azulejos, pinturas de cores violentas, escadas em volutas, varandas ao longo de toda a fachada, telhados em mansarda, paredes que definem chaminés monumentais, telhados que se se desmultiplicam; tudo parece desprezar as tradições simples e por vezes austeras, expondo em toda a sua extensão as proezas da técnica. Chamam-lhes as casas de emigrantes.*", in LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel; VILLANOVA, Roselyne (1995); "Casas de Sonho – Emigrantes construtores do Norte de Portugal, Salamandra, Lisboa, p. 15;

[112] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª Edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 371;

[113] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 372;

[114] JORGE, Pedro Fonseca (2007), op. cit., p. 15;

[115] LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel; VILLANOVA, Roselyne (1995); op. cit., p. 64;

[116] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito", Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 110.



Figura 46. Ponte românica sobre o rio Este

2| A CASA

2.1 | Enquadramento do Objeto

Neste capítulo introduz-se o objeto de estudo. Face à ausência expectável de qualquer tipo de documentação, junto dos proprietários assim como dos órgãos munícipes responsabilizados, sobre a edificação em apreço, pelo facto de se tratar de uma edificação centenária vernacular em contexto rural daquele canto de Touguinhó, revelou-se tão necessário quanto pertinente partir para os respetivos levantamentos e estudo analítico do edifício.

"*A definição dos tipos e níveis de intervenção num edificio antigo deve pressupor o conhecimento adequado do objeto dessa intervenção (...)",* uma vez que *"(...) É vulgar não se dispor dos projetos completos dos edifícios, ou porque nunca existiram, (...) ou porque se extraviaram parcial ou totalmente, ou ainda porque estão desatualizados*."[117]

Espera-se deste modo poder colmatar o vazio informativo e proporcionar uma base rigorosa de trabalho assente numa série de procedimentos que visam o conhecimento mais aprofundado possível sobre o edifício em questão. Uma vez que já se reúne um conhecimento adequado do contexto em que o objeto se insere, cimentado por visitas assíduas de vários anos ao lugar e à casa que se localiza contigua ao objeto de estudo, procedeu-se então à respetiva visita interior do objeto que se desconhecia.

O primeiro contacto foi preponderante para se adquirir uma leitura impressiva do objeto de estudo, mas também para se proceder a um primeiro registo esquissado e fotográfico que pudesse estabelecer uma base inicial coesa de abordagem ao estudo desta tipologia habitacional de cariz popular. Do mesmo modo, serviu para planear as futuras visitas à casa para realizar os respetivos levantamentos geométrico, construtivo e das anomalias presentes no edifício.

Assim, expõem-se seguidamente, neste capítulo, numa estrutura que parte do mais abrangente para o mais particular, os dados mais relevantes ao completo enquadramento e pormenorização da casa. Os mesmos decorrem de um estudo inicial de base bibliográfica, no inquérito à Arquitetura portuguesa, na obra sobre habitação tradicional de Oliveira e Galhano, e etnografia portuguesa de Leite Vasconcelos, até ao efetuado *in situ*, durante o processo de levantamentos.

[117] APPLETON, João (2011), "Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção", 1ª edição, Edições Oríon, Amadora, p. 147.



47



48

Figuras 47 e 48. A cima, perspetiva aérea dos limites da propriedade familiar com o lote a trabalhar em cor de laranja. Em baixo, inserção do Lote no conjunto de assentamentos de Touguinhó

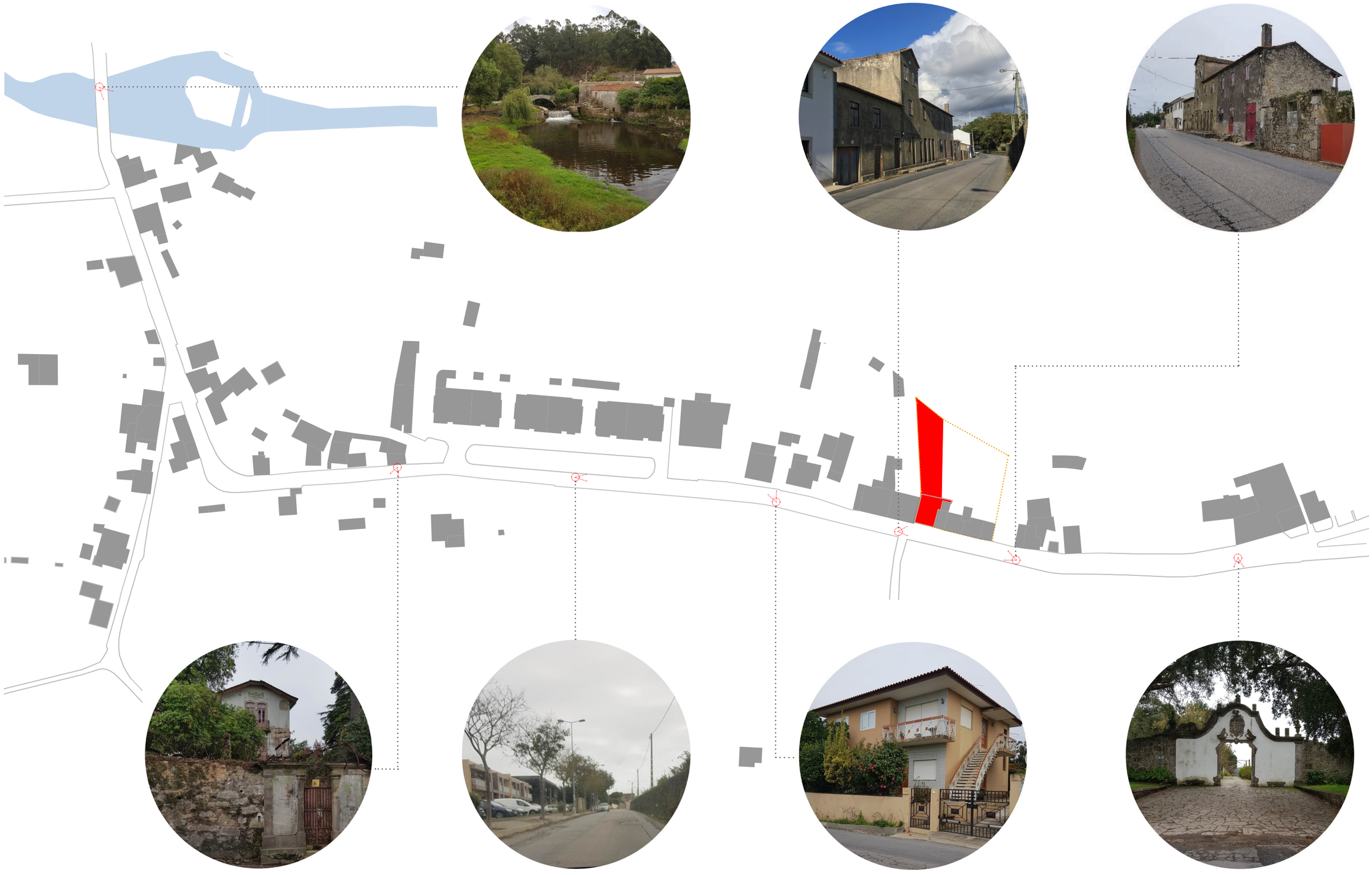


Figura 49 - Tipologias edificatórias presentes na rua do objeto de estudo

2.1.1. Inserção no Território

O objeto de estudo insere-se no lugar da Espinheira. Enquanto ponto de referência, a Espinheira situa-se numa zona de transição entre o lugar de Sobreposta e o Lugar da Garrida, este já pertencente à freguesia da Junqueira. Topograficamente, encontra-se relativamente aos demais num dos pontos mais baixos do vale, embora apresente em contraponto algumas circunstâncias bastante favoráveis.

Constitui, ainda atualmente, um ponto isolado. É apenas alcançado após atravessamento do rio Este, no trecho final deste, num cenário que tem tanto de singular como bucólico, pois que enquadrado por elementos de arquitetura rural identitária, bastante vincada, com elementos de fundo naturais biofísicos. Conta com antigas edificações rurais do século XIX, do qual se destacam antigas azenhas, uma em ruína, que funcionavam "*(...) nos rios e ribeiros, formando por vezes nos locais mais favoráveis verdadeiras cascatas de construções.*"[118] Tudo isto num pano de fundo arbóreo, bastante denso, com acesso por uma ponte do período românico que transpõe singelamente uma pequena cascata formada pelo rio Este e lhe dá acesso [Fig.46]. Demarca-se claramente, pelo menos a um nível sensorial, do frenesim sentido antes de chegar a este local. Após a passagem deste cenário é finalmente alcançada uma zona mais introspetiva. Esta, de maior isolamento relativamente aos outros pontos, situa-se numa cota com altitude mais do que necessária para exercer um bom domínio visual sobre uma grande depressão topográfica do território que enquadra todo o quadrante e panorâmico sul do Rio Ave, rematado no horizonte pela Freguesia de Retorta e Tougues.

O terreno, objeto da presente intervenção, situa-se num dos pontos mais altos ao longo do principal trajeto que atravessa o lugar, com a denominação de rua do Rio Este, e que faz a ligação à freguesia de Junqueira. Esta rua-canal bastante antiga apresenta apenas uma frente construída do seu lado esquerdo, a norte, uma vez que o lado oposto sul é limitado por um muro contínuo de uma propriedade privada. Este extenso muro de alvenaria de granito é a única fachada visível de uma quinta e ocupa praticamente toda a extensão do caminho público. A Norte, verificamos a sua frente construída, antigamente de forma bastante dispersa, e atualmente constituída por várias tipologias de carácter habitacional, de linguagem, contextos, configurações e registos temporais e arquitetónicos distintos que ao longo deste caminho se foram implantando com o decorrer dos tempos e atualmente convivem entre si.

A parcela a trabalhar tem uma dimensão relativamente pequena, comparativamente com os demais edificados da mesma face da rua [Fig. 47 a Fig. 49]. Dispõe de uma área total de 570 m^2, com uma forma aproximadamente retangular de bastante extensão e exiguidade, se bem que irregular devido a uma ligeira inflexão para poente, cortada a norte no sentido descendente direito. Na sua maior dimensão estende-se por cerca de 57 m. Uma vez que a parcela vai subtilmente alargando para norte, regista no seu final uma largura máxima na ordem dos 9,95 m. Ao mesmo tempo, constata-se que o terreno não apresenta grandes variações altimétricas.

[118] MOUTINHO, Mário (1979), "Arquitetura Popular em Portugal", imprensa universitária, Editorial Estampa, Lisboa, p. 43.



50



51

Figura 50. Perspetiva do logradouro rematado a norte do lote pela área de reserva florestal
Figura 51. Perspetiva do declive íngreme do vale, a norte do lote, descendo para o rio Este

De facto, acompanha ao longo da sua extensão o declive topográfico do pequeno vale no seu decaimento para o rio este. Situando-se o ponto mais alto da parcela precisamente a sul, na entrada da propriedade e o mais baixo a norte, constata-se do carácter bastante plano, apenas apresentando um desnível de 1,5 m entre estes dois extremos. Ainda assim, o terreno mantém-se sem qualquer desnível na primeira metade da sua extensão, a partir da qual se acentua a diferença entre cotas referida.

O único acesso à propriedade processa-se apenas pelo lado sul, pelo caminho público com o qual, de resto, a habitação tem uma relação bastante tangencial e abrupta. Não existe qualquer tipo de dispositivo físico que perfaça um passeio e sirva essa transição. Entra- se e sai-se pela porta de entrada da propriedade diretamente para a rua. Por outro lado, a parcela descrita não se encontra isolada. Constitui-se como parte de uma frente de um conjunto construído eventualmente nos finais do século XIX e inícios do século XX. Por consequência, partilha a norte com essas construções vizinhas, muros limítrofes dos logradouros, paredes de meação. O conjunto também corresponde a diferentes bens imóveis de uma mesma família. Abandonadas há vários anos, encontram-se atualmente em diversos estados precários de conservação. Segundo os relatos dos proprietários, uma delas está já completamente inutilizada por aluimento da antiga estrutura dos sobrados.[119]

A sul, a casa confronta-se no piso térreo com o muro de alvenaria granítica da quinta, mas estabelece, a partir do primeiro piso, um domínio visual bastante abrangente sobre o vale do rio Ave onde se encontram diversas culturas de milho existentes, assim como e a freguesia de Retorta com um cenário verdejante ruralizado que se vai esfumando no horizonte. A norte, o extenso logradouro encontra- se rematado fisicamente pela depressão ingreme do vale na sua descida até ao rio este e visualmente por uma grande mancha arbórea florestal que conferem a este quadrante da casa um ambiente de grande isolamento natural [Fig. 50 e 51].

[119] *Referente à casa mais alta, que se encontra ao lado direito do objeto de estudo, através de conversa realizada com um dos familiares do cliente responsável por ...* (12.12.2017).



Figura 52. Porta de Entrada principal da Casa

2.1.2. A casa no contexto da Arquitetura Popular da Região

"*A arquitetura é a arte de fazer coincidir as formas de uma civilização com o seu conteúdo*."[120]

"*A casa popular é um dos mais significativos e relevantes aspetos da humanização da paisagem, em que, na sua grande diversidade de tipos, afloram, com particular evidência, numerosos condicionalismos fundamentais geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais das respetivas áreas e dos grupos humanos que a constroem e habitam*. *É evidente que ela pode considerar-se um produto imediato de relações do homem com meio natural que o rodeia; e, como tal, traduz este último na sua diferenciação regional, já diretamente, pela utilização dos materiais locais (...).*"[121]

O pequeno edifício da casa que constitui a base de investigação deste trabalho, enquadra-se num contexto territorial que exemplifica o rememorar de um lugar [Fig. 49]. Lugar este onde esta tipologia habitacional é ainda hoje reflexo, através do seu carácter, de uma filosofia de vida que a seu tempo determinou vincadamente formas de viver, perpetuou maneiras de pensar, construir, organizar o espaço e, por consequência, habitar.

O trabalho e a subsistência a partir de culturas agrícolas emergentes, em relação com o que se conseguia extrair do lugar, desempenharam um papel fulcral na construção de uma arquitetura identitária, que nos diversos modelos tipológicos e mais concretamente habitacionais, se foi expressando e brotando ao longo do território português. Pode mesmo afirmar-se que independentemente do período, o lugar sempre desempenhou um especial cunho na forma como se fazia e pensava a arquitetura. Esta circunstância é notória nas mais variadas formas e configurações construtivas em que estas casas foram resultando. Também assim o refere Oliveira e Galhano na "Arquitetura Tradicional Portuguesa": "*Nem sempre e em todos os casos se encontra traduzido à letra este somatório de características. Há que admitir que a diversidade do meio, das pessoas e até de tipos leva a resultados únicos, posto que filiados em sistemas comuns.*"[122]

No presente objeto de estudo, a observação cuidada, a experimentação espacial decorrente do levantamento in loco conjuntamente com a pesquisa bibliográfica, permitem deduzir enquadrar-se pelo desenho e carácter numa das manifestações de um submodelo de arquitetura popular. Este, característico das regiões de entre Douro e Minho, no noroeste do País concretiza-se por uma interpretação típica de Casa de Lavoura, mais especificamente baseada "no tipo B", segundo Oliveira e Galhano modelo de casas com génese na região da Maia, [Fig. 52].[123]

---

[120] W. Lescaze in, TÁVORA, Fernando (1947), "O problema da casa portuguesa", Cadernos de Arquitetura;1, Manuel João Leal, Lisboa, p. 2;

[121] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 13;

[122] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, "Arquitetura em Portugal – Zona 1", [Vol. 1], 4ª edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, p. 41;

[123] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 66.

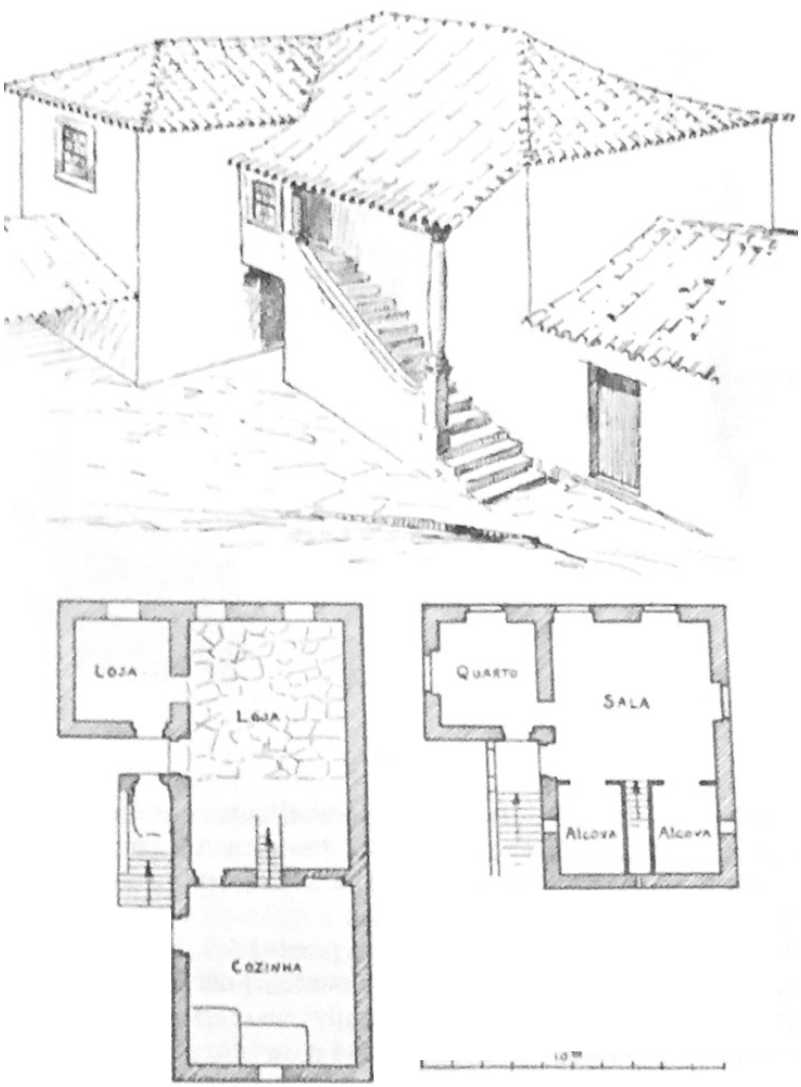


Figura 53. Representação ilustrativa da casa de Lavoura do tipo "B" das terras da Maia

Segundo opinião destes autores, estas casas constituem-se como atualização de antigas casas rurais de zonas remotas da cidade do Porto, onde se solucionam problemas e lacunas bastante específicas que aquelas edificações mais primitivas apresentavam. Problemas que se referiam à deficiente organização dos diferentes espaços da casa, na relação entre função e volumetria resultante. Apesar da edificação em estudo não se situar exatamente no local de origem da descrição documentada deste tipo arquitetura, não resulta descabido concluir, dada a proximidade destas regiões, esta poder ter influenciado, despoletado uma disseminação para as regiões contíguas. Aliás, a maioria das freguesias que compõem atualmente o concelho pertenciam, até finais do século XIX, a terras da Maia, assim como algumas às antigas terras de Faria.

Na sua Obra "Arquitetura Tradicional Portuguesa", Oliveira Galhano refere: "*Estas casas são de rés-do-chão e andar, com dois corpos formando um L de braços desiguais, o corpo principal é coberto por um telhado (...) Que se ramifica numa ala lateral mais baixa cobrindo o corpo menor. Encostado ao lado interno do primeiro, sobe uma escada de pedra com um patamar no alto; escada e patamar são cobertos por um alpendre formado pelo prolongamento (...) do telhado (às vezes raramente o coberto é independente) (...).*"[124] Estas "*(...) situam-se sempre à face da rua, correspondendo-lhes um terreiro maior ou menor, e um quintal ou cortinha. A fachada em L, onde se encontra a escadaria de pedra, dá para esse terreiro, e o mesmo sucede à cozinha térrea, que prolonga sem o andar superior, o corpo principal (...).*"[125]

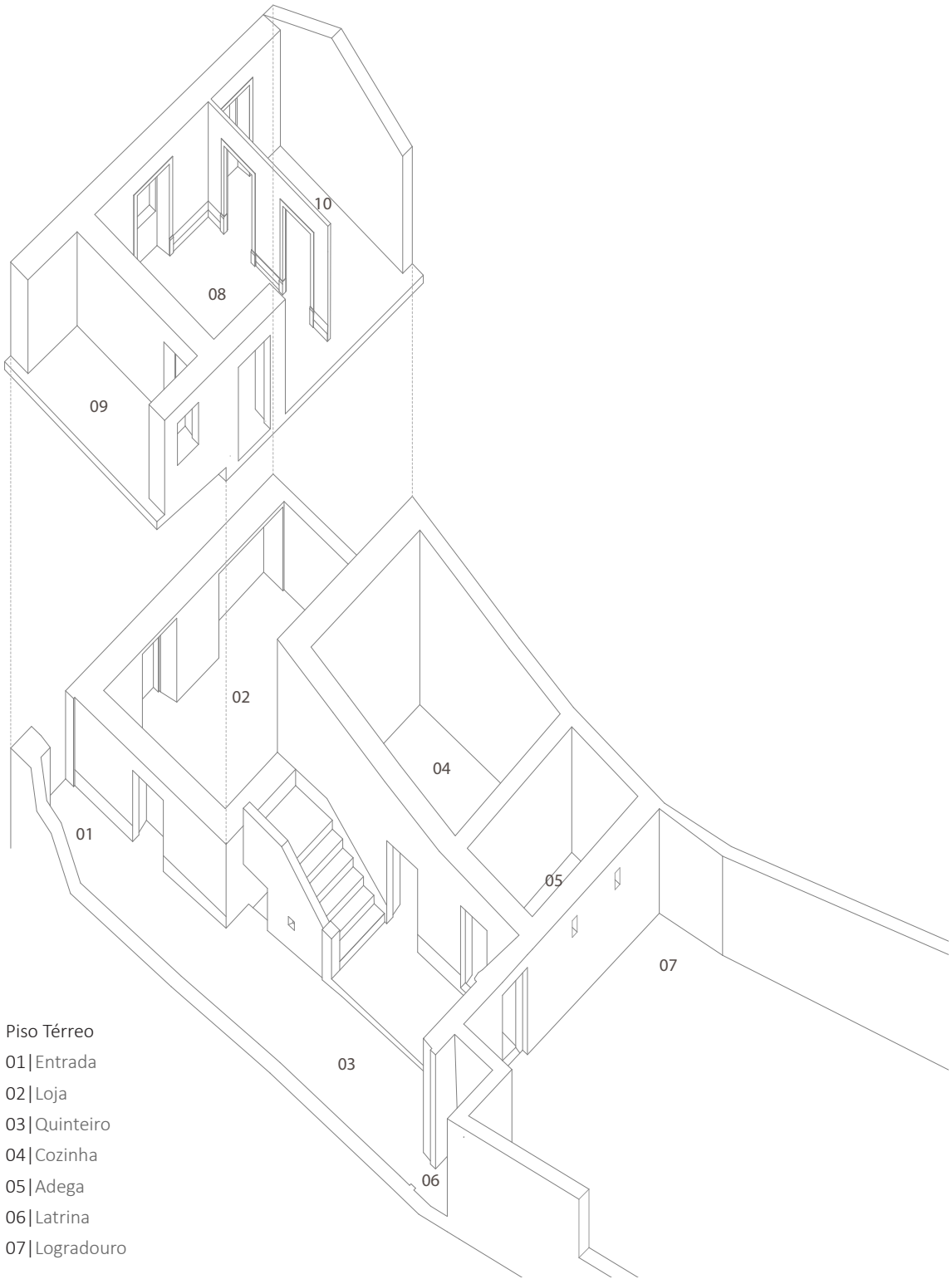
Como se verá adiante, estes elementos identitários são claramente discerníveis no edificado em estudo. Apesar de não se situar exatamente no local de origem da descrição documentada deste tipo arquitetura, não resulta, contudo, descabido concluir, dada a proximidade destas regiões, que aquela solução arquitetónica poderá ter influenciado e despoletado uma disseminação mais generalizada.

No que à volumetria diz respeito, está-se perante uma edificação de modestas dimensões agregada a outros edifícios com igual carácter humilde de construção, mesmo atendendo há época em que se implantaram neste caminho público e, mais concretamente, neste lugar da Espinheira. A pequena escala do objeto analisado, pode ser pressentida considerando a sua área na totalidade da parcela onde se insere. Morfologicamente, o lote acomoda-se a uma forma retangular com uma área de aproximadamente 570 m^2. A casa, de apenas 127 m^2 de área bruta de implantação, localiza-se num dos extremos do lote, concretamente a sul, numa relação tangencial com o antigo caminho público, agora rua municipal. O resto do terreno foi tradicionalmente reservado para a exploração da atividade agrícola.

Quando se visita o interior do edificado, é possível sentir a exiguidade dos seus espaços habitáveis, principalmente os da habitação. Na totalidade da área construída, dividida por dois pisos da habitação (excluindo o espaço da latrina com cerca de 1 m^2), apenas se contabilizam aproximadamente 83 m^2; o quinteiro exterior apodera-se dos restantes 35 m^2, [Fig. 53].

[124] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 66- 67;

[125] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 71.



Piso Térreo
01|Entrada
02|Loja
03|Quinteiro
04|Cozinha
05|Adega
06|Latrina
07|Logradouro

1º Piso
08|Sala Comum
09|Quarto Principapal
10|Quarto Rosa (Antigas alcovas)

Figura 54. Axonometria da casa, objeto de estudo, e dos seus principais espaços

No piso térreo, situam-se as áreas de trabalho, espaços interiores que se apropriam da maior percentagem na distribuição das áreas, com um total de 48,10 m^2. Este piso representa assim cerca de 59% da ocupação, mais de metade da área interior útil. A habitação disponível ao recato dos proprietários, no primeiro piso, resume-se apenas a uns 34,91 m^2.

O edifício integra-se num conjunto de outras habitações rurais, em banda, edificadas por uma mesma família que por aqui medrou desde finais do século XIX, início do século XX. Terão sido das primeiras edificações a brotar neste lugar, figurando entre as mais antigas do caminho municipal onde se debruçam. Apresenta apenas duas frentes e adota uma implantação em forma de L, que se orienta no sentido norte – sul. A cobertura, de duas águas, é revestida a telha vã, possuindo a vertente a norte uma pendente de maior expressividade do que a voltada a sul. Observa-se a polarização dos principais espaços privados da casa no braço mais curto, virado a sul e paralelo ao eixo da rua. Desta forma, dispõe de um piso superior assente num compartimento de loja inferior, no rés-do- chão onde porventura seriam "*(...) instaladas as cortes do gado, arrecadações e por vezes lagar (...)*"[126], embora não sejam visíveis vestígios deste último.

Privilegia-se a organização dos espaços nobres da casa expondo-os a sul, enquanto se destinam os espaços de apoio à lavoura e trabalhos afins para norte e em torno de um pátio. Assim, aproveitou-se para orientar as principais dependências do piso de habitação, para onde mais e melhor exposição solar existia, ora para estabelecer domínio visual sobre a rua ou sobre a paisagem envolvente. A condição sobrelevada deste mesmo piso, não só demarca volumetricamente a nível funcional os espaços mais recatados da casa, por contraposição aos térreos mais barulhentos e sujos, como aproveita esta condição para estabelecer relações privilegiadas de observação da envolvente próxima e distante sobre o ténue vale do rio Ave. Pelo contrário, os espaços sujos de armazenamento da lavoura ficam em torno de um terreiro e, convenientemente, orientados a norte para o extenso logradouro e terreno de trabalho agrícola da casa. Claramente, carecendo dos privilégios e valências enunciados anteriormente, estes compartimentos acabam por resultar em espaços pouco iluminados e previsivelmente húmidos.

"(...) É um edifício de arquitetura singela e lisa (...)"[127] em que a fachada principal, voltada a sul, no limite da rua municipal, apresenta um traço bastante simples de carácter pragmático e modesto. Nela se destaca um beirado despojado de quaisquer tipos de elementos ornamentais de maior elaboração, à semelhança do que sucede com o resto da casa. Reduzindo o desenho ao essencial, os vãos existentes são unicamente enquadrados por intermédio de lancis de granito integrando elementos de padieiras, ombreiras e parapeitos, que conformam os cinco vãos de dimensões e tipos distintos. Todas as paredes que constituem a estrutura da casa foram erigidas por intermédio de alvenaria de granito, a matéria-prima mais abundante no noroeste português e, por conseguinte, neste território em estudo.

No piso térreo observam-se três vãos de porta, dois dos quais dão acesso à antiga loja e se alinham pelos mesmos 1,98 m de altura.

[126] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 81;

[127] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 86.



55



56



57

Figura 55. Fachada principal sul da casa
Figura 56. Coberto de acesso ao quinteiro
Figura 57. Porta de entrada na habitação

Porém, pelo que foi possível apurar, um destes vãos possui maior largura que se deve a uma alteração efetuada em meados dos anos 50, para permitir o acesso de uma viatura. Quer esta porta, quer o portão encontram-se atualmente fechados e sem qualquer utilização. O vão de entrada, destaca-se dos anteriores não só nas suas dimensões, mas por se encontrar situado sobre um soco de granito exterior da casa que remata e serve de transição entre o acabamento rebocado atual da parede da fachada com o pavimento público. Para além disso, encontra- se subtilmente mais recuado em relação às outras portas, identificando-o claramente como ponto principal de acesso à casa, que pode ser acedida por intermédio de um pequeno bloco de granito que permite vencer a diferença de cotas entre a rua e o piso de entrada, [Fig. 55].

Neste tipo de construção, que Oliveira e Galhano designam de "tipo B", a porta principal não serve, contudo, de acesso direto à habitação.A porta "*(...) abre para um coberto anexo e contíguo , (...) ao qual conduz uma passagem por baixo do andar, cujo sobrado fica à vista sobre o seu forte travejamento e que é já um recinto de arrumos (...) antecedendo imediatamente o (...) quinteiro (...) e é deste que parte a escadaria de pedra que ascende ao patamar de entrada (...) e para onde abre a cozinha, se esta é térrea.*"[128] [Fig. 56]

Uma vez alcançada a porta principal, é-se de facto recebido e posteriormente conduzido por uma espécie de vestíbulo exterior, coberto pelo piso superior, de um dos quartos, "*(...) que dá logo no quinteiro (...)*"[129], um espaço de pátio alongado e exterior. À esquerda deste corredor, situa-se o compartimento da loja, a uma cota mais baixa em cerca de 35 cm, de nível com a rua. O quinteiro [130] constitui o primeiro espaço de receção do edifício e, embora já não mais com esta função, poderá originalmente ter servido como espaço para atividades agrícolas acessórias da casa "*(...) onde se empilham palhas, matos, lenhas e estrumes, onde as galinhas e por vezes os porcos andam a solta (...)*"[131].

É delimitado pelas duas fachadas em L da casa; por um muro de granito, que remata visualmente o limite norte da construção, e pela parede de meação da casa, que se progressivamente transformando em muro limítrofe a leste. É também neste espaço que se "(*...) sobe para a casa por escaleiras de pedra, ao cimo das quais há um (...)*"[132]patamar e deste à habitação, localizada no primeiro piso, [Fig. 57]. Contrariamente aos estudos fundamentados por Oliveira e Galhano, onde para o patamar de topo da escada "(*...) dão duas portas: uma delas da sala e outra do quarto, fronteiro á escada; (...)*"[133], a casa em estudo dispõe de uma configuração diversa.

---

[128] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 39;

[129] VASCONCELOS, José Leite (1980), "Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização/J. Leite de Vasconcelos, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, Vol. VI, p. 154;

[130] *Perante o carácter ambíguo que poderá existir derivado ao significado de certos vocábulos bibliográficos para qualificar alguns dos espaços do objeto de estudo, tais como terreiro e quinteiro, parece-nos, neste caso, mais adequado definir o pequeno espaço exterior, que o objeto de estudo envolve, como quinteiro. TERREIO (de terra). s.m. espaço de terra, plano e amplo; eirado, terraço; QUINTEIRO (de quinta). s.m. 3. Reg. Recinto descoberto e com estrume, junto à casa do lavrador. | 4. Quintã, eido, cortinha. | 5. Pequeno quintal murado; EIDO (l. adj., entrada). s.m. Quintal junto a uma casa; aido, pátio, quinteiro*;

[131] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 39;

[132] VASCONCELOS, José Leite (1980), op. cit., p. 156;

[133] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 67.



58



59

Figura 58. Sala comum com vista para as antigas alcovas
Figura 59. Perspetiva do interior do quarto sobrelevado

Com efeito, no patamar que encima a escada, apenas existe uma porta, ou seja, "*(...) a escada dá para a sala (...)*"[134] [Fig. 57]. A única relação existente, de acordo com Oliveira e Galhano, coincide com "*(...) estas duas divisões têm comunicação interior (...)*".[135]

De facto, tal sucede na relação do quarto com a sala existente. Pode assim afirmar-se que as bases das dinâmicas espaciais não diferem significativamente, assim como se pode encontrar no espaço do pátio o principal interlocutor de interface das diversas relações funcionais logísticas dos diferentes espaços e pisos da casa. No piso superior, dispõe-se, embora com áreas bastantes modestas e exíguas, a sala principal da casa, com janela para fora e dá para os dois quartos de dormir: "*A sala é, em toda a parte, uma dependência de natureza fundamentalmente cerimonial, relacionada com certas solenidades, (...) e também determinados acontecimentos festivos; ela situa-se por isso geralmente logo na entrada da casa, e é a divisão onde a preocupação decorativa e os elementos de luxo assumem maior vulto.*"[136]

Definida por três paredes de alvenaria de granito estruturais e uma de tabique, apresenta uma configuração dimensional bastante regular, geometricamente próxima de um quadrado, ao contrário dos compartimentos dos quartos de geometria mais próxima a forma retangular, de resto bastante estreita, [Fig. 58]. Um dos quartos é sobrelevado e estreito, transmitindo uma espacialidade bastante claustrofóbica e enclausurada, caraterizada por duas paredes longitudinais, que não distam mais que 1,60 m entre si, e por um teto, que apesar de já não existir, andaria perto dos 2 m de pé direito [Fig. 59]. Todos estes compartimentos encontram-se dispostos ao longo da parede da fachada frontal, na qual "*(...) as duas janelas de sala e do quarto grande rasgam-se a espaços regulares na fachada virada para a rua, com os seus largos alizares de granito (...).*"[137] Como já referido, um dos quartos encontra-se 50 cm sobrelevado em relação à sala, por meio de dois degraus.

O outro quarto, atualmente, é apenas um grande compartimento acedido por duas portas, cada uma encimada por uma bandeira. O espaço seria separado por uma parede transversal à de meação, criando assim duas pequenas alcovas. Ao contrário do quarto sobrelevado, estes apresentariam um carácter igualmente enclausurado, mas de geometrias quadrangulares. "*Um dos quartos tem janela, o outro é escuro.*"[138] Pelo que tem janela, é possível estabelecer relação com o território a sul, através de uma das janelas da fachada frontal. Pelo contrário, a única abertura e fonte de luz (indireta), da outra alcova, seria através da bandeira da porta que lhe dava acesso. Esta era, aliás, uma das características destes espaços, na sua essência: "*(...) as portas para a sala são largas e envidraçadas (...) e é só através delas que entra o ar e a luz.*"[139]. No piso inferior, além da passagem referida anteriormente, existe um compartimento correspondente à antiga loja da casa, cuja dimensão corresponde, sensivelmente, à soma das áreas da sala e do quarto cor de rosa, do 1º piso.

---

[134] VASCONCELOS, José Leite de (1980), "Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização/J. Leite de Vasconcelos, Imprensa Nacional –Casa da Moeda, Lisboa, Vol. VI, p. 156;

[135] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 67;

[136] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 40;

[137] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 68;

[138] VASCONCELOS, José Leite de (1980); op. cit., p. 156;

[139] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 68.



60



61

Figuras 60 e 61. Elementos da antiga cozinha da casa. Em cima a lareira e, em baixo, o forno

No seu estado atual, não se observa uma organização espacial compartimentada e especializada, como a evidenciada no piso superior, sendo apenas conformado pelas paredes exteriores "*(...) correspondendo às paredes de construção (...).*"[140] No outro braço do L, mais comprido, aproveitou-se a sua maior extensão para criar os restantes espaços de trabalho. Este braço, de apenas um piso, com estrutura de paredes em alvenaria de granito, possui todos os seus espaços voltados para o pequeno quinteiro. Atualmente, estes três espaços não possuem qualquer ligação direta entre si, sendo o seu acesso efetuado através do quinteiro.

Aqui a cozinha, "*(...) no rés-do-chão e fora do corpo da casa, mas a ele ligado, com telhado (...), sem chaminé (...)*"[141], assume igualmente um papel importante nas dinâmicas espaciais da casa. É o primeiro grande espaço ao qual se acede após alcançar o quinteiro. Aliás, segundo Oliveira e Galhano, nos concelhos particulares de Matosinhos e Vila do Conde e nas casas da Maia "*(...) assim como grandes casas rurais, algumas mesmo de feição burguesas, mostram a cozinha num anexo térreo, e não tem chaminé.*"[142] O fumo era escoado "*(...) pela telha vã do telhado, por algumas telhas levantadas para o efeito ou pelas portas e janela. Este era necessário para conservar alimentos, colocados ao fumeiro sobre a lareira, pelo que a cozinha (...) não dispunha de janela.*"[143] A sua área útil é praticamente a mesma área da sala localizada no piso superior. Apesar de hoje o seu intento de utilização não ter a mesma preponderância, na época em que a casa foi construída, assumia-se como um espaço nuclear de grande dimensão, onde para além de cumprir o seu propósito inicial, de confecionar e comer, servia igualmente para estar e reunir as pessoas junto da lareira, [Fig. 60]. "*(...) A cozinha é o compartimento essencial da casa, o local onde decorre toda a vida de relação da família, onde se cozinha, se come e se reúnem as pessoas depois do trabalho, sobretudo durante o Inverno (...).*"[144] Podem–se identificar nesta cozinha dispositivos que ajudavam a conferir a este espaço o seu carácter agregador, especialmente em períodos mais frios, "*(...) a um canto o forno (...) e logo a seguir o lar com a borralheira para a cinza (...)*"[145] [Fig. 61]. Para além destes elementos encontramos ainda um dispositivo bastante caracterizador destas antigas construções rurais: "*(...) ao meio, ou um pouco ao lado de uma parede ou então num canto da cozinha.*"[146], "*(...) assente no chão, a pedra da lareira.*"[147] Característico deste contexto encontra-se igualmente na cozinha o desenho de um "*(...) armário estreito, com repartições e porta (...)*"[148] integrado na estrutura da parede de alvenaria de granito, que divide a cozinha da adega, revestido a madeira, [Fig. 62].

No compartimento a norte da cozinha encontra-se a pequena adega, que faz o remate da volumetria deste braço com o logradouro traseiro

---

[140] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 69;

[141] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 69;

[142] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 34;

[143] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito", Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 47;

[144] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 42;

[145] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 69;

[146] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 42;

[147] VASCONCELOS, José Leite de (1980), "Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização/J. Leite de Vasconcelos, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, Vol. VI, p. 157;

[148] VASCONCELOS, José Leite de (1980), op. cit., p. 155.



62



63

Figura 62. Antigo armário da cozinha
Figura 63. Espaço da antiga adega

Um espaço completamente despojado de qualquer tipo de acabamentos e com o próprio chão em terra, destinava-se primordialmente à função de armazenamento de vinho produzido em pequena escala para consumo próprio. De realçar que inicialmente, nestes espaços interiores térreos *"(...) a maior parte do chão era terra nua."*[149] [Fig. 63] A localização escolhida, não é desprovida de sentido. Além de a nível funcional se situar ao lado do compartimento da cozinha, o facto de se localizar na posição mais a norte da estrutura da casa possibilita face à volumetria que esta dispõe menor exposição solar, resultando num espaço fresco. Este compartimento é bastante sombrio e apenas iluminado por duas pequenas aberturas, que dão para o logradouro e deixam entrar a quantidade de ar e luz necessárias à sua iluminação e ventilação, isto é, as condições necessárias à conservação do vinho. Apesar da existência desta particular função compartimentada nos edificados deste tipo "*(...) não existe lagar pois o vinho era feito em dornas.*"[150] É de referir que, segundo Oliveira e Galhano, nas casas de lavoura assim configuradas, para além da escada exterior, normalmente possuíam uma relação interior entre os pisos, ainda que fosse através da colocação de uma estreita escada entre as alcovas, onde era "*(...) visível a caixa de escadas que desce para a cozinha.*"[151]

Da cozinha, "*(...) Além da porta para o exterior há também a porta da escada que sobe para a sala, e a que dá passagem para as lojas (...)*"[152] que ligavam fisicamente estes os dois espaços.

No entanto, no caso concreto do objeto em análise, constata-se a total inexistência de qualquer tipo de relação física ou até mesmo visual entre pisos. Resultando assim, numa clara demarcação física interior entre o espaço habitacional, e mais privado do primeiro piso, e os espaços térreos de apoio ao trabalho agrícola. Contudo será lícito afirmar que, ainda assim, haveria uma relação de proximidade entre a sala e a cozinha, pois apenas seria necessário descer ou subir o pequeno lanço de meia dúzia de degraus existentes. Não obstante, à luz dos padrões de habitabilidade e conforto contemporâneos, esta circunstância de dependência de uma relação exterior entre a sala ou quartos e a cozinha da casa, ou vice-versa, seria desconfortável e inaceitável, principalmente no Inverno.

As relações descritas permitem, porém, evidenciar a importância do quinteiro, nomeadamente do seu especial relevo nas infinitas relações espaciais que é capaz de estabelecer entre os diversos espaços da casa, que salvo no primeiro piso, se encontram isolados e por isso autónomos. "*O pátio ou eido, vedado à volta pelo conjunto de que se compõem estes organismos, é uma autêntica sala ao ar livre. Por ela se tem acesso a tudo e para ela são todas as portas.*"[153]

---

[149] VASCONCELOS, José Leite de (1980), "Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização/J. Leite de Vasconcelos, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, Vol. VI, p. 152;

[150] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 69;

[151] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 69;

[152] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), op. cit., p. 69;

[153] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato Nacional dos Arquitetos, "Arquitetura Popular em Portugal – Zona 1", [Vol.1], 4ª edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, p. 38.



64



65

Figuras 64 e 65. Latrina vista do quinteiro, em cima, e do espaço do logradouro em baixo

Como conclusão, há que destacar numa construção datada da época, ainda que de menor relevância para a volumetria conjunta, a falta de inclusão de um espaço reservado às necessidades fisiológicas mais básicas. Este compartimento, como aqui se constata, encontra- se separado do resto das funções interiores e estrutura da casa. Isolado na secção norte, de entrada virada para o quinteiro, constitui a restante parte da barreira traseira com o terreno do logradouro, consistindo de um pequeno volume com a latrina que é isento de qualquer qualidade construtiva. Construído à margem da estrutura da casa encontra-se atualmente bastante retalhado do ponto de vista construtivo, devido às sucessivas alterações a que foi submetido, caracterizadas por intervenções precárias, de natureza pragmática, [Fig. 64 e 65].



Figura 66. Registo da data de construção na fachada principal da casa adjacente mais alta

2.2 | Registos e Estado Atual

2.2.1. Anamnese - História da Casa

Com significado paralelo ao que lhe é atribuído no campo da medicina, a Anamnese, ou o trazer de novo à memória, constitui uma dimensão importante na sedimentação do conhecimento sobre um determinado edificado.[154] Uma vez que da leitura inicial apenas resultaram impressões vagas e gerais, pretendeu-se através da anamnese aprofundar as informações disponíveis sobre o edificado a intervir. Assim, precipitou-se um diálogo franco e fluído com o cliente e família, de modo a validar deduções que decorreram igualmente do processo inicial de levantamento, bem como esclarecer um conjunto específico de dúvidas. Num primeiro plano, visou-se o melhor entendimento da vida atual do edifício.

O diálogo estabelecido com o patriarca da família revelou-se particularmente frutífero. Não só tinha nascido no edifício, como o tinha habitado até ao final da adolescência. Mesmo após essa fase da sua vida, nunca se distanciou fisicamente do mesmo de modo significativo. Tinha residência efetiva na mesma rua, à distância de duas casas. Não foi possível precisar com exatidão o ano da construção do edifício. De acordo com o entrevistado, por relato dos seus avós, seria certo que o objeto de intervenção já se encontrava construído antes da casa imediatamente à esquerda com a marcação 1900 no topo [Fig. 66]. Foi mesmo possível avançar que o edifício terá sido o primeiro a ser erigido no lugar, numa porção de terreno agrícola familiar, que mais tarde haveria de ser parcelado pelos herdeiros.

A idade do objeto de estudo pode, deste modo, ser remetida com alguma segurança para um intervalo temporal inserido nos finais do século XIX. Durante o período em que nele viveu o entrevistado, não se registou qualquer intervenção com o propósito de alterar a composição volumétrica por acrescento de novas células ou o aumento de espaços de trabalho. A estrutura manteve-se também constante, na base atual dos três grandes espaços térreos, sobradados por um piso habitacional.

No que concerne à organização dos espaços interiores da casa, foi possível concluir que nem sempre mantiveram a mesma matriz funcional. Inicialmente, a antiga loja por baixo do piso superior da casa, hoje espaço uno confinado pelas espessas paredes de alvenaria de granito, seria um espaço dividido em dois compartimentos. A divisão espacial estaria garantida "*através de uma parede de madeira.*" A descrição, contudo, não permitiu excluir que pudesse igualmente ser uma divisória em tabique.

---

[154] "*Estabelecendo um paralelo com o campo da medicina, antes da realização de qualquer inspeção, deverá ser realizado o enquadramento geral, o historial da casa, o que se designa por anamnese, realizando para tal entrevistas aos utentes, vizinhos ou outras pessoas que tenham tido qualquer relação com o edifício. Embora a fiabilidade desta informação possa ser duvidosa, ela deve ser considerada útil e, posteriormente, confirmada in situ*", in TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2013), "Salvaguarda e valorização do edificado habitacional da cidade histórica: metodologia de intervenção no sistema construtivo da casa burguesa do Porto / Joaquim José Lopes Teixeira, Prof. Responsável Rui Póvoas", FAUP, Porto, p. 448.



Figura 67. Esquisso decorrente da entrevista com o patriarca

Para além desta organização espacial diversa da loja da casa, não existiriam outras relações interiores com as outras células, nomeadamente a cozinha. Foi explicado que nunca existiu qualquer relação espacial entre os compartimentos da loja e a cozinha, assim como da cozinha para espaço contiguo da adega, a norte. Todas as relações eram filtradas pelo exterior, através do pequeno quinteiro. A porta única, por baixo do coberto de entrada do edifício e do quarto no piso superior, foi desde sempre o único acesso à loja e demais compartimentos pelo interior do edifício. A pequena porta ao lado da entrada principal sobrelevada, asseguraria por sua vez o acesso a partir do exterior. Era neste compartimento que a progenitora do entrevistado trabalhava e apenas a partir deste se poderia aceder ao segundo, onde era produzido vinho.

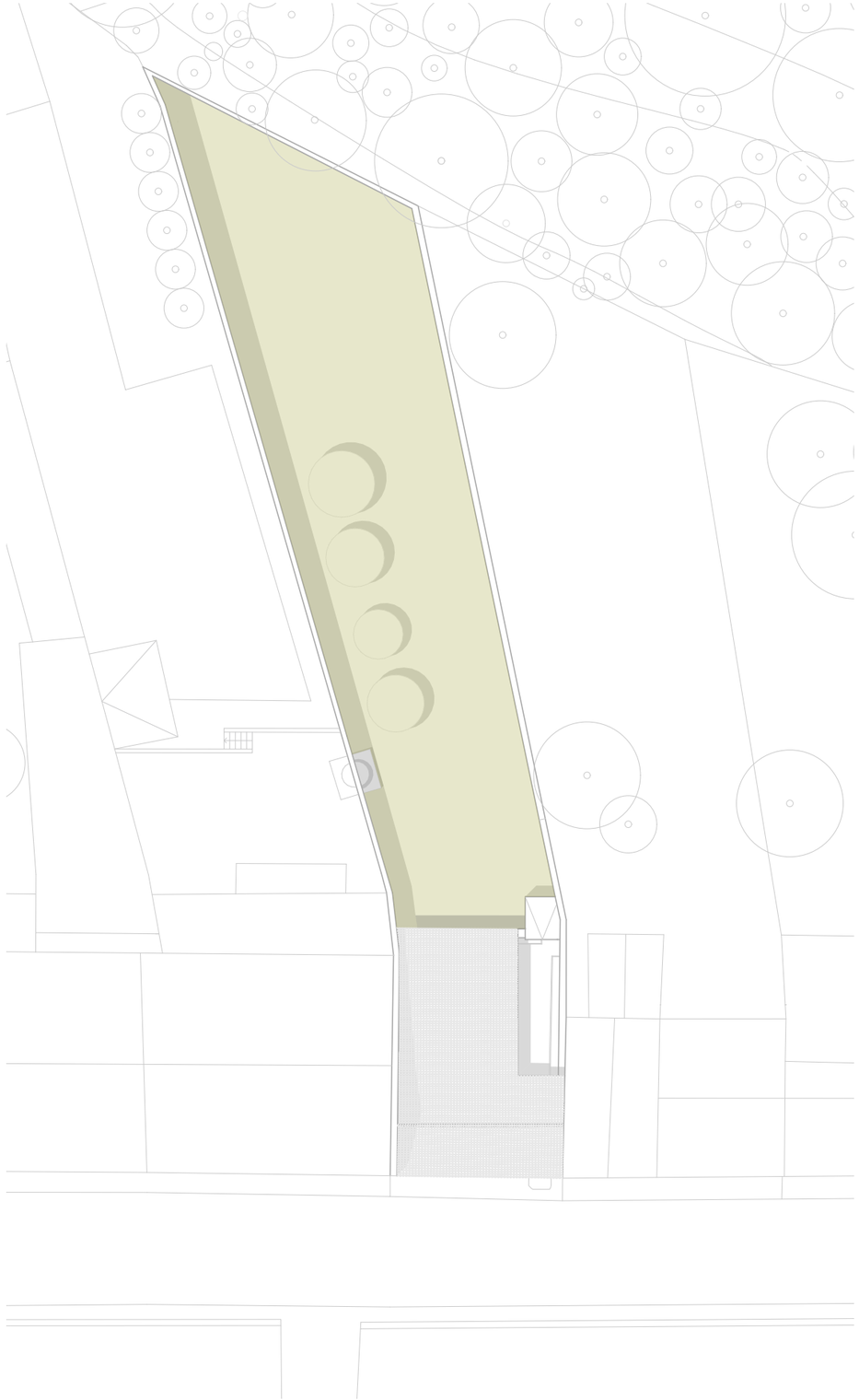
Nenhum dos dois espaços tinha tratamento do pavimento, resumindo-se ao terreno em terra batida, e apenas o primeiro dispunha de luz natural, embora filtrada pelos panos de vidro existentes na porta exterior de acesso à rua. A dado período a família residente mudou-se para uma nova habitação, contígua a esta, do seu lado direito e de maior dimensão.

A pequena casa terá ficado sem uso diário. Como apresentava alguns problemas, estes agravaram-se com a ausência de utilização e de manutenção. Nos seus primeiros anos de vida de adulta, o entrevistado reocupou o edifício tendo encetado nesse período as alterações mais significativas e, simultaneamente, mais recentes. A introdução das lajes de betão do primeiro piso decorreu da ruína de grande parte da antiga estrutura de sobrados em madeira. Mesmo a parte que não ruiu já se apresentava num estado altamente comprometido: "*cheia de humidade e infestada de caruncho*".

O entrevistado tinha ocupação profissional na cidade de Vila do Conde. A necessidade de querer guardar a viatura usada na deslocação determinou por consequência a abertura do vão mais largo na fachada sul e à demolição da parede de tabique existente. Adicionalmente, revestiu o solo, acrescentando um pavimento sólido e impermeável, alteração que também se estendeu à cozinha.

A cozinha era, durante a infância e adolescência do entrevistado, o espaço nuclear da casa. Constituía o espaço diário de reunião familiar e, especialmente em épocas de maior severidade climática, o desejado aconchego em volta do fogo ateado na laje sobrelevada. No entanto, "*decorrente de outros tempos*", as condições eram tão precárias que o chão era em terra batida, à semelhança da loja, e não havia mobília. A mesa e os bancos eram simplesmente improvisados com amontoados de palha. A funcionalidade do espaço foi aumentada com a instalação de uma pia, que ainda se mantém neste espaço, e pelo revestimento das paredes com reboco.

No piso sobradado, correspondente à habitação, os seus espaços atuais mantêm na essência a sua organização inicial. Apenas foi feita ressalva, confirmando o raciocínio feito aquando da primeira visita, que o compartimento atual do lado direito, correspondente a um dos quartos, acedido por dois vãos, daria acesso a duas pequenas alcovas autónomas separadas por uma parede de tabique. Eventualmente o acabamento em cor amarela das paredes de fachada, consistiria originalmente num reboco de cal, caiado de branco.





Alçado do conjunto edificado rua Sul
Escala 1.200

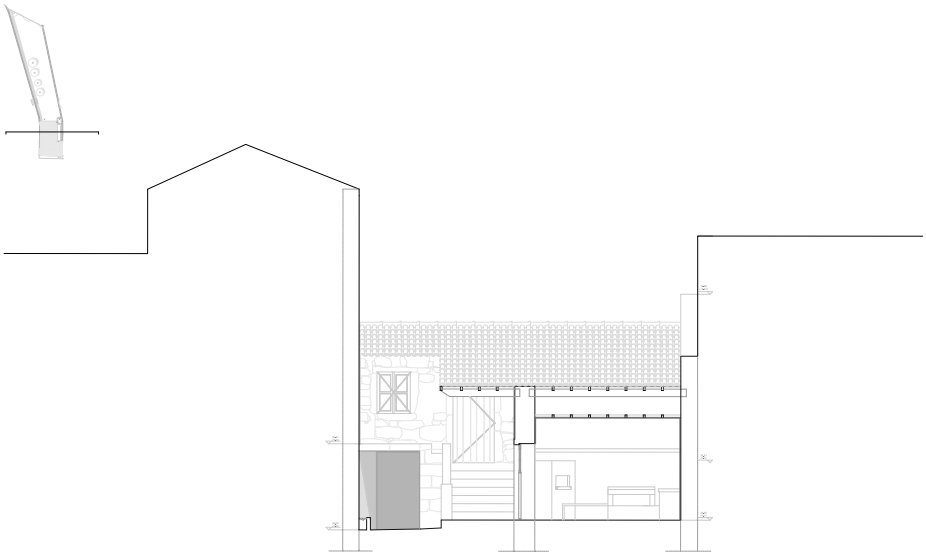
2.2.2 | Levantamento geométrico

A fim de encontrar alguma informação de base, antes de iniciar o levantamento geométrico, procedeu-se a uma consulta ao gabinete de urbanismo da Câmara Municipal de Vila do Conde, com o intuito de adquirir a informação digital do lugar. Do mesmo modo, foi providenciado por um dos familiares, que vive na casa branca contígua ao objeto de estudo, informação referente ao levantamento mais detalhado da envolvente próxima, executada aquando do projeto para a reabilitação da sua nova casa.

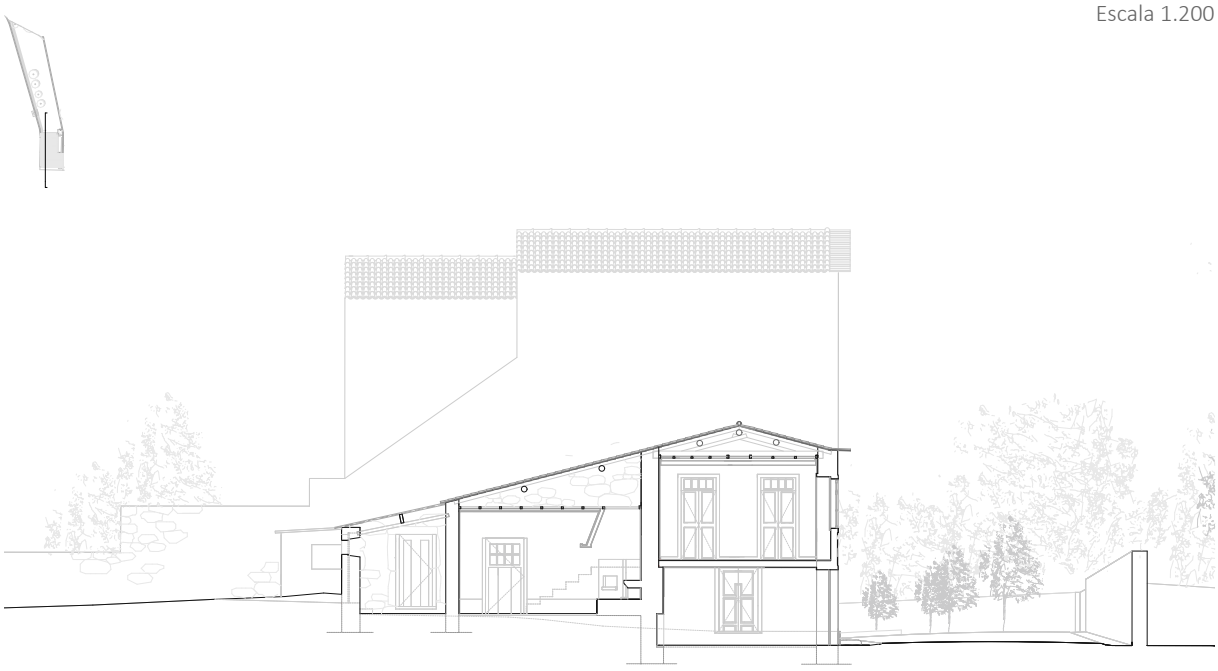
A partir desta base informática procedeu-se então à elaboração do levantamento geométrico, onde se foi paralelamente confrontando a informação providenciada com o contexto físico para perceber se existiam assíncronias de cariz geométrico e dimensional entre ambos. Tal não se verificou. Assim, constituiu suporte desta tarefa, o impreterível apoio material de variados tipos de fitas métricas, medidor laser, nível e cordel. Do mesmo modo, o uso paralelo do computador durante este processo constituiu apoio essencial para, de forma rápida, ir construindo e averiguando medidas a serem retificadas. Tal método permitiu uma enorme economia de tempo dispensado, assim como o número de visitas ao edifício para esse fim. Assim, numa primeira instância, mediram-se em planta todas as paredes perimetrais da volumetria. Por se tratar de uma edificação rural, rapidamente se percebeu que a configuração dos espaços interiores da casa e do quinteiro apresentavam uma geometria altamente irregular. Por conseguinte, para se averiguar a correta dimensão e geometria dos diferentes espaços, além da medição das quatro faces que os conformam e das respetivas diagonais, teve de se proceder à utilização de triangulações. As medições permitiram fixar rigorosamente a geometria dos espaços, bem como implantar importantes elementos existentes como é o caso dos vãos.

Uma vez concluído o levantamento de todos os espaços exteriores e interiores em planta, procedeu-se ao registo dos seus dimensionamentos altimétricos com a finalidade de poder reproduzir os cortes e alçados da volumetria. Adicionalmente aos meios de medição utilizados anteriormente, quando as distâncias e alturas das paredes ou dos vãos eram de fácil alcance, fez-se uso auxiliar de um escadote que possibilitasse a medição direta dos elementos. Quando tal não era possível ou insuficiente, o medidor laser revelou-se uma ferramenta imprescindível para colmatar essa lacuna. Relativamente aos alçados da casa e principalmente ao que se encontrava voltado para a rua, além do método anterior, recorreu-se à fotografia.

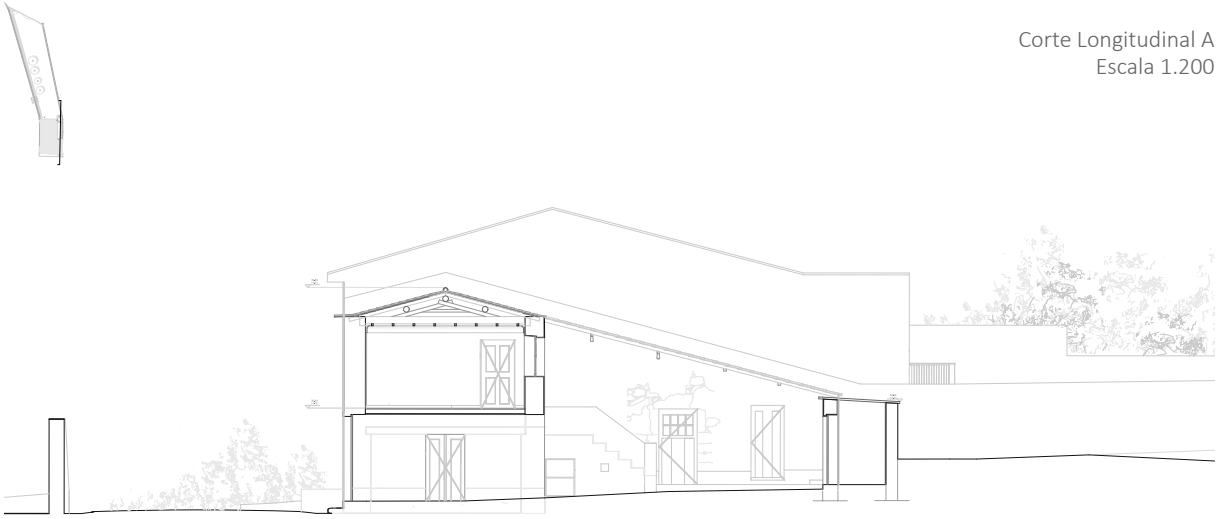
Tratando-se as casas contíguas ao objeto de estudo de propriedades de familiares do cliente, não se levantou qualquer entrave à realização do levantamento. Contudo, revelou-se necessário, paralelamente a este método, a fotomontagem de todas as fachadas que compõem este plano para digitalmente se poder determinar e comprovar certas relações que passaram despercebidas no local. Do mesmo modo, este processo possibilitou, nas fachadas tardoz e do quinteiro, quando visível, desenhar com rigor a forma do aparelho de alvenaria de granito que conforma a casa. Apesar do rigor que se tentou conferir aos registos elaborados durante o processo de levantamento geométrico, admite-se que os desenhos possam naturalmente conter algumas pequenas discrepâncias face ao existente. Apresentam-se assim seguidamente os desenhos das plantas, alçados e cortes do levantamento geométrico à escala 1/200.



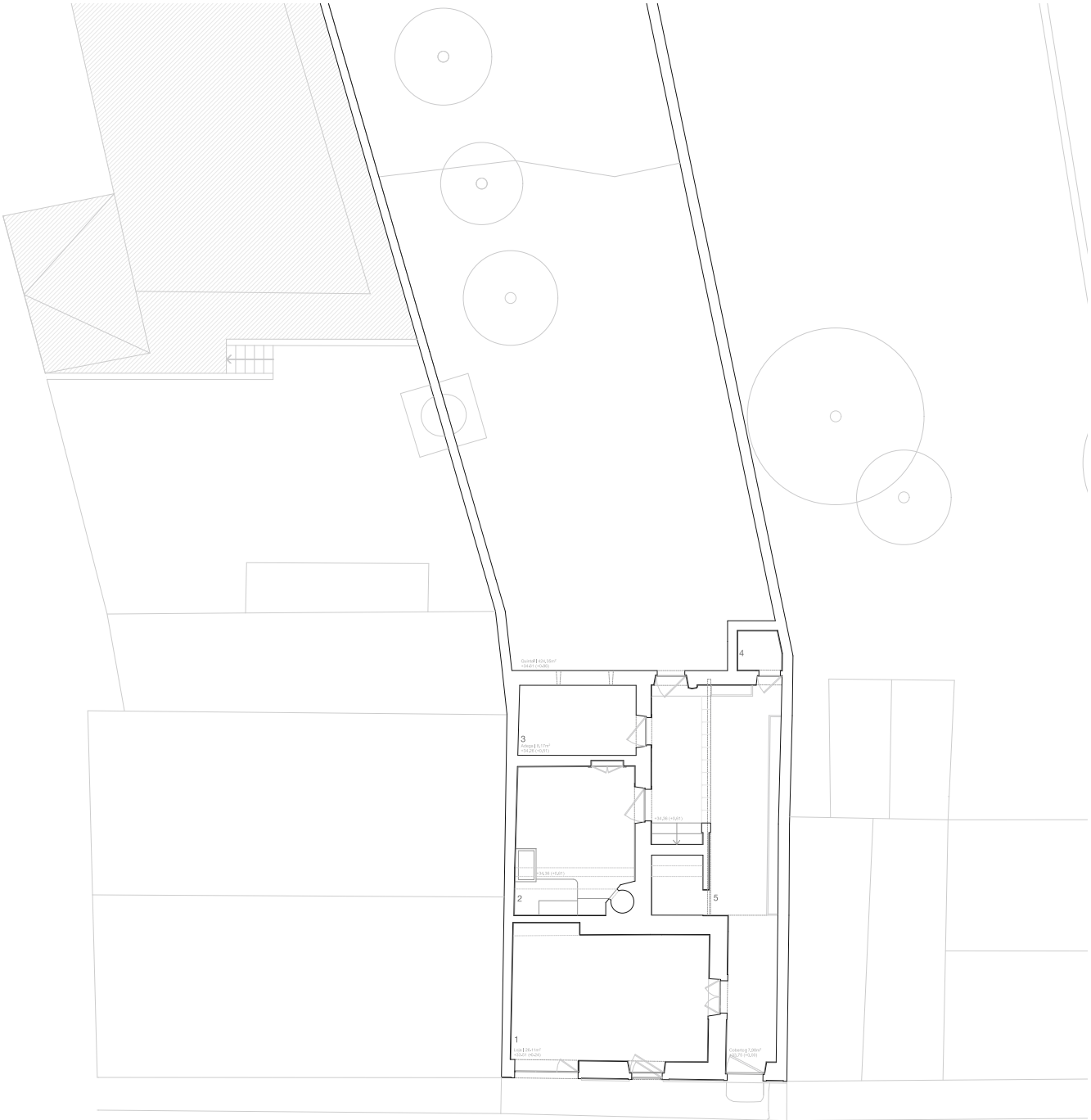
Corte Transversal A
Escala 1.200



Corte Longitudinal A
Escala 1.200



Corte Longitudinal B
Escala 1.200

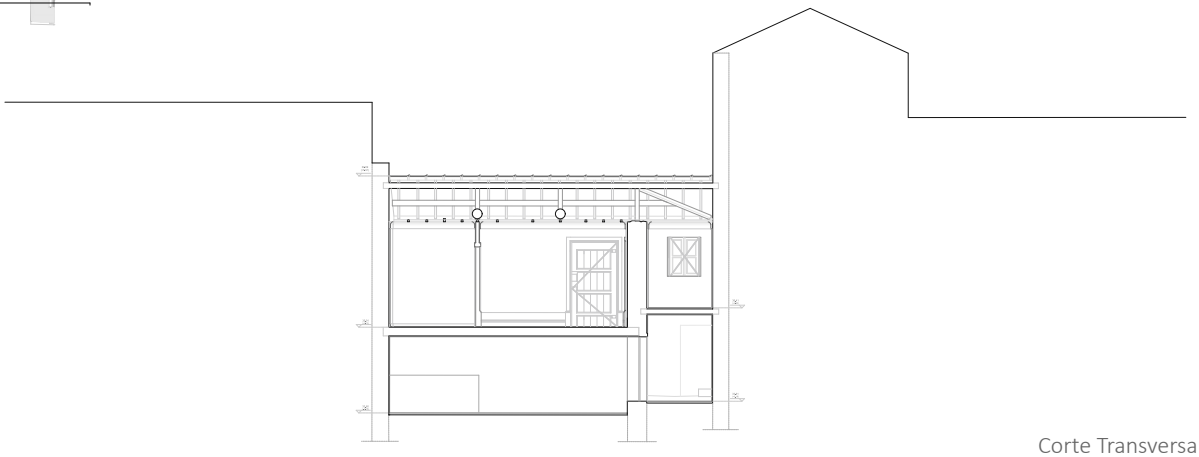


Legenda

1. Loja - 26.11 m²
2. Cozinha - 13.81 m²
3. Adega - 8.17 m²
4. Latrina- 1.73 m²
5. Quinteiro - 30.50 m²

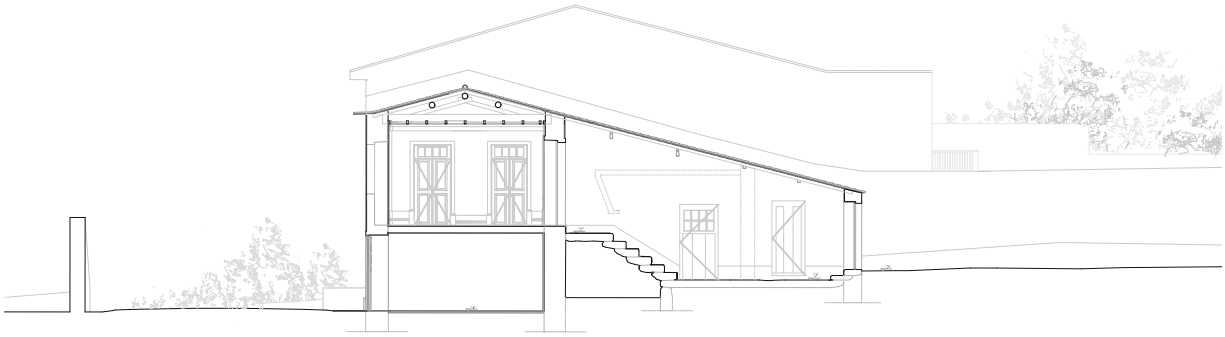
Planta Piso Térreo
Escala 1.200



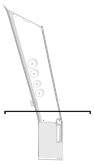


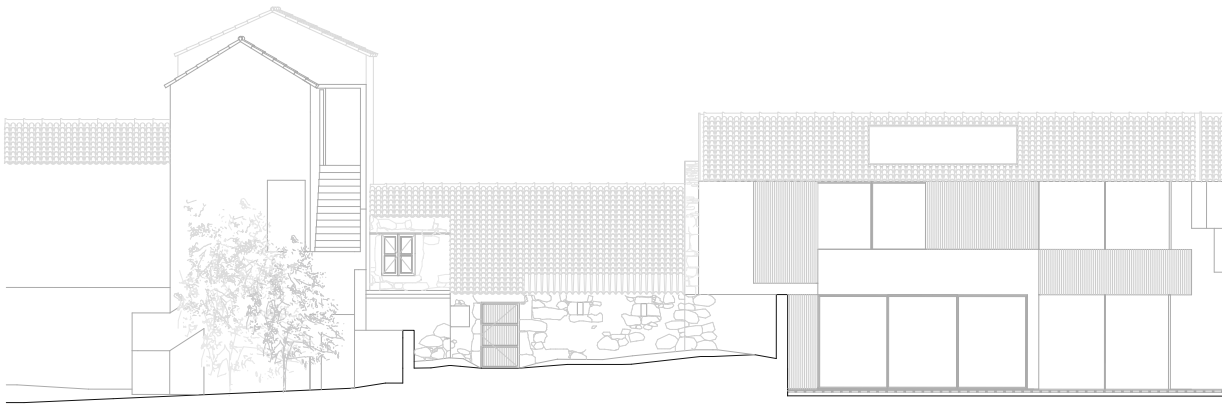
Corte Transversal B
Escala 1.200



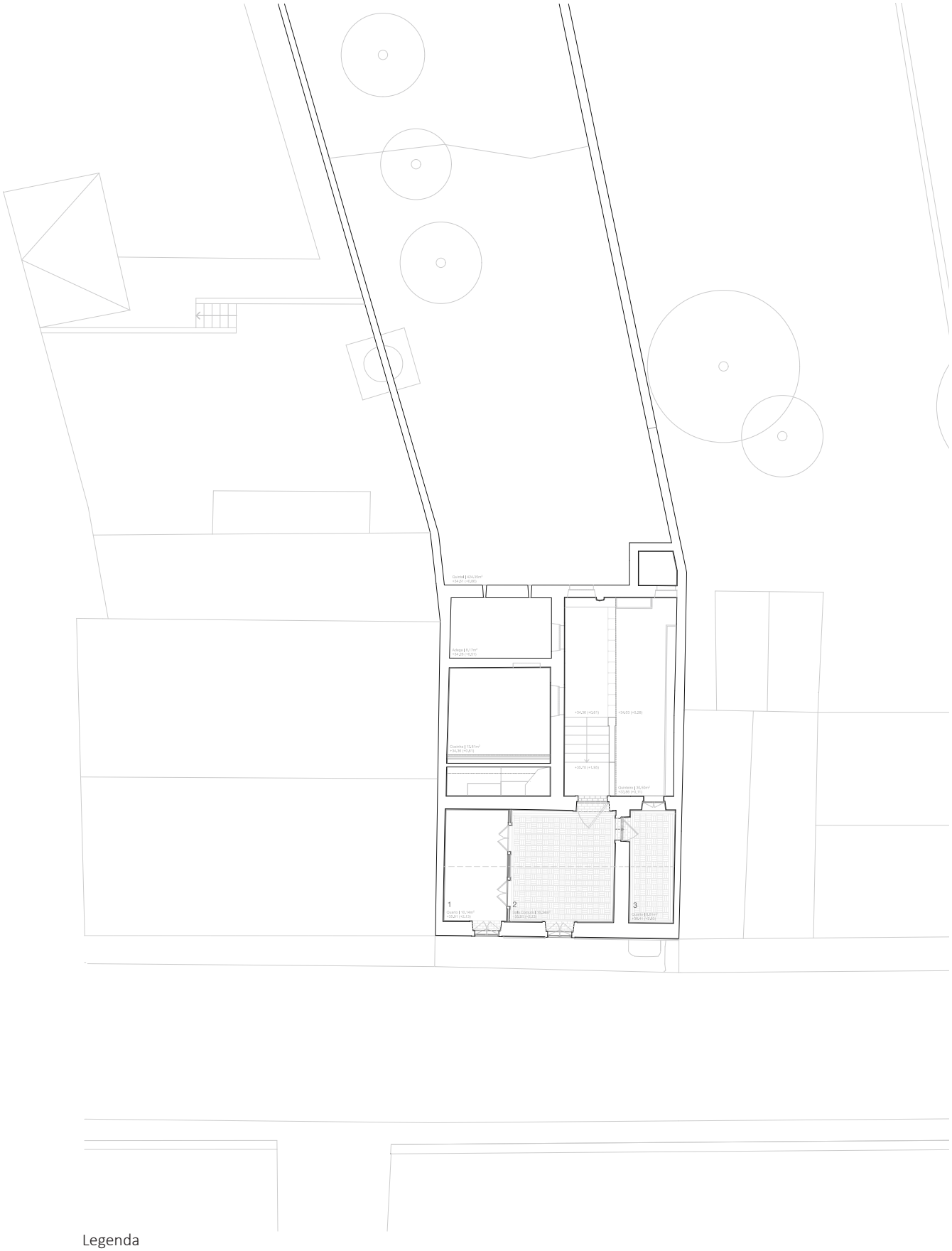


Corte Longitudinal C
Escala 1.200





CorteTransversal C
Escala 1.200



Legenda

1. Quarto Cor de Rosa (Antigas Alcovas) -10.14 m²
2. Sala - 16.34 m²
3. Quarto Sobrelevado - 6.81 m²

Planta 1º Piso
Escala 1.200



Figura 74. Postigo da adega

2.2.3. Descrição do Sistema Construtivo

"*A habitação tradicional das várias regiões portuguesas pode definir-se pela utilização quase exclusiva que nela é feita dos materiais locais (....) tal como a natureza os apresenta ou, quando muito, com um ligeiro afeiçoamento, e por processos alheios a conceitos tecnicistas e que requerem apenas uma ferramenta básica elementar.*"[155] [Fig. 74]

Neste trabalho, procurou-se compreender como os diferentes processos do sistema construtivo da habitação interagiam e se estruturavam entre si. Tal opção surge do entendimento inicial de constituir uma base de conhecimentos tão completa quanto o possível, que eventualmente possa servir de suporte e referência à tomada de decisões ao longo do processo de trabalho, mas também de fundamento às diversas opções selecionadas no âmbito da metodologia de projeto adotada. Segue-se deste modo os princípios enunciados por Appleton, a propósito de intervenções em edificações antigas, onde qualquer tipo ou nível de ação a realizar, pressupõe o conhecimento adequado do edificado existente pois, como neste caso, não se dispõem de qualquer tipo de informação que auxilie a total compreensão do objeto de estudo.

Face à ausência expectável de qualquer tipo de documentação, juntos dos proprietários assim como dos órgãos munícipes responsabilizados, sobre a edificação em apreço, pelo facto de se tratar de uma edificação centenária vernacular em contexto rural daquele canto de Touguinhó, revelou-se tão necessário quanto pertinente partir para um estudo analítico concreto. Espera-se deste modo poder colmatar o vazio informativo e proporcionar uma base rigorosa assente no levantamento geométrico, construtivo e fotográfico do edifício. "*O sucesso da reabilitação depende da qualidade das especificações técnicas e da pormenorização construtiva (...). Só a correta pormenorização permitirá a transmissão inequívoca de informação pelos vários intervenientes no processo de reabilitação, garantido que os trabalhos propostos sejam corretamente realizados.*"[156]

A observação do edifício e o contexto em que se insere, permitem associar-lhe uma tipologia de casa de lavoura concordante com uma arquitetura de carácter popular devidamente enquadrada e enraizada, de identidade cultural vinculada à região geográfica em que surgiu. Sendo a sua génese construtiva e de organização do espaço absolutamente indissociável de costumes derivados a uma filosofia assente em modos de vida bastante conotados ao lugar, importa, pois, compreender o pragmatismo técnico desta arquitetura, através da análise e interpretação dos principais componentes estruturantes desta habitação.

Assim, faz-se seguidamente referência aos componentes estruturantes, numa primeira estância, pela exposição dos componentes primários – paredes exteriores, estrutura do piso, estrutura do telhado - e, finalmente dos componentes secundários: paredes interiores, caixilharias e escada exterior.

---

[155] OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 361;

[156] LOPES, Nuno Valentim (2006), "Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Inicio do Século XX. Do Restauro à Seleção Exigencial de uma Nova Caixilharia: O Estudo do Caso da Habitação Portuense." Dissertação de Mestrado em Reabilitação do Património Edificado, FEUP, Porto, p. 58.



75



76

Figura 75. Pormenor do aparelho de granito usado na construção das paredes exteriores
Figura 76. Pormenor de um cunhal da casa com grandes blocos de granito em perpianho

PAREDES EXTERIORES

Todas as paredes exteriores da casa constituem-se como elementos importantes da estrutura vertical da edificação. Estas enformam o invólucro e composição volumétrica do edifício, em forma de L, característica das casas de lavoura deste contexto territorial e são construídas em granito de aparelho irregular [Fig. 75]. Estas apresentam diferentes espessuras, registando-se no seu paramento térreo uma dimensão média de 60 cm e 50 cm no piso superior em que, as mesmas, "*(...) partem do ensoleiramento, que é o nivelamento geral dado ao respaldo das fundações onde estão assentes até à cobertura*."[157]

Ao longo da casa, "*podemos encontrar (...) vários tipos de aparelho utilizados na construção das suas paredes (...).*"[158] Tal poder-se-á dever a diferentes fases sucessivas de construção e crescimento da casa ou, tão somente, à disponibilidade do tipo de alvenaria existente. Se considerarmos a utilização de perpianho, para possíveis extensões da edificação, seria mais complicado do ponto de vista técnico e económico, ao invés do uso de pedras mais pequenas e irregulares. Assim, as únicas exceções constituem-se, normalmente, nos "*(...) cunhais e as molduras dos vãos que "(...) são feitos de grandes blocos bem aparelhados*"[159] e onde os "*(...) lintéis das portas são quase sempre a maior pedra de construção.*"[160] [Fig. 76]

É na utilização destas peças de cantaria bem aparelhadas nos vãos, destas paredes, que a sua forma e dimensões permitem a fixação e funcionam em todos os caixilhos exteriores e interiores. Essas cantarias de granito, dos vãos, são hoje reveladas no espaço do quinteiro devido ao desgaste do reboco texturado de tipo tirolês que foi aplicado numa fase posterior à construção original e acabado com pintura amarela. A transição entre a cor atualmente aplicada na parede e o chão é feita simplesmente pela mudança cromática, de uma faixa de cor amarela para uma vermelha que simula um rodapé exterior com 35 cm de altura.

Na parede de fachada frontal, no primeiro piso, observa-se a divisão da parede em duas partes, uma com cerca de 20 cm, para formar o aro de gola, que conforma as janelas de peito, deixando a restante dimensão para o recolhimento das portadas *"(...) ficando as suas folhas (...) perfeitamente encaixadas a estas espessuras."*[161]

---

[157] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2004), "Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII E XIX: contributo para uma história da construção arquitetónica em Portugal", Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, Porto, p. 84;

[158] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito", Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 64;

[159] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), op. cit., p. 63;

[160] RIBEIRO, Orlando (1979), "Geografia e civilização: Temas portugueses", 2ª edição., s.d., Lisboa, p. 23;

[161] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2004), op. cit., p. 105.



77



78

Figura 77. Pormenor de desfasamento do revestimento e a ombreira da porta de entrada
Figura 78. Registo de pormenor da parede norte da adega sem qualquer tipo de aparelho

A face exterior desta parede de fachada foi revestida por um reboco de cimento, com maior espessura, o que levou ao seu desajuste com as cantarias dos vãos, aumentando o seu desfasamento em cerca de 1 cm [Fig. 77]. Relativamente a elementos singulares, constata-se que o remate e transição para o pavimento do caminho público é efetuado através de um soco saliente de 7 cm, executado, muito provavelmente, em cantaria de granito, com 35 cm de altura. O topo deste soco, que define igualmente a cota da porta principal de acesso ao quinteiro, apresenta um grau de desgaste bastante generalizado, com mazelas em toda a sua extensão. Da mesma forma, ao contrário do que acontece em grande parte dos edifícios antigos, não existe cimalha de transição entre o plano da parede de fachada e o beirado pronunciado da casa, tal como refere Joaquim Teixeira: "*As cornijas ou cimalhas, para além de constituírem um elemento decorativo, tem um carácter funcional, de prolongamento do beirado de telhões e telhas de canal, de forma a protegerem as fachadas e a conduzirem as águas das chuvas o mais possível para o meio das ruas.*"[162] Nas paredes térreas, especialmente nas voltadas a norte, que adquirem a leitura de muro voltado para o extenso logradouro, a falta de revestimento possibilita ver a forma como estas paredes foram erigidas. Revelando "*duas faces" com forma de aparelho distinto, onde no interior da adega "(...) empregam-se blocos de várias formas e tamanhos, quase sem aparelho, sem preocupações de fiadas (...).*" "*O paramento interior é constituído por pedras colocadas umas sobre as outras, a seco (...) e rachas a preencher as fendas maiores entre paredes mal ajustadas. Já o paramento exterior é igualmente irregular, mas de pedras maiores.*"[163] Ainda no interior da adega, podemos indagar, apesar do que foi reportado na anamnese, um possível vestígio de ampliação da casa pela "*(...) existência de cunhais encostados, pelas paredes que se constroem na continuidade de um cunhal, ou ainda pela diferente qualidade dos materiais ou da execução, refletindo os recursos e mão de obra disponíveis.*"[164] [Fig. 78]

[162] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2004), "Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII E XIX: Contributo para uma história da construção arquitetónica em Portugal", Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, Porto, p. 173;

[163] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito", Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 64;

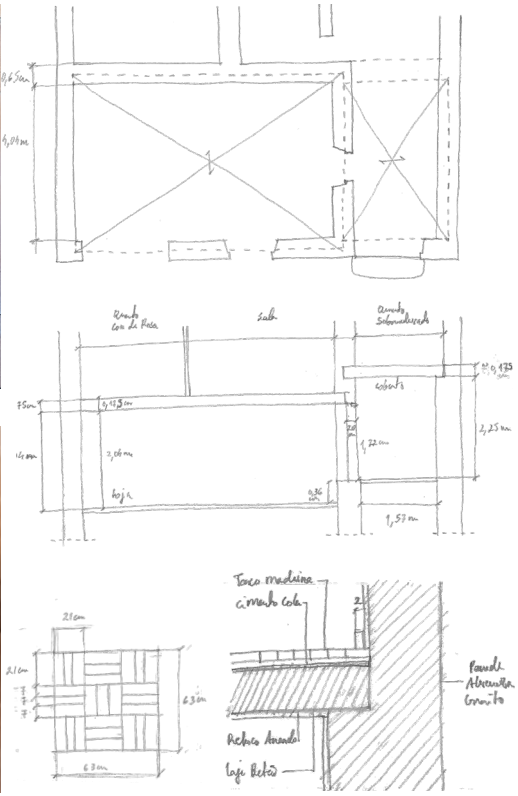
[164] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), op. cit. p. 64.



79



80



82



81

Figuras 79 a 82. Registo fotográfico e desenhado da laje de betão, armada nas duas paredes de alvenaria de granito, revestida a taco na face superior e com acabamento areado na face inferior do coberto exterior de acesso ao quinteiro. Ao centro, registo da regularização conferida ao piso térreo da casa

ESTRUTURA DOS PISOS | 1º PISO

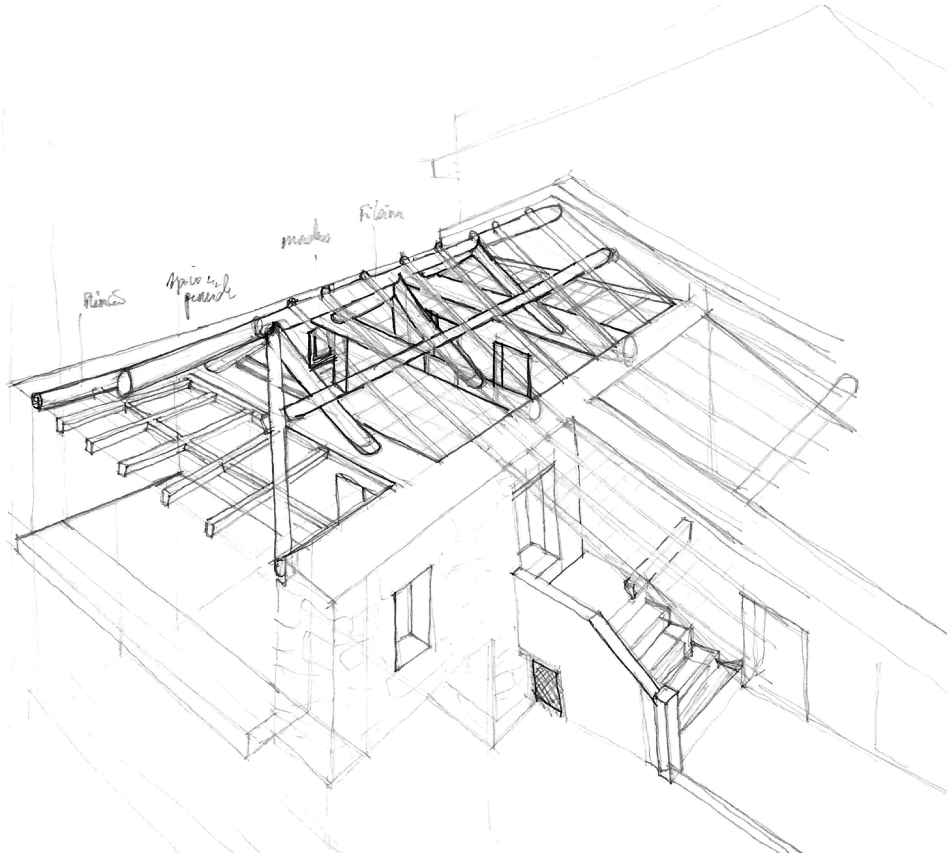
Uma das intervenções com maior impacto, diz respeito à introdução de duas lajes de betão armado no primeiro piso. Estas lajes, do tipo aligeirada, constituídas por vigotas e abobadilhas, encontram-se encastradas e parcialmente apoiadas, sobre o vão de menor dimensão, na diferença dos paramentos das paredes de granito entre rés do chão e primeiro piso de cada. Assim, a laje sobre a loja apoia-se nas paredes das fachadas frontal (sul) e tardoz (norte), enquanto a do quarto sobrelevado, apoia-se nas paredes de meação (nascente) e a parede de granito que separa a loja do coberto de entrada no piso térreo, respetivamente. Na face superior, o pavimento é revestido em madeira maciça composto por taco de madeira de carvalho, dispostas num padrão quadrangular formado por três peças individuais de 20 x 70 x 210 mm. (Fig. 79).Os acabamentos nas faces inferiores das lajes, correspondentes ao teto da loja e coberto exterior de acesso ao terreiro, revelam-se rebocados com acabamento areado de cor branco [Fig. 81].

ESTRUTURA DOS PISOS | PISO TÉRREO

Nos pavimentos do piso inferior a antiga loja da casa, cozinha, assim como a pequena porção do coberto exterior, consequente à entrada da casa, foram colmatados com uma camada de betonilha de regularização [Fig. 80]. No caso dos espaços interiores mencionados, destaca-se a cozinha, na qual esta operação possibilitou elevar a sua cota de soleira ao nível da laje de granito exterior.

O espaço onde se conforma a adega foi o único espaço interior, à semelhança de como antes eram a cozinha e loja, que manteve a sua superfície original em terra batida.[165] No espaço do quinteiro, ressalva-se que pela não abrangência total do mesmo, pela laje de granito, existe uma faixa direita deixada em terra batida.

[165] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito" município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 74.



83



84

Figura 83. Esquisso de levantamento da estrutura do telhado
Figura 84. Pormenor de uma das linhas e pernas de uma asna

ESTRUTURA DO TELHADO

Oliveira Galhano, nos seus estudos conduzidos acerca da casa rural no contexto da arquitetura tradicional Portuguesa no noroeste nacional, refere: "*(...) o corpo principal é coberto por um telhado de quatro águas, que se ramifica numa ala menor cobrindo o corpo menor (...).*"[166] Neste caso de estudo, porém, contrariamente ao que é apresentado, observa-se a formação de um telhado composto por apenas duas águas. Embora o corpo da casa seja assente numa matriz idêntica em L, na qual existe um braço que tipicamente é mais alto que o outro por conter um piso habitacional acima do térreo, neste caso, não impediu a configuração da cobertura apresentada.

O telhado desenvolve-se a partir de uma estrutura de três asnas. Todas se desenvolvem sobre a área do espaço da sala, localizando-se uma sobre o eixo da parede de tabique, outra sensivelmente sobre o eixo da janela deste espaço e a última sobre a parede de granito.

As que se encontram no cimo da parede de tabique e sensivelmente a meio da sala, sobre o eixo da janela, apresentam um sistema de asna ancestral *"(...) constituída por uma armação simples de duas vigas ou pernas, dispostas em forma de tesoura, unidas superiormente a meia madeira, apoiadas numa viga transversal ou linha (...) "*[167], [Fig. 83 e 84], neste caso, apoiadas nas paredes das fachadas frontal sul e tardoz norte.

Na asna que se encontra no cimo da parede de alvenaria de granito, constatamos a inexistência de apoio numa viga linha, assentando as duas pernas diretamente na parede descrita. Verifica-se, contudo, nesta última, a existência de outro elemento, sendo assim esta "*(...) travada transversalmente por outra viga, de menor dimensão – nível – a cerca de dois terços de altura, e apoiada nas pernas ou tesoura, por encaixe a meia madeira (...), para travamento longitudinal, localizam-se superiormente, ao nível da cumeeira e a meio do vão das duas pernas, o pau de fileira e as madres, respetivamente.*"[168]

Atualmente, o pau de fileira apresenta toda a dimensão longitudinal da casa, cerca de 8,80 m. Pelo contrário, as duas madres executadas em paus rolados distando entre si cerca de 2 m, com espessura que vai variando entre os 0.25-0.30 m, pela sua génese irregular, são de menor dimensão, cerca de 7 m de extensão. Estas apoiam-se e prolongam-se desde parede de meação poente até aos rincões existentes a nascente. Por sua vez, "*(...) sobre esta estrutura são pregadas as varas ou caibros, também realizados com troncos de madeira de menor dimensão, aparados em duas faces, sobre os quais está pregado um ripado, para o apoio das telhas.*"[169]

---

[166] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1o Edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 66;

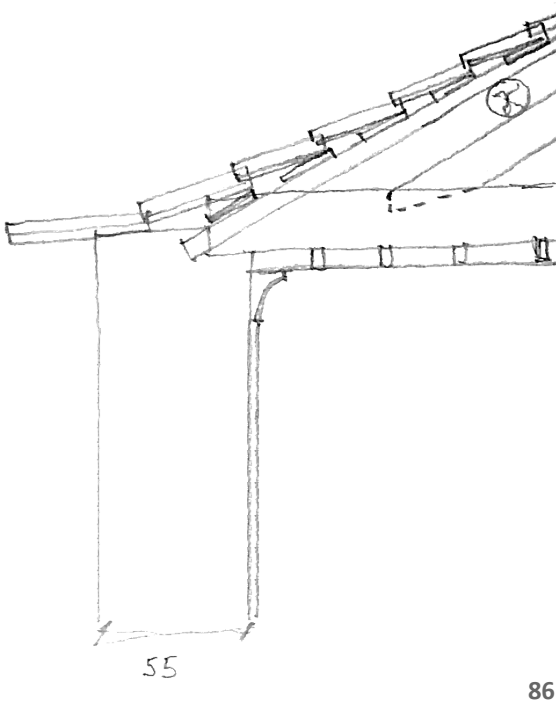
[167] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012) "Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos", Coordenação Geral: Vasco Peixoto de Freitas, OERN, Porto, p. 45;

[168] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012), op. cit., p. 45;

[169] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012), op. cit., p. 45.



85



86



87

Figuras 85 e 86. Pormenor e esquisso do encastramento do varedo na parede exterior
Figura 87. Pormenor da armação da antiga tacaniça sobre o quarto sobrelevado

O varedo encontrado nesta estrutura insinua o seu apoio e encastramento direto nas paredes de fachada, ao mesmo nível onde a viga-linha se encontra encastrada, pois parece não existir um contra- frechal de suporte à vista que possibilite o apoio num ponto sobranceiro à linha [Fig. 85 e 86]. O tabuado atual da cobertura apresenta-se com forma bastante retalhada. A sua aplicação foi efetuada através de uma justaposição de várias tábuas, embora sem um seguimento linear ao longo do telhado, encontrando-se sobrepostas de forma bastante atabalhoada, acabando por transmitir uma sensação de suporte duvidoso das telhas.

Pela observação do telhado, verifica-se que o revestimento original foi feito a partir da utilização da telha vã. "*Estas telhas eram assentes diretamente sobre o guarda pó, pois necessitavam de argamassa para sua fixação, visto não possuírem qualquer tipo de encaixe entre si.*"[170] Contudo, é possível vislumbrar de igual forma que, o tipo de telha não é o mesmo ao longo do braço principal da casa, pois sob o quarto sobrelevado do primeiro piso, a estrutura possivelmente cedeu e foi posteriormente recomposta com um tipo de telha Marselha mais recente como forma de resolver as aberturas entretanto evidentes.

Neste justo ponto de queda, comprova-se que o telhado originalmente formava uma antiga tacaniça, pela existência de duas vigas rincão, [Fig. 87]. Contudo, no processo de reconstrução deste ponto, apenas se consegue atestar esta situação pelo interior, uma vez, que a perceção exterior desta característica foi diluída pela introdução de um novo elemento que faz agora o prolongamento do eixo do pau de fileira, e por consequência a cumeeira, existente até à parede de meação, que antes terminava na asna existente. A porção de telhado dos compartimentos de apenas um piso, de uma única vertente, apresenta uma construção e estrutura mais simples, embora com alterações pontuais.

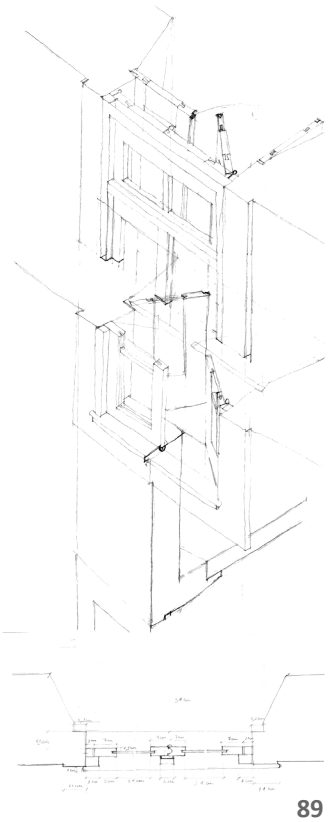
No que se refere à estrutura, os seus elementos principais apoiam-se nas paredes de meação e da fachada voltada para o terreiro. O varedo continua a apoiar uma espécie de tabuado que serve de apoio, neste caso, a telhas de canal. Por sua vez, importa fazer ressalva a algumas alterações efetuadas nomeadamente na execução de uma espécie de laje de teto na cozinha, em madeira, e a substituição da telha de canal por chapas de fibrocimento, apoiadas numa estrutura mais simples, na adega. Por último, realça-se no volume que comporta o piso da habitação, uma das características das mais comuns destas casas, com coberturas em telha, evidenciando "*(...) pouca inclinação, que se acentua ainda mais perto do beirado, (...).*"[171]

[170] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012) "Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos", Coordenação Geral: Vasco Peixoto de Freitas, OERN, Porto, p. 45;

[171] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito" município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 69.



88



89



90



91



92

Figuras 88 e 89. Registo fotográfico e de levantamento desenhado da caixilharia da fachada sul
Figuras 90 a 92. Registo fotográfico e de pormenor da janela a norte, voltada para o quinteiro

CAIXILHARIAS EXTERIORES – JANELAS

No objeto deste exercício, constata-se a existência de somente três caixilharias correspondentes a janelas exteriores. Todas elas localizadas no primeiro piso da casa, duas delas na fachada principal viradas a sul e uma a norte, sobranceira ao quinteiro da casa. Tanto na sala como no quarto de rosa, goza-se de uma vista exterior a sul, por meio de uma janela de peito composta por um sistema de caixilharia assente em três folhas, duas de batente e uma fixa. Ambos são executadas em madeira e apresentam um desenho bastante simples e pragmático, [Fig. 88 a 89].

As duas folhas de batente são constituídas "*(...) por uma esquadria de couceiras e travessas (...)*" ambas com uma dimensão de 7 cm e, por fim, "(*...) divididas por pinázios (...)*" de cerca de 2 cm. Estas "*(...) são encimadas por uma bandeira de caixilho fixo (...)*"[172], executado na mesma base dos anteriores. Entre estes elementos, existe ainda uma travessa adicional de 7 cm de altura, de desenho simples, que faz a transição entre as folhas móveis e as fixas [Fig. 89]. Por sua vez, os vazios da esquadria são preenchidos com vidro devidamente fixado pela face exterior, com auxílio de betume.

Uma vez que os caixilhos de vidro não "*(...) são fixos pelo lado interior do aro de gola, mas sim pelo exterior (...)*", evidencia-se, "*(...) a existência um aro de batente e mata juntas em madeira, pelo lado exterior da esquadria, fixo à cantaria por pequenos tacos de madeira ou chapuzes (...) a servir de mata juntas. (...). "* Os aros dos vãos em apreço são constituídos pelos "*(...) lancis das ombreiras e padieiras, onde são fixadas as dobradiças por meio de chumbadouros."*[173]

No quarto sobrelevado, virada para o pátio da casa, apresenta-se uma única janela de peito. Esta, ao contrário das anteriores, é apenas composta por um sistema de batente de duas folhas. De desenho igualmente simples, apresenta, no entanto, uma subtil diferença: "*(...) Normalmente, os caixilhos de abrir são encimados por uma bandeira com caixilho fino, exceto nas janelas de piso ou trapeiras, que são mais pequenas, por corresponderem a pés direitos mais baixos."*[174]

As folhas não encontram um aro de batente mata juntas executado em madeira pela face exterior. Neste caso, a janela posiciona-se onde normalmente estariam as portadas, aproveitando o aro de gola do lancil de granito que por fim leva um acabamento estanhado, como o próprio batente das folhas da janela [Fig. 90 a 92].

Nos três exemplos descritos os vãos não apresentam, exterior ou interiormente, o emprego de tábua de peito em madeira. Nas duas janelas voltadas a sul, em alternativa, existe um parapeito trabalhado em cantaria de granito, que pelo exterior configura um pequeno relevo de 2 cm, em relação ao lancil de peito de granito aparente do vão, e que se faz prolongar para o interior. Na janela voltada a norte, não existe qualquer peça que faça este remate quer interior como exteriormente.

---

[172] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012), "Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos", Coordenação Geral: Vasco Peixoto de Freitas, OERN, Porto, p. 56;

[173] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012), op. cit., p. 56;

[174] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012), op. cit., p. 56.



93



94



95



96

Figuras 93 a 96. Registo de pormenor das diferentes portas presentes no do quinteiro da casa

PORTAS

As primeiras portas com que se é confrontado são as da fachada principal; duas portas executadas em madeira e um portão dividido em três folhas de ferro. Não se conseguiu, no entanto, averiguar como este sistema de três folhas funciona, pois estava bloqueada e impossível de abrir. A porta imediatamente ao lado direito do portão, de menores dimensões, dá acesso ao mesmo compartimento da loja. Esta apresenta um desenho no qual se distinguem apenas duas couceiras, conjugadas na parte inferior até meia altura com quatro travessas enformando três almofadas horizontais. Na porção superior, estas são encimadas e contrapostas por dois planos verticais envidraçados. A porta de maior dimensão, correspondente à entrada principal da casa, apresenta um sistema de conjugação das mesmas peças, agora formando um quadriculado elaborado de almofadas, rematadas nos seus limites, respetivamente por duas travessas e couceiras de maior dimensão. Nos vãos voltados para o quinteiro, existem quatro caixilhos em madeira, à exceção da porta em ferro de acesso ao logradouro, introduzido mais recentemente. Na porta da adega, a estrutura das couceiras e travessas, conforma um desenho simples de duas almofadas verticais a toda a altura [Fig. 94].

Por sua vez, nas portas da cozinha e latrina, configura-se na porção superior um quadriculado em vidro, que permite a iluminação ténue dos espaços. Relativamente à porção inferior destas, a porta da cozinha apresenta uma base idêntica às anteriores, em que a travessa e couceiras se conjugam formando, neste caso, três almofadas verticais [Fig. 95]. A porta da latrina configura-se, à semelhança da porta da loja, com quatro almofadas horizontais [Fig. 96]. Ao cimo da escadaria, a porta do piso, de uma folha apenas, possui desenho semelhante ao da porta da loja, com maior elaboração na forma das almofadas, onde nos seus topos se configuram linhas curvas. A porta é acabada com uma pintura vermelha, que lhe confere maior destaque relativamente às outras configuradas neste espaço [Fig. 93].



97



98

Figuras 97 e 98. Registo da unica parede de tabique exsitente na casa com estrutura à vista

PAREDES INTERIORES

Conseguem–se diferenciar, duas abordagens de métodos construtivos distintos, nas paredes responsáveis pela organização dos espaços e respetiva compartimentação interior. À semelhança das paredes exteriores e, excetuando a única parede de tabique simples do primeiro piso, esta casa atesta um dos traços mais caraterísticos destas edificações de cariz popular, sendo o granito usado, de igual modo, como material construtivo das paredes interiores. Ao contrário do aparelho e respetivos acabamentos evidenciados na porção de parede de granito existente no piso superior, as paredes desta natureza que se erigiam no piso térreo, em anexos como a adega, para além de terem "*(...) aparelho mais rude, com pedras de diferentes tamanhos, sem preocupação de alinhamentos ou de fiadas (...)*" eram igualmente deixadas "*(...) habitualmente à vista (...)*"sem rebocos.[175] Estas apresentam espessuras de 65 cm entre a loja e cozinha e 60 cm entre a cozinha e adega e levam um acabamento à base de argamassa de cal e areia por fim caiada com uma pintura de cor amarela, na loja e cozinha.

Um segundo aspeto, que se releva, relaciona-se com o facto da parede interior, erigida entre a adega e a cozinha, acompanhar o perfil descendente das paredes exteriores no sentido sul – norte que, de forma preponderante, permite ter um ponto médio de sustentação desta vertente mais acentuada da cobertura e, pelo interior, dar sustentação do varedo do telhado. No piso superior, a única parede de estrutura leve, de tabique simples, é independente da estrutura da casa e é *"(...) executada com a habitação assoalhada, na fase de acabamentos."*[176] [Fig. 97 e 98] A parede apresenta somente uma espessura de 9 cm, na qual se rasgaram dois vãos que permitiam o acesso da antiga sala às duas alcovas.

[175] TEIXEIRA, Manuel C. (2013), "Arquiteturas de Granito" Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, p. 63- 64;

[176] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2004), "Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII E XIX: Contributo para uma história da construção arquitetónica em Portugal", Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, Porto, p. 120.



99



100



101



102

Figuras 99 a 102. Registo das caixilharias interiores

CAIXILHARIAS INTERIORES

PORTAS

No plano da parede de tabique simples, à semelhança das caixilharias das janelas exteriores, cada porta de acesso às antigas alcovas apresenta uma caixilharia assente em três folhas. Duas folhas de batente, com pouca altura (cerca de 1,80 m), encimadas cada uma, por uma bandeira de caixilho fixo envidraçadas, que se apoiam numa travessa que as separa dos elementos móveis. As folhas, apresentam pouca largura e possuem cada uma duas almofadas, sensivelmente simétricas, acabadas com uma pintura de tonalidade amarelo pálido. Já os aros e mata-juntas possuem uma tonalidade castanha, em continuidade com a cor dos rodapés [Fig. 99]. A porta do quarto sobrelevado, de folha única, apresenta altura idêntica, assim como largura equivalente à soma das duas folhas das portas anteriores. No entanto, o facto de se conformar num vão mais alto e estar sobrelevada à altura de dois degraus que lhe dão acesso, cria uma ilusão ótica que a faz parecer maior que as anteriores. O desenho base, resultante da conjugação das peças que compõem esta porta, segue o mesmo tipo de estrutura compositiva das anteriores, conformando almofadas verticais.

No entanto, apresenta duas couceiras e travessas limítrofes e uma central formando quatro almofadas, por fim, acabadas na mesma tonalidade das anteriores [Fig. 100].

PORTADAS

Apenas as janelas a sul possuem portadas, de duas folhas, cuja fixação, funcionamento e constituição, se assemelham aos caixilhos exteriores, anteriormente descritos. Contudo, "*(...) o aro das portadas são os lancis das padieiras e das ombreiras, onde são diretamente chumbadas as dobradiças.*"[177] Estas apresentam desenho e acabamento de tonalidade idêntico às portas das alcovas, com base numa esquadria composta por três travessas e duas couceiras, conformando duas almofadas, [Fig. 101 e 102].

[177] TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2004), "Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII E XIX: Contributo para uma história da construção arquitetónica em Portugal", Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, Porto, p. 160.



Figura 103. Pormenor da estrutura da escada (fotografia tirada no interior do galinheiro)

ESCADA EXTERIOR

Em consonância com a tipologia de construção habitacional, no contexto e período inicialmente identificados, não resulta surpreendente a existência de uma escadaria exterior que parte do terreiro e dá acesso ao primeiro piso da habitação. A escadaria não tem uma grande dimensão, pois apenas necessita de vencer o baixo pé direito do compartimento da loja (cerca de 2,05 m) sob a habitação, a partir de uma cota sensivelmente mais elevada que a deste compartimento.

A execução é igualmente feita em pedra de granito, onde grandes blocos de perpianho irregulares vão sendo sucessivamente encastrados na parede da fachada, voltada para o quinteiro, e no murete, do lado oposto. [Fig. 103] Quando se percorre a escada no sentido ascendente, constata-se um ligeiro e gradual aumento do cobertor de cada degrau, até culminar no grande patim de acesso à porta do 1º piso. Os espelhos dos degraus, pelo contrário, apresentam uma dimensão constante, na ordem dos 18,5 cm. A guarda da escada, também em granito, tem acabamento rebocado e apresenta um desenho bastante simples, sendo rematada no degrau mais baixo por uma espécie de pilarete no mesmo material.

2.2.4. Definição do estado de conservação e identificação das anomalias existentes

O conhecimento do existente é fundamental e incontornável para a intervenção num edifício antigo, relevando-se para o efeito os levantamentos geométrico e construtivo que enformam as fases preliminares de análise. No presente caso, a necessidade de partir para a observação detalhada do edificado acabou por surgir de um modo natural, não só pelo conhecimento prévio da sua provecta idade, mas também porque nela eram aparentes pormenores que transmitiam insegurança e debilidades da construção. Na identificação concreta e focada das anomalias nos elementos construtivos não se pode, contudo, deixar de referir aquelas que poderão ter sido as suas principais causas.

O fator mais óbvio prende-se com o fim do tempo de vida útil do edifício que se reflete nos materiais envelhecidos de uma construção que terá pelo menos um século de existência. A juntar a este processo de degradação natural decorrente da exposição aos agentes climáticos e a fruição diária, outros fatores terão contribuído para o acentuar do mesmo. Deixou a sua função primordial de habitar permanente desde meados dos anos 80. Da ausência desta vivência diária, decorreu a falta de cuidado na preservação da estrutura e dos diferentes sistemas que a compõe. Os cuidados de manutenção passaram a cingir-se aos objetivos funcionais que o edificado passou a desempenhar para os seus proprietários: apoio ao trabalho de exploração e armazenamento agrícola, em que apenas os espaços térreos teriam de cumprir requisitos aceitáveis de suporte a essas práticas e usos. Juntar-se-á eventualmente o desgaste decorrente do uso indevido do mesmo e o erro humano decorrente dos métodos e processos adotados aquando da construção original ou nas suas sucessivas intervenções.

A noção popular, à época, do que seriam os níveis de exigência de um edifício em bom estado, ou pelo menos operacional, seriam completamente distintas daquilo que pensamos nos dias de hoje. Tal, redundou numa manutenção do edificado insuficiente, deficiente, e que com o passar dos anos foi piorando. Algumas das opções tomadas nem sempre se terão revelado as melhores.

Este raciocínio pode ser corroborado através de diversos aspetos, como por exemplo, na nova estrutura do primeiro piso, realizada como resposta ao deteriorar e presumível ruína do anterior. Era também evidente na estrutura do telhado, ao conciliar soluções temporárias diversas em zonas que deram de si em soluções que ainda hoje resistem. Em boa parte das paredes, o nível de deterioração de alguns blocos de granito, dos respetivos revestimentos e acabamentos era extenso, permitindo vislumbrar o método construtivo estereotómico das alvenarias de granito, assim como das cantarias que conformam os vãos da casa, anteriormente encobertos.

Um dos principais problemas identificados prendia-se naturalmente com a questão das infiltrações e humidades. Denotava-se o problema de infiltrações de água em vários pontos do edificado e do respetivo impacto, tanto na sua dimensão, componente estrutural e não estrutural. A estrutura do telhado, paredes exteriores, interiores, caixilharias existentes e assoalhados são alguns elementos comuns que foram focados por serem os exemplos mais sintomáticos e aparentes desta patologia.

De relevar que esta tentativa de convocar as debilidades que compõem um possível quadro patológico atual generalizado se baseiam apenas numa breve identificação e descrição do conjunto de situações documentadas, resultante da mera observação in loco aquando dos períodos de levantamentos decorridos entre maio e junho de 2018 e algumas outras visitas ocasionais em Agosto.

Carece assim de um conhecimento académico mais fundamental sobre conteúdos mais especializados, relacionados com características bastante próprias, nomeadamente de propriedades físicas como o comportamento mecânico e/ou elasticidade dos materiais em questão. Ainda assim, procurou-se de certa forma colmatar através de pesquisa sobre trabalhos académicos e bibliografia especializada, principalmente na área da engenharia relativa a diagnósticos de edificações direcionada para os domínios de pré reabilitação edificatória. Este compêndio, divide o seu campo entre anomalias estruturais e não estruturais.



104



106



105



107



108

Figuras 104 a 108. Registo pormenorizado das anomalias presentes nas paredes exteriores da casa

PAREDES EXTERIORES

Do ponto de vista estrutural, não se identificaram de forma aparente vestígios de anomalias quer nas paredes resistentes, nomeadamente de meação, quer nas paredes de fachada do edifício. Concretamente não se detetaram situações de esmagamento, fissuras ou fendilhados próximos dos vãos, habituais anomalias associadas a estes elementos. No entanto, relativamente às anomalias não estruturais, existem enumeras ocorrências diretamente relacionadas com a infiltração de água, em distintos níveis e condições de degradação, associadas à orientação de cada uma destas paredes exteriores.

No que se refere à fachada frontal da casa e em concreto ao seu plano exterior, verifica-se um processo de degradação natural do seu acabamento de pintura, devido ao estado de abandono. Estes tipos de anomalias estão associadas "*(...) à alteração do aspeto, em particular das cores ou dos tons, devido a sujidade acumulada nas superfícies –com origem na poeira transportada pelo vento e em produtos químicos diversos associados à poluição atmosférica - ou ao efeito das radiações solares, em particular dos raios ultravioletas.*"[178] Este descolamento do filme de pintura da fachada principal é bastante notória, podendo ainda ser detetados pontos em que o revestimento de reboco se mostra empolado e outros onde é já inexistente. Num ponto ou noutro foi colmatado por meio de uma argamassa que encobre a alvenaria, embora isento de qualquer tipo de acabamento de pintura.

"*Os revestimentos de reboco, em paredes exteriores, estão particularmente sujeitos à ação dos agentes climáticos, sentindo-se, em especial, a ação abrasiva do vento transportando poeiras e areias, dando- se assim o seu desgaste contínuo e sistemático; também pode ser relevante o efeito das variações acentuadas de temperatura.*"[179] A situação da degradação do revestimento exterior agudiza-se a partir do portal de entrada, ao longo de todo o corredor de acesso ao terreiro, onde a deterioração do reboco e pintura é tal que deixa o aparelho da alvenaria à vista, como se a parede se encontrasse em mudança de pele.

No espaço do terreiro, apesar de parcialmente protegido pela cobertura da escadaria, a sua orientação a norte está associada à generalizada presença de colonização biológica em todos os seus paramentos, que se estende à extremidade do corredor de acesso. Em alguns pontos encontram-se manifestações de fungos, através de manchas esverdeadas, enquanto outros apresentam manchas consolidadas de líquenes a recobrir a cantaria, [Fig. 104 a 108].

[178] APPLETON, João (2011), "Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção", 1ª edição, Edições Oríon, Amadora, p. 125;
[179] APPLETON, João (2011), op. cit., p. 124.



109



110



111



112



113

Figuras 109 a 113. Registo do conjunto de anomalias presentes na estrutura do telhado

ESTRUTURA DO TELHADO

As coberturas dos edifícios antigos são talvez o elemento de construção que, de forma sistemática, apresenta um quadro mais generalizado de anomalias. Deve, desde já, assinalar-se que muitos dos problemas destas edificações tem a sua origem remota, a sua causa real, em deficiências do processo construtivo, *"(...) construindo – se estruturas de madeira com secções claramente insuficientes; o desenvolvimento das características reais de resistência e deformabilidade deste material, ajudará a explicar esta situação."*[180]

O telhado é o elemento da casa cujos componentes apresentam maior degradação, pelo facto de se encontrar diretamente exposto ao clima, sendo os principais danos da sua estrutura provocados por infiltrações de humidade. No que se refere ao seu revestimento em telha, os danos mais frequentes estão relacionados com fissurações ou mesmo quebras, provocadas por variações de temperatura e humidade. Embora seja pouco objetivo entrar em suposições sobre a cadeia de acontecimentos que levaram o telhado ao atual estado, podem alternativamente detetar-se as anomalias presentes e os problemas que delas poderão decorrer num futuro próximo.

No caso específico das estruturas de sustentação em madeira, tal tem origem nas infiltrações de água. O telhado apresenta inúmeros vestígios de humedecimento, progressiva deformação e apodrecimento de algumas peças da estrutura de madeira, com evidentes deformações, o que poderá conduzir no futuro ao colapso da cobertura. As peças que compõem atualmente a estrutura do telhado, apresentam elementos de dimensões e configuração distintas que foram sendo inseridas para colmatar a estrutura, por força dos estragos causados pela exposição climática que levaram à progressiva deterioração e apodrecimento. Em alguns pontos observam-se brechas entre as telhas, devido à possível ação de ventos fortes ou à falta de encaixe, o que facilitou a entrada de água. Esses pontos do telhado foram colmatados com a aplicação de um novo tipo de telha, Marselha, [Fig. 109 e 110]. No entanto, na transição entre estes distintos tipos de telha criaram-se pontos de entrada de água pluvial no primeiro piso. Devido às infiltrações de água, os elementos em madeira da estrutura da cobertura, tais como o varedo, as madres, as pernas e as linhas apresentam-se profusamente afetados pela colonização de insetos xilófagos que aceleraram o seu processo de deterioração e apodrecimento, [Fig. 111e 112].

Uma vez que o telhado apresenta profundas anomalias poder-se-á agora presumir do impacto tido no desaparecimento do teto, cuja existência é denunciada em alguns pontos pela estrutura sobrante de barrotes de suporte, embora em mau estado. Os danos provenientes da infiltração de água através das falhas na cobertura estendem-se ainda ao taco de madeira maciça que reveste a laje do primeiro piso. Na cozinha, apesar de não ser fácil observar diretamente o telhado devido ao teto falso recentemente construído, existe um ponto perto do forno onde é possível ter um relance ao da cobertura, o que se manifesta idêntico à parte anteriormente descrita sobre o primeiro piso. Com efeito, o varedo da parte descendente do telhado virada a norte encontra-se num estado de progressivo e generalizado apodrecimento, com algumas peças a evidenciarem um certo grau de deformação que compromete seriamente a sua capacidade de resistência, [Fig. 113].

[180] APPLETON, João (2011), "Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção", 1ª edição, Edições Oríon, Amadora, p. 117.



114



115



116



117

Figura 114 a 117. Registo do conjunto de anomalias presentes nas diferentes superfícies da casa

PISOS

No que diz respeito à laje aligeirada do 1º piso, não são aparentes quaisquer sinais de problemas associados. No entanto, as anomalias de carácter não estrutural, relativas aos revestimentos do piso são bem evidentes, [Fig. 114 a 117]. Na sua face inferior, correspondente ao teto do piso térreo, não existem quaisquer sinais de anomalias no reboco. No entanto, na face superior, correspondente ao piso da habitação, já se verificam bastantes anomalias associadas às infiltrações de humidade. Para além de existirem locais onde se observa o destacamento do revestimento de taco de madeira, é evidente o estado avançado de deterioração das destas peças nas áreas mais expostas à entrada de água: junto dos vãos e sob as brechas existentes entre as telhas da cobertura. Como refere Appleton, para além do impacto inicial da humidade que resulta na diminuição das propriedades de resistências da madeira, verifica-se neste caso também a existência de condições propícias que "*(...) favorece o ataque de fungos e insetos (...)*"[181] que aceleram o processo de apodrecimento progressivo dos materiais, [Fig. 116].

No quarto cor de rosa, na zona do vão da janela, pode observar-se o destacamento de algumas peças cerâmicas que revestem o pavimento, [Fig. 117].

No piso térreo, a única situação a apontar prende-se com alguns pontos na laje de pedra contígua à escada de granito exterior. O grau de desgaste do material especialmente na zona dos degraus é acentuado e apresenta variações dimensionais infligidas pelo tempo nas arestas entre os espelhos e cobertores.

Na laje de granito contígua à escada, observam-se igualmente irregularidades que o tempo e o clima foram imprimindo na superfície da pedra, algumas das quais foram posteriormente colmatadas através da aplicação de uma camada de argamassa de regularização. Para além destas situações, verifica-se mais uma vez os efeitos devastadores que a humidade teve ao longo dos anos sobre os elementos graníticos, nomeadamente no brotar de colonizações biológicas nas juntas entre blocos. É possível denotá-lo entre os blocos de granito que definem a periferia lateral direita da laje, com maior proximidade da zona do quinteiro em terra vegetal, onde esta manifestação se torna mais evidente.

[181] APPLETON, João (2011), "Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção", 1ª edição, Edições Oríon, Amadora, p. 133.



118



119



120



121

Figuras 118 a 121. Registo das anomalias nos revestimentos das paredes interiores

PAREDES INTERIORES

No que se refere aos paramentos interiores, naturalmente que algumas das anomalias referidas anteriormente "*(...) são generalizáveis para revestimentos interiores de paredes, nomeadamente revestimentos interiores de paredes resistentes, cujas características e anomalias construtivas não se afastam de uma forma substancial das características e anomalias dos revestimentos exteriores.*"[182] [Fig. 118 a 121]

No piso térreo da casa, os paramentos rebocados da loja e cozinha evidenciam sintomas decorrentes da infiltração de água nas paredes, de uma forma generalizada, associados à ausência de reboco e de pintura, substituídas por manchas de bolor com alguma expressão. No entanto, a situação aparentemente mais preocupante e que merece especial atenção, situa-se no compartimento da cozinha, onde todas as suas paredes, principalmente a orientada a sul, apresentam anomalias relacionadas com desgaste e acumulação de fungos, que se estende do nível do pavimento até a cobertura. Estas paredes apresentam igualmente uma coloração bastante escura, devido à acumulação de sujidade e fuligem, provenientes do forno e lareira. Nas casas deste tipo, como denota Oliveira e Galhano, originalmente não era equacionada uma chaminé para extrair os fumos criados pelas fogueiras, "*(...) o teto da cozinha é quase sempre de telha vã, e o fumo escoa-se então pelas fendas do telhado ou pelas portas abertas.*"[183] Neste mesmo compartimento é ainda possível observar no canto correspondente ao encontro da parede de separação da adega com a parede de meação a poente, uma fissura que percorre toda a sua altura, do pavimento ao teto, [Fig. 118].

No primeiro piso da habitação encontramos problemas relacionados exclusivamente com a presença de humidade nas paredes, em consonância com as anomalias apontadas nas paredes do piso inferior, sendo o desgaste dos revestimentos e respetivos acabamentos devido à ação da humidade. Nas faces interiores das paredes exteriores, que conformam o espaço da habitação, aponta-se a deterioração por humidade nos revestimentos e acabamentos das paredes. Esta apresenta maior expressividade, principalmente na parede norte junto do vão correspondente à porta de entrada na sala, embora se encontre generalizado a outros pontos do primeiro piso, nomeadamente no quarto cor de rosa, na parede norte. Aqui o aparelho de alvenaria de granito das paredes encontra-se aparente após a dissolução dos caiados nesta zona. Na única parede em tabique regista-se o fenómeno de abaulamento, evidenciado por uma ténue curvatura do seu plano, que é possível identificar observando as padieiras das suas duas portas. Esta situação, aliada à ação da humidade, encontrada no fasquiado de madeira, resultou na desagregação e consequente perda do seu revestimento em reboco estucado. As partes mais degradadas desta parede localizam-se precisamente nos pontos de transição com a parede de fachada norte. Verifica-se assim, de forma mais expressiva, esta situação, na zona da sala e no quarto cor de rosa com os fasquios e barrotes de madeira, que estruturam a parede de tabique, à vista [Fig. 121].

[182] APPLETON, João (2011), "Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção", 1ª edição, Edições Oríon, Amadora, p. 124;

[183] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª Edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa, p. 43.



122



123

Figuras 122 e 123. Registo das anomalias detetadas em todas portas exteriores da casa

CAIXILHARIAS

As caixilharias constituem certamente os pontos mais sensíveis de qualquer edificação e, especialmente em edifícios antigos. Conjuntamente com a estrutura do telhado, as caixilharias encontram- se em situação de avançado estado de degradação. Da mesma forma que o telhado, os vãos e as suas respetivas caixilharias são "*(...) elementos particularmente sensíveis pela sua localização no edifício, expostos à ação direta da radiação solar e chuvas batidas pelo vento.*"[184] Encontrando-se mais suscetíveis aos padrões constantes de variabilidade climática, trata-se de dispositivos que necessitam de cuidado e atenção especial recorrente no que concerne à sua preservação e manutenção, o "*(...) que não impede a necessidade de reparações e substituições atempadas.*"[185] A análise a cada vão poderia ser individualizada, dada a diminuta escala do edifício, no entanto, uma observação mais atenta permite concluir que todos os caixilhos sofrem das mesmas anomalias e, por conseguinte, das mesmas causas.

Como tal não se deve menosprezar o fator tempo e o natural envelhecimento nunca mitigado por cuidados de manutenção. Nesta sequência, podemos encontrar as maiores anomalias na fachada principal virada a sul, [Fig. 122 a 123]. Contudo, praticamente todos as restantes caixilharias, desde as janelas às portas, apresentam problemas da mesma ordem. O principal agente de deterioração das caixilharias prende-se com problemas de humidade, agravada pela sua exposição direta à precipitação, não esquecendo ainda que, "*(...) num plano qualitativamente inferior, a humidade de condensação, que, no caso das janelas, ocorre na superfície interior das vidraças (...) podendo escorrer e atingir aros e caixilhos.*"[186]

Em todos os vãos, mas de forma mais evidente nos da fachada sul, podem- se observar nas portas, assim como nas janelas um estado avançado de degradação das peças de madeira que as compõem, manifestado pelo apodrecimento da madeira e pelo descolamento e consequente descamação da pintura de acabamento e proteção

Na face interior das janelas do primeiro piso, viradas a sul, observam-se problemas relativos a infiltrações nas transições com a parede, designadamente: ombreiras, peitoris e padieiras. "*A passagem de água para o interior do edifício pode dever-se a deficiências de estanquidade nas juntas móveis – as mais frequentes – ou através de vidros partidos (...) vulgares são também as infiltrações através das juntas dos caixilhos, através das juntas de vidros, entre os aros e guarnecimento de vãos (...) Provocando degradações posteriores de outros elementos de construção atingidos – paredes e pavimentos.*"[187] No edifício em estudo, estas anomalias podem ser observadas nos vidros e nas zonas entre aros e ombreiras das janelas. Nos vidros, a quebra e ausência da massa de vidraceiro, de fixação e vedação, levou à entrada de chuva, o que acabou por atingir as madeiras do pavimento do primeiro piso, [Fig. 126].

---

[184] APPLETON, João (2011), "Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção", 1ª edição, Edições Oríon, Amadora, pag.132;

[185] APPLETON, João (2011), op. cit., p. 133;

[186] APPLETON, João (2011), op. cit., p. 133;

[187] APPLETON, João (2011), op. cit., p. 133.



124



125



126

Figuras 124 a 127. A cima, anomalias nas janelas e portadas e, à direita, na porta do quinteiro

Nas transições entre aros e elementos de guarnição, assim como entre folhas, verifica-se o desgaste dos elementos metálicos das ferragens, as quais tiveram um efeito particularmente devastador, evidenciado pelo avançado estado de oxidação em que se encontram e pelo difícil funcionamento do caixilho [Fig. 124].

Para além dos soalhos, a humidade estendeu-se às ombreiras das paredes onde recolhem as portadas e aos peitoris, originando a descamação da pintura de revestimento e acabamento destes elementos [Fig. 125]. No entanto, no caso da parede de parapeito, a situação é mais grave, devido à falta de estanquidade do caixilho, tendo originado escorrências de água pela superfície deste paramento com consequente ataque e infestação por fungos, perfeitamente aparente na mancha esverdeada na pedra à vista, [Fig. 127].



127

3| PROCURA DE UM GESTO

3.1 | Condicionantes de Intervenção

3.1.1. O Cliente

Neste trabalho de investigação, o cliente real tem um papel importante sendo um dos principais condicionadores à formulação da proposta final. Apesar desta situação não constituir uma novidade, uma vez que durante o percurso académico essa figura era em certa medida interpretada pelo professor de projeto, a diferença releva-se por se tratar de uma figura alheia e desligada do universo da arquitetura. Daí que o diálogo e confronto de pontos de vista algumas vezes diverso, esgrimindo-se argumentos, desejos e motivações pessoais pré-concebidas, muitas das vezes infundadas. Por vezes estas sobrepuseram-se ao decurso fluido da elaboração da proposta, outras ditaram alterações repentinas com as consequentes reavaliações e retrocessos. Todavia, o cliente é preponderante ao ato de projetar. "*Da ação do arquiteto espera-se, pois, o desenho de um marco habitável – não existe arquitetura sem projeto, não existe projeto sem memória, não existe memória sem ideias, não existe arquitetura sem habitante.*"[188]

É papel do arquiteto o de corresponder às especificidades de um programa que deriva de uma solicitação concreta, não sobrepondo interesses e caprichos específicos de forma gratuita ou respondendo de forma automática. Tais atitudes seriam definitivamente injustificadas e prejudiciais à qualidade da solução final. Deve o arquiteto por via do diálogo instigar a raiz das questões mais pertinente e, em conjunto com o cliente, chegar ao melhor compromisso das partes envolvidas.

A oportunidade concreta de se poder desenvolver este trabalho, surgiu de uma reunião informal com amigos de longa data. Na mesma foi avançado o desejo de poder reabilitar uma antiga casa que havia sido herdada, mas que se encontrava há bastante tempo desabitada. Foram adicionalmente acrescentados os encargos significativos de imposto municipal sobre este imóvel sem qualquer uso, e o do interesse no reaproveitamento da edificação como forma habitável. Tal circunstância constituiu a oportunidade única de o suscitar como objeto de estudo para elaboração deste trabalho de investigação e do contacto pessoal com as questões relativas à intervenção sobre edificados pré-existentes.

[188] MENDES, Manuel, (2008) "Terra Quanto a vejas, casa quanto baste" in FERNANDEZ, Sérgio, COSTA, Alexandre Alves Só nós e Santa Tecla, Dafne Editora, Porto, p.119.

3.1.2. O Programa Proposto

"*Quando se faz um edifício, há forçosamente um programa com condicionantes que temos que admitir. Esses são aliás pontos de apoio necessários. Não trabalhamos no vazio, não é verdade?*"[189] O pedido efetuado tem como objetivo a elaboração de um projeto para um "abrigo" de uso esporádico, retiro para uso durante fins de semana prolongados e pequenas férias, de proximidade ao convívio e recreação com os restantes familiares que nesta rua habitam. A edificação na qual se pretende intervir, através da formulação do projeto solicitado é, como já referido, a mais antiga do conjunto.

De forma sucinta, mas especifica, o cliente vislumbra que o espaço habitacional possa ressurgir equipado com uma sala, cozinha, dois quartos (um de casal para os pais e um para filhos) e integração de uma nova casa de banho dentro da estrutura edificada, antes inexistente. Adicionalmente, também era do seu agrado a eventual existência de um pequeno espaço polivalente para leitura.

Dada a grande extensão do logradouro que a casa dispõe, é do seu desejo poder existir associado, para além de um grande espaço de jardim para atividades recreativas, equipado com uma piscina, um espaço para refeições no exterior com família e mesmo visita de amigos, assim como uma pequena casa de hóspedes equipada com casa de banho, para possível estadia fugaz de amigos.

No que diz respeito a requisitos ou detalhe relativo a exigências espaciais específicas, o cliente não fez grandes ressalvas. Apenas aludiu o desejo dos espaços da casa puderem maioritariamente usufruir dentro do possível de iluminação natural direta, assim como transmitir conforto, sendo que para os espaços comuns da casa, à exceção dos quartos, não serem objeto de uma subdivisão adicional, uma vez que pretendem um espaço de grande comunhão familiar. Prossupostas as circunstâncias que, segundo o cliente, enformam o objeto programático este não deixou de manifestar uma atitude de abertura a outras sugestões, assim como possíveis propostas, ideias e interpretações face às exigências do pedido proposto levantadas durante o processo de trabalho.

[189] SIZA, Álvaro (2009)- "Álvaro Siza: Uma questão de medida", Caleidoscópio, Casal de Cambra, p. 210.

3.1.3. Legislação

O presente trabalho congrega conceitos e práticas apreendidas e sedimentadas ao longo do trajeto académico [190] do autor, na proposta de reabilitação de um edificado. Porém, demarca-se dos exercícios anteriores, por procurar a correspondência mais fiel de uma das possíveis atividades que enformam o dia-a-dia do arquiteto profissional. Neste âmbito, ainda que de modo sucinto, referem-se e analisam-se seguidamente diversos aspetos normativos, concretamente a legislação aplicável, pois também impõem e balizam a metodologia e processo criativo de desenvolvimento do projeto. Concretamente, introduzem-se aqui o Plano Diretor Municipal de Vila do Conde (PDMVC) e o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU). Convocam-se adicionalmente para análise, respetivamente, o Decreto-Lei no 53/2014 (DL 53/2014), de 8 de Abril, relativo às questões de reabilitação do edificado existente e o Decreto-Lei nº 64/90, referente à proteção contra riscos de incêndios em edifícios de habitação. Embora com impacto profundo nas opções adotadas, a informação legal contida nestes documentos não foi entendida como um conjunto de diretrizes castradoras. Antes um estímulo e um desafio à criatividade na procura de uma solução que estabelecesse uma síntese equilibrada entre o conhecimento, experiência prévia e as demandas do mundo profissional.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA DO CONDE (PDMVC)

A consulta da planta atualizada de ordenamento do PDMVC 2018, anexa a este documento, permitiu constatar que o lugar da Espinheira na freguesia de Touguinhó, onde se insere a parcela de intervenção, encontra-se classificado na categoria de áreas de construção em espaços urbanos e urbanizáveis, especificamente de tipo III. As áreas deste tipo são qualificadas pela CMVC como áreas do território destinadas "*(...) preferencialmente a uso residencial, embora sejam permitidas outras atividades, nomeadamente comerciais, de serviços, equipamentos, industriais e de armazenagem, desde que estas não prejudiquem ou criem condições de incompatibilidade com as utilizações de uso principal; (...).*"[191]

Relativamente aos pressupostos específicos adjacentes à edificabilidade em zonas abrangidas nesta tipologia, o Artigo 32 do Capítulo III, Secção IV, do regulamento expõem o seguinte:

"*1 — Estas zonas destinam-se preferencialmente à construção de edifícios de habitação isolada, com cércea máxima correspondente a dois pisos acima do solo, permitindo- se, no entanto, quando devidamente justificada, a construção ou utilização para outros usos, de acordo com o estabelecido na secção I do presente capítulo.*

[190] *A documentação exposta foi adquirida junto dos órgãos e serviços administrativos responsáveis da camara municipal de Vila do Conde, enquanto a restante foi através do portal da Ordem dos Arquitetos da Secção Regional Norte (OASRN);*

[191] Diário da República, 2ª série—Nº 165— 28 de agosto de 2018, Plano de Diretor Municipal de Vila do Conde (2018), Capítulo III, Secção I, Princípios e regulamentação geral, Artigo 9º, Áreas predominantemente residenciais, p. 24130.

2 — Excecionalmente, poderão ainda ser licenciados edifícios com outras tipologias, nomeadamente de habitação multifamiliar, com cércea máxima correspondente a três pisos acima do solo, desde que não resulte prejuízo para a área envolvente, quer do ponto de vista paisagístico, quer funcional, e sejam asseguradas as seguintes condições:

a) *Melhoria de acessos locais e, se necessário, ligação à rede viária municipal;*

b) *Criação de todas as redes de infraestruturas básicas e dos sistemas de tratamento de efluentes necessários ao funcionamento do empreendimento, garantindo adequadas condições de salubridade, procedendo à sua ligação às redes públicas existentes ou prevendo a futura ligação a eventuais redes públicas a criar;*

c) *c) Localização nas imediações de áreas de comércio ou de equipamento básico julgados indispensáveis ou a sua criação no âmbito da própria operação.*

3 — Em loteamento com alvará em vigor e em situações de colmatação entre construções existentes em que as parcelas constituídas, pela exiguidade das suas dimensões, não permitam respeitar a tipologia definida no nº 1 do presente artigo, admite-se a construção de edifícios geminados ou em banda contínua, com cércea máxima de dois pisos acima do solo, sem prejuízo do disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas e no presente Regulamento."[192]

O mesmo documento, mais adiante, elenca extensivamente os requisitos a observar por qualquer projeto de arquitetura que se entenda implementar na zona de classificação mencionada. Entre esses, referem-se apenas os que terão especial impacto no presente projeto, assim como no programa proposto pelo cliente. A profundidade das construções é deste modo regulamentada (capítulo III, artigo 12º):

"*1º - A profundidade máxima das construções geminadas e em banda continua não poderá exceder, no caso de habitação ou escritórios, 15 m, incluindo qualquer saliência relativamente aos planos das fachadas com exceção de varandas, palas e elementos ornamentais, cuja integração arquitetónica e adequabilidade serão avaliadas na fase de apreciação do projeto."*[193]

Não obstante a classificação atribuída pela CMVC ao lugar em que se objetivou intervir como de solos urbanos e urbanizáveis se tratando, a verdade é que aquele ainda possui uma atmosfera marcadamente rural, caracterizada por superfícies e manchas verdes bastante extensas. A consulta da planta de condicionantes do PDMVC também permitiu corroborar esta ideia: as grandes superfícies verdes, situadas respetivamente a sul e norte da edificação, correspondem a áreas de reserva agrícola e ecológica nacional. Assim, no artigo 6ºA, relativo às regras de edificação nos espaços rurais, fora das áreas consolidadas, ressalva-se o seguinte:

"*a) Fora das áreas consolidadas, as novas edificações obras de ampliação com aumento da área de implantação tem de garantir que, numa faixa de proteção de 50 metros em torno da edificação, medida a partir da alvenaria exterior, não existam espaços florestais ou, no caso de verificara sua existência, deverão ser detidos pelo proprietário do terreno em que existe a pretensão de construção;*

[192] Diário da República, 2ª série — Nº 165 — 28 de agosto de 2018, Plano de Diretor Municipal de Vila do Conde (2018), Capítulo III, Secção I, Princípios e regulamentação geral, Artigo 9º, Áreas predominantemente residenciais, p. 24133;

[193] Diário da República, 2ª série — Nº 165 — 28 de agosto de 2018, op. cit., p. 24130.

b) Nas áreas de sobreposição da faixa de proteção referida no ponto anterior, com outras faixas da rede verde secundária já asseguradas pelas edificações vizinhas, não se aplica o disposto no número anterior

c) As presentes regras e condicionalismos à edificação não isentam do cumprimento dos afastamentos aos limites de propriedade estabelecidos no Plano Diretor Municipal, da adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos, e demais legislação aplicável."[194]

Os pontos anteriormente enunciados permitiram concluir que, apesar de não ser questionada a manutenção do edifício pré-existente, qualquer tipo de operação pressupondo uma construção nova ou a ampliação extensa da edificação existente seria certamente inviável. De tais circunstâncias legais, também o requisito do programa que previa uma possível ampliação da área existente da casa sobre o extenso logradouro disponível a norte, também estava em causa. A distância especificada para a área florestal, na planta municipal de defesa da floresta contra incêndios, estaria igualmente comprometida. Assim, este conjunto de hipóteses foi descartado, e limitou-se a ênfase da intervenção ao "miolo interior" definido pelas paredes de alvenaria.

[194] Diário da República, 2ª série — Nº 165 — 28 de agosto de 2018, op. cit., p. 24129.

REGULAMENTO GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS (RGEU)

Este documento estabelece as premissas mais relevantes de cada componente do edificado. Aplica-se a qualquer obra do campo da construção civil em perímetro urbano ou zonas rurais, independentemente da sua natureza – construções de raiz, reconstrução, ampliação, demolição, alteração da topografia, entre outras. Tal como as demais normas atualmente plasmadas nos vários regulamentos municipais, deverão ser escrupulosamente seguidas, cabendo aos organismos especializados das câmaras municipais assegurarem o seu cumprimento. No imediato, este regulamento determina que qualquer trabalho ou tipologia de intervenção acima descrita, não pode efetivar- se sem que as câmaras municipais concedam licença, competindo às mesmas *"a fiscalização do cumprimento das disposições deste regulamento."*[195]

FUNDAÇÕES

Independentemente da condição dos terrenos em que as edificações se inserem, o presente regulamento reitera que as respetivas fundações deverão satisfazer as exigências de segurança, durabilidade e salubridade necessárias do edificado, assim como das construções envolventes: No ponto 3 do artigo 19º- *"os alicerces serão construídos de tal arte que a humidade do terreno não se comunique às paredes da edificação, devendo, sempre que necessário, intercalar-se entre eles e as paredes uma camada hidrófuga. Na execução dos alicerces e das paredes até 50 centímetros acima do terreno exterior utilizar-se-á alvenaria hidráulica, resistente e impermeável, fabricada com materiais rijos e não porosos."*[196]

PAREDES

No que respeita à construção das paredes das edificações aplicam-se condições semelhantes. Aqui, os artigos 23º e 24º reforçam as premissas anteriormente mencionadas no que diz respeito ao emprego de materiais de carácter adequados e o modo de construção. Não só deve estar garantida a durabilidade e segurança do edificado, mas também a proteção de humidade, variações de temperaturas e da propagação de vibrações e ruídos.

Relativamente à espessura das paredes, o artigo 25º menciona que quando estas são construídas em *"(...) alvenaria de pedra ou de tijolo cerâmico maciço de 1ª qualidade, com as dimensões mínimas de 0.23 x 0.11 x 0.07 m, poderá considerar- se assegurada, sem, outra justificação, a sua resistência, sempre que se adotem as espessuras mínimas fixadas na tabela seguinte."* No ponto 5, deste artigo, ainda refere que *"a alvenaria de pedra talhada (perpianho ou semelhante) será constituída por paralelepípedos de pedra rija que abranja toda a espessura da parede."*[197]

[195] Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Título II, Capítulo II, Artigo 2°, p. 2;

[196] Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Título II, Capítulo II, Artigo 19°, p. 5;

[197] Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Título II, Capítulo III, Artigo 29º, pp. 6,7.

PAREDES INTERIORES

Apesar de não se conter uma menção explicita relativa às paredes que constituem os diferentes espaços das compartimentações interiores, no 30º artigo releva que, no caso de serem construídas com materiais não preparados para ficar à vista, deverão nestas ser implementados guarnecimentos com revestimentos apropriados de natureza, qualidades e espessuras de revestimentos que deverão atestar a sua manutenção. Assim, como as condições iniciais de salubridade e bom aspeto do edifício.[198]

Logo no artigo 31º seguinte, é referido que tanto as paredes dos quartos de banho, assim como outros espaços desta família tais como cozinhas e lavandarias, têm de apresentar um revestimento até a uma altura mínima de 1,50 m com materiais que sejam impermeáveis. Esta condição é imposta na medida que estes materiais devem refletir superfícies de carácter liso e lavagem fácil.

PAVIMENTOS E COBERTURAS

No capítulo referente aos elementos que irão constituir os pavimentos e coberturas das edificações, o regulamento estipula um leque de materiais tais como madeira, betão armado, aço, entre outros, sob os quais dadas as suas características e comportamento mecânico possam cumprir com os requisitos de resistência e duração. As secções transversais destes elementos deverão ser fundamentadas através um rigoroso conjunto de cálculos estudos e experiências que assegurem a solidez imprescindível ao fim que estes se designam.

Para além destes aspetos, com contornos bastante gerais, destaca-se no artigo 38º uma tabela que estabelece dimensões mínimas para os elementos estruturais em madeira que servem de suporte às coberturas com base em índices equivalentes em resistência e rigidez. Como conclusão deste parâmetro o artigo 42º acrescenta ainda relativamente às coberturas a consciencialização da sua execução a partir de "*materiais impermeáveis, resistentes ao fogo e às ações dos agentes atmosféricos, (...) capazes de garantir o isolamento calorífico adequado ao fim a que se destina a edificação.*"[199]

DISPOSIÇÕES INTERIORES DAS EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS LIVRES

Embora este seja um dos parâmetros, sobre certos contornos, com condição de isenção abrangido no DL 53/2014, considera-se relevante adquirir uma certa noção de quais serão as dimensões mínimas de referência para os espaços a ser habitados estabelecidas neste documento. Assim, relativamente à estruturação das disposições interiores dos espaços livres das edificações

[198] Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Título II, Capítulo III, Artigo 29º, p. 6;
[199] Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Título II, Capítulo IV, Artigo 42º, p. 9.

destinadas, neste caso à habitação unifamiliar, o artigo 65º do capítulo III, determina assertivamente a marca dos 2,70 m como dimensão mínima entre os pisos existentes.

Paralelamente inviabiliza em igual medida pés-direitos livres que sejam inferiores a 2,40 m, salvo algumas exceções correspondentes a espaços de circulação como corredores, instalações sanitárias, vestíbulos, despensas e arrecadações. Particularmente, nestes casos mencionados, poder-se-á admitir a redução da dimensão anterior do pé-direito livre a um mínimo estabelecido na ordem dos 2,20 m de altura.

Uma análise ao quadro complementar do artigo 66º [Fig. 121], aqui incluído, permite discernir as áreas mínimas estabelecidas para as compartimentações relativas à tipologia que se pretende abordar (T2). Num outro quadro deste documento, verifica-se que a área bruta correspondente às tipologias T2 tem de conformar-se a um valor não inferior, neste caso a 72 m^2. Assim clarifica-se que "*a área bruta (Ab) é a superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e eixos das paredes separadoras dos fogos, e inclui varandas privativas, locais acessórios e a quota-parte que lhe corresponda nas circulações comuns dos edifícios.*"[200]

	Número de compartimentos por fogos							
	2	3	4	5	6	7	8	Mais de 8
	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6	Tx > 6
	Áreas em metros quadrados							
Quarto de casal		10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5
Quarto duplo			9	9	9	9	9	
Quarto duplo				9	9	9	9	
Quarto duplo						9	9	Restantes quartos 9 m^2
Quarto simples					6,5	6,5	6,5	6,5
Quarto simples							6,5	6,5
Sala	10	10	12	12	12	16	16	16
Cozinha	6	6	6	6	6	6	6	6
Suplemento de área obrigatório	6	4	6	8	8	8	10	(x + 4) m^2 (x = nº de quartos)

Figura 128 - Quadro das áreas minimas a respeitar por tipologia em cada compartimento

[200] Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Título II, Capítulo III, Artigo 67º, p. 15.

DECRETO-LEI Nº 53/2014 (DL 53/2014)- REABILITAÇÃO DE EDIFICADO EXISTENTE

A alteração operada pela Lei no 32/2012, de 14 de agosto, ao Decreto-Lei no 307/2009, de 23 de outubro, estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, objetivando a agilização e dinamização dos procedimentos de criação de áreas de reabilitação urbana e de controlo prévio de operações urbanísticas. Regula a reabilitação urbana de edifícios ou frações em geral cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos, e cuja intervenção se justifique para lhes conferir adequadas caraterísticas de desempenho e de segurança. Nesse mesmo ano, foi nomeada por despacho ministerial uma comissão que elaborou um projeto de diploma denominado «Exigências Técnicas Mínimas para a Reabilitação de Edifícios Antigos». Este documento estabelece a dispensa de determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral, quando as mesmas possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.[201]

Assim convoca-se o artigo 2º, onde se esclarecem os principais pontos base que anuem o âmbito de aplicação do presente decreto lei.

1 — O presente decreto-lei aplica-se à reabilitação de edifícios ou de frações, concluídos há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional e desde que a operação urbanística não origine desconformidades, nem agrave as existentes, ou contribua para a melhoria das condições de segurança e salubridade do edifício ou fração.

2 — Consideram-se operações de reabilitação, para efeitos do número anterior, as seguintes operações urbanísticas:

a) Obras de conservação;

b) Obras de alteração;

c) Obras de reconstrução;

d) Obras de construção ou de ampliação, na medida em que sejam condicionadas por circunstâncias preexistentes que impossibilitem o cumprimento da legislação técnica aplicável, desde que não ultrapassem os alinhamentos e a cércea superior das edificações confinantes mais elevadas e não agravem as condições de salubridade ou segurança de outras edificações;

e) Alterações de utilização.

3 — Considera-se que um edifício ou fração se destina a ser afeto, predominantemente, a uso habitacional quando pelo menos 50% da sua área se destine a habitação e a usos complementares, designadamente para estacionamento, para arrecadação ou usos sociais.

Os artigos subsequentes deste documento informam de modo detalhado as premissas e condições de isenção dos restantes projetos de especialidade enunciados anteriormente. Todavia, destaca-se o artigo 3º referente aos parâmetros de isenção à aplicação do Regime geral das edificações urbanas onde, ao contrário dos outros, se especificam os artigos exatos do RGEU a ser dispensados nestes casos.

[201] Decreto-Lei Nº 64/90 de 21 de Fevereiro, "Proteção contra riscos de incêndios em edifícios de habitação", Parte II, Capítulo II, Artigo 13º, p. 5.

DECRETO-LEI Nº 64/90- PROTEÇÃO CONTRA RISCOS DE INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO

O Decreto-Lei 64/90, de 21 de Fevereiro, tem como base um conjunto de normas com foco principal na segurança contra incêndios nos edifícios de habitação. O presente decreto visa acima de tudo a definição de condições a que *"(...) devem satisfazer os edifícios destinados a habitação, com vista a limitar o risco de ocorrência e de desenvolvimento de incêndio, a facilitar a evacuação dos ocupantes e a favorecer a intervenção dos bombeiros."*[202]

Nomeadamente no artigo 5º do primeiro capítulo, estabelece que as paredes exteriores dentro das suas principais componentes, devem considerar o risco de propagação de incêndios entre pisos sucessivos, nas suas ligações aos pavimentos, disposição de vãos nelas praticados, assim como elementos salientes ao plano destas.[203] Neste contexto, à partida, podem - se considerar satisfeitas as necessidades referentes às paredes exteriores do edifício, uma vez que evidenciam técnicas tradicionais de construção.

No artigo 12º, são elencados os principais critérios de segurança em habitações unifamiliares. Aqui é destacado que, em caso de incêndio, a organização dos espaços interiores não deve promover situações que comprometam a saída para o exterior dos residentes. Igualmente, da conjugação entre a construção envolvente e jogo de vãos existentes deve resultar uma configuração dispositiva que vise maximizar o condicionamento e limitar propagação do incêndio entre os próprios pisos e as construções vizinhas. Numa perspetiva de minimizar o risco de colapso de um edifício, decorrente de uma operação de combate a um incêndio, os próprios elementos construtivos devem cumprir requisitos eficientes de resistência que asseguram a evacuação dos residentes.

No artigo 13º, faz-se alusão às saídas para o exterior, concretamente à inexistência de constrangimentos nos compartimentos principais, sala e quartos, que impossibilite o acesso fácil dos seus ocupantes ao exterior. Preconiza a inclusão de percursos diretos, que conduzam à(s) porta(s) de saída, assim como outras aberturas sirvam de saídas para o exterior em caso de emergência. Contudo, não é de todo exigível uma saída de emergência localizada em cada compartimento.

Neste mesmo artigo, na alínea 4, reforça-se ainda a viabilidade de saídas de emergência por janelas, desde que as áreas correspondentes a estas não sejam inferiores a 1 m^2. Face a esta condição, passa a ser especificado o conjunto de dimensões que validam esta variável. Assim, prevê-se que estas apresentem no mínimo 0,6 m de largura, no qual o peitoril não deve exceder 1 m de altura medido desde o pavimento, nem a sua altura relativamente ao terreno adjacente deve ser superior a 3 m.[204]

[202] Decreto-Lei Nº 64/90 de 21 de Fevereiro, "Proteção contra riscos de incêndios em edifícios de habitação", Parte I, Capítulo I, Artigo 1º, p. 1;

[203] Decreto-Lei Nº 64/90 de 21 de Fevereiro, "Proteção contra riscos de incêndios em edifícios de habitação", Parte I, Capítulo I, Artigo 5º, p. 3;

[204] Decreto-Lei Nº 64/90 de 21 de Fevereiro, "Proteção contra riscos de incêndios em edifícios de habitação", Parte II, Capítulo II, Artigo 13º, p. 5.

Prevê-se nomeadamente a dispensa de observância a disposições técnicas que impliquem custos incomportáveis e que não se traduzam numa verdadeira garantia da habitabilidade do edificado reabilitado, designadamente, sobre aspetos relacionados com áreas mínimas de habitação, altura do pé-direito ou instalação de ascensores. Acrescenta, todavia, as seguintes diretrizes:

"*1 – (...), são dispensadas da observância das normas constantes dos artigos (...) sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, (...).*

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a alteração de parte de edifício ou de fração autónoma de uso habitacional para uso não habitacional, sem que se altere o uso predominante habitacional do edifício, pode efetuar-se mantendo-se o pé-direito preexistente."[205]

[205] Decreto-Lei no 64/90 de 21 de Fevereiro, "Proteção contra riscos de incêndios em edifícios de habitação", Parte II, Capítulo II, Artigo 13º, p. 5.

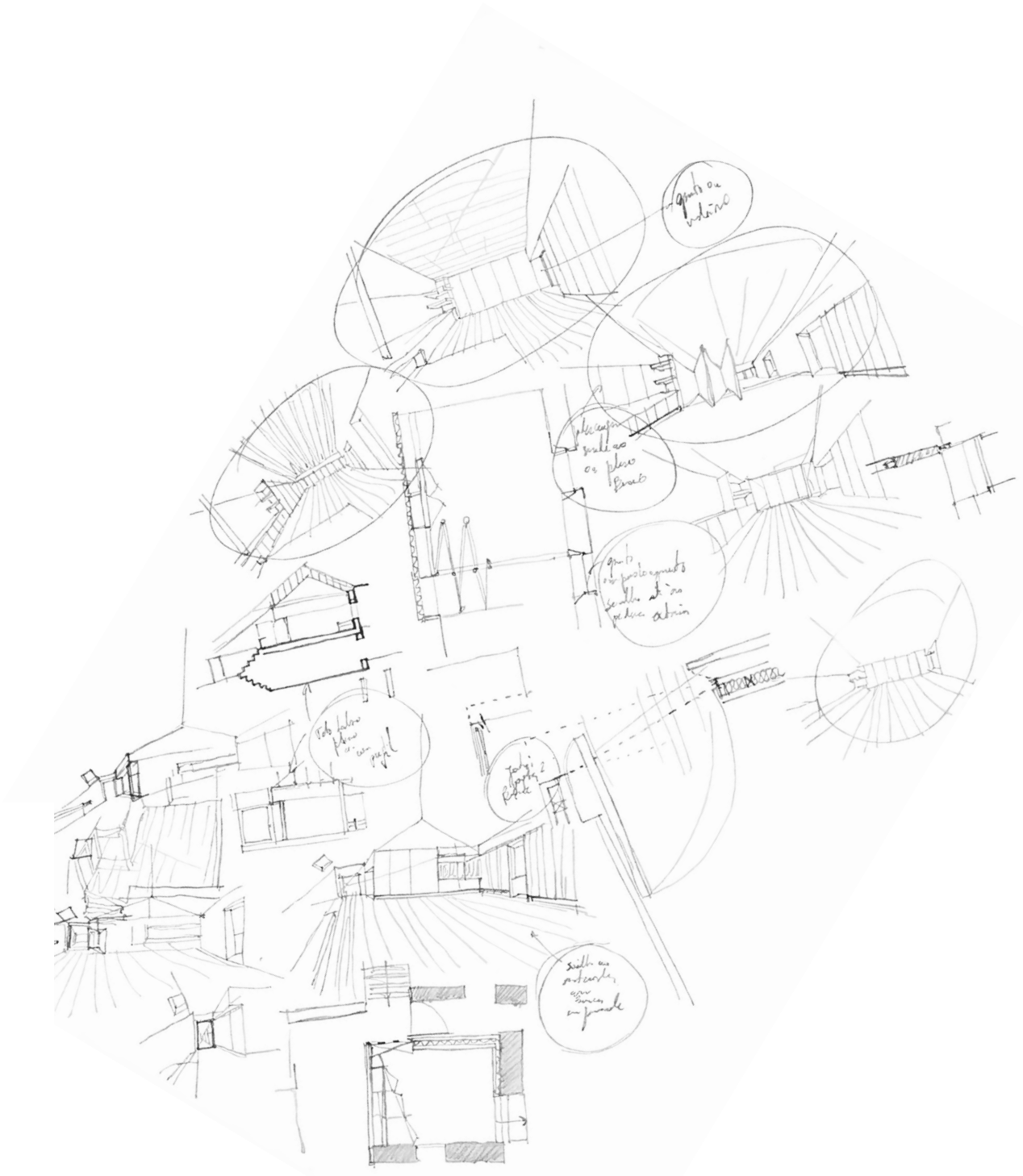


Figura 129. Esquissos referentes ao processo de trabalho

3.3 | Reflexão e Evolução da Proposta

Qualquer exercício que no seu final constitua um projeto de arquitetura, tem em si subjacente uma síntese de uma teia mais complexa que dá corpo ao processo de trabalho entretanto encetado. É neste espaço, aparentemente ilimitado e seguro, que o arquiteto progressivamente cultiva a sua base de aprendizagem e crescimento pessoal.

"*A importância da consciência que o arquiteto tem sobre o seu próprio processo é pois questão essencial no exercício de projeto. O exercício da crítica e avaliação sistemática e o permanente questionamento da razão de cada um desses passos que se dão é tanto mais necessário quanto é certo que é desse mesmo exercício que resulta a consciência do produto final, do projeto e, finalmente da obra de arquitetura que se constrói.*"[206]

Como tal, o processo de investigação conduzido ao longo deste trabalho assentou numa base multifacetada semelhante. A natureza da intervenção que se propunha determinou que todo o trabalho oscilasse entre dois polos. Aos ensaios e estudos produzidos com base no desenho, maquete, pesquisa e estudo de referências, contrapôs-se um outro, necessariamente mais empírico, onde frequentes visitas ao edifício pré-existente permitiram confrontar e aferir as hipóteses ensaiadas, definindo o rumo do trabalho.

Deste modo, pretende-se apresentar uma narrativa descritiva dos momentos considerados mais relevantes e, que em retrospetiva, determinaram de forma mais significativa todo o decurso evolutivo do processo de trabalho. Entende-se que a base de comunicação apresentada seguidamente sob a forma de uma organização do projeto faseada, estruturada á posteriori, propiciará uma síntese comunicativa mais inteligível das principais incidências que desencadearam a hipótese proposta no final deste trabalho.

[206] FERNANDES, Manuel Correia (1995), "A estrutura de Suporte: construir a arquitetura: um programa para a disciplina de projeto", Série 2: Argumentos; 10. Seis Lições. 4, 1ª ed, FAUP Publicações, Porto, p. 21.

A complexa teia de informação regulamentar e requisitos normativos foram, numa primeira instância, relegados para segundo plano. Esta opção, justificou-se pela imperativa necessidade de se assumir como base de trabalho um processo criativo livre, conscientemente ingénuo relativamente àquelas premissas. Seriam a seu tempo devidamente consideradas enquanto elementos essenciais para conferir consequência e solidez à proposta. Deste modo, o trabalho efetuado iniciou-se por um jogo de experimentação, apenas inspirado pela perceção pessoal e impressões formadas durantes as primeiras visitas ao edificado.

O descomprometimento perante as amarras legais é preponderante para que a razão e a imaginação possam fluir e adquirir forma através do desenho sobre a folha de papel. Procura-se com este inquirir e procurar soluções, suscitar a emergência de aspetos que possam revelar-se essenciais, quer ao processo de trabalho, quer ao desenvolvimento da subsequente proposta: "*Os rápidos esquissos (...) – um instrumento de trabalho como qualquer outro e não uma romântica proposta metodológica – mais do que refletir, ajudam a consciencializar a multiplicidade de tensões em torno de cada hipótese de resposta a um problema concreto.*" [207]

A exequibilidade de ampliação da área construída em consonância com a proposta programática sugerida pelo cliente foi naturalmente tida em devida conta. Foi também averiguada a viabilidade da proposta, fazendo corresponder-lhe apenas a área da edificação já existente, pois a primeira opção poderia ser inacessível, por via do PDMVC.[208] Nessa possibilidade, com ajustes entretanto discutidos com o cliente, assumiram-se as áreas mínimas de habitabilidade e dos principais espaços habitacionais para uma habitação de tipologia T2, segundo o RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas).[209] Retiraram-se por consequência algumas diretrizes relevantes para fases posteriores do projeto. "*No começo tenho sempre em mente o que se vai passar num edifício e posso apoiar-me se for necessário sobre modelos existentes. Há, todavia, um momento em que é conveniente libertar-se, emancipar-se daquilo para o que a função nos transporta, nos obriga. Não é fácil. O processo de criação arquitetónica habita um labirinto e as pesquisas progridem em ziguezague. Quando pensamos ter encontrado uma ponta da resolução; verificamos. Se funciona; guarda-se. Se não funciona; recomeça-se.*"[210] Destacam-se entre estas diretrizes, a da inviabilidade de existência de uma garagem face à impossibilidade de poder concretizar o crescimento para o logradouro tardoz.

Após o levantamento de inúmeras hipóteses e consequentes estudos verificou-se de modo aferido que, com a hipotética introdução do espaço de garagem no interior dos limites da estrutura existente, ficariam comprometidas possíveis dinâmicas e relações interiores dos espaços da casa. A área a ser dispensada para uma garagem dentro da estrutura edificada apropriar-se-ia de área essencial ao desenvolvimento de outros componentes do programa. Algumas reflexões iniciais permitiram igualmente assumir, como diretriz, que a entrada na casa se deveria processar pelo vão maior da fachada sul, entrada original da edificação.

---

[207] Álvaro SIZA, (1994), "Aula d'Arquitetura Álvaro Siza", Escrits, Edicions UPC, in O procedimento inicial, Barcelona, p. 13;

[208] Diário da República, 2ª série — Nº 165 — 28 de agosto de 2018, Plano de Diretor Municipal de Vila do Conde (2018), Capítulo III, Secção I, Princípios e regulamentação geral;

[209] Decreto-Lei Nº 38 382 de 7 de Agosto de 1951;

[210] SIZA, Álvaro (2009), "Álvaro Siza: uma questão de medida, Caleidoscópio, Casal de Cambra, p. 204.

A necessidade de criação de um passeio, apenas ausente na frente deste edifício, corrobora claramente esta conclusão. O desenho do mesmo é fundamental para resolver a relação abrupta entre o edifício e a faixa de rodagem e certamente proporcionará o acesso mais seguro, fácil e confortável à edificação. Com a materialização deste dispositivo, paralelamente, colmata-se o desenho do espaço público, satisfazendo-se uma das exigências expressas no DL 2008/06 (referente às acessibilidades).[211] Consequência deste gesto, os dois vãos que se definem até á cota da faixa de rodagem, sofrem uma diminuição considerável nas suas alturas, já de si não muito generosas, resultando na sua inviabilização tanto para definir a entrada da casa ou para a entrada da garagem, esta já descartada. Poderia considerar-se uma reconfiguração no seu desenho, conferindo-lhes as alturas adequadas e os requisitos necessários para a implementação dos pressupostos descritos. No entanto, uma vez que a laje de betão existente coincide sensivelmente com a padieira desses mesmos vãos, percebe-se que tal solução poderá ser pouco razoável. A subida da laje existente, quer do ponto de vista técnico e mesmo económico, implicaria ajustes significativos no alçado tardoz e o consequente crescimento da casa em altura. A ampliação da cércea existente também entraria em confronto com as exigências expressas no PDMVC.[212]

Constata-se que uma das carências principais da casa, contrariamente a vários exemplos da sua tipologia, se concretiza na completa inexistência de relações dos seus espaços interiores, como constitui exemplo a ausência de uma escada interior que relacione os pisos situados a diferentes cotas. Os espaços térreos constituem a maior parte da área disponível e estabelecem as suas principais relações com a rua e com um pátio exterior, respetivamente a sul e a nascente. A unificação dos mesmos poderia potenciar uma maior dinâmica entre as áreas mais sociais que se pretendem aqui estabelecer. Entende-se assim, dada a sua contiguidade, a pertinência de desvirtuar o seu carácter independente tanto mais que, embora contíguos, se encontram encerrados entre si, sem qualquer tipo de relação interior.A exemplo da natureza destes edifícios rurais e da sua relação com o lugar em que se implantam, evidencia-se o facto da casa se tentar adaptar da melhor forma à topografia que o terreno apresenta, o que acarretou o desnivelamento entre os diferentes espaços do piso térreo como principal consequência. Ressalta desta situação peculiar a de se, estabelecidas as devidas relações entre os três espaços térreos, poder estratificar a casa numa situação idêntica de desenvolvimento em meios pisos com três cotas distintas. Nesta hipótese, a introdução de uma escada interior revela-se indispensável à adaptação funcional do novo programa. Confere os necessários padrões contemporâneos de habitabilidade e conforto e constitui um elemento evidente na relação destes espaços.

Também se poderá perdurar a relevância do pátio. Poderá assumir preponderância no desenho da casa prolongando a vivência dos principais espaços interiores, se adequadamente orientados para este. Não só se visualiza como uma extensão exterior destes, mas adicionalmente como uma das principais fontes de iluminação natural dos mesmos, uma vez que na parede oposta é inviável à abertura de novos vãos. Por isso, o seu tratamento e requalificação revela-se urgente, revertendo o atual estado degradado e acidentado em que se encontra.

---

[211] Diário da República n.º 152/2006, Série I, 8 de Agosto de 2006;

[212] Diário da República, 2ª série — Nº 165 — 28 de agosto de 2018, Plano de Diretor Municipal de Vila do Conde (2018), Capítulo III, Secção I, Princípios e regulamentação geral.

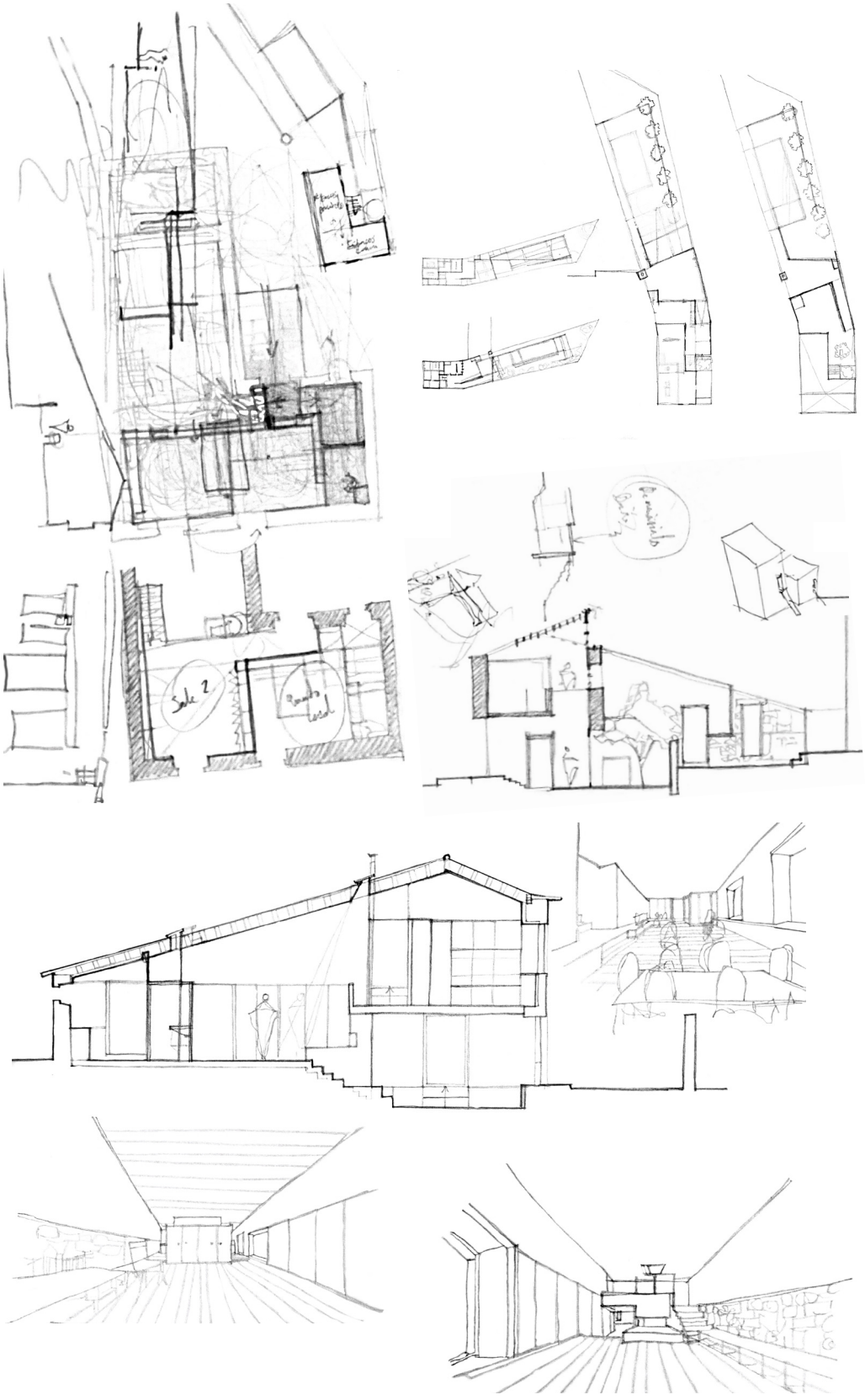


Figura 130. Esquissos iniciais do processo

3.3.1. Procura dos espaços da casa | 1ªFase

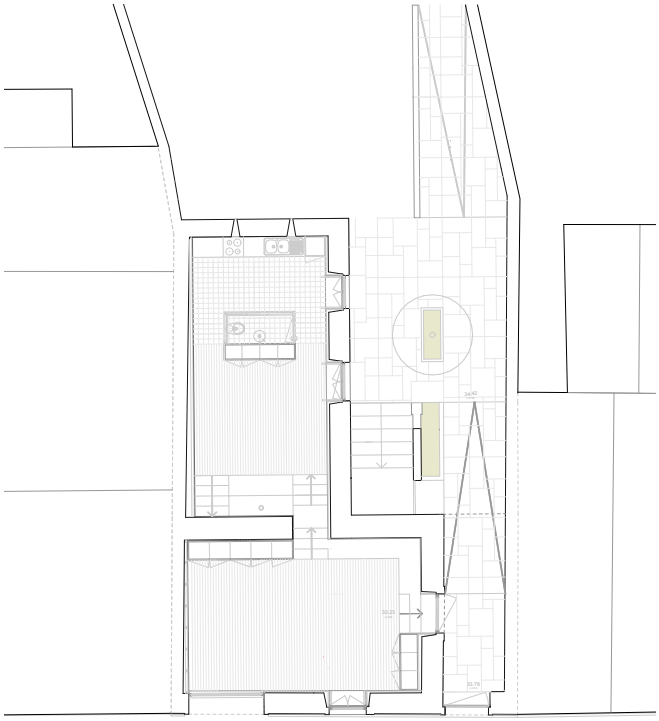
As conclusões expressas nos estudos realizados, bastante marcadas pelo entendimento de uma reflexão bastante superficial, possibilitaram uma primeira hipótese de distribuição do programa na edificação existente. O rumo tomado estrutura-se sobre uma base em que as áreas sociais assumem o piso térreo, formando-se uma área unificada dos compartimentos existentes. Pretende-se simultaneamente privilegiar relações e fluxos mais fluídos entre os diferentes espaços existentes, fazendo cair a sensação de enclausuramento e respetiva compartimentação dos mesmos. De uma primeira conversa com o cliente também se concluiu ser esse um dos objetivos idealizados.

No vão de entrada principal da edificação, revela-se essencial o rebaixamento da soleira até cota determinada pelo desenho do novo passeio, diluindo-se deste modo o desnível causado pelo soco pré-existente. Com este ato desaparece um obstáculo que se tornaria impertinente com a criação do passeio, e viabiliza-se o acesso mais cómodo à casa. Como consequência aumenta-se igualmente o pé direito desta última até ao coberto exterior imediato à entrada, beneficiando também, o vão da porta de acesso à loja com uma altura de 1,75 m, inferior ao mínimo exigido por lei.

O percurso que parece configurar a lógica organizacional e de composição da casa deve ser preservado e afirmado. É esse percurso que nos conduz e reforça o pátio como o espaço mais relevante da composição. Não se trata apenas de um mero elemento de receção que procede a entrada principal, mas também o principal organizador e dinamizador de futuras vivências. Torna-se para o efeito capital o tratamento e requalificação do solo natural acidentado e irregular, dotando-o com um dispositivo que resolva a transição de cotas existentes entre a entrada e o pátio. Nos esquissos iniciais, tentou-se resolver esse acesso por via de três degraus que se desenvolveriam a partir do desenho da escada e guarda exterior. No entanto, optou-se pelo desenho de uma rampa por esta perfazer essa transição de forma mais cómoda e subtil. Consequente desta decisão, soluciona-se perfilar a entrada principal na segunda cota, isto é, no piso intermédio da casa. Possibilita-se uma distribuição mais organizada, mas igualmente o acesso simplificado a qualquer compartimento que se deseje a partir da entrada.

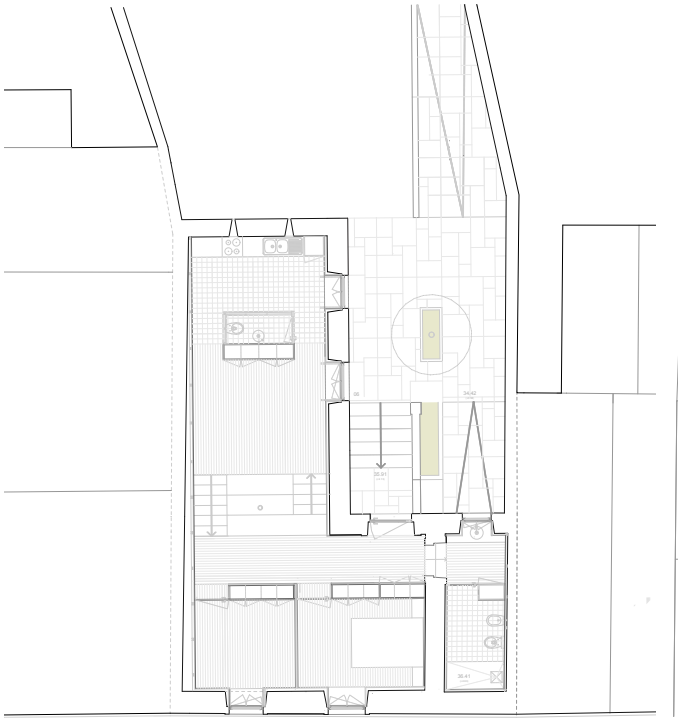
A cota intermédia permite organizar os espaços partindo de uma base aberta e unificada. Entende-se por conveniente a remoção do teto falso da cozinha, colocada numa intervenção mais recente, assim como da parede que divide o antigo espaço da cozinha da adega. Esta atitude confere uma nova espacialidade interior, agora certamente mais desafogada. Perfila-se um amplo espaço com uma geometria interessante, conferida pela inclinação descendente da água do telhado, situação da qual se pretende retirar o máximo partido [Fig. 130].

A introdução de um pequeno módulo, objetivada numa pequena instalação sanitária, organiza e simultaneamente duplica o espaço existente. Um destes espaços, com o pé direito mais elevado, até ao telhado, tem capacidade de funcionar como segunda sala polivalente. Cumpre a função de receção e como ponto gravítico da organização e distribuição dos restantes espaços interiores da casa. O outro espaço, situado a norte, adquire a função de cozinha, num ponto onde o pé direito da água do telhado já se apresenta menos elevado. Como acima referido, quer-se garantir a autonomia destes dois espaços, recorrendo a um módulo cujo desenho se adapte à leitura de um armário.



Planta Piso Térreo
Escala 1.200

- Cozinha
- Instalação Sanitária
- Arrumação
- Sala de Convívio
- Circulação
- Pátio Exterior
- Quarto de Dormir



Planta 1º Piso
Escala 1.200

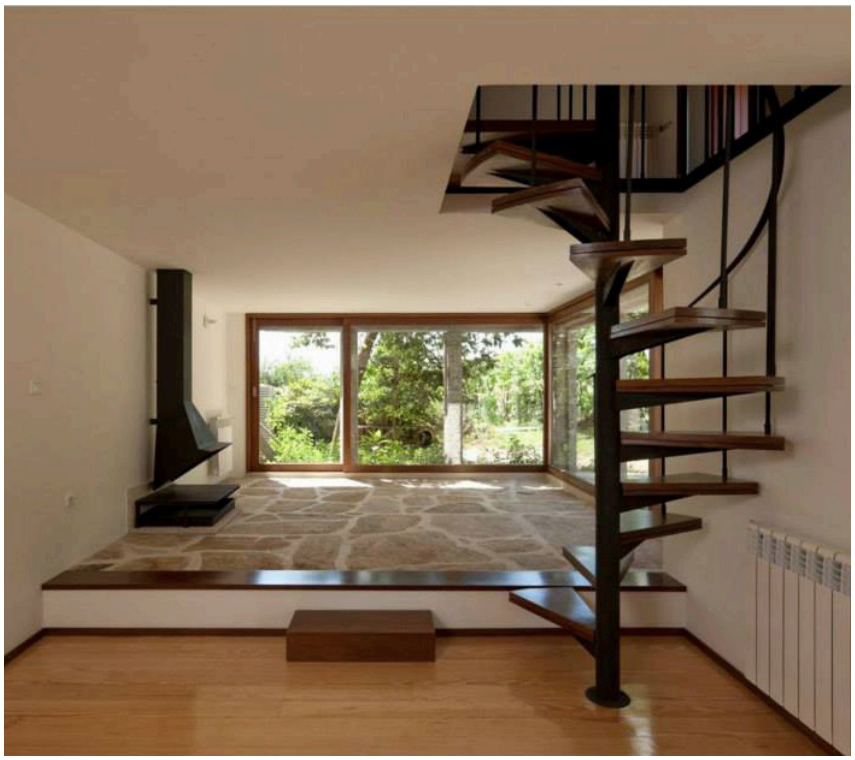
Deste modo, anula-se o efeito limitativo que uma divisão até à cobertura poderia causar. Sem recurso à compartimentação, transmite-se a sensação de continuidade espacial entre ambos os espaços, a exemplo do modo como o Arq. Eduardo Souto Moura trabalhou os módulos das instalações sanitárias na sua intervenção em St. Maria do Bouro, onde a ideia foi fazê-las parecer um armário, para não destruir a escala do espaço original.

No corpo térreo, virado a sul, o rebaixamento da cota de soleira revela-se necessário. A sua efetivação permitirá perfazer o pé direito habitável até à laje de betão existente e dilui-se o atual efeito claustrofóbico da sua reduzida dimensão, que se situa nos 2 metros.

Idealiza-se a instalação das áreas sociais de estar e jantar, num conceito de open space que recebe iluminação solar sul. Imediatamente acima deste, instalam-se os espaços privados da habitação – com uma instalação sanitária comum na parte sobrelevada do piso e os dois quartos virados a sul, sobre a paisagem natural e agrícola. Os dois quartos são servidos por uma galeria em mezzanine sobre a sala de pé direito mais elevado, numa atitude de compromisso mútuo: diluir a sua natureza de corredor e conferir amplitude ao espaço da sala.



132



133

Figura 132. Plantas e cortes da Intervenção do Arq. José Gigante no sequeiro de Macieira da Lixa
Figura 133. Perspetiva interior do espaço da sala comum com a presença da escada helicoidal

3.3.2. Relação Total dos Espaços|2ªFase

A apresentação da primeira proposta de distribuição programática junto do cliente revelou-se particularmente frutuosa. Este suscitou um conjunto pertinente de questões e a deteção de algumas lacunas cuja consideração permitiu aclarar o rumo e processo subsequente do projeto. Nessa distribuição programática ensaiada, destaca-se a preferência do cliente pela alteração da sala. A objetiva análise conjunta permitiu também um melhor entendimento do que seriam, de facto, as principais pretensões e preferências do cliente.

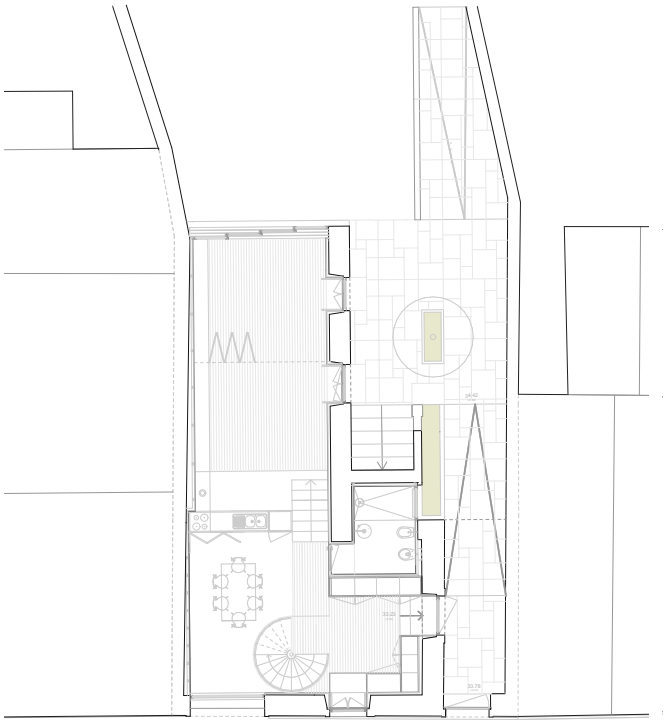
O facto de se terem trazido à liça os primeiros elementos desenhados de todo espaço interior traduziu-se num impacto substancial desse mesmo entendimento. O desenho constituiu assim uma ponte entre as duas partes quebrando a barreira imposta pela limitação do diálogo, universo de palavras muitas das vezes estabelecido sob "frequências" distintas.

Nesta nova abordagem, existem algumas alterações relevantes. Apesar da distinta configuração distributiva adotada, pretende-se preservar e continuar a potenciar as relações e transições fluidas entre os vários espaços da casa, mantendo paralelamente a identidade de cada um. A diretriz que definia espaços comuns no piso térreo e privados no superior, foi mais uma vez seguida. As principais alterações distributivas do programa, passaram exclusivamente pela sua inversão no piso térreo. Assim, a cozinha, a instalação sanitária e o pequeno espaço de hall passaram a localizar-se no volume voltado para a rua e a sala de estar passou a ocupar o volume interior voltado para o quinteiro e existente logradouro.

Com esta nova organização, beneficiou-se uma relação exclusiva e privada com o pátio da casa. As dimensões excessivamente reduzidas da antiga loja conflituam com o desiderato de menor compartimentação, compatível com o *open space*, estabelecida na primeira proposta. Na nova relação funcional, tornou-se necessário pautar esta área adequadamente e redefinir os momentos distintos que se idealizaram para cada espaço: um mais recetivo, outro mais privativo. O facto de o pé direito ser mais baixo neste ponto, questionou o sentido de existir um momento de desafogo e respiro que sugerisse um contraste, definindo ele próprio o diferente carácter entre estes espaços.

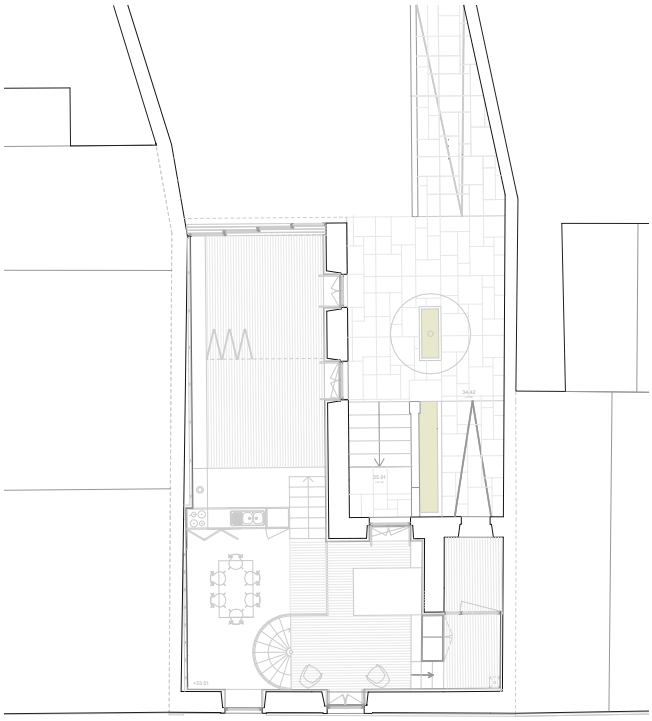
Assim, partiu-se para o hipotético corte da laje superior, no espaço em que originalmente se pretendia situar a sala de refeições. A liberdade descomprometida deste gesto, permite, simultaneamente, a total omissão da parede de granito que suporta a laje neste ponto, assim como o desimpedimento total entre este corpo mais curto do L e o mais longo onde agora se pretende situar a sala de estar. As barreiras são anuladas e a casa passa a constituir uma unidade espacial especialmente sentida no braço mais longo que se prolonga até à fachada sul, para alcançar a luz proveniente dos seus vãos. As transições entre os diferentes espaços passam a estabelecer-se através do recurso a elementos arquitetónicos notáveis. Uma das questões emergentes, ao suprimir a laje superior na sala de refeições, é a do acesso interior ao quarto, para além do já existente pelo pátio.

Alude- se aqui à intervenção do Arquiteto José Gigante na reconversão de um antigo sequeiro em Macieira da Lixa com objetivo de o transformar numa casa. No seu projeto, porque delimitado pela escassez dos espaços, optou por concentrar numa escada de caracol para o acesso e fluxo entre pisos. O particular desenho da mesma, permitiu também transmitir um carácter mais orgânico aos espaços sociais da casa [Fig. 132 e 133].



Planta Piso Térreo
Escala 1.200

- Cozinha
- Instalação Sanitária
- Hall
- Sala Comum
- Circulação
- Pátio Exterior
- Quartos de Dormir



Planta 1º Piso
Escala 1.200

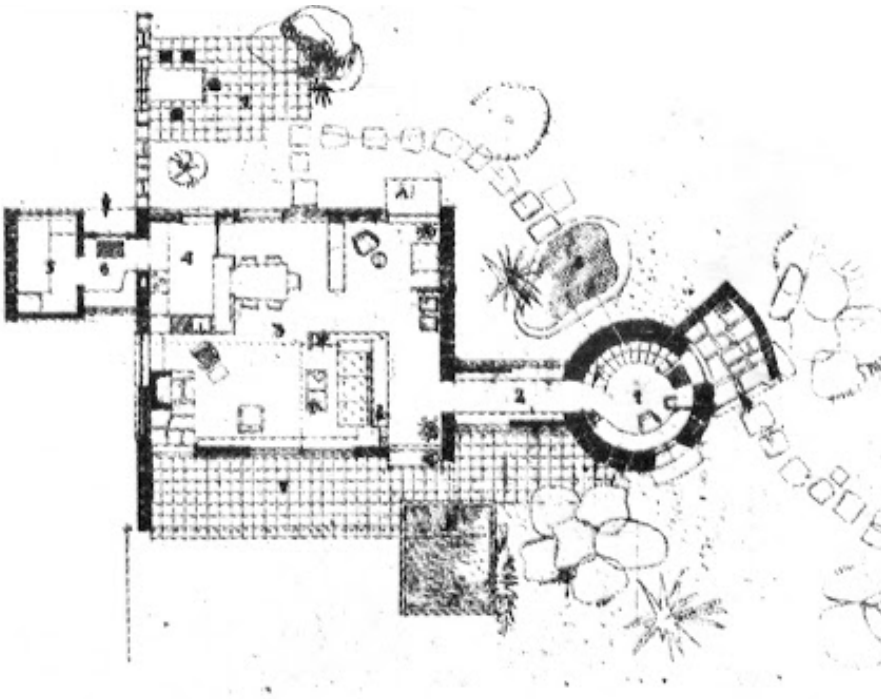
Estes mesmos pressupostos são assumidos na nova proposta aqui apresentada e, assim, parte-se para o desenho de uma escada de caracol, colocada entre o espaço recetivo, após o coberto exterior, e a zona de refeições. Estava assegurado o acesso ao quarto em mezzanine. A colocação neste mesmo ponto pautaria igualmente os dois momentos pretendidos, não comprometendo a qualidade e relação dos dois espaços. Numa comparação com a proposta inicial, liberta mais o espaço da sala que assim se vê livre de dois lanços de escadas separados e clarifica uma hierarquização de acessos e fluxos neste mesmo ponto perto do hall da casa. Um pequeno balcão de preparação de refeições desenha a transição entre a cota da sala e a cota da sala de jantar. Nesta nova etapa produziram-se algumas experiências que procuraram explorar o sistema construtivo das paredes de granito como elemento identitário do edificado provindo-o de qualidade estética e textural.

Assim nas paredes exteriores da edificação voltadas para o pátio e logradouro, despem-se das reminiscências do reboco existente, revelando o aparelho da pedra granítica como as cantarias que conformam os vãos. Por uma questão de coerência, no alçado exterior, a sul, opta-se por manter a parede da casa rebocada, por uma questão de integração e leitura contínua do conjunto de que faz parte.

Para ir de encontro às pretensões do cliente, ensaia-se rasgar um novo vão na parede norte da sala de estar onde se situavam dois postigos muito pequenos. Por outro lado, na fachada frontal continua-se um exercício de confronto de hipóteses que solucionem a questão da privacidade, atenuando a relação demasiado exposta entre interior e exterior, do piso térreo que se torna agravada pelo rebaixar da sua cota interior.

A flexibilidade espacial explorada na nova abordagem levantou um conjunto diverso de desafios relativamente à primeira proposta. No cômputo geral das soluções possíveis, porém não se vislumbrou uma proposta que se coadunasse com o desiderato pretendido. A condição resultante da retirada de parte da laje superior da casa, para proporcionar uma relação entre todos os seus espaços, revelou-se desadequada. Era contraditória com os objetivos delineados de intervenção, assim como com o programa pedido, criando situações forçadas de ponto de vista do mesmo. O jogo de relações criadas entre os vários espaços retiraria carácter e exclusividade aos mesmos e tornaria a sua relação algo “promíscua”.

Para o que pretende ser a experiência vivêncial da casa, por parte do cliente, comportaria do ponto de vista técnico e por consequência económico, custos acrescidos e adaptações incomuns sob o ponto de vista programático. Acarretaria área bastante estrangulada do quarto principal e omitia o quarto dos filhos como área definida de espaço o que por sua vez obrigaria ao reequacionamento improvisado da mesma na sala pela implementação de folhas de correr que fizessem o fecho de parte do seu espaço com menor pé direito à noite.



135



136

Figura 135. Planta da Casa Das Marinhas, Arq. Viana de Lima
Figura 136. Perspetiva do espaço da sala comum da casa

3.3.3. Estabelecimento de uma Base/3ªFase

Uma nova fase resultou da reinterpretação dos aspetos que pareceram mais ajustados na proposta anterior, usados como base de desenvolvimento do projeto, procurando-se colmatar as questões deficitárias identificadas anteriormente. Partindo da base distributiva da primeira fase, procurou-se agora alternativamente trabalhar algumas das convicções pessoais por forma a adaptá-las adequadamente.

O estudo da organização dos espaços interiores perfilada pelo Arquiteto Viana de Lima, na "Casa das Marinhas", foi preponderante para o resultado final. Através do estudo de implementação de armários de apoio, tentou-se perceber, pela sua natureza adaptável e útil, que possibilidades de disposição permitiriam organizar e configurar proporcionalmente estas três dependências, neste pequeno espaço da antiga loja, da melhor forma possível, [Fig. 135 e Fig. 136].

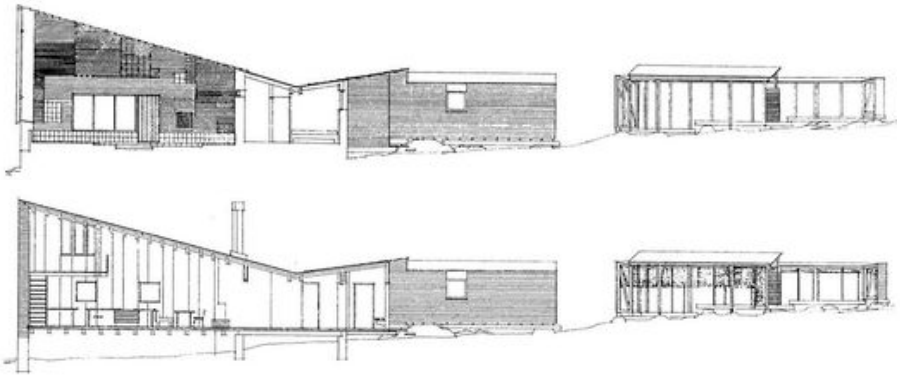
Estabeleceu-se como premissa o não comprometimento da qualidade espacial dos mesmos, apenas se estabeleceu como única exceção, a criação necessária de um plano de parede que comportasse a nova instalação sanitária completa. Procurou- se uma sequência fluida e pautada dos espaços na qual o jogo de estímulos e eixos visuais aliados à forma que a luz inunda os respetivos espaços interiores incitasse à descoberta dos mesmos. Através do jogo entre os armários e o plano de parede, conformou-se um pequeno espaço que recetivamente abraça sem enclausurar e, de forma controlada, introduz o espaço seguinte. Neste, à semelhança do que sucedia na anterior proposta, situa-se o espaço chave da casa, o qual agora se clarifica através do posicionamento único de uma escada, que fará a transição para a sala. Optou-se pela manutenção da sua localização no ponto que faz a charneira do L, constituindo um espaço de rótula que não importuna o espaço de refeições e clarifica da melhor forma os fluxos e a distribuição organizativa.

Idealiza-se agora um único rasgo estratégico na parede de granito existente. Com esta atitude quebra-se pontualmente a barreira existente entre os dois espaços, e induz-se uma relação física e visual entre ambos. Define-se uma largura para a escada, que relaciona a diferença de cota de 1,09 m entre os dois espaços e cria uma sensação mais aproximada e franca entre ambos.

Devido à reduzida diferença de cotas e ao baixo pé direito, torna-se necessário prolongar a escada para o espaço da sala de estar. Tal permite uma transição mais confortável e a libertação de área vital no espaço da sala de refeições.

Mantém-se o desenho da sala de estar da hipótese anterior. Entendendo-se agora que, com a preservação da laje superior da zona de refeições, a sala se torna o espaço mais desafogado da casa. Tornando-se assim o coração e o culminar de um jogo proporcional constituído de dois espaços com geometria mais controlada cuja sequência proporcionalmente guia quem deles usufrui.

Retoma-se, de certa forma, uma das ideias iniciais do processo de trabalho tentando-se sobre ela alicerçar considerações retiradas da segunda fase de experimentação. Pretende-se enriquecer o espaço da sala conferindo-lhe um mezzanine, não só para manter as relações sequenciais entre os espaços pretendidas à medida que se percorre a casa, mas também para criar o seu prolongamento de forma controlada a uma cota distinta.



137



138

Figura 137. Perfis da casa Muuratsalo pelo espaço da sala comum
Figura 138. Perspetiva da sala e relação com atelier em mezzanine

Observa-se uma situação espacial idêntica na casa experimental em Muuratsalo, Alvar Aalto [Fig. 137 e Fig. 138], onde a sala adquire uma secção idêntica à que está a ser trabalhada. Aqui, no ponto mais alto do espaço o arquiteto cria um atelier. Este gesto permite a desmaterialização de parte da parede que se prolongava até ao telhado. Esta opção confere ao espaço igualmente leituras distintas. O vão da fachada sul que serviria apenas o quarto existente neste piso, transforma- se num elemento visual e compositivo da sala, filtrando ao mesmo tempo a luz de sul e inundando um espaço mais amplo. Tratando-se de uma casa para uso ocasional importa refletir se tal programa seria compatível com o de uma habitação de carácter permanente, isto é, mais exigente na satisfação de requisitos e das necessidades diárias dos seus ocupantes. Neste contexto, a flexibilidade do programa permite explorar diversas relações e novas dinâmicas de uso, mas também adaptar-se de uma forma mais natural às circunstâncias pré-existentes. Não compromete, por isso, pretensões especificas do cliente. *"É no ato de reescrever o programa que se pode detetar a arquitetura, não na mera manipulação de espaços. Na mera manipulação de espaços, não há nada que pertença ao arquiteto, ainda que ele possa contribuir para essas realizações, como um sujeito que define as mais refinadas especificações. Mas isso não o torna um bom arquiteto. Isso o torna um bom profissional, mas não um bom arquiteto."*[213]

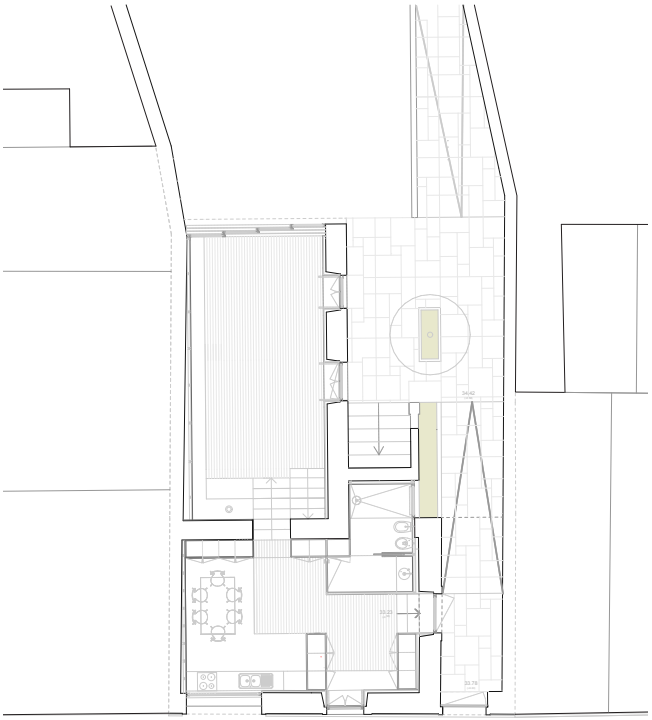
Sob este prisma, admite-se a hipótese de o quarto dos filhos se poder abrir ao espaço da sala e transformar-se numa expansão mais reservada da mesma, na qual opera como um espaço polivalente com capacidade de suportar duas funções. Durante o uso diário poderá comportar a função de uma pequena sala de atividades familiares mais contida, de brincadeira dos miúdos, para leitura e, à noite, de espaço de dormir. Procurou-se uma vez mais a delimitação dos espaços através de armários que, associados a elementos como as camas resolvessem as necessidades do programa. Estes elementos complementam o carácter versátil com que se pretende dotar a intervenção, desenhando o espaço na mesma base que se desenharam os demais, isto é, através da incorporação de mobiliário em que, num dos lados se possa igualmente desenvolver uma peça continua ao longo da parede oeste, que albergue parcialmente duas camas. Já o espaço relativo ao quarto dos pais, por outro lado, conforma-se agora como único espaço mais privado e compartimentado.

Com a proposta de recolocação de dois espaços de carácter mais privado no piso superior, pretende-se reaproveitar a escada exterior como uma forma de acesso mais direto destes ao pátio exterior ou deste aos quartos. No entanto, a forma como se desenha e estabelece essa relação tenta não cair na definição de um corredor como perspetivado na primeira proposta, nem no acesso exclusivo a um quarto de acordo com a segunda.

Para o efeito, retira-se a porta existente no vão em cantaria, e cria-se um espaço recuado. Um pequeno átrio exterior coberto equilibra a transição entre o interior e exterior, e simultâneamente introduz cada um de modo mais subtil. A partir do mesmo experimentar-se-ia igualmente o acesso ao espaço de varanda pretendida no quarto de casal, com esta para o pátio.

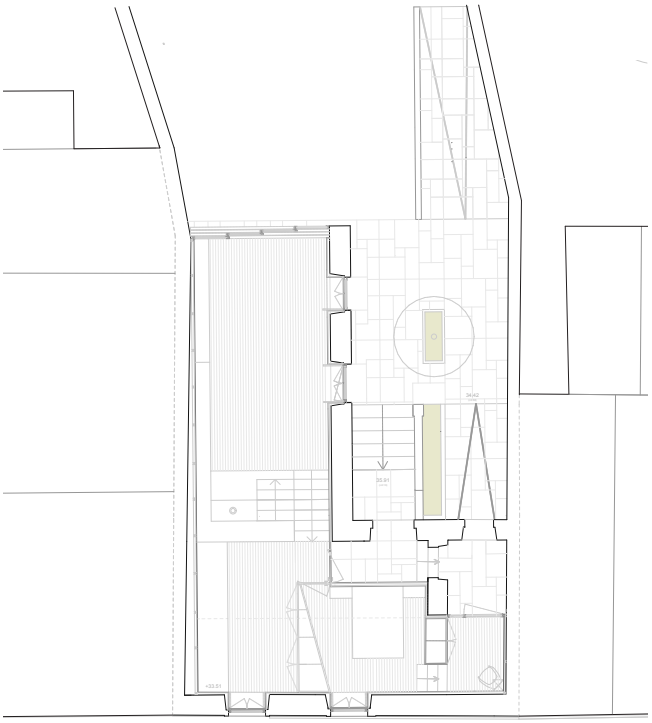
Tal hipótese foi, no entanto, desvalorizada pelo cliente, na medida que violaria o carácter de uso mais privado pretendido. O alçado tardoz foi nesta fase alvo de novos ensaios e tentativa de desenho da parede norte que limita a sala de estar.

[213] KAHN, Louis (2002), "Louis I. Kahn, Conversa com estudantes", Gustavo Gili, Barcelona, p.59.



Planta Piso Térreo
Escala 1.200

Cozinha
Instalação Sanitária
Hall
Sala Comum
Circulação
Pátio Exterior
Quartos de Dormir



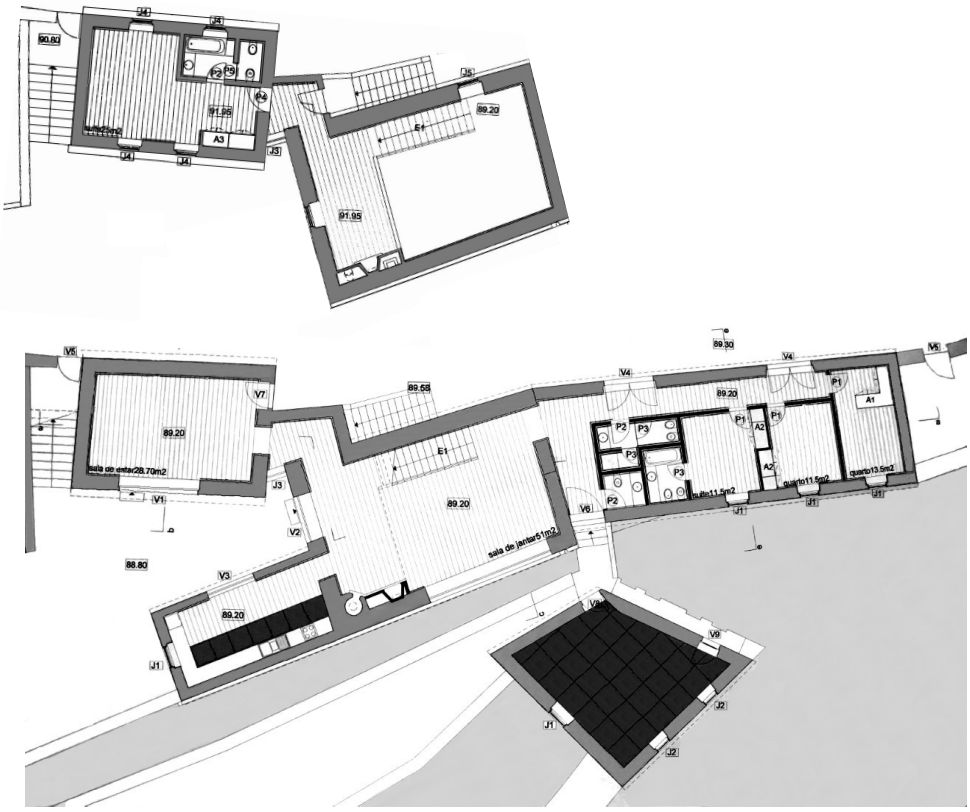
Planta 1º Piso
Escala 1.200

Procurava-se conciliar da melhor maneira possível o desejo do cliente com o contexto e natureza da edificação. Ensaiou-se novamente o vão a toda a largura da parede, o que implicaria a diluição total da parede norte. Aproveitava-se a continuação da métrica do vigamento de madeira, da estrutura da cobertura e, no último elemento, fixava-se a caixilharia do grande vão. Assim, permitia-se destacar no desenho do alçado um elemento horizontal em madeira que conjugasse o fundo rude das paredes de granito com a leveza do novo pano envidraçado. Esta atitude, no entanto, suscitava diferentes problemas.

A abertura a norte de um vão redundaria numa luminosidade insuficiente. Colocar-se-iam problemas térmicos, pois exporia o edificado aos ventos característicos e constantes do Norte (as denominadas nortadas características da região). Para além destes aspetos, a abertura de um grande pano nesta parede seria contraproducente e paradoxal na medida que anularia a importância do pátio e da relação que se pretendia com a sala.

De igual forma explora-se o desenho para o extenso logradouro da casa. A busca pelo jogo e tratamento equilibrado de cotas, percursos e superfícies permeáveis e impermeáveis procuram conformar o extenso logradouro como elo essencial que, apesar da distância evidenciada, aproxima a casa do maciço arbóreo que remata o lote. Pretende-se que a casa se estenda para o logradouro. As paredes de granito que definem perifericamente a volumetria da edificação a nascente e poente transformam-se nos muros da parcela, mas aqui definem mais um espaço, como que um enorme “salão verde” exterior.

Pretende-se um espaço que reflita o carácter aprazível do lugar enaltecendo a sensação imersiva com a natureza que o envolve. Trabalha-se com os elementos e materiais disponíveis no espaço pois os seus cromatismos e texturas ajudam a caraterizá-lo. Aproveita-se de igual modo para conformar superfícies estáveis e de percurso que se desmultiplicam em harmonia com a topografia existente até ao limite norte da parcela.



140



141

Figura 140. Plantas de intervenção do piso térreo e 1ª Piso do Arq. Alcino Soutinho na quinta da Azenha
Figura 141. Perspetiva do conjunto edificado (casa à esquerda correspondente ao estúdio da habitação)

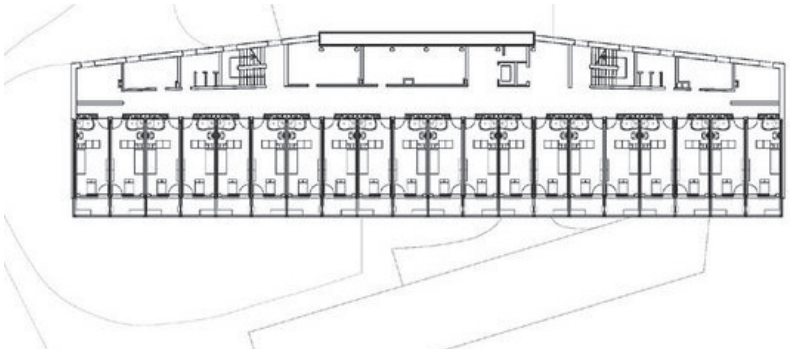
4| SOLUÇÃO FINAL DE INTERVENÇÃO

4.1 | Proposta

Uma nova etapa surgiu onde se visou a consonância entre a hipótese desenhada já maturada e os aspetos singulares e identitários que o objeto, enquanto manifestação arquitetónica de raiz vernacular, tinha para oferecer. No entanto, a tomada de decisões sobre caminhos a adotar privilegiou primeiramente um programa que fosse enquadrável num edifício com espaços e área exíguas e, simultaneamente, atendesse às solicitações do cliente. Para este novo exercício, procuraram-se também novas referências que fossem relevantes e inspiradoras. Nesse contexto, atentou-se nas intervenções do Arquiteto Távora sobre antigos edifícios rurais, nomeadamente a casa da Quinta da Cavada; conjuntamente com a intervenção da quinta da Azenha em Touguinhó, pela mão do Arquiteto Soutinho, foram um contributo para o sensibilizar das distintas formas, e de como tirar partido das mesmas para dotar o espaço de uma incontornável singularidade e riqueza compositiva [Fig. 140 e 141].

Mesmo tratando-se de um imóvel com uma área de construção relativamente reduzida, não seria adequado negligenciar os aspetos que nele projetam os costumes muito particulares de uma época e de um lugar. O forno e a base da lareira que serviam a antiga cozinha refletem modos e dinâmicas do habitar diário das gentes da época. As superfícies das paredes atestam aspetos únicos da verdade e natureza do sistema construtivo de então. Conferem um universo textural polvilhado de irregularidades inusitadas, distinto e de carácter inconfundível, resultantes quer do modo peculiar de trabalho com o granito quer do emparelhamento irregular dos seus blocos de diferentes dimensões.

Assim, avaliou-se a coexistência destes elementos na estruturação anteriormente ensaiada. Nesse sentido, redesenhou-se a base encontrada para os espaços interiores da casa respeitando agora a presença destes elementos. Concluiu-se então que a conjugação e apropriação de ambos tinha um impacto amplamente positivo na composição e desenho dos espaços. A sua posição original enriqueceria de modo direto a nova sala. Todavia, o modo como se orientavam, enriquecia igualmente os espaços de transição do piso térreo, introduzindo cada uma de forma singular. O forno junto da antiga laje, pode então ser tomado como premissa para o desenho do tema da nova lareira, à semelhança da forma como o Arquiteto Alcino Soutinho pautou a sua intervenção na quinta da Azenha em Touguinhó.



142



143

Figuras 142 e 143. Planta e perspetiva interior de um módulo da Maison du Brésil , Le Corbusier

4.1.1. Organização Funcional

A organização do piso inferior, que comporta os espaços sociais do programa não sofreu alterações significativas na sua disposição funcional. Excetua-se o apuramento de desenho dos espaços que permite definir e caraterizá-los de melhor forma, e a incorporação de um novo compartimento destinado a despensa. Com efeito, a diminuta dimensão da zona de preparação de refeições impossibilitava a existência de uma despensa, pelo que se achou pertinente equacionar a sua introdução a partir da reformulação da área deste piso. O espaço onde se encontrava o sanitário foi subdividido. Com esta atitude, possibilitou-se a criação de uma antecâmara com lavatório, diluindo a transição abruta para a zona polivalente de receção, e concedendo-lhe independência e multifuncionalidade.

Entendeu-se que o desenho do espaço do mezzanine sobre a sala, onde se perfilaria o espaço polivalente, era bastante vago nas intenções e não hierarquizava da melhor forma possível a sua versatilidade multifuncional.

A sala já se configurava como um espaço de considerável proporção e abertura correspondendo inteiramente às pretensões de uso que o cliente pretendia. Uma atitude idêntica no piso superior revelava-se assim incoerente. Sentia-se sobretudo falta de um espaço que funcionasse como filtro entre a sala e o que seria um espaço mais reservado e privado, para dormir.

A abertura total deste espaço não poderia ser integral atendendo à natureza construtiva do edifício. As paredes de meação são menos espessas que as das fachadas sul e norte, mas estão submetidas às cargas verticais da estrutura do telhado. A eventual substituição por uma viga de suporte, comprometeria um apoio mais estável baseado na distribuição equilibrada das cargas verticais exercidas pelo telhado. Como tal, optou-se pela manutenção de metade da parede, no lado esquerdo, essencial ao travamento da meação, apenas diluindo-a de forma excecional nos pontos de transição entre os diferentes pisos onde se localizará a escada de dois lanços. Assim, o vão que a viga do telhado tem de vencer é mais reduzido e a manutenção da parede mais espessa garante a sua maior estabilidade, bem como a transmissão das cargas. Face a estas conclusões, tornou-se essencial adotar uma filosofia organizativa que pudesse rendibilizar o espaço e área mínima disponibilizada para os requisitos pretendidos.

A reflexão remeteu para a solução adotada na *Maison Brésil* (1957), obra de Le Corbusier e Lúcio Costa, [Fig. 142]. Os quartos desta residência universitária para investigadores e estudantes, situada na cidade universitária de Paris, organizam-se em torno de uma peça de mobiliário desenhada por Le Corbusier e Charlotte Perriand, [Fig. 143]. A organização do espaço é dotada de um enorme sentido pragmático e económico considerando a exiguidade da geometria alongada e estreita das unidades de habitação. O desenho assenta unicamente numa peça que conjuga um elemento vertical e outro horizontal formando um armário e uma cama.

O armário orienta-se para a entrada da unidade de habitação, definindo desse modo um primeiro espaço contido e recetivo funcionando simultaneamente como *closet*. Através deste gesto evitam-se as relações conflituosas de privacidade entre a entrada e o espaço de dormir. Neste último destaca-se uma concavidade no armário, onde se define uma mesa de cabeceira.

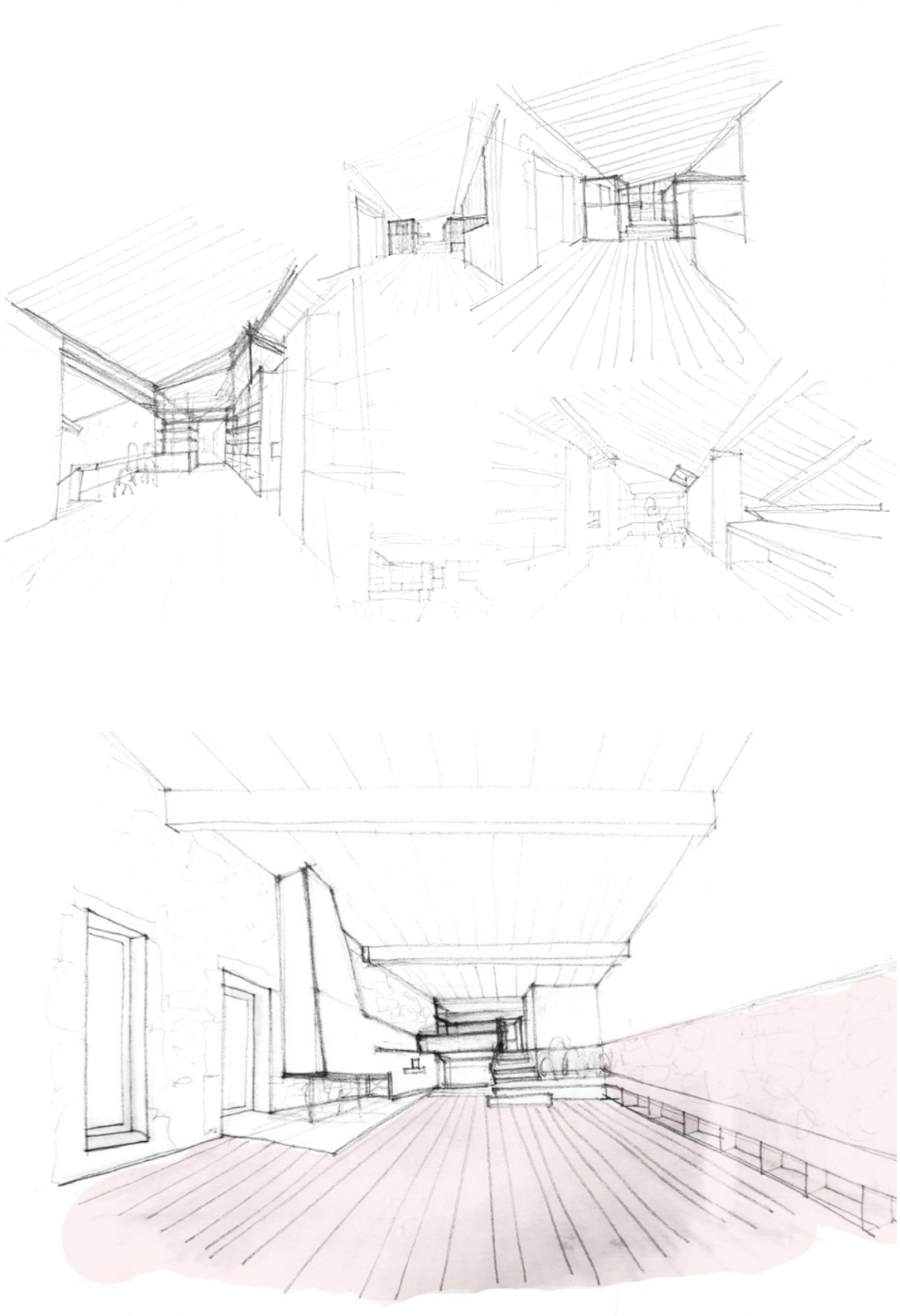


Figura 144. Estudos da zona de distribuição e articulação dos quartos e sala comum

Na presente proposta de intervenção, entendeu-se que a exploração de uma base idêntica de organização, isto é, através de mobiliário, poderia ajudar a definir o espaço pretendido. Para tal fim, tomou-se consciência que "*(...) o desenho do mobiliário (...)*" teria de corresponder à ideia e objetivos aos quais se pretendia dar resposta; o seu desenho seria indispensável pois não poderia "*(...) abstrair-se da conceção do espaço a que pertence*"[214] e, nessa medida, insubstituível por qualquer outra peça. Assim, pretendia-se organizar o espaço em dois momentos, para que oferecessem níveis de intimidade e de uso independentes consoante o horário diurno ou noturno. O espaço contíguo à sala seria envolvido por uma peça única de prateleiras, apenas quebrada no alinhamento com a janela da fachada sul. Aí, define-se um pequeno espaço inundado por luz zenital com um mesa de trabalho e um ponto mais reservado para leitura, [Fig. 144]. No espaço onde se perfilam as camas encontrar-se-ia "escavada" uma mesa de cabeceira nas costas do armário, uma vez que qualquer peça independente que servisse esse fim, atrofiaria a ligação entre os dois espaços.

A manutenção do átrio exterior para acesso ao quarto principal a partir do pátio exerceria um impacto negativo sobretudo na área daquele. Não só haveria incumprimento da área mínima, conforme prescrita no RGEU, como resultariam áreas de circulação estranguladas. Optou-se assim por remover o átrio e, em consonância, aumentar a área do quarto principal, reservando apenas a este o privilégio de acesso direto ao pátio. Também a varanda exterior do quarto, proposta pelo cliente, e equacionada na fase anterior, se revelou incongruente.

"*Não me parece uma boa solução dar uma resposta demasiado direta, exata e limitada, ao que uma pessoa (cliente) queira num dado momento, porque as casas têm uma longa vida. Muitas vezes os gostos do cliente mudam ao fim de uns anos, são diferentes. A casa não pode dar uma resposta fixa, deve ter outro destino(...).*"[215]

A viabilidade deste espaço tornar-se-ia mais útil e interessante na sua totalidade, albergando uma função que fosse extensiva à área de dormir do quarto. Entendeu-se apropriado atribuir-lhe a funcionalidade de quarto de vestir-"*closet*", uma vez que os armários onde o espaço da cama se encontra não tinham dimensão nem profundidade suficiente para esse fim. O mesmo espaço poderia igualmente servir uma função mais reservada, caso o cliente optasse por um pequeno espaço de leitura inundado por luz zenital da claraboia.

[214] SIZA, Álvaro (2000), "Imaginar a Evidencia, Edições 70, Lisboa, p.131;

[215] SIZA, Álvaro (2004), "Conversación sobre el tema de la casa", in Alessandra Cianchetta; Enrico Molteni, Alvaro Siza. Casas, 1954-2004, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, p. 11.



145



146

Figuras 145 e 146. Registo de pormenor das caleiras da casa do chá da Boa Nova, Arq. Álvaro Siza

A NOVA JANELA

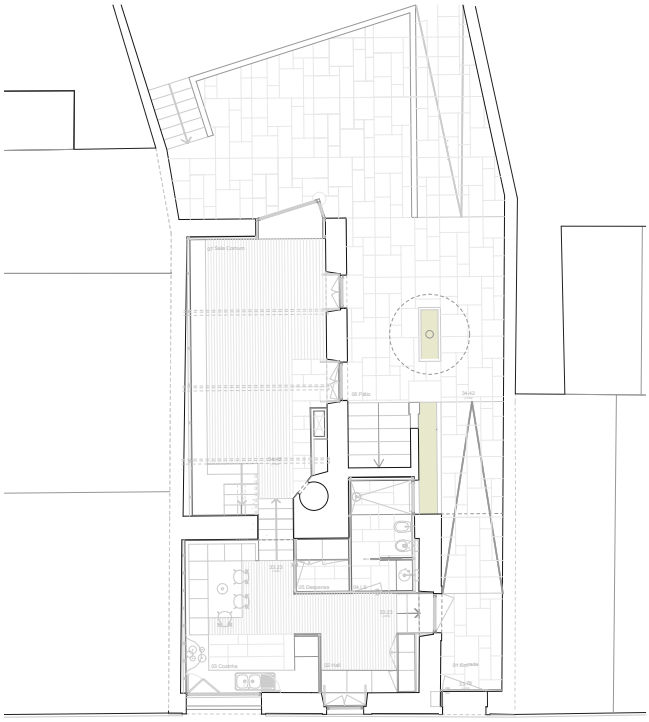
A procura da unidade total da parcela sobre um mesmo tema, contextualizando o logradouro com a volumetria da casa, não pode deixar de atender ao desenho da fachada norte do edifício. No decurso de elaboração da proposta foram experimentadas diferentes soluções para a conformação de um novo vão. Porém, todas as hipóteses revelavam-se de forma dissonante ou desequilibrada na leitura conjunta do alçado. O gesto convencional de abrir um novo vão envidraçado de "alto a baixo" e a toda a largura na nova sala, como solicitado pelo cliente, não acrescentava nada a este espaço. O rasgo de grandes vãos revelava-se também incoerente com a linguagem controlada e pontual com que os vãos originais se configuravam no antigo edifício.

O propósito compositivo finalmente encontrado decorreu da necessidade de dar resposta a um problema concreto da casa: o telhado estava desprovido de um sistema que assegurasse o correto escoamento das águas pluviais. O desenho desse dispositivo poderia consistir numa resposta meramente mecânica provida apenas de carácter utilitário.

Não obstante, revisitaram-se memórias da casa de chá da Boa Nova, onde o Arquiteto Álvaro Siza retira "algo mais" das caleiras, da delicadeza com que trabalha e integra o desenho destes elementos, especialmente na zona de entrada do edifício, evocando um qualquer tema sobre a água, [Fig. 145 e 146]. Percebe-se claramente que fosse qual fosse a forma e configuração que o novo vão tivesse de adquirir, constituiria a síntese de motivações compositivas que partem de fora para dentro, assim como de dentro para fora. A água foi o mote. Assim, o desenho do novo vão pode assumir-se na lógica dos outros: de forma pontual no plano granítico da parede limítrofe norte da casa substituindo o propósito de desenho dos tubos de queda da caleira. A água da chuva que percorresse o telhado será recolhida na caleira desenhada, conduzida para o topo desta peça cuja goteira, à semelhança da casa de chá da Boa Nova, a devolve ao solo. De uma perspetiva exterior, a posição aparentemente aleatória e descentrada à esquerda, deste novo elemento saliente na parede norte, tem subjacente a si questões inerentes ao pensamento e ato de *"projetar de fora para dentro, assim como de dentro para fora, criando tensões necessárias que ajudam a fazer arquitetura."*[216]

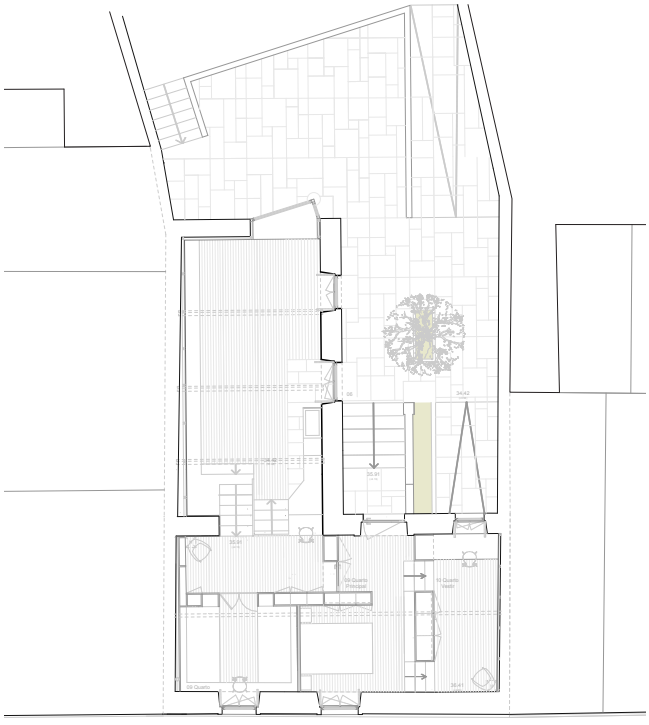
O desenho da nova janela, permitiu a melhor resposta possível para as questões de desenho e composição do alçado, assim como questões derivadas do espaço interior. Os espaços interiores usufruem de uma ou duas frentes que asseguram a respetiva relação com o exterior, facto que influencia as suas dinâmicas e vivência. O novo espaço da sala constitui o exemplo paradigmático. A inexistência de aberturas nas paredes que delimitam a sala, apesar de aberta ao pátio, não eliminam a sensação e exiguidade espacial. No novo desenho, a sala beneficia de uma relação privilegiada quer com o pátio, quer com o logradouro. Para o efeito, precede-se à desmaterialização parcial da parede sul, conferindo profundidade e trazendo luz natural para o espaço da sala. No entanto, o facto deste vão não pertencer fisicamente à sala reforçou a necessidade de criar novos eixos e relações visuais com o exterior que anulassem essa sensação.

[216] VENTURI, Robert (1977), "Complexity and contradiction in architecture", 2º ed., The Museum of Modern Art, New York, p. 83.



Planta Piso Térreo
Escala 1.200

Cozinha
Despensa
Instalação Sanitária
Hall
Sala Comum
Circulação
Pátio Exterior
Quartos de Dormir



Planta 1º Piso
Escala 1.200

Estes elementos constituem "*(...) pausas, que de certo modo desmaterializam a casa e criam uma sensação de continuidade e de passagem suave entre a dimensão do interior e a complexidade do exterior.*"[217] Assim, tentou-se explorar através da aglutinação distributiva do novo vão e dos pré-existentes a invocação de jogos de luz que conferissem diferentes tonalidades e temperaturas ao espaço.

Para o desenho do novo vão norte considerou-se de igual forma, a interação espacial com a zona da cozinha e refeições, com a sala, onde se percebe a importância de criar eixos de profundidade visual que enriquecem a transição entre os dois espaços. O desenho visualmente alinhado com a escada que dá acesso da cozinha e zona de refeições para sala procurou, para além da questão anteriormente enunciada, criar um contraste sensitivo na zona da cozinha ao trazer o cenário de fundo naturalizado do logradouro em lugar do carácter mais rude oferecido pelo muro de granito da propriedade dianteira enquadrado pelo vão orientado a sul.

Tentou-se retirar algo mais do desenho da nova janela que o simples propósito de contemplação exterior. Para o efeito, os dois vãos pré-existentes na parede nascente do edifício que encara o pátio oferecem uma pista subtil ao desenho da mesma. O primeiro vão conforma-se até a chão. O subsequente, apesar da leitura de porta que tem, sobreleva-se em relação ao anterior, soltando-se do chão. Assim, procurou-se que a nova janela clarificasse a intenção de uma sequência, assumindo- se como o culminar de um acontecimento. Tal circunstância aliada à tridimensionalidade que se quis conferir ao mesmo, permitiu criar uma situação singular de *baywindow*. Esta desenhada em forma de diamante desigual, cria uma "bolha" interior protegida no exterior, proporcionando a contemplação do acontecimento desenrolado no logradouro. Desta perspetiva, assiste-se à definição do logradouro pela domesticação da água, que se encaminha da cobertura para a *baywindow* e desta para o canal que por fim se transforma num espelho da paisagem natural.

[217] Siza, Álvaro (2000)- "Imaginar a evidência", Edições 70, Lisboa, p. 47.

4.1.2. SISTEMA CONSTRUTIVO

Como certamente ficou claro, a proposta desenvolveu-se no sentido de salvaguardar ao máximo os elementos principais que caracterizam e constituem o sistema construtivo deste antigo edifício, e que constituiu um dos desejos do cliente. Não obstante, o resultado final da proposta reflete uma resposta adaptativa aos padrões de vida e conforto atuais. Naturalmente, procurou-se estabelecer um equilíbrio com a colmatação de anomalias de graduação distinta detetadas durante o processo de levantamento e análise dos elementos da estrutura. Tais procedimentos, necessariamente adicionais, tiveram como objetivo salvaguardar a saúde da estrutura e prolongar a vida do edifício.

Sendo que, uma das principais dimensões da arquitetura, senão a principal, se traduz inevitavelmente em questões de materialidade, que ajudam a conferir carácter e identidade própria aos espaços, traduzem-se seguidamente as principais soluções construtivas finais que constituem o corolário das ideias exploradas durante o processo de trabalho.

PAREDES EXTERIORES E ACABAMENTOS

Assumiu-se uma postura assente na ideia de demarcação sensitiva de dois universos temporais, baseada na sua exploração de um contraste plástico entre o exterior e o interior. Concretamente, pretendia-se aproveitar a natureza e expressividade material do sistema construtivo em alvenaria de granito para criar um jogo sinestésico entre um exterior arcaico, rude e austero, e um interior modernizado e contemporâneo, dotado de maior conforto e graciosidade. Com esse propósito, deu-se preponderância à materialidade estrutural da casa. Tal implicava a inexistência de uma "pele" na face exterior destas paredes e no espaço do pátio da casa. Equacionou-se, sempre que possível proceder à implementação de materiais que assegurassem os níveis aceitáveis de eficiência térmica e acústica pela face interior destas paredes finalizando-as, concretamente, com placas duplas de gesso cartonado pintado a branco.

A perspetiva de abordagem anteriormente descrita mudou parcialmente após a reflexão que caracterizou a fase final do processo de desenvolvimento do projeto. Quando se desenharam os espaços interiores com maior pormenor, tornou- se evidente que a atitude e expressão conferida aos mesmos não tirava total partido das potencialidades únicas que o objeto de estudo oferecia. A adoção de uma linguagem contemporânea pura, uniformizadora de todos os planos de parede sob um tom branco em continuidade para um forro continuo na zona da cobertura, constituía uma atitude de demarcação demasiado rígida e direta. Anulava o conjunto multifacetado de atributos que o sistema construtivo conferia aos espaços, dotando-os de um carácter indiferente e abstrato. Face a esta esta situação, procurou-se percorrer um caminho mais consciencioso e equilibrado. A intervenção de Fernando Távora na casa da Quinta da Cavada, consciencializa a necessidade de explorar as singularidades das diferentes texturas, relevos e mesmo irregularidades na verticalidade que, no caso presente, as paredes poderiam oferecer à vivência dos espaços [Fig. 148]. Colocava-se, no entanto, a questão de como seria assegurada a questão térmica após o aproveitamento das faces interior e exteriores das paredes como elemento plástico.



Figura 148. Pormenor da Intervenção do Arq. Fernando Távora na quinta da Cavada, Guimarães, explorando a expressão do sistema construtivo das paredes de granito existentes

Por a circunstância de intervenção visar um programa com períodos de uso ocasional e sazonal, determinou que se jogasse com o conceito de inércia térmica segundo o qual "*(...) poderá ser aceitável a não aplicação de isolamento térmico se a sua espessura for muito elevada.*"[218] Deste modo, a atitude basilar de adotar o aparelho de granito existente e as qualidades inerentes do material construtivo como elemento expressivo para as paredes exteriores do edifício foi estendida ao interior e tardoz do edifício. A fachada sul do imóvel, orientada para a rua, constitui a exceção a este pressuposto para que não destoasse duma leitura coesa e integrada do conjunto edificado da rua.

Assim, na face exterior da parede da fachada principal sul, antes da colocação do novo reboco acabado numa pintura branca, procede-se à *"Remoção cuidada das argamassas existentes e verificação das condições de suporte. Caso apresente fissuras instáveis deve ser previamente reparado (...). Limpeza das juntas, até uma profundidade de cerca de 5 cm, para posterior preenchimento com novas argamassas à base de cal, seguida de escovagem a seco de todo o suporte, com escova metálica, e de lavagem sob pressão (...)" e, por fim, "(...) humedecimento do suporte por pulverização, 24 horas antes da execução do revestimento."*[219]

No interior do recinto do lote, a face exterior das paredes do edifício especificamente as orientadas para o pátio e para o logradouro, evidenciarão o aparelho de granito existente sem qualquer tipo de acabamento sobre o mesmo. Pela face interior destes elementos, as paredes de meação serão as únicas preventivamente revestidas por "*(...) placas de gesso cartonado associadas a uma camada de isolamento térmico.*" [220] As duas placas de gesso cartonado, coladas uma à outra, apresentarão uma espessura de 1,5 mm cada e serão fixadas "*(...) a uma estrutura metálica intermédia(...)*"[221], à qual entre os seus perfis se aplicará uma camada de isolamento térmico em lã mineral. Entre o isolamento térmico e a parede de meação cria-se uma pequena caixa de ar.

As restantes paredes exteriores, pelo interior, apresentarão a textura e aparelho da alvenaria de granito existente levando um acabamento a tinta branca à base de cal permeável ao vapor funcionando igualmente como elemento cromático de continuidade com as de gesso cartonada das de meação. No piso térreo relacionado com a rua, à demarcação dos espaços com diferentes funções, corresponderá também o revestimento por materiais diferentes. A zona de preparação das refeições, pela maior exposição a agentes húmidos, será diferenciada com o revestimento de cerâmico branco de fácil lavagem, como o especificado no RGEU.

[218] FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), "Manual de apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos", Ordem dos engenheiros da região norte, Porto, p. 264;
[219] FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), op.cit., p. 264;
[220] FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), op.cit., p. 264;
[221] FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), op.cit., p. 264.

ESTRUTURA DOS PISOS E ACABAMENTOS

Relativamente à estrutura dos pisos, optou-se por abordagens e tratamentos distintos, por força da circunstância em que encontrava a casa. Tal inquietação fundamentou-se no facto desses espaços terem servido propósitos ligados às atividades agrícolas, para armazenamento de animais e utensílios de prática agrícola, encontrando-se assim destituídos de condições básicas de habitabilidade. Esse é o caso da adega, em terra batida. O contacto total das paredes com o solo natural, determinou extensas zonas de humidade decorrentes da ascensão de águas por capilaridade. Assim, no quadro de ações delineado para o piso térreo, nos espaços da cozinha e zona de refeições, assim como no outro meio piso, a sala de estar, é principal preocupação a de os dotar com os requisitos construtivos necessários à sua correta funcionalidade. À exceção da cozinha, despensa e instalação sanitária, preconiza-se a aplicação de soalho de madeira.

Para o efeito, dever-se-á proceder à "*Remoção do revestimento existente, bem como de eventuais camadas de suporte (camada de betonilha e camada de brita).*"[222] Executa-se então uma base de enrocamento com 20 cm onde assenta uma caixa de brita. Sobre a brita coloca-se massame de betão, armado com rede malhasol com espessura de 10 cm. É sobre este massame que deve ser executada uma regularização à qual se segue a *"(...) aplicação de impermeabilização/ barreira pára-vapor constituída por um feltro betuminoso. Nos remates com as paredes (...) deve ser dobrado de modo a que exista um corte hídrico entre o contorno do pavimento e as paredes (...), colocação de uma camada de isolamento térmico, constituída por placas de poliestireno extrudido com 3 cm de espessura (...), aplicação de um filme de polietileno (...), realização de uma camada de betonilha com uma espessura superior a 6 cm, armada com rede electrossoldada. Nos remates com o contorno deve executar-se uma junta com, pelo menos, 15 mm de largura, preenchida por um material elástico (poliestireno expandido) e por um mastique adequado, de modo a diminuir o risco de fissuração por retração (...).*"[223] Por fim, dar-se-á lugar à "*aplicação do novo revestimento de pavimento em madeira para minimizar os efeitos decorrentes da variação dimensional das madeiras, os elementos de revestimento devem apresentar um teor de humidade intermédio relativamente às condições extremas de utilização.*"[224]

Não existe barreiras físicas entre os diversos espaços do piso térreo e, como tal, a separação dos mesmos ou a notícia de transição entre eles é conseguida através de mudanças de pavimento. O caso mais evidente objetiva-se na zona da cozinha, onde se explora de igual forma o contraste cromático dos materiais, diferenciando-a da zona de refeições, através da aplicação de um cerâmico antiderrapante e de fácil lavagem, que se estende à casa de banho e despensa. Na zona da sala, por opção plástica mas também funcional torna-se necessário adotar um material anticombustível e, como tal, opta-se pelo granito presente no pátio. Esta escolha permite manter uma maior coerência entre o interior e o exterior da casa.

[222] FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), "Manual de apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos", Ordem dos engenheiros da região norte, Porto, p. 267;
[223] FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), op.cit., p. 267;
[224] FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), op.cit., p. 267.

Na laje do piso superior, a abordagem é forçosamente distinta. A aplicação convencional do soalho é efetuada através de um ripado com 3 a 5 cm de secção levando uma regularização na qual é pregado o tabuado do soalho. Esta abordagem traria problemas de ordem altimétrica relativamente às soleiras de granito das janelas e ao desnível do patim da escada exterior para laje, aumentando o seu espelho, já de si com dimensão considerável de 21 cm. Face à situação exposta, no piso dos quartos preconiza-se a colocação de um pavimento em taco aplicado sobre uma manta geotêxtil para atenuar o efeito acústico. Dá-se preferência à utilização da matéria prima proveniente de espécies autóctones encontradas na região a fim de contextualizar da melhor forma as opções da nova intervenção. Na face inferior da laje faz-se uma regularização do teto aplicando-se um acabamento estocado.

ESTRUTURA DA COBERTURA

A estrutura do sistema construtivo do telhado é aquela que constitui maior preocupação e carece de intervenção profunda devido ao seu avançado estado de degradação. Os seus componentes estruturais encontram-se altamente comprometidos e o revestimento é, em muitos pontos, colmatado com telhas diferentes diverso, originando a entrada das águas pluviais.

O estado estrutural pré-ruinoso permite prever uma retificação difícil, senão mesmo inviável. Assim, prevê-se a reconstrução integral da cobertura do telhado. A intervenção pretende, no entanto, ser fiel e adotar os materiais, técnicas e métodos tradicionais como forma a se enquadrar melhor com o carácter do edifício e compatibilizar com o tempo de vida útil do mesmo. Devido ao nível claudicado e de desagregação evidenciado no topo das paredes exteriores, que resultava em “ondas” de variação altimétrica ao longo de todo o seu perímetro, procura-se primeiramente solucionar este problema. O posterior vigamento da nova estrutura do telhado poderá então socorrer-se desta regularização para constituir uma base de suporte consolidada.

A opção plástica pretendida para o desenho dos espaços interiores possibilita a colocação do poliestireno extrudido, como isolamento térmico da cobertura, sobre as novas vigas e pernas estruturais de madeira do telhado. De igual forma, opta-se pela colocação de um forro no mesmo material que esconde a barreira pára-vapor, pelo lado inferior do isolamento térmico e sobre essas mesmas vigas, para que se torne viável a unidade plástica. Por último, aplicar-se-á sobre o isolamento térmico uma subestrutura de suporte com ripado de madeira, que garanta a boa fixação da telha de canudo bem como assegurar a necessária ventilação da estrutura.

CAXILHARIAS E CARPINTARIAS

As caixilharias, são um dos pontos mais sensíveis no processo de intervenção a efetuar, uma vez que "*são elementos fundamentais na história da arquitetura e da construção, elemento de mediação interior/exterior e de fruição das necessidades elementares do habitar: proteção das agressões exteriores e regulação da luz natural, ruído e variações de temperatura.*"[225]

Justifica-se consequentemente uma criteriosa reflexão sobre as possíveis metodologias de abordagem e implicações que daí possam advir para a coesão e qualidade da proposta. À partida, polarizaram-se duas linhas de raciocínio com caminhos necessariamente opostos: manter a caixilharia existente com consequente restauro e colmatação pelo interior de uma dupla caixilharia que responda às questões de isolamento térmico-acústicas; ou a substituição integral da caixilharia existente. O aproveitamento da caixilharia pré-existente forçosamente levantaria um novo conjunto de questões e opções, dos quais se salienta aqui a eficácia de resposta a requisitos de conforto conotados com o isolamento térmico e acústico. Aqui, claramente, uma das hipóteses de resposta residiria na "*(...)possibilidade física de introduzir uma segunda caixilharia pelo interior (...).*"[226] Esta hipótese seria a que melhor asseguraria a necessária conservação arquitetónica da preexistência.

Porém, a operacionalização de um programa completamente distinto do uso original no piso térreo implicaria que os vãos essencialmente da fachada principal da casa tivessem de ser adequadamente desenhados para albergar o sistema de caixilharias com dimensões e formatos distintos dos existentes. Da mesma forma, mas sobre contornos distintos, na fachada poente voltada para o pátio, não se almeja vantagem na manutenção das portas existentes pois a sua opacidade constitui obstáculo a qualquer tipo de relação visual interior- exterior, assim como à incidência de luz natural sobre o espaço da sala.

Pesando as vantagens e desvantagens de cada atitude, concluiu-se como apropriado enveredar pela segunda hipótese. Em último caso, a uniformização das caixilharias permitiria uma leitura mais coesa e unitária ao edifício. "*(...) Em muitos casos poderá ser a solução que melhor responde à intenção do projetista, pois (à semelhança das soluções tradicionais) ela será o corolário lógico dos processos de reabilitação do edifício, muitas vezes profundamente intervencionado.*" [227] Parte-se deste modo para o desenho de uma nova caixilharia com o compromisso e consciência de igualmente assegurar os aspetos térmico e acústico necessários segundo os padrões de conforto contemporâneos, assumindo-se uma responsabilidade suplementar. O novo desenho assentará numa caixilharia composta por peças de madeira, não sob uma perspetiva de tentar replicar as anteriores, mas sim aludindo a um gesto de base coerente para com o carácter e elementos do sistema construtivo do edifício pré-existente.

---

[225] LOPES, Nuno Valentim (2006), "Reabilitação de caixilharias de madeira em edifícios do século XIX e inícios do século XX. Do restauro a seleção exigêncial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense". Dissertação de Mestrado em Reabilitação do Património Edificado, FEUP, Porto, p.1;

[226] LOPES, Nuno Valentim (2006), op.cit. , p.76;

[227] LOPES, Nuno Valentim (2006), op.cit. , p.86.

Na fachada principal, o tipo de caixilhos destinado aos dois vão em cantaria de granito do piso superior, assentam num sistema de uma folha de batente com abertura para o interior, enquanto os dois caixilhos do piso térreo apresentam o sistema de uma folha basculante. Nas fachadas, voltadas para o interior do lote, especificamente na zona do "*closet*", por uma questão de coerência adota-se o sistema oscilo-batente enquanto que no piso da sala de estar, nos vãos onde antes existiam duas portas opacas, procura-se agora introduzir duas portas envidraçadas enquadradas pelo desenho base da caixilharia de madeira desenvolvida para os outros vãos. A introdução de portas dotadas de grandes panos de vidro, para além de favorecer a relação interior – exterior visa, sobretudo, maximizar a iluminação natural dos espaços interiores. Pretende-se igualmente aproveitar as claraboias desenvolvidas na zona do *quarto de vestir* espaço de leitura no piso superior para conceber um sistema de caixilharia diferente com base em perfis de ferro, como forma de demarcar o novo do antigo. De igual forma, todas as caixilharias descritas serão guarnecidas por um sistema de vidro duplo como forma a diluir o ruído acústico.

Por fim, numa perspetiva de concordância com o sistema pré-existente, aproveita-se para provir as caixilharias com um sistema de portadas em madeira. Pretende-se que funcionem, quando pretendido, para proporcionar privacidade, e obscurecimento do interior. Em todos os vãos, o sistema de portadas é composto de duas folhas de batente, em que cada uma se recolhe de forma idêntica para a espessura das ombreiras de cantaria de granito. Excetua- se a cozinha, onde as dimensões e posição do novo caixilho no vão pré-existente, incitam ao rebate das suas folhas no lado esquerdo a 90° e do lado direito a 180°.



Figura 149. Perspetiva interior da Intervenção do Arq. José Gigante no moinho de Vilar de Mouros, Caminha

PAREDES INTERIORES E ACABAMENTOS

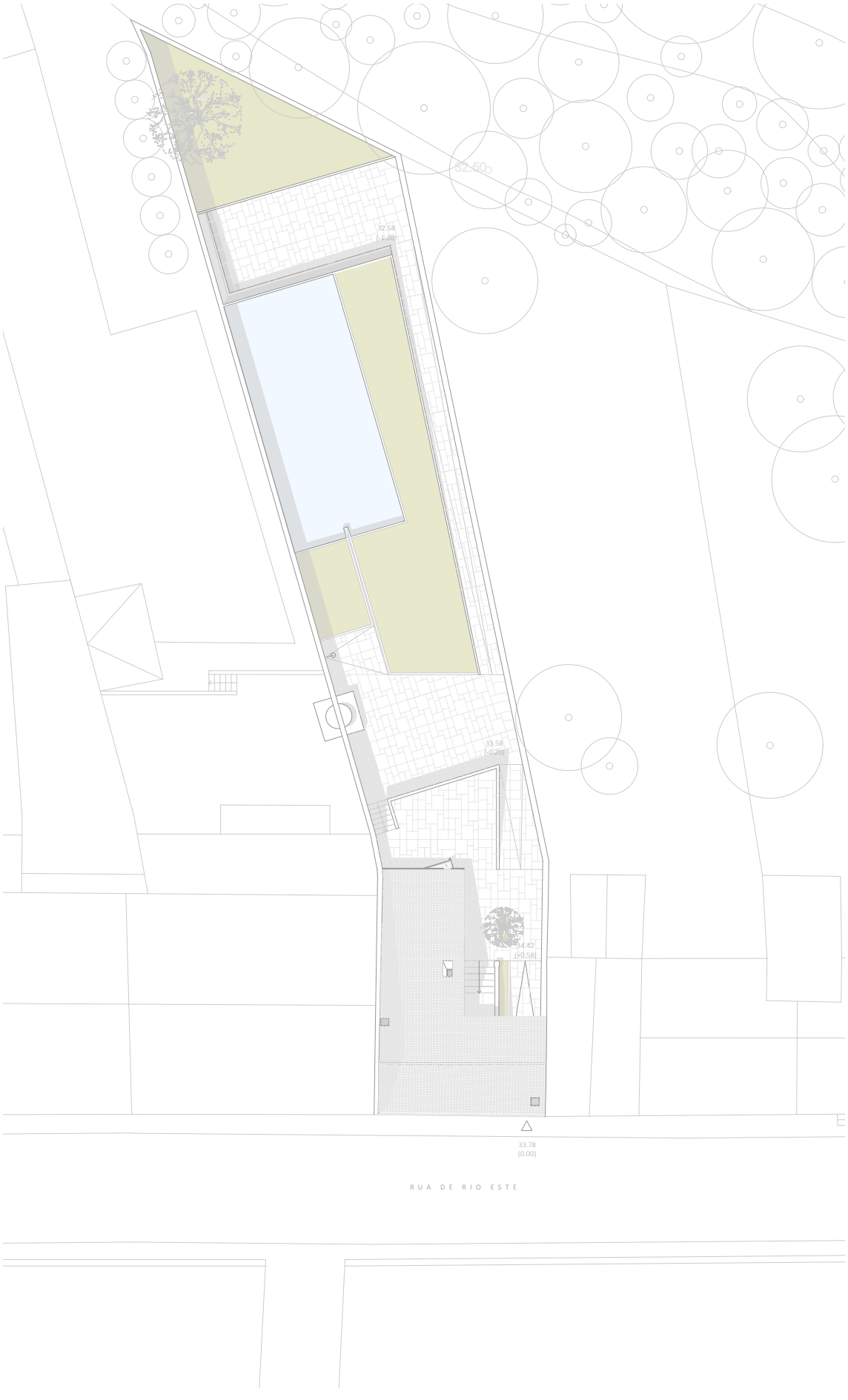
A escala reduzida da edificação e a necessidade de recorrer à organização dos espaços interiores a partir de um número reduzido de paredes, foi praticamente intransponível. As paredes exteriores e uma outra, interior, de granito, que se projetou manter por força da estabilidade estrutural do edifício, definem os principais espaços interiores do piso térreo da casa, sendo parte da restante organização feita através da disposição de mobiliário específico. A utilização de paredes é, contudo, útil para responder ao encerramento dos espaços como a instalação sanitária e a despensa. Idealizou-se um jogo de cinco paredes interligadas entre si que assentam numa estrutura leve composta por um sistema de calhas em perfis de aço, aos quais posteriormente serão fixadas placas de gesso cartonado e/ou MDF lacado.

Adicionalmente, pelo lado interior destas estruturas, entre os montantes metálicos, insere-se lã mineral como forma a colmatar o isolamento térmico – acústico dos espaços. Correspondendo a sua totalidade à definição da instalação sanitária, será necessário o devido reforço da estrutura metálica. Esta permitirá a fixação interior, não só da louça sanitária especifica, assim como aparafusamento de placas de consistência hidrófuga às quais serão posteriormente adicionadas um acabamento em azulejo branco perfilado num lambrim alinhado pela altura de 2m da porta da instalação sanitária.

Pelo lado exterior as placas de gesso cartonado/MDF levarão um acabamento de pintura plástica branca em continuidade com as faces interiores. No topo da parede mais longa que separa este espaço das áreas de refeições e polivalente, insere-se no seu topo um caixilho corrido à semelhança do que o Arquiteto José Gigante adota na obra de reconversão para um moinho em Vilar de Mouros, Caminha [Fig. 149]. Este gesto, visa filtrar a iluminação natural para os espaços da despensa, assim como para a antecâmara com lavatório que antecede a instalação sanitária, uma vez que a estes não se associa nenhum tipo de vão exterior.

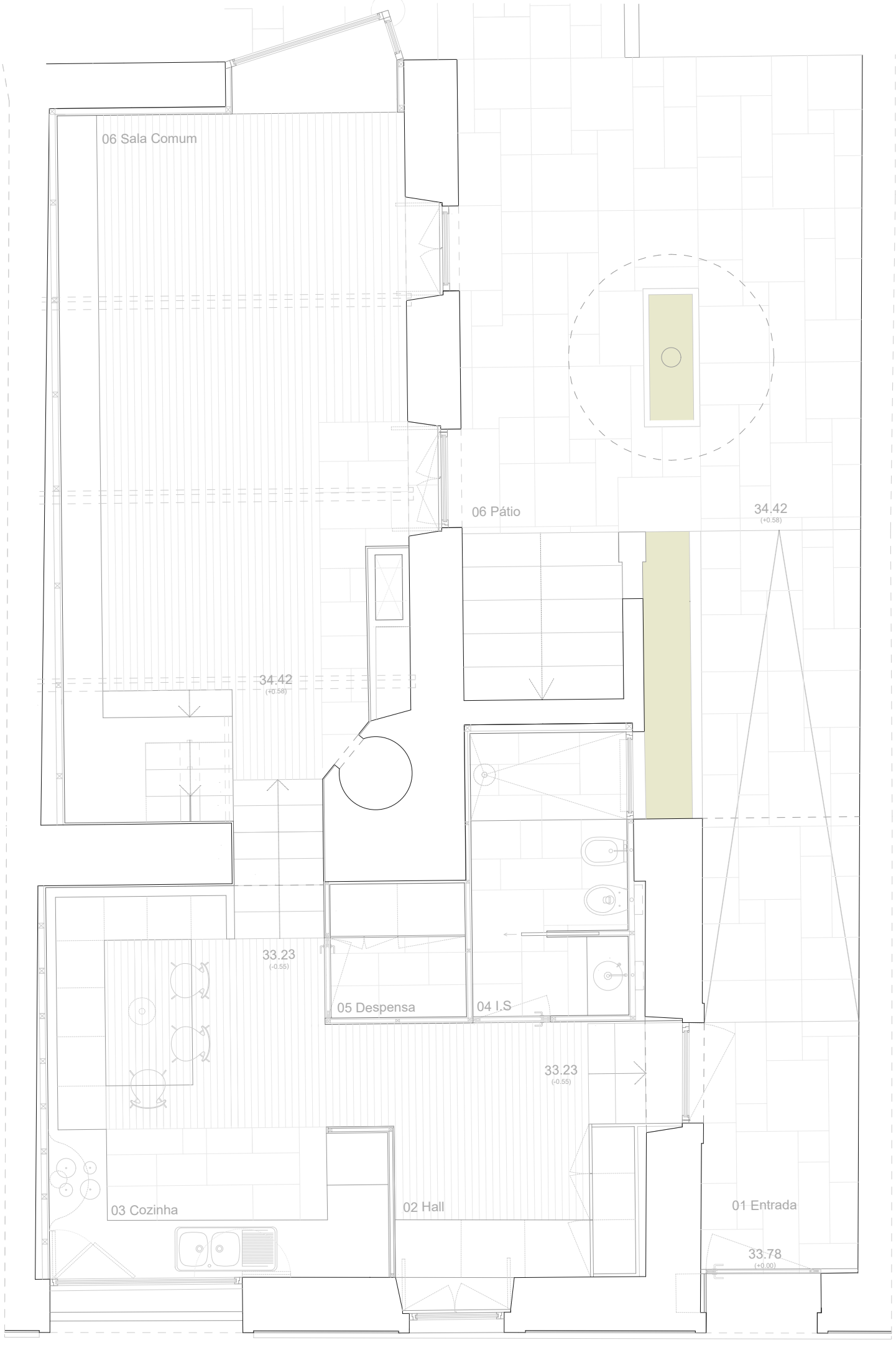


Planta de Implantação
Escala 1.300


32.50
32.58
(-1.20)
33.58
(-0.20)
34.42
(+0.58)
33.78
(0.00)
RUA DE RIO ESTE

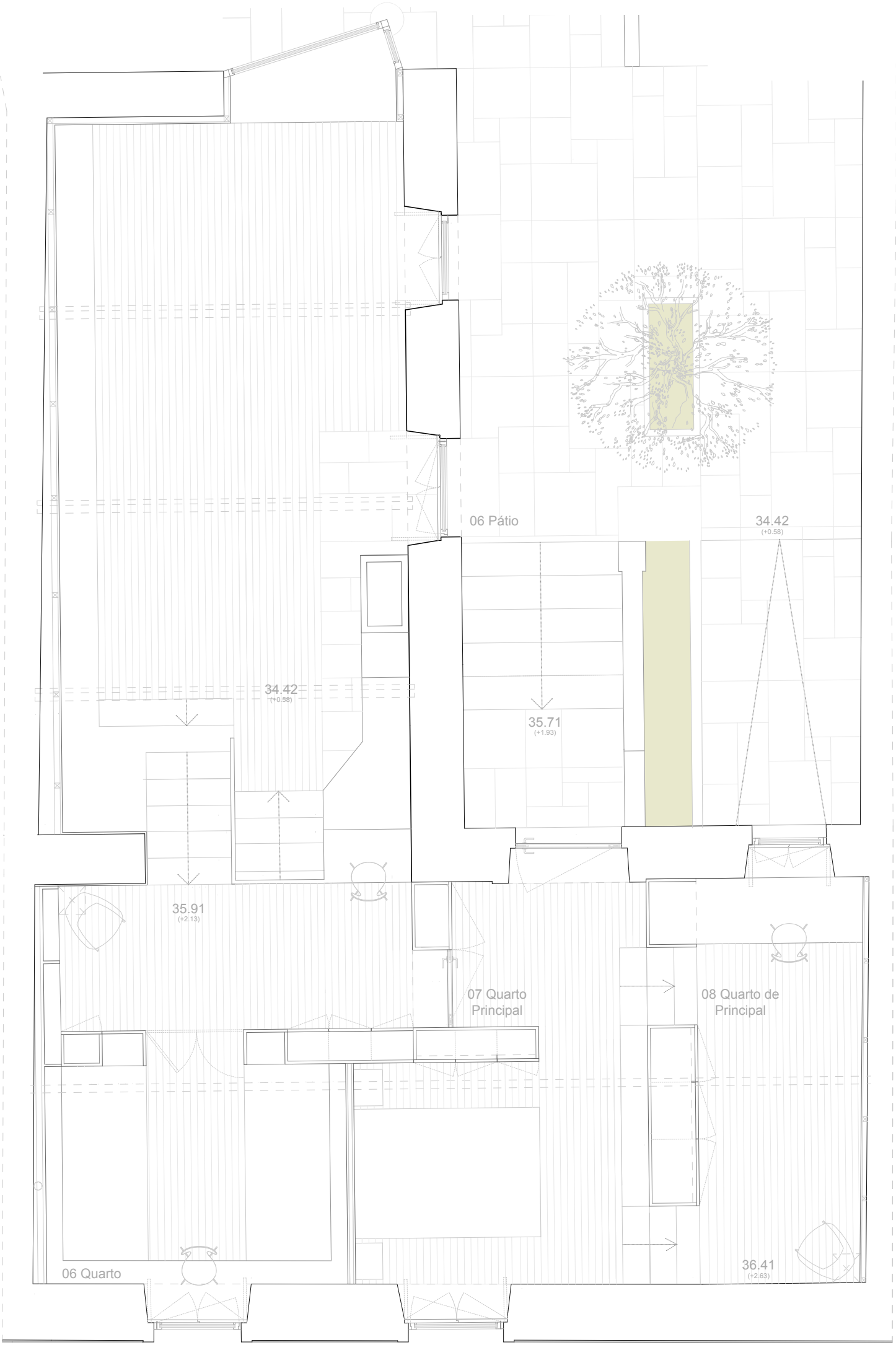


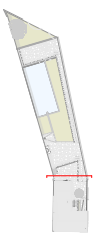
Planta Piso térreo
Escala 1.50


06 Sala Comum
06 Pátio
34.42
(+0.58)
34.42
(+0.58)
33.23
(-0.55)
05 Despensa
04 I.S
33.23
(-0.55)
03 Cozinha
02 Hall
01 Entrada
33.78
(+0.00)

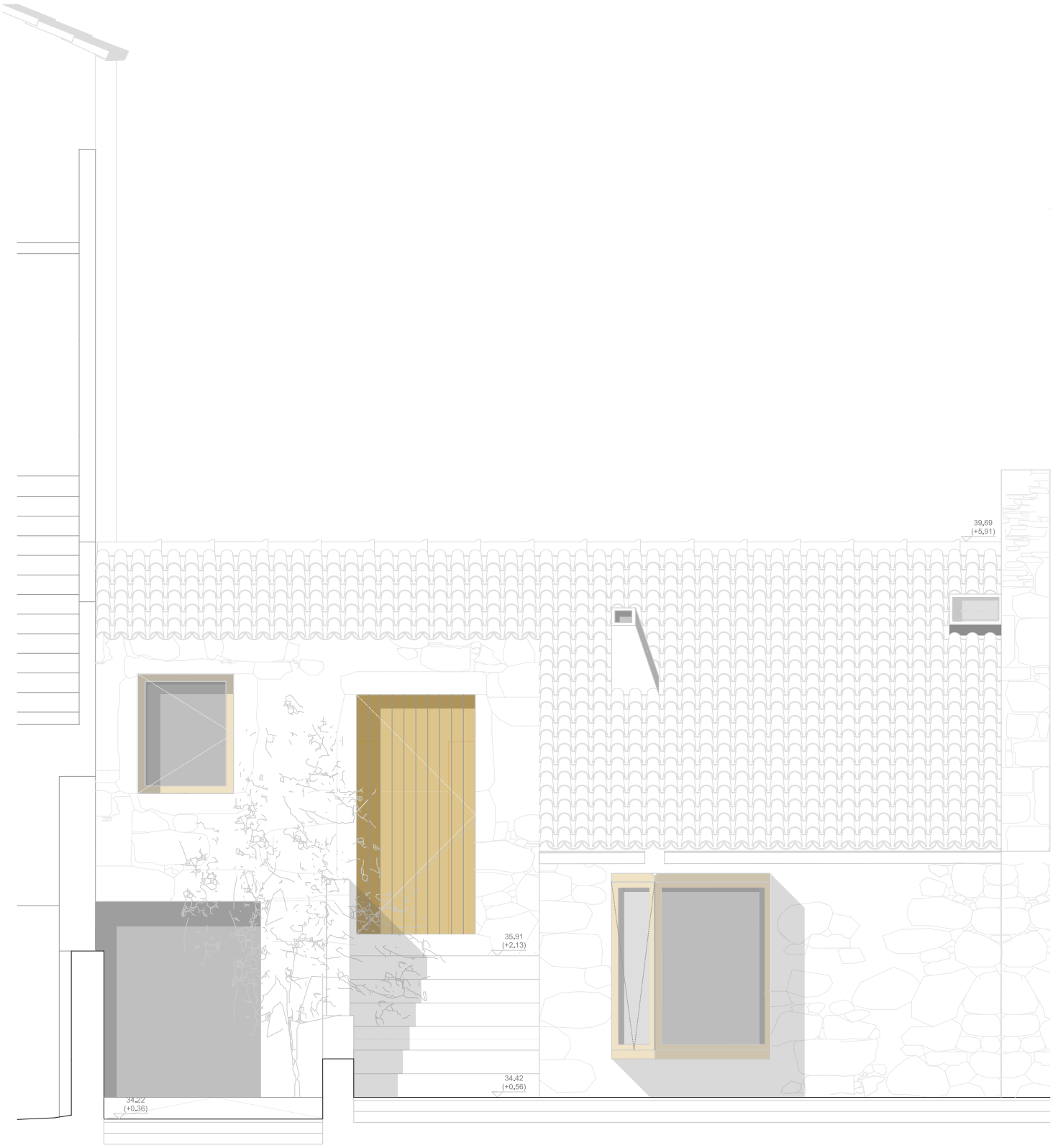


Planta 1º Piso
Escala 1.50


06 Pátio
34.42
(+0.58)
34.42
(+0.58)
35.71
(+1.93)
35.91
(+2.13)
07 Quarto
Principal
08 Quarto de
Principal
06 Quarto
36.41
(+2.63)

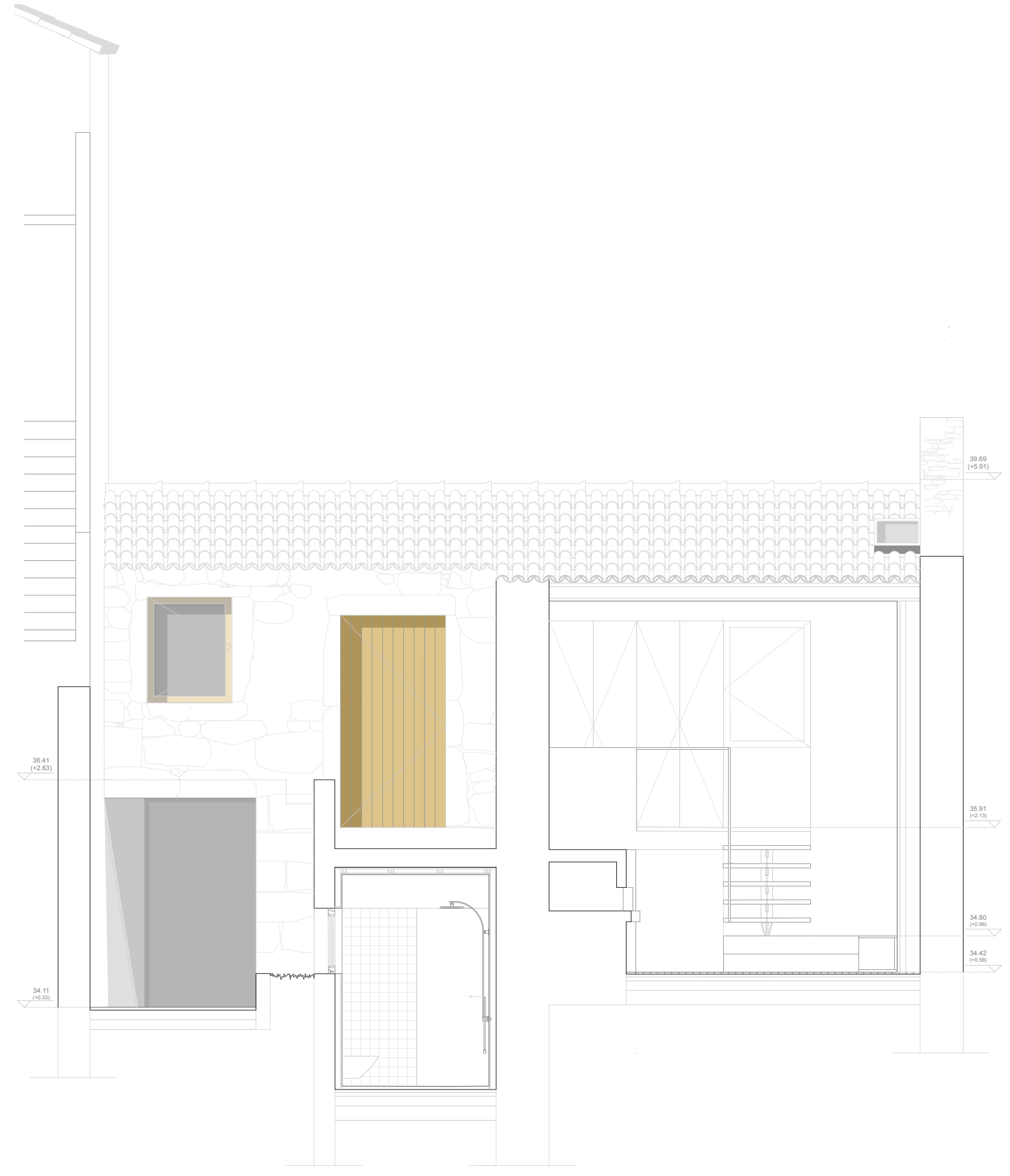


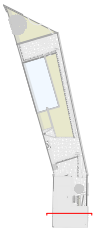
Alçado Norte
Escala 1.50


39,69
(+5,91)
35,91
(+2,13)
34,42
(+0,56)
34,22
(+0,36)

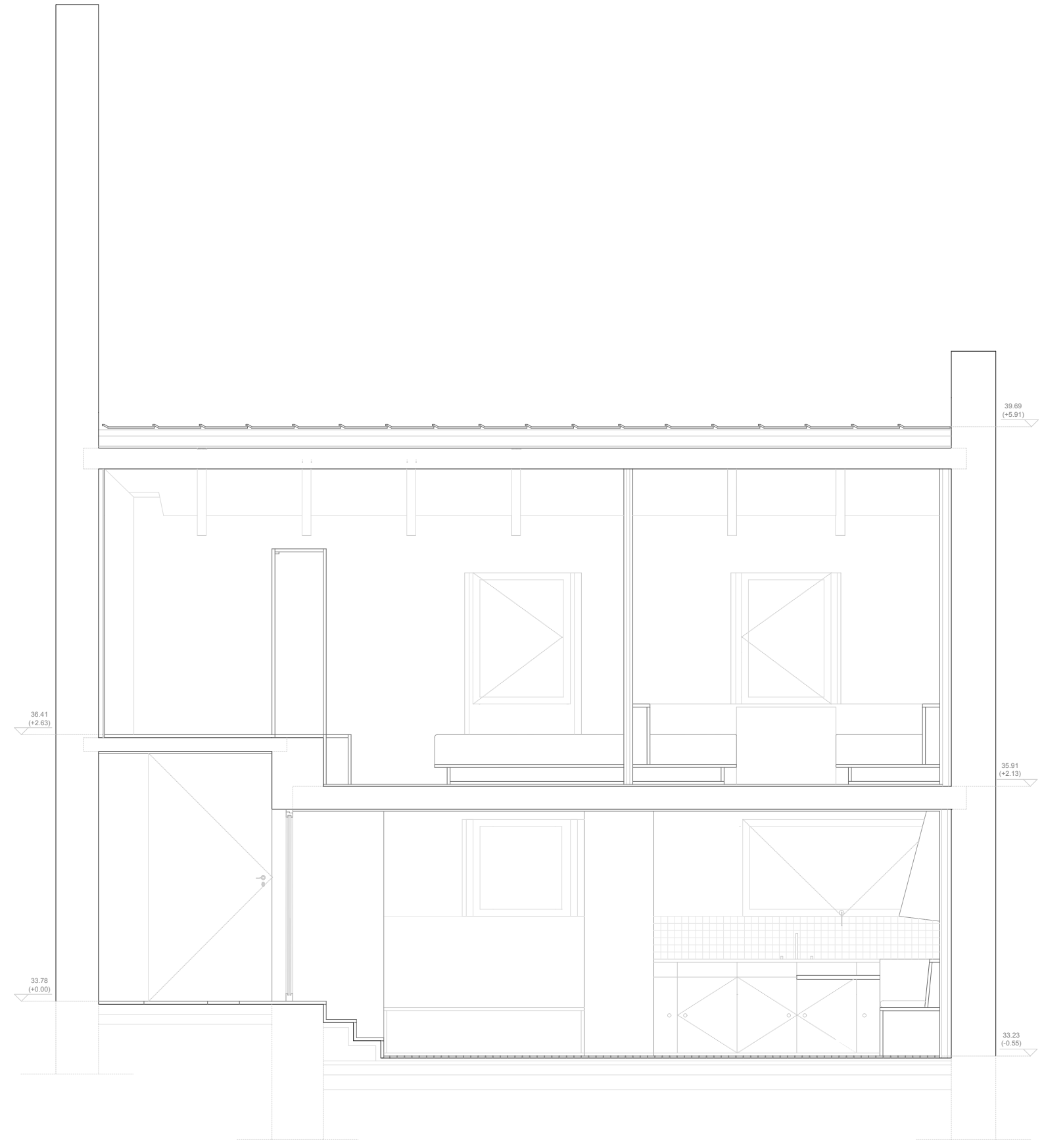


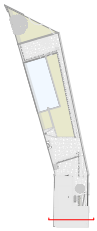
Corte transversal AA'
Escala 1.50


39.69
(+5.91)
36.41
(+2.63)
35.91
(+2.13)
34.80
(+0.96)
34.42
(+0.58)
34.11
(+0.33)

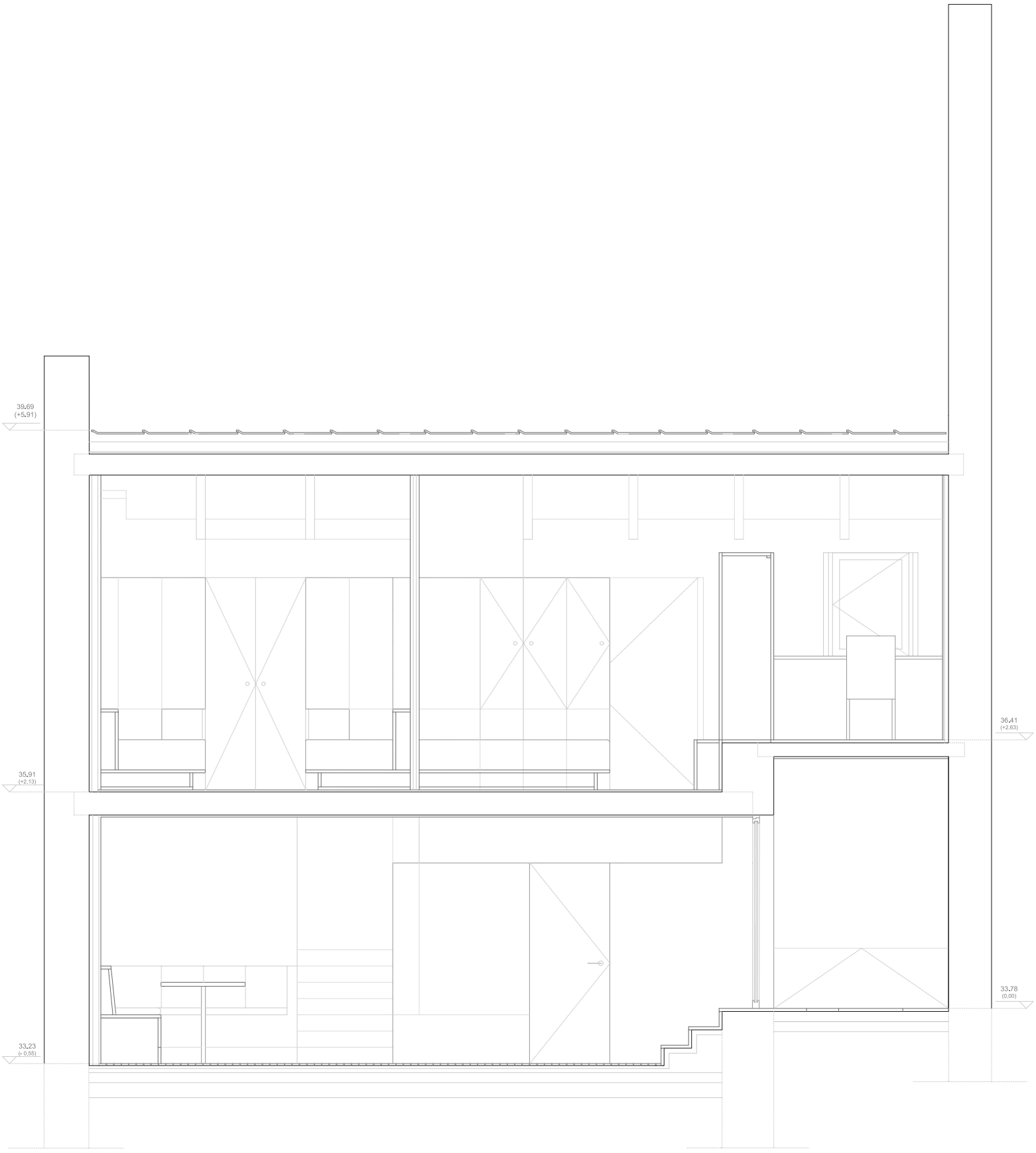


Corte Transversal BB'
Escala 1.50


39.69
(+5.91)
36.41
(+2.63)
35.91
(+2.13)
33.78
(+0.00)
33.23
(-0.55)

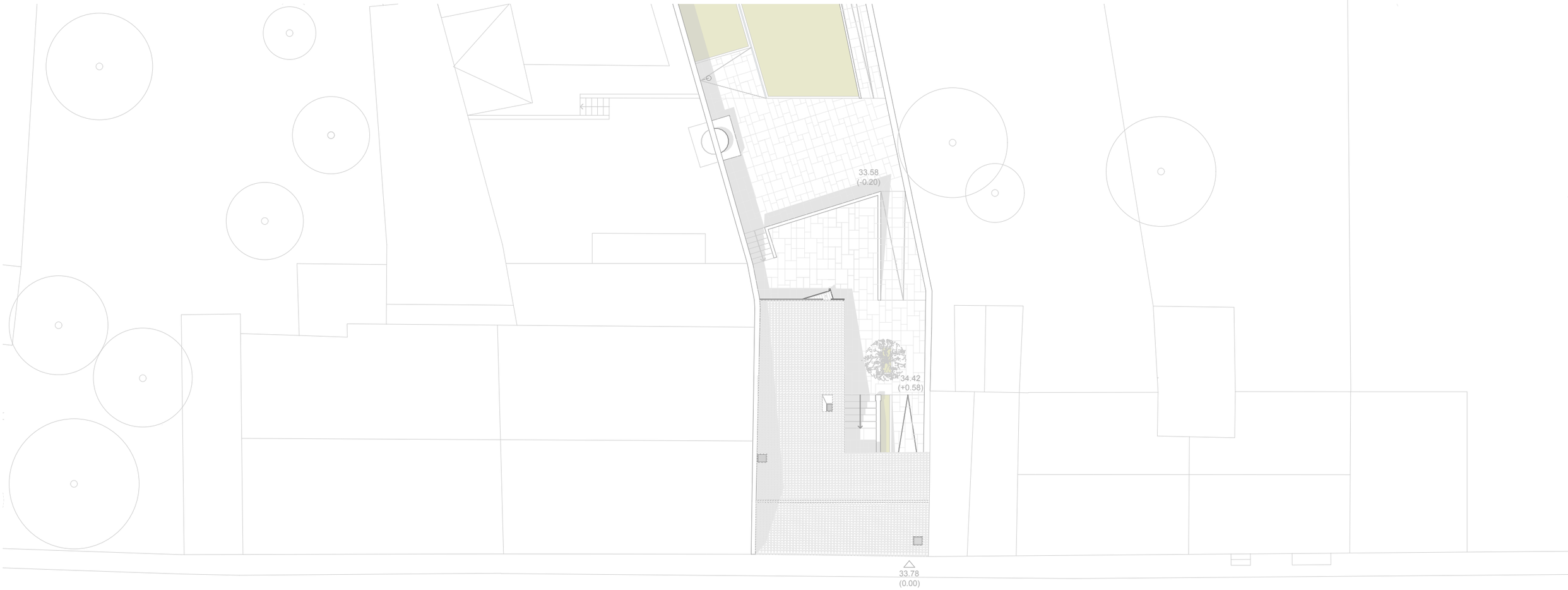


Corte Transversal CC'
Escala 1.50

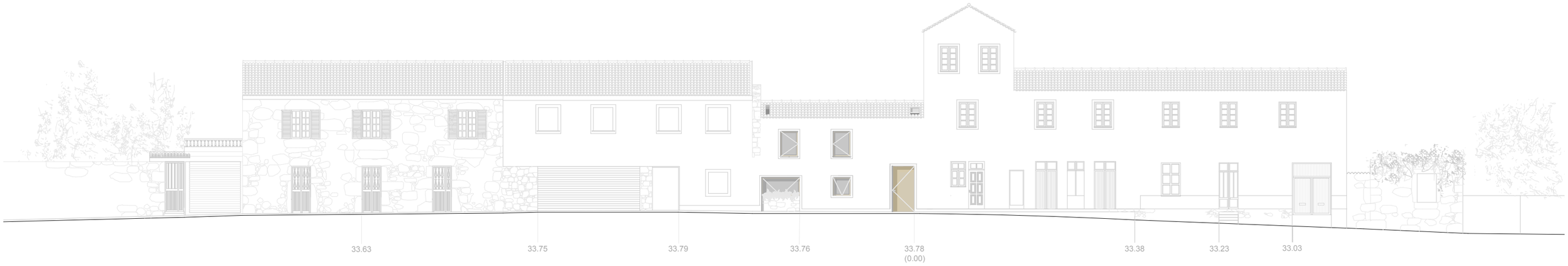

39.69
(+5.91)
36.41
(+2.63)
35.91
(+2.13)
33.78
(0.00)
33.23
(- 0.55)



Alçado Sul de inserção no conjunto
Escala 1.200

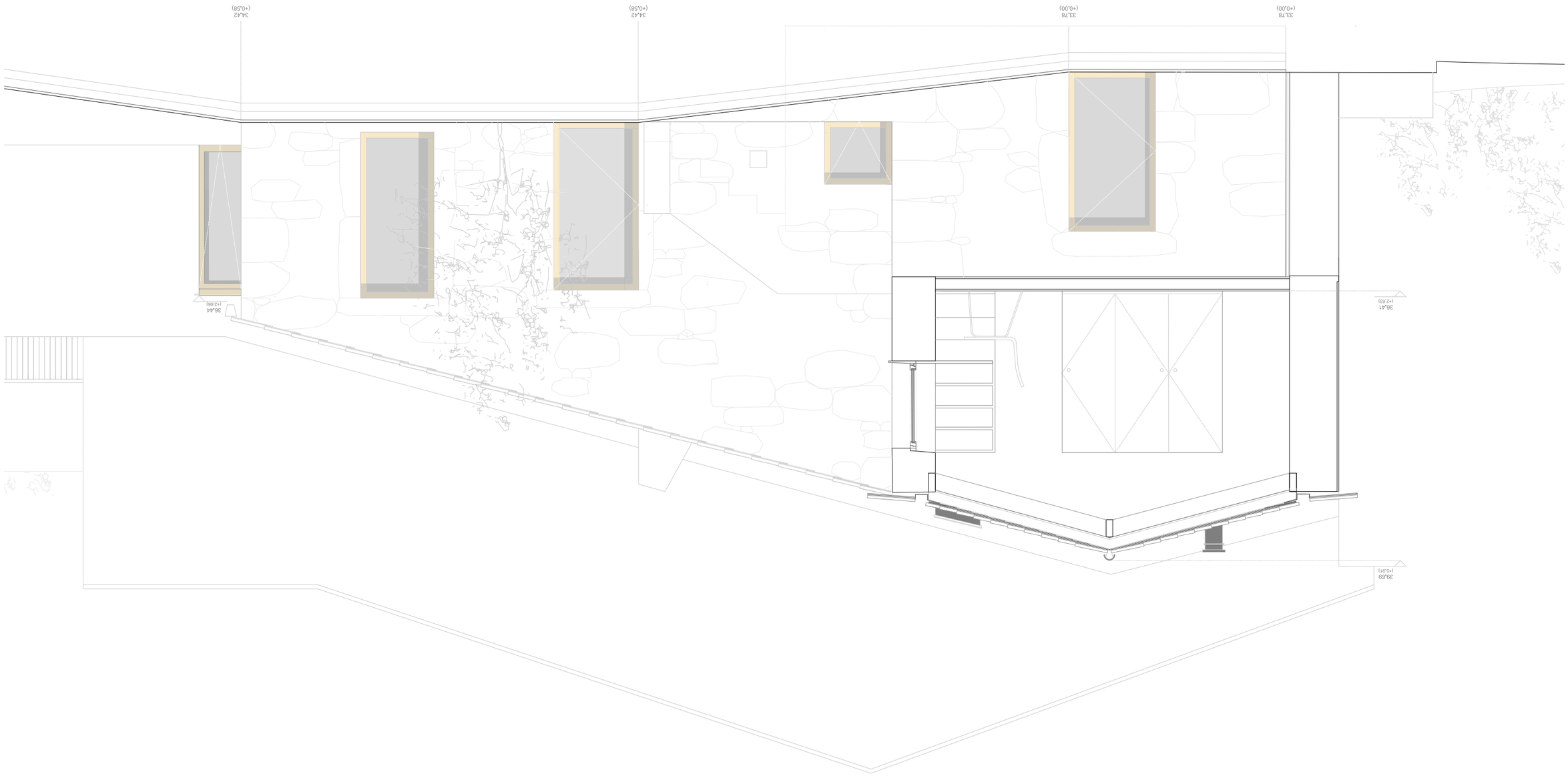


Rua do Rio Este



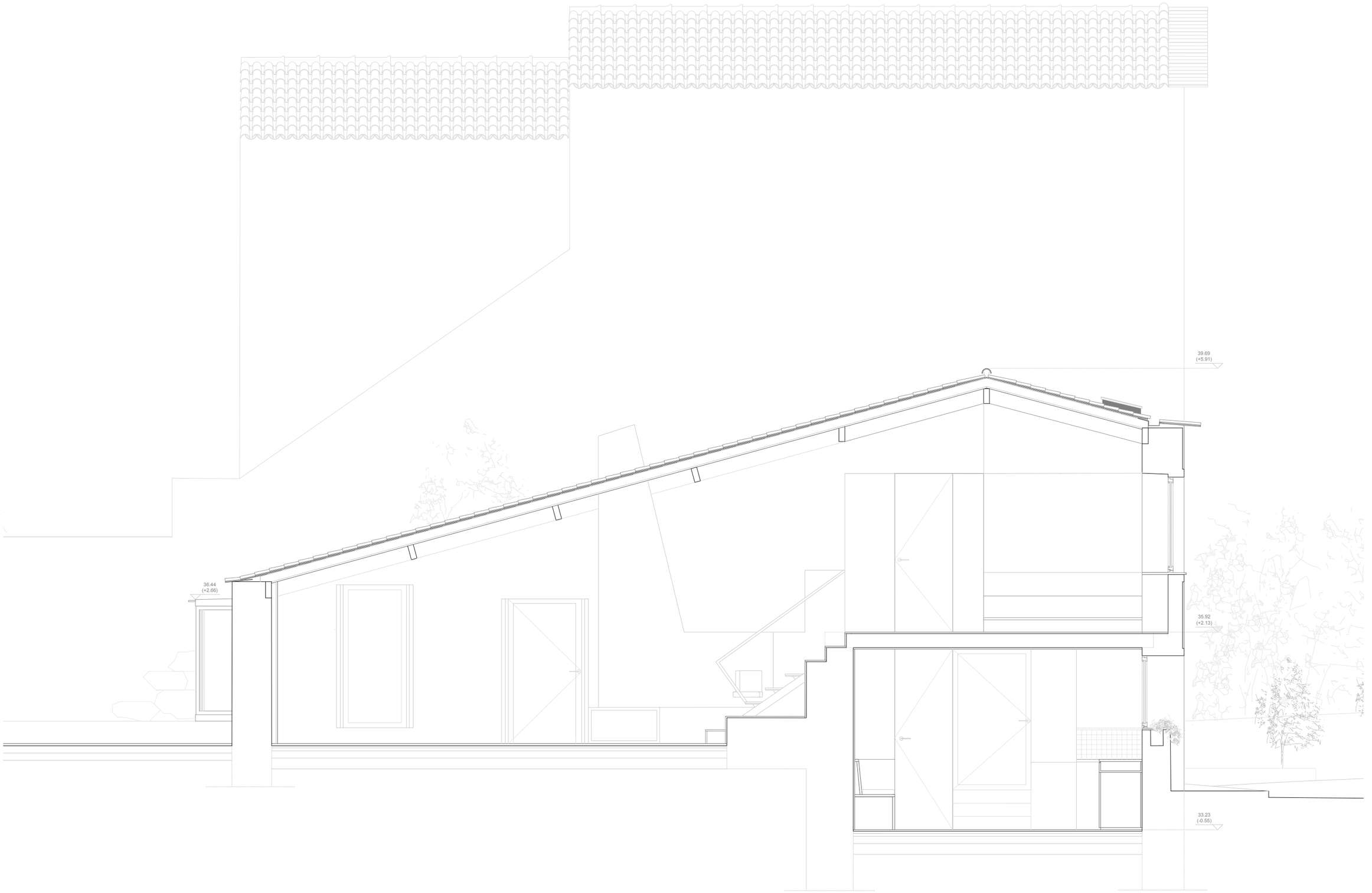


Corte Longitudinal AA'
Escala 1.50


34,42
(+0,58)
34,42
(+0,58)
33,78
(+0,00)
33,78
(+0,00)
36,44
(+2,66)
36,41
(+2,63)
39,69
(+5,91)

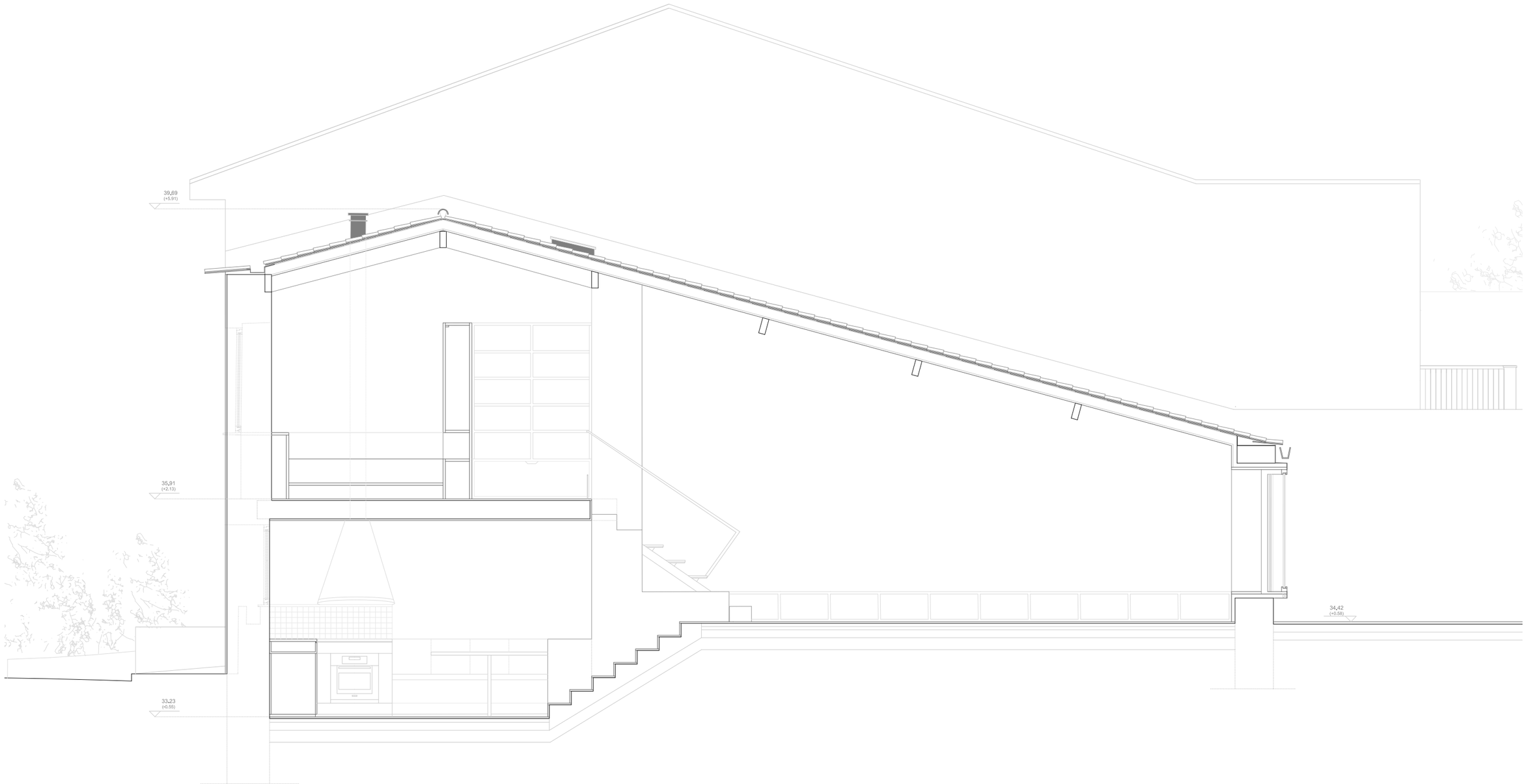


Corte Longitudinal BB'
Escala 1.50


39.69
(+5.91)
36.44
(+2.66)
35.92
(+2.13)
33.23
(-0.55)



Corte Longitudinal CC'
Escala 1.50


39,69
(+5.91)
35,91
(+2.13)
33,23
(+0.58)
34,42
(+0.58)

5| CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação objetivou-se o processo de intervenção num edifício pré-existente como preposição, instigando à exploração de ferramentas processuais que possibilitassem o respeito pela sua identidade original e a simultânea adaptação da utilidade e conforto à exigência dos padrões contemporâneos. Por um lado, a proposta permitiu abordar um tema e uma problemática cada vez mais presente no contexto do nosso país. Por outro, constituiu uma primeira oportunidade de expansão do campo de estudo e aprendizagem a novos domínios do conhecimento, caso da arquitetura de cariz popular e da sua relação com o desenvolvimento político e social do último século, ou das transformações do edificado rural com a influência da emigração, apenas abordados superficialmente durante o percurso académico.

A natureza e características especificas da intervenção exigiram a associação do livre espírito criativo ao estudo e análise do pré-construído, como atrás referido, às questões do lugar e contexto a intervir, à procura de apoio bibliográfico específico que permitisse enriquecer e aprofundar a qualidade da proposta no intervalo de tempo que se considerou útil face à solicitação do cliente.

Concomitantemente, por força da introdução de novos agentes essenciais (cliente, legislação e regulamentação aplicáveis) e suas demandas, retiraram-se lições importantes quanto às premissas que delimitaram este exercício, e que conferiram um contexto prático de transição entre os universos académico e o profissional que proximamente se adivinha. Releva-se aqui o contexto concelhio de Vila do Conde, no qual o autor desta dissertação habita. Muitas das informações recolhidas permitiram elucidar dúvidas sobre a formação e desenvolvimento desta parcela do território muito portuguesa, cujo conhecimento era escasso porque parcialmente indisponível. Num segundo plano, pela abertura ao universo da arquitetura de carácter popular e de expressão vernacular, sobretudo a originária do noroeste, que se revelou fulcral ao enquadramento e compreensão do objeto de estudo. De resto, a solução final da proposta, ilustra uma síntese da reflexão despoletada por este estudo, do carácter e essência das formas e modos de construir do passado, que atualmente constituem grande parte do legado patrimonial ao abandono em contextos rurais, embora com enormes potencialidades de reutilização.

Por último, realça-se o prazer extraído do desenvolvimento do trabalho efetuado. Para concluir este ciclo académico, o exercício apresentado foi uma experiência enriquecedora, na certeza de que a atividade do arquiteto se constitui num permanente desafio pendular entre a criatividade e a aprendizagem.

6| BIBLIOGRAFIA

AMORIM, António Augusto Gomes (1997), “O associativismo agrícola em Vila do Conde”, Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, Vila do Conde;

AMORIM, António Augusto Gomes (1972)), “ O município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios Portugueses”, Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde;

APPLETON, João (2003) "Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção", Oríon, Amadora;

ASCHER, François (1995), “Métapolis ou l’avenir des villes”, Odile Jacob, Paris;

BATISTA, Fernando Oliveira (...), “A agricultura e a questão da terra — do Estado Novo a Comunidade Europeia, Analise Social”, vol.. XXIX (128), 1994(4º);

BENEVOLO, Leonardo; ALBRECHT, Benno (2003), “As origens da Arquitetura”, Edições 70, LDA, Lisboa;

BERNARDES, João Pedro; ABRUNHOSA, Manuel João (2013), “Vila do Conde – Tempo e Território”, Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde;

CALDAS, Eugénio de Castro, “Industrialização e agricultura”, in Revista do Centro de Estudos Económicos, nº 18, 1957;

DOMINGUES, Álvaro (2011) "Vida no Campo", Equações da Arquitetura, 1º edição, Dafne Editora, Porto;

DOMINGUES, Álvaro; TRAVASSO, Nuno (2015), “Território- Casa Comum – morfologias e Dinâmicas do Território”, FAUP, Porto;

ECO, Humberto (1988) "Como se Faz Uma Tese" Presença, Lisboa;

GOMES, Paulino (1997), “ Vila do Conde: espraiada entre pinhais, rio e mar”, Pub. Anégia, Paços de Ferreira;

KAHN, Louis (2002), “Louis I. Kahn, Conversa com estudantes”, Gustavo Gili, Barcelona;

LEAL, João, Etnografias Portuguesas (1870 – 1970), “Cultura Popular e Identidade Nacional, 1ª Edição Pub. Dom Quixote, Lisboa;

FERNANDES, Manuel Correia (1995) “A estrutura de Suporte: construir a arquitetura: um programa para a disciplina de projeto", Série 2: Argumentos; 10. Seis Lições. 4, FAUP Publicações, Porto;

FREITAS, Vasco Peixoto de (2012), “Manual de apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos”, Ordem dos engenheiros da região norte, Porto;

MENDES, Manuel, (2008) “Terra Quanto a vejas, casa quanto baste” in FERNANDEZ, Sérgio, COSTA, Alexandre Alves Só nós e Santa Tecla, Dafne Editora, Porto;

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1986), “Caracterização geral da Bacia Hidrográfica do Ave: metodologias para avaliação de políticas de recursos hídricos, Lisboa.

MIRANDA, Marta (2012), " Evolução dos limites terriotriais do concelho de Vila do Conde: 953-1871", Vila do Conde;

MIRANDA, Marta (1998), “Vila do Conde”, Cidades e Vilas de Portugal (Volume 23), 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa;

MOUTINHO, Mário (1995), "Arquitetura Popular Portuguesa". Editorial Estampa, Lisboa

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (2003) Arquitetura Tradicional Portuguesa. Dom Quixote, Lisboa. [ed. Original 1998];

PILOTO, Adelina (1996), “ Os expostos da Roda de Vila do Conde 183/1854”, Cadernos de história local (volume 2), 1o edição, Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde;

REMY, Jean; VOYÉ, Liliane (2004), “A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição?”, Edições Afrontamento, 3ª edição, Porto;

RGEU (Regulamento Geral de Edificações urbanas);

RIBEIRO, Orlando (1939), "Inquérito do Habitat Rural". Instituto para a Alta Cultura, Coimbra;

RIBEIRO, Orlando (1979), “Geografia e civilização: Temas portugueses”, 2ª edição, s.d., Lisboa;

VENTURI, Robert (1977), "Complexity and contradiction in architecture", 2º ed., The Museum of Modern Art, New York;

RODRIGUES, Silva (1997), “Em redor da Igreja de Touguinhó – Subsídios para a sua história”, Cadernos- História Local 1, Camara Municipal de Vila do Conde/ Junta de Freguesia de Touguinhó, Vila do Conde;

SILVA, Bernardino Areal da (2008), “Vila do Conde e as freguesias do seu concelho nas memórias paroquiais de 1758”, 1ª ed, Pub. Guidões: [s.n.];

SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (1983), “Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas”, estudos contemporâneos, Centro de Estudos Humanísticos- Secretária de Estado da Cultura, Porto;

SIZA, Álvaro (2000), "Imaginar a Evidência". Edições 70, Lisboa;

SIZA, Álvaro (1994), “Aula d’Arquitetura Álvaro Siza”, Escrits, Edicions UPC, in O procedimento inicial, Barcelona;

SIZA, Álvaro (2009) Uma questão de medida. Caleidoscópio, Casal de Cambra;

SIZA, Álvaro (2004), “Conversación sobre el tema de la casa”, in Alessandra Cianchetta; Enrico Molteni, Álvaro Siza. Casas, 1954-2004, Editorial Gustavo Gili, Barcelona;

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, “Arquitetura em Portugal – Zona 1”, [Vol. 1], 4ª edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa;

TÁVORA, Fernando (1947) O Problema da Casa Portuguesa. Manuel João Leal, Lisboa;

TÁVORA Fernando (2006), “Da organização do Espaço”, Série 2: Argumentos; 13, 6ª edição, FAUP Publicações, Porto;

TEIXERIA, Manuel C. (2013), “Arquiteturas de Granito”, município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez;

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012) “Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”, Coordenação Geral: Vasco Peixoto de Freitas, OERN, Porto;

VASCONCELLOS, José Leite (1941) Etnografia portuguesa: Tentame de sistematização. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa;

ZUMTHOR, Peter (2006), "Atmosferas – Encontros arquitectónicos, As coisas que nos rodeiam", Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona.

TRABALHOS ACADÉMICOS

ALMEIDA, Mariana Ribeiro de (2013), "Entre o Individuo Socializado e a habitação Popular", FAUP, Porto;

GARCIA, Sara Sucena (1998), "O desenvolvimento Urbano e o Processo de Planeamento de Vila do Conde", orientação Prof. Arq. Manuel Fernandes de Sá, FEUP/FAUP, Porto;

LOPES, Nuno Valentim (2006), "Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Inicio do Século XX. Do Restauro à Seleção Exigencial de uma Nova Caixilharia: O Estudo do Caso da Habitação Portuense." Dissertação de Mestrado em Reabilitação do Património Edificado, FEUP, Porto;

GONÇALVES, Ricardo da Silva (2004), "Mutações na paisagem rural no território de Vila do Conde "; Prof. Responsável Álvaro Domingues, FAUP, Porto;

TEIXERIA, Joaquim José Lopes (2004), "Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII E XIX: Contributo para uma história da construção arquitetónica em Portugal", Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, Porto;

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes (2013), "Salvaguarda e valorização do edificado habitacional da cidade histórica: metodologia de intervenção no sistema construtivo da casa burguesa do Porto / Joaquim José Lopes Teixeira; Prof. responsável Rui Póvoas", FAUP, Porto.

SITOGRAFIA

Câmara Municipal de Vila do Conde " Concelho" [consultado a 12.08.18], disponível em https://www .cm-viladoconde.pt/pages/264;

INE, Censos 2011, [consultado a 12.08.18], disponível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid =CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao;

E-vilacondense, n° 003 de Abril de 2013, [consultado a 17.09.18], disponível em https://issuu.com/vilacondense/docs/003_abr_13.

REVISTAS

Arquitetura Ibérica #20 – [RE]_Habitar", Caleidoscópio, Casal de Cambra.

7 | CRÉDITOS DE IMAGEM

Figura 1. Desenho do Autor

Figura 2. Fotografia do Autor

Figura 3. Relatório de avaliação especifica do ordenamento do território da Câmara MunicIpal de Vila do Conde – Maio 2018

Figura 4. Relatório do Vale do Ave

Figura 5. Carta Hipsómetrica, in GONÇALVES, Ricardo da Silva (2004), "Mutações na paisagem rural no território de Vila do Conde "; Prof. Responsável Álvaro Domingues, FAUP, Porto, p. 8

Figura 6. Fotografia do Autor

Figura 7. TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Raul; MENERES, António (1961), in Sindicato dos Arquitetos, "Arquitetura em Portugal – Zona 1", [Vol. 1], 4ª edição, Centro do Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa;

Figura 8. MOUTINHO, Mário (1995), Arquitetura Popular Portuguesa. Editorial Estampa, Lisboa

Figura 9. Fotografia do Autor

Figura 10. MOUTINHO, Mário (1995), Arquitetura Popular Portuguesa. Editorial Estampa, Lisboa

Figura 11. Jornal de Vila do Conde – Caderno da Cultura- " As origens da Villa de Comte"

Figura 12. AMORIM, António Augusto Gomes (1972)), " O município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios Portugueses", Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde;

Figura 13. Fotografia aérea do Google Earth

Figura 14 e 15 Desenho do Autor e imagem do google earth adaptada pelo Autor

Figura 16. Fotografia do Autor

Figura 17. PORTAS, Nuno (2011), " Politicas urbanas II. Transformações, regulações e projetos", Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª Edição;

Figura 18. Relatório de avaliação especifica do ordenamento do território da Câmara Municipal de Vila do Conde – Maio 2018

Figura 19 a 24. Fotografias do Autor

Figura 25. AMORIM, António Augusto Gomes (1972)), " O município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios Portugueses", Camara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde

Figura 26. http://jornal-renovacao.pt/2017/08/gabinete-arqueologia-vila-do-conde-organiza-visitas-guiadas-cividade-bagunte/

Figura 27 a 31. Fotografias do autor

Figura 32 e 33. MOUTINHO, Mário (1995), Arquitetura Popular Portuguesa. Editorial Estampa, Lisboa

Figura 32 e 33. MOUTINHO, Mário (1995), Arquitetura Popular Portuguesa. Editorial Estampa, Lisboa

Figura 34 a 36 . Fotografias do Autor

Figura 37. MOUTINHO, Mário (1995), Arquitetura Popular Portuguesa. Editorial Estampa, Lisboa

Figura 38 a 46. Fotografias de Autor

Figura 47. Imagem do google earth adaptado pelo Autor

Figura 48 e 49. Desenho do Autor

Figura 50 a 52. Fotografias de Autor

Figura 53. OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (1992), "Arquitetura Tradicional Portuguesa", [Portugal de Perto – 24], 1ª edição, Pub. Dom Quixote, Lisboa

Figura 54 a 131. Fotografias e desenhos de Autor

Figura 132 e 133. https://ar-ar.facebook.com/josegigantearquitecto/photos/casa-laura-fonseca-reconversão-de-sequeiromacieira-da-lixa-felgueiras-2002-2014j/888377004546040/

Figura 134. Desenhos do Autor

Figura 135. http://marinhasonline.blogspot.com/2013/06/de-novo-casa-das-marinhas.html

Figura 136. https://www.thenest.pt/pt/inspiração/casa-das-marinhas

Figura 137. https://athome201dotcom.files.wordpress.com/2015/02/summer-house.pdf

Figura 138. https://www.flickr.com/photos/moritzbernoully/4887670868

Figura 139. Desenhos do Autor

Figura 140. https://casa.sapo.pt/comprar-quinta-t4-vila-do-conde-touguinha-e-touguinho-touguinho-tem-vista-para-rio,vista-para-campo,lavandaria,piscina,jardim-f8277ad1-3c77-11e6-95e4-000c295df56c.html, posteriormente tratada pelo Autor;

Figura 141. Fotografia do Autor

Figura 142. https://image.slidesharecdn.com/presentacioncasabrasil-100614092333-phpapp01/95/presentacion-casa-brasil-5-728.jpg?cb=1276507456

Figura 143. https://twagram.me/tag/MaisonDuBresil/

Figura 144. Desenhos de Autor

Figura 145 e 146. https://fotos.web.sapo.io/i/G4c088244/19352698_MzsQC.jpeg

Figura 147. Desenhos do Autor

Figura148. https://eumiesaward.com/work/2317

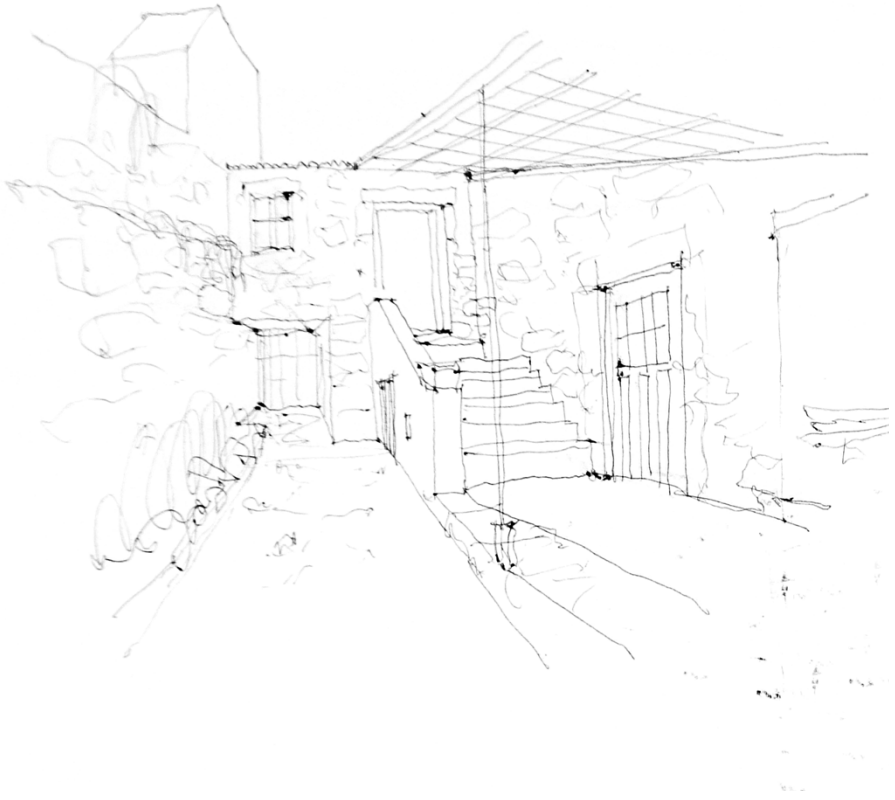
Figura 149. https://www.facebook.com/josegigantearquitecto/posts/213608622000724/

ANEXOS

1| ANEXOS

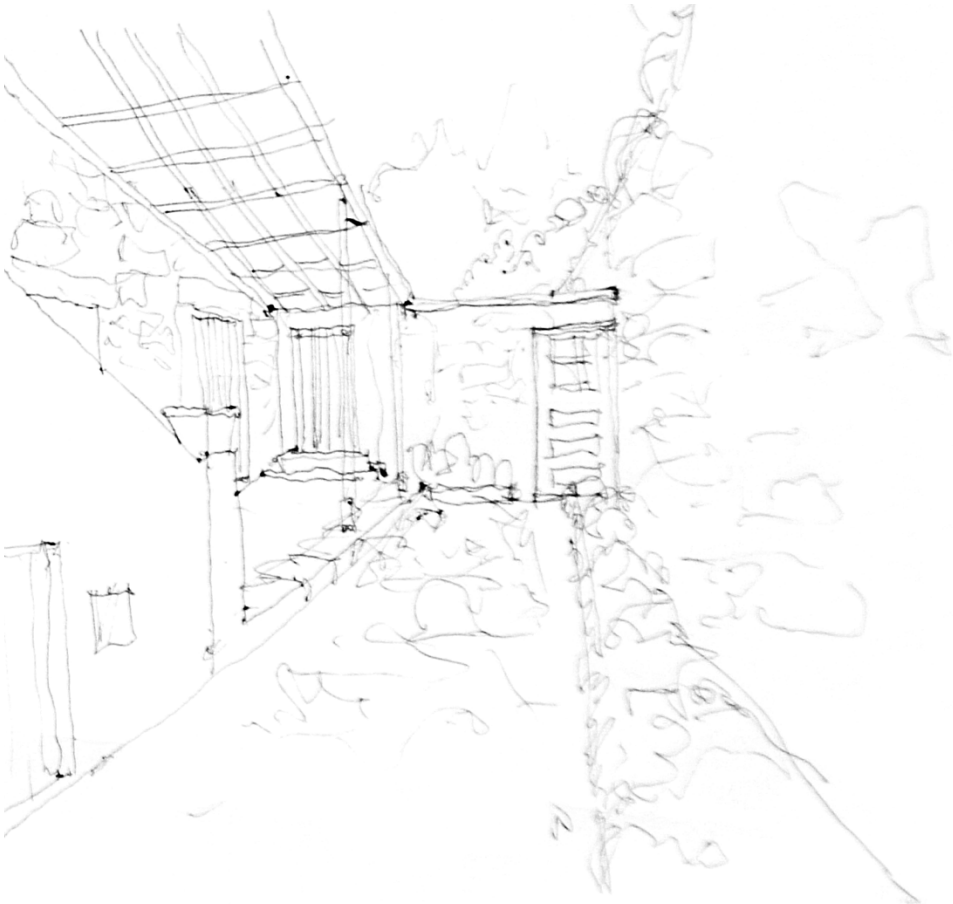
DESENHOS DE LEVANTAMENTO

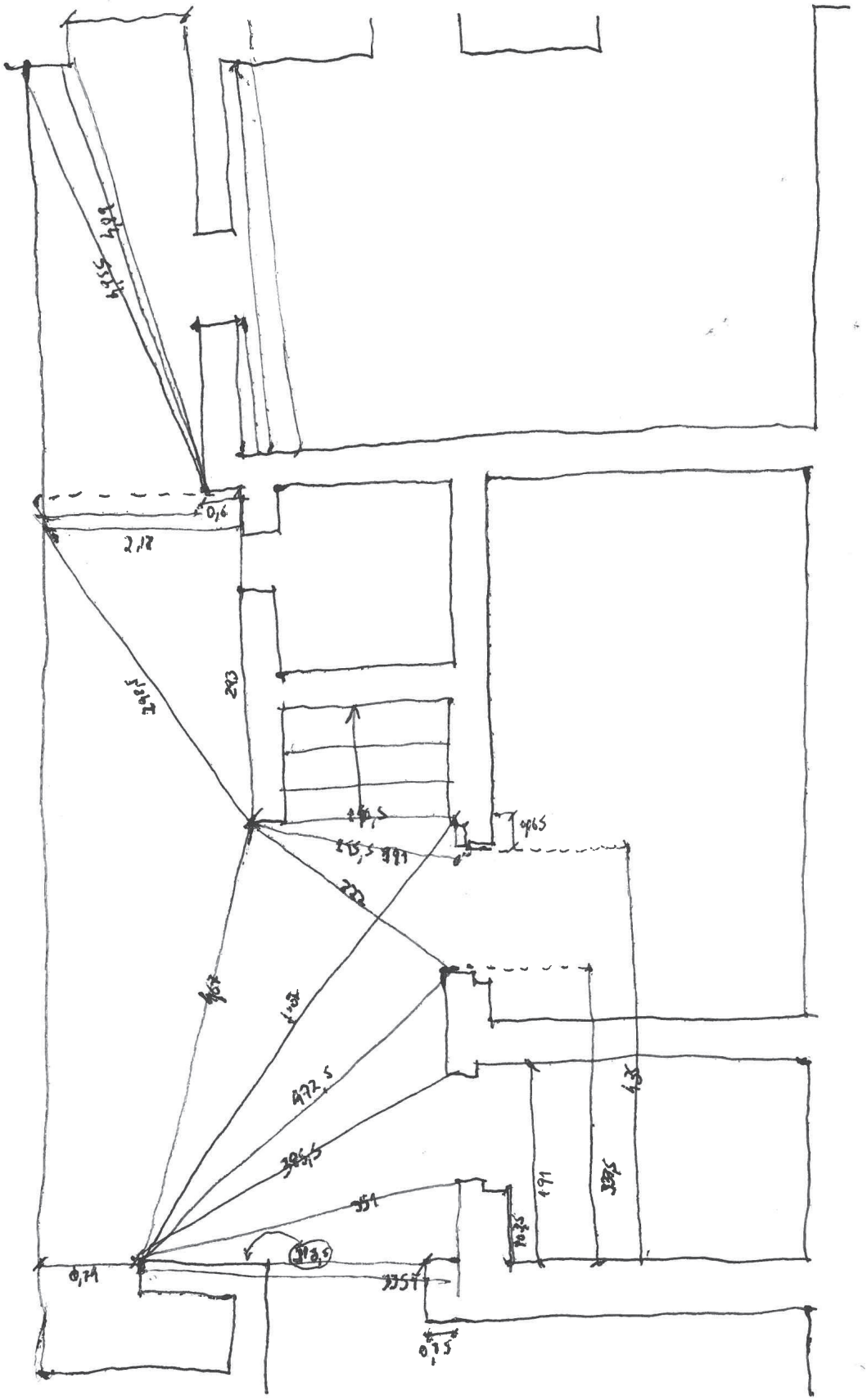
O conjunto de desenhos seguidamente apresentado corresponde à informação recolhida durante o processo de levantamento do objeto de estudo, efetuado, *in situ*, entre os meses de junho e julho de 2018. Todos os desenhos da casa, aqui apresentados, serviram de base à construção dos respetivos desenhos digitais presentes no capítulo 2, subcapítulo 2.2.2.

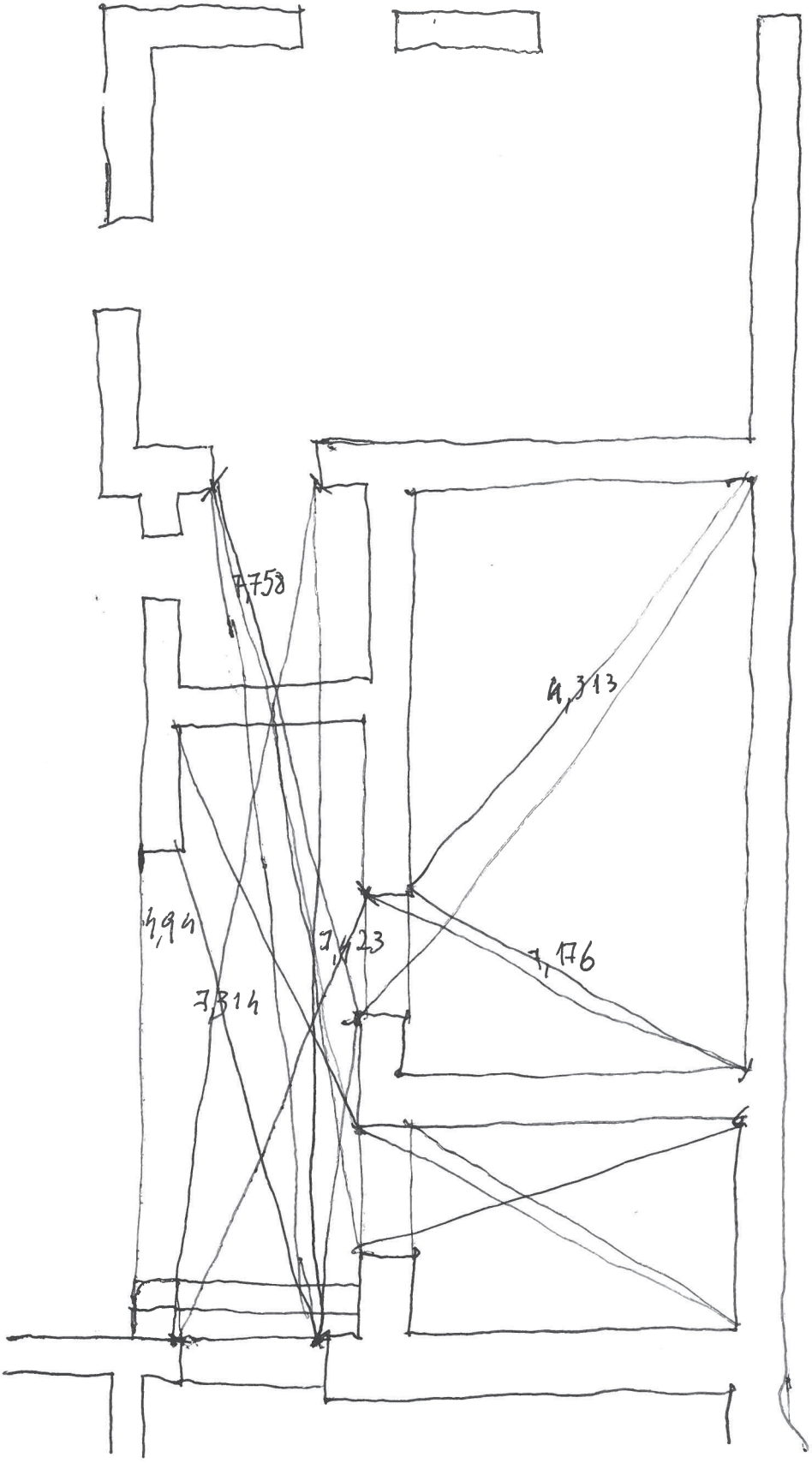


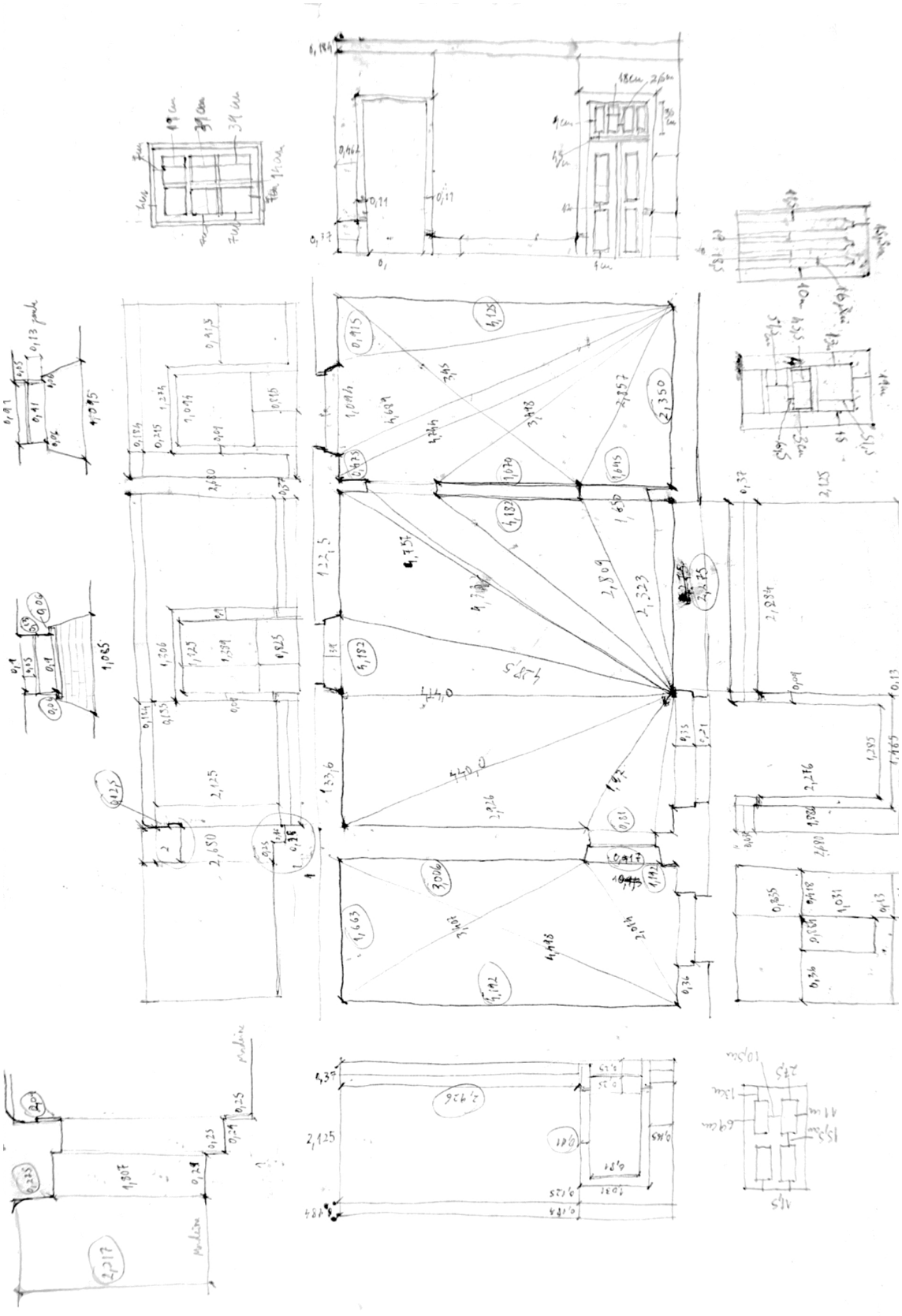


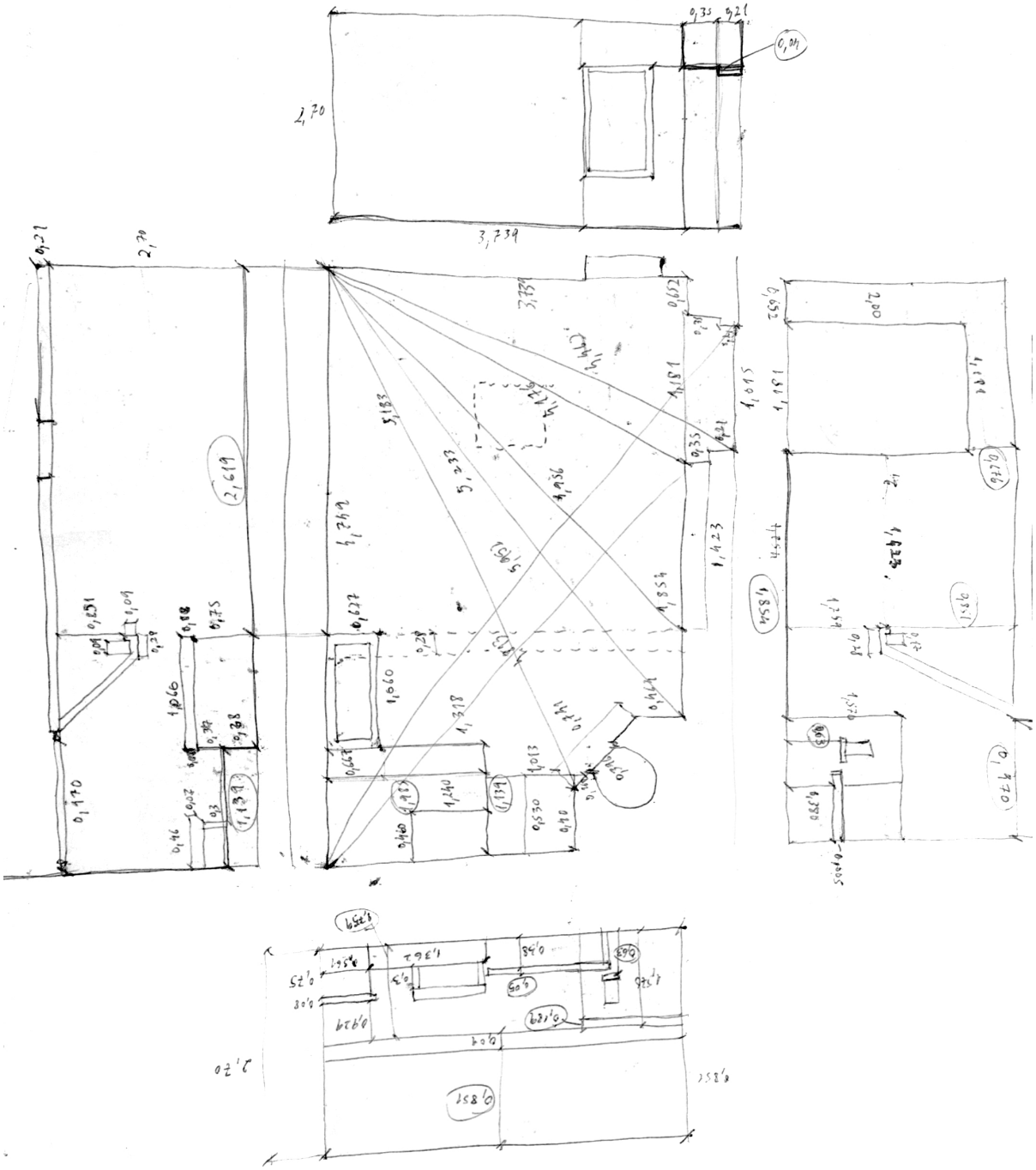


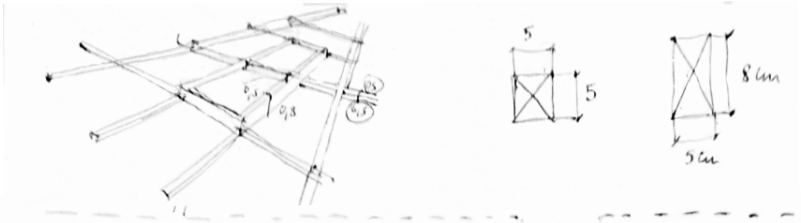


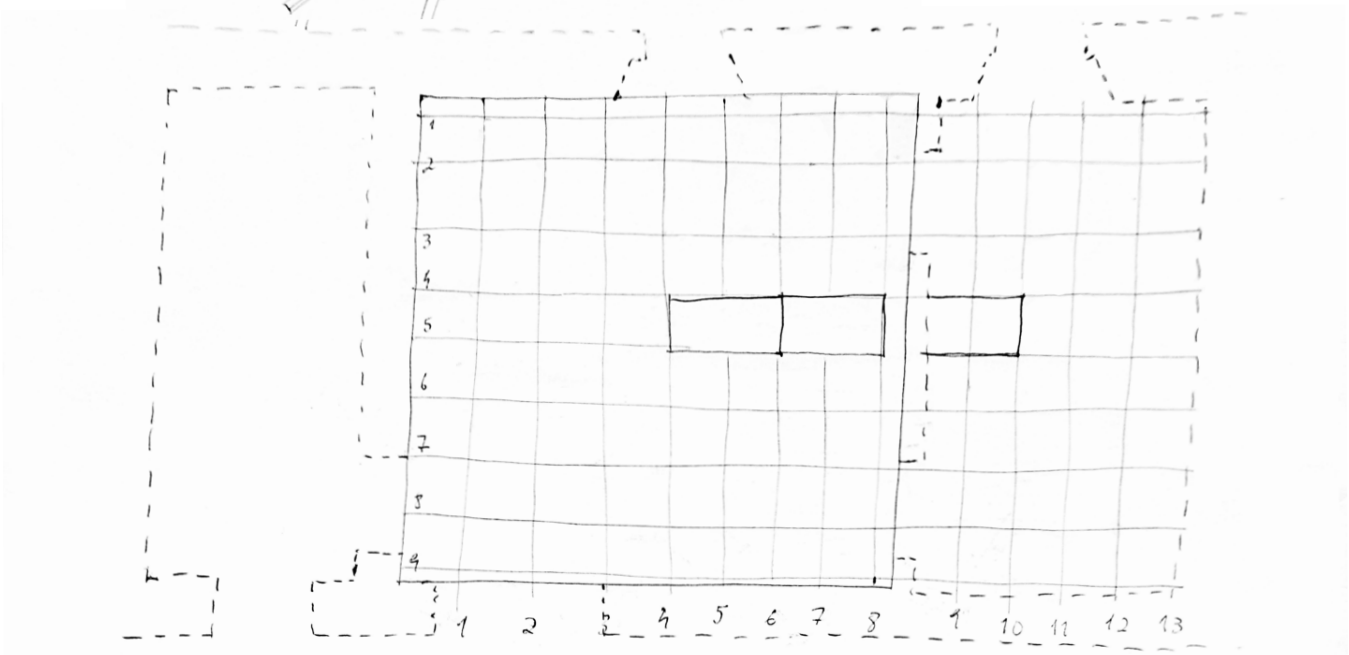

0,6
2,12
2,03
0,74
0,75

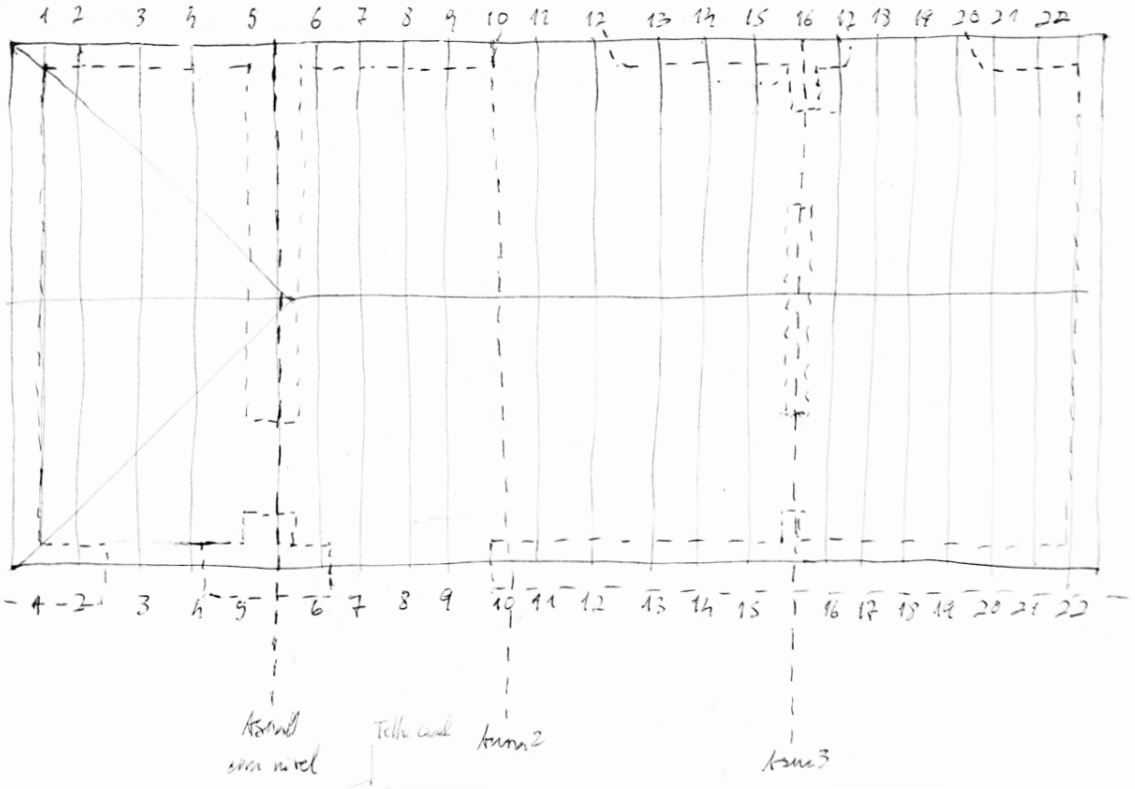

7,758
4,313
4,94
7,123
7,814
7,176

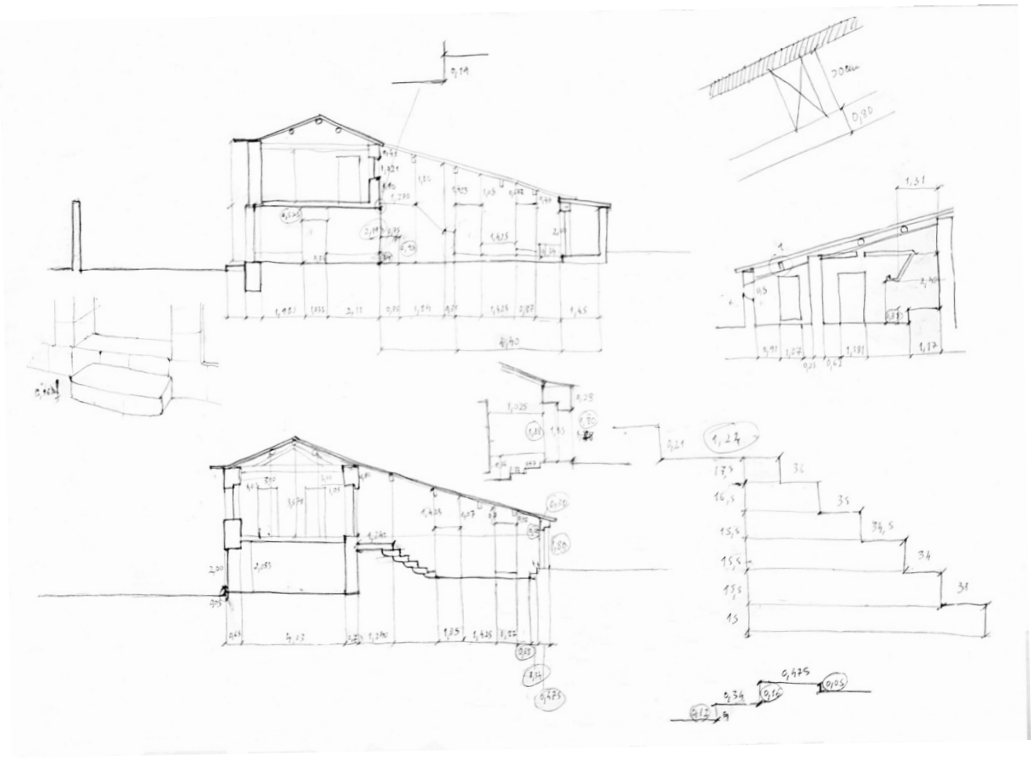


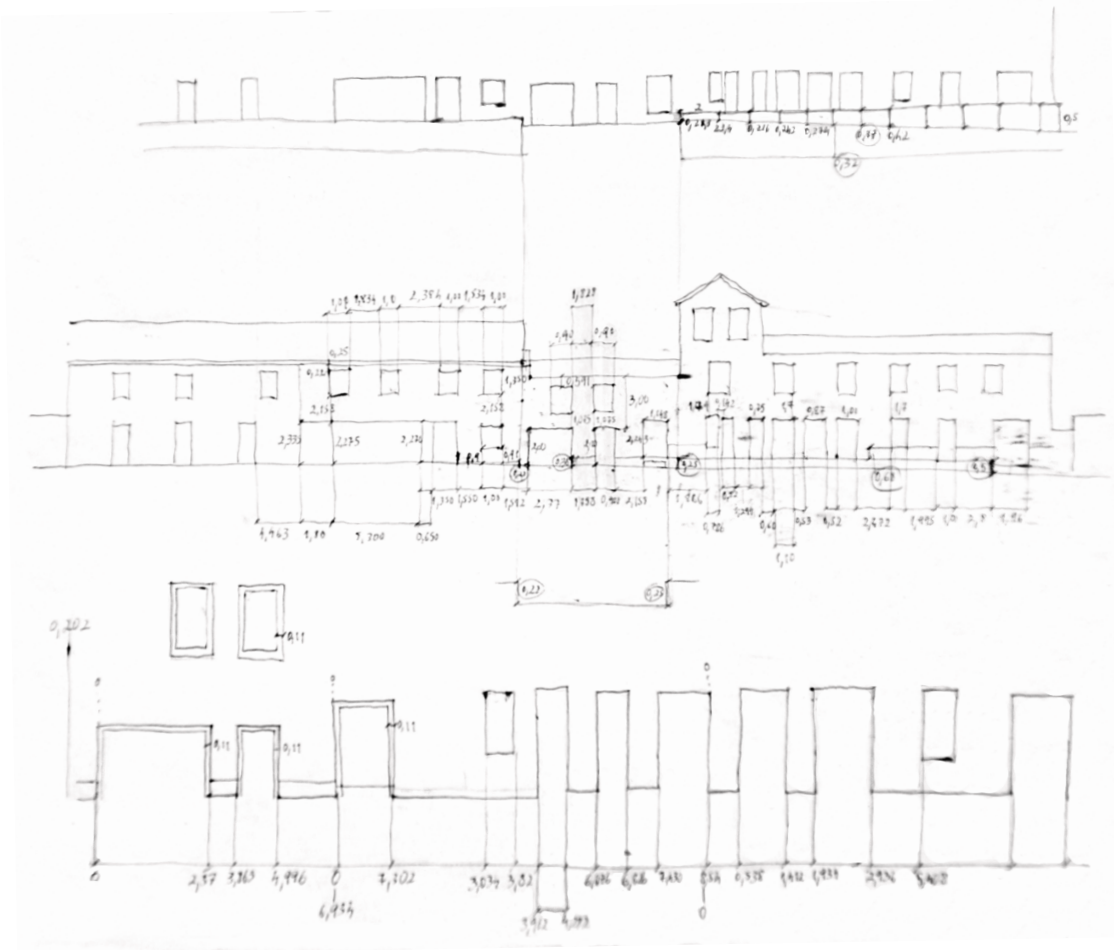


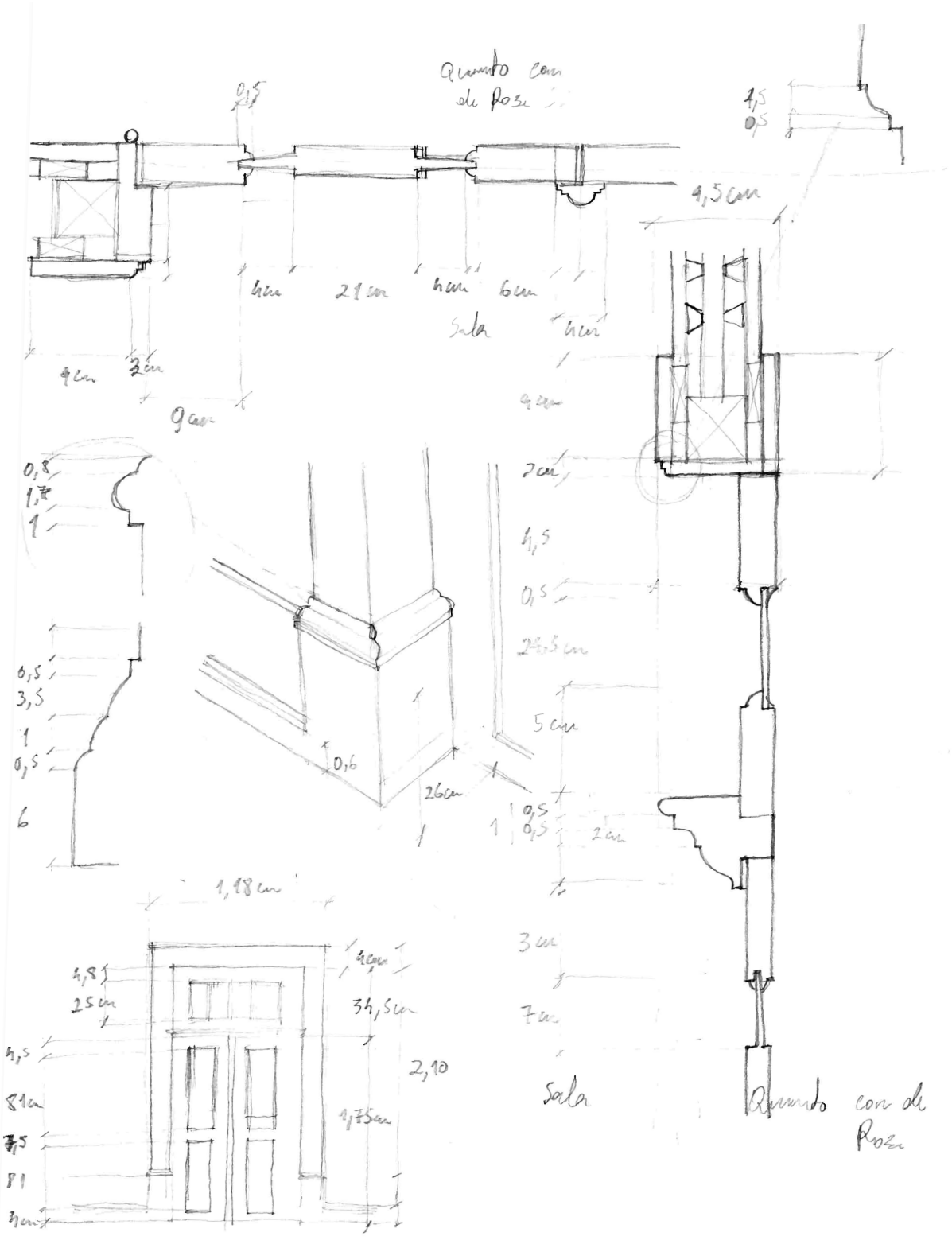

5
5
8 cm
5 cm

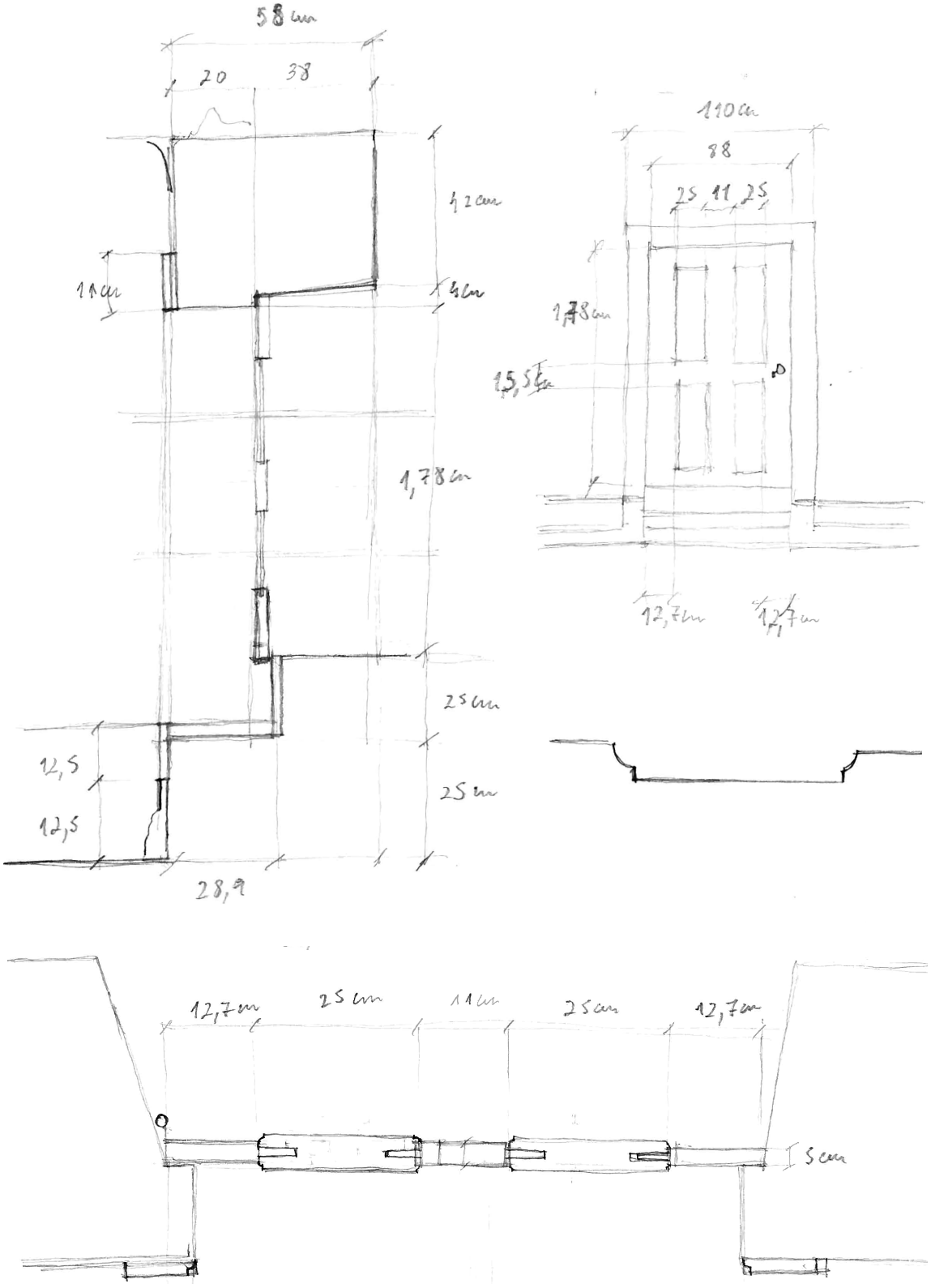


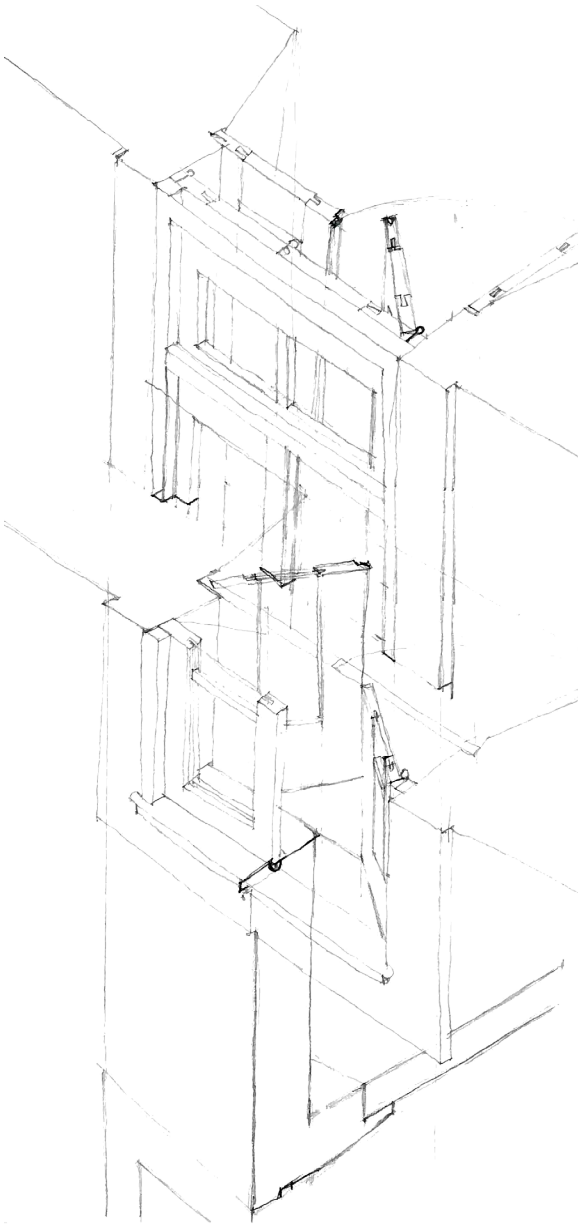

Achse 2
Achse 3

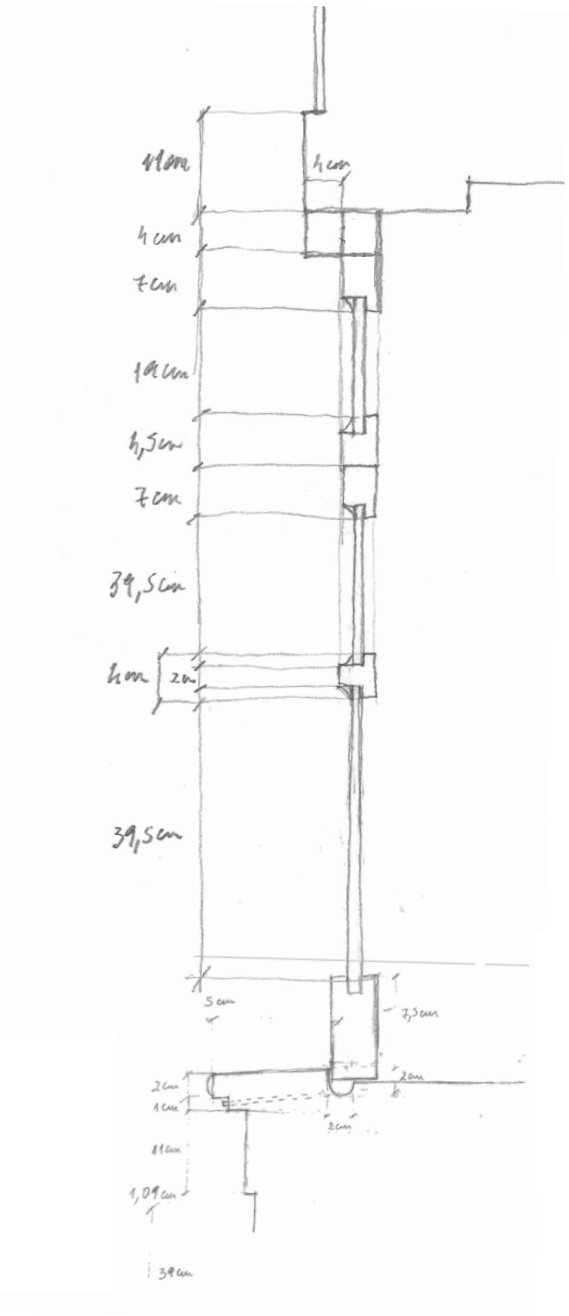


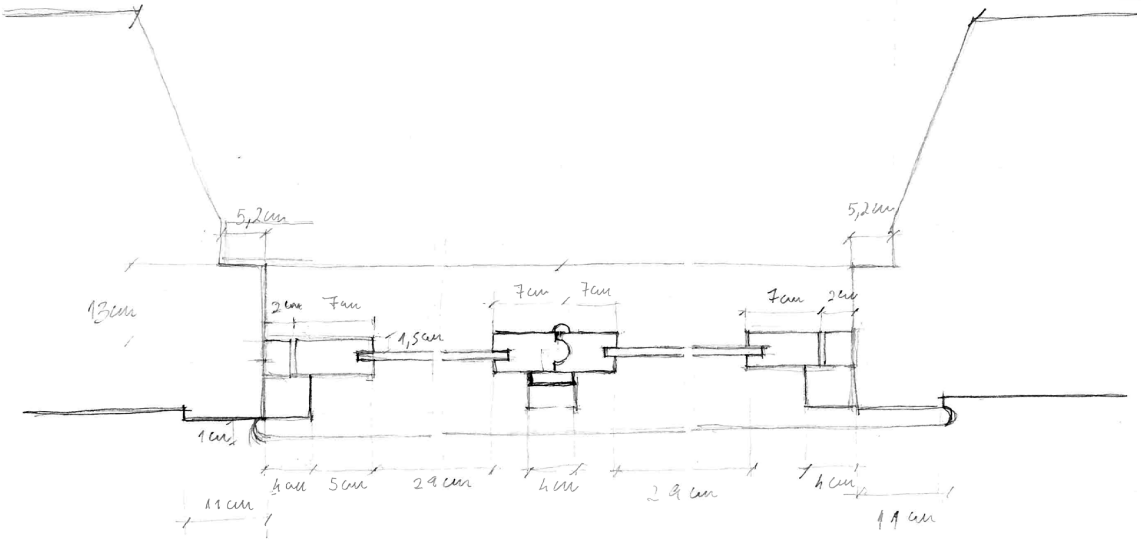


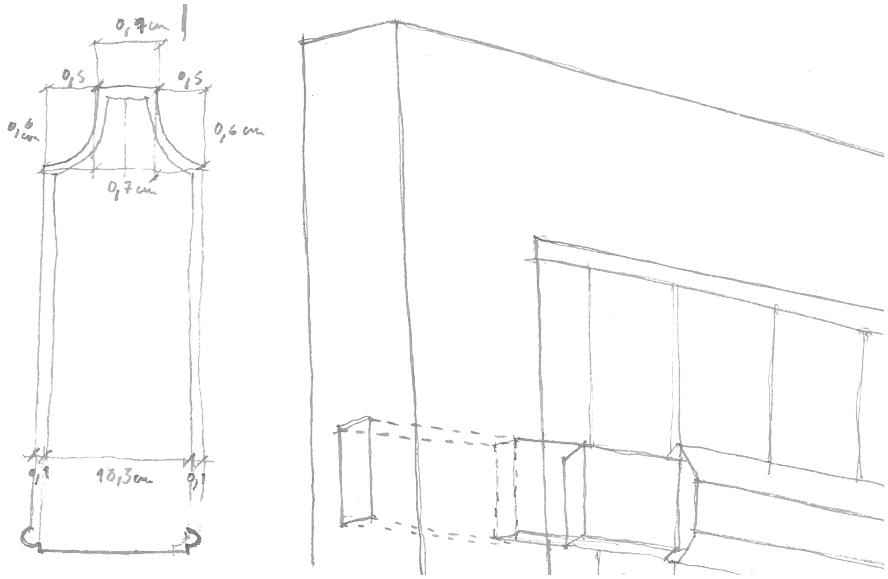

Quarto com
da Roza
0,5
4,5 cm
Sala
Quarto com da Roza
0,6
26cm
1,18 cm
34,5 cm
2,10
1,75 cm
Sala
Quarto com da Roza

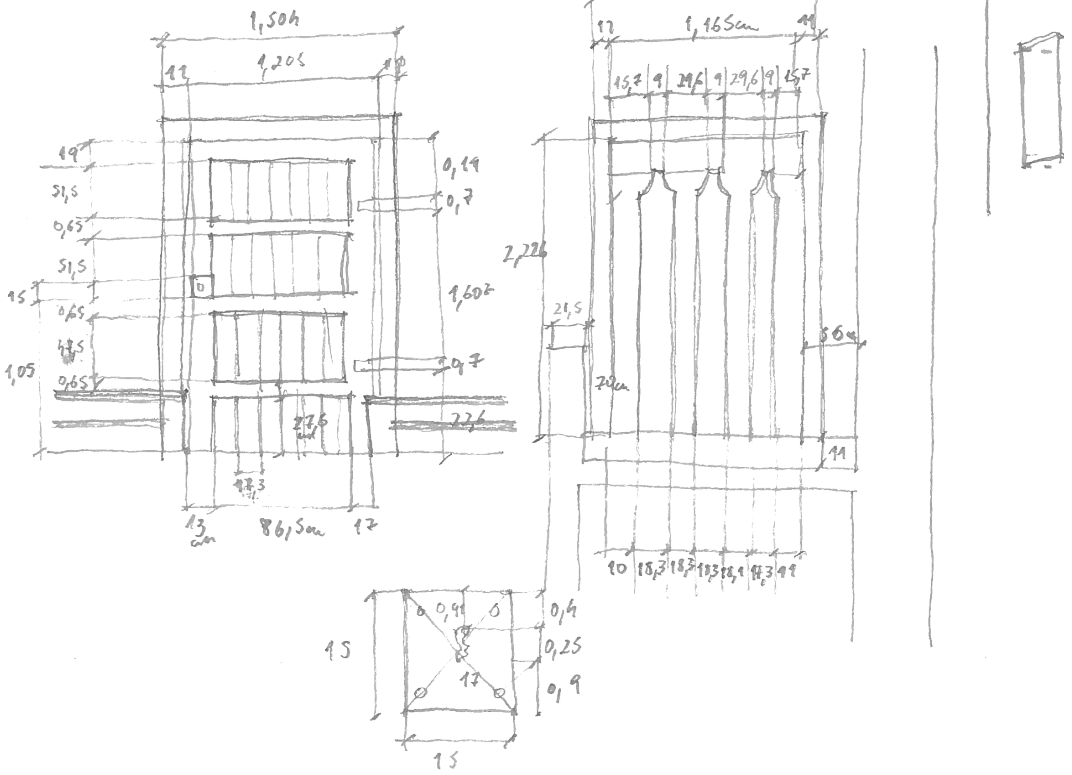

58 cm
20
38
42 cm
11 cm
4 cm
1,78 cm
25 cm
12,5
12,5
25 cm
28,9
110 cm
88
25 11,25
1,78 cm
15,5 cm
12,7 cm
12,7 cm
12,7 cm
25 cm
11 cm
25 cm
12,7 cm
5 cm

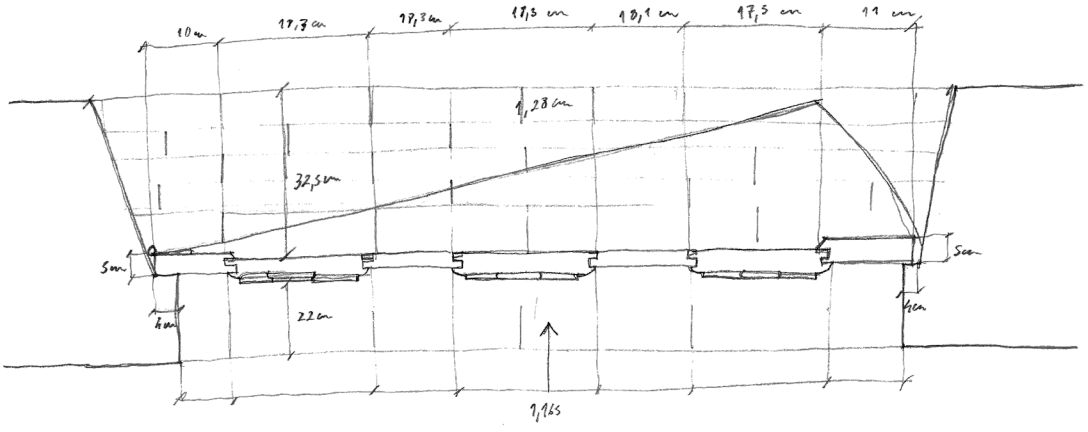



41cm
4cm
7cm
19cm
4,5cm
7cm
39,5cm
4cm
2cm
39,5cm
5cm
7,5cm
2cm
2cm
1cm
2cm
11cm
1,09cm
39cm


5,2cm
5,2cm
13cm
2cm
7cm
1,5cm
7cm
7cm
7cm
2cm
1cm
4cm
5cm
29cm
4cm
24cm
4cm
11cm
11cm


0,7 cm
0,5
0,5
0,6 cm
0,6 cm
0,7 cm
9,1
10,3 cm
9,1


1,50 h
1,20 s
1,385
1,165 cm
15,7
9
29,6
9
29,6
9
15,7
0,19
0,7
1,60²
0,7
51,5
0,65
51,5
0,65
0,65
1,05
2,22
21,5
50 cm
20 cm
11
27,6
22,6
17,3
13 cm
86,5 cm
17
10
18,3
18,3
19,3
18,1
18,3
11
0,4
0,25
0,9
1,5
1,5
17


10 cm
17,7 cm
17,3 cm
17,5 cm
18,1 cm
17,5 cm
11 cm
1,28 cm
32,5 cm
5 cm
5 cm
4 cm
22 cm
4 cm
1,165

2| ANEXOS

LEGISLAÇÃO

Neste anexo insere-se a documentação legislativa referente ao plano de diretor municipal ,disponibilizada pelos serviços de urbanismo e ordenamento de território da câmara municipal de Vila do Conde que, juntamente com a demais analisada neste trabalho, balizaram o processo de desenvolvimento do projeto. A informação aqui contida pretende complementar a analise efetuada no capítulo 3, sub-capítulo 3.1.3. Apresenta-se assim, seguidamente, o plano diretor municipal de Vila do Conde e, a si associada, a respetiva informação digital correspondente ao – orfotomapa e plantas de: enquadramento local; enquadramento geral; condicionantes e, por fim, a de ordenamento e de defesa das florestas contra incêndios.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

ORTOFOTOMAPA

REQUERENTE:	<REQUERENTE>				
RUA:	<MORADA>				
LOCAL:	<LOCAL>			FREGUESIA:	<FREGUESIA>
GUIA Nº:	<GUIA>	DATA	12-01-2018	PLANTA Nº.:	16453/2014

-47065.70



189496.09

SISTEMA DE COORDENADAS TRANSVERSE MERCATOR, ETRS89

189081.09

-47423.70

0 10 20 40 60 80 Metros

1:2 000

1- PLANTA VÁLIDA POR UM ANO
2- OS LIMITES TOTAIS DO TERRENO DEVERÃO SER DEMARCADOS A VERMELHO E SEM COLAGENS

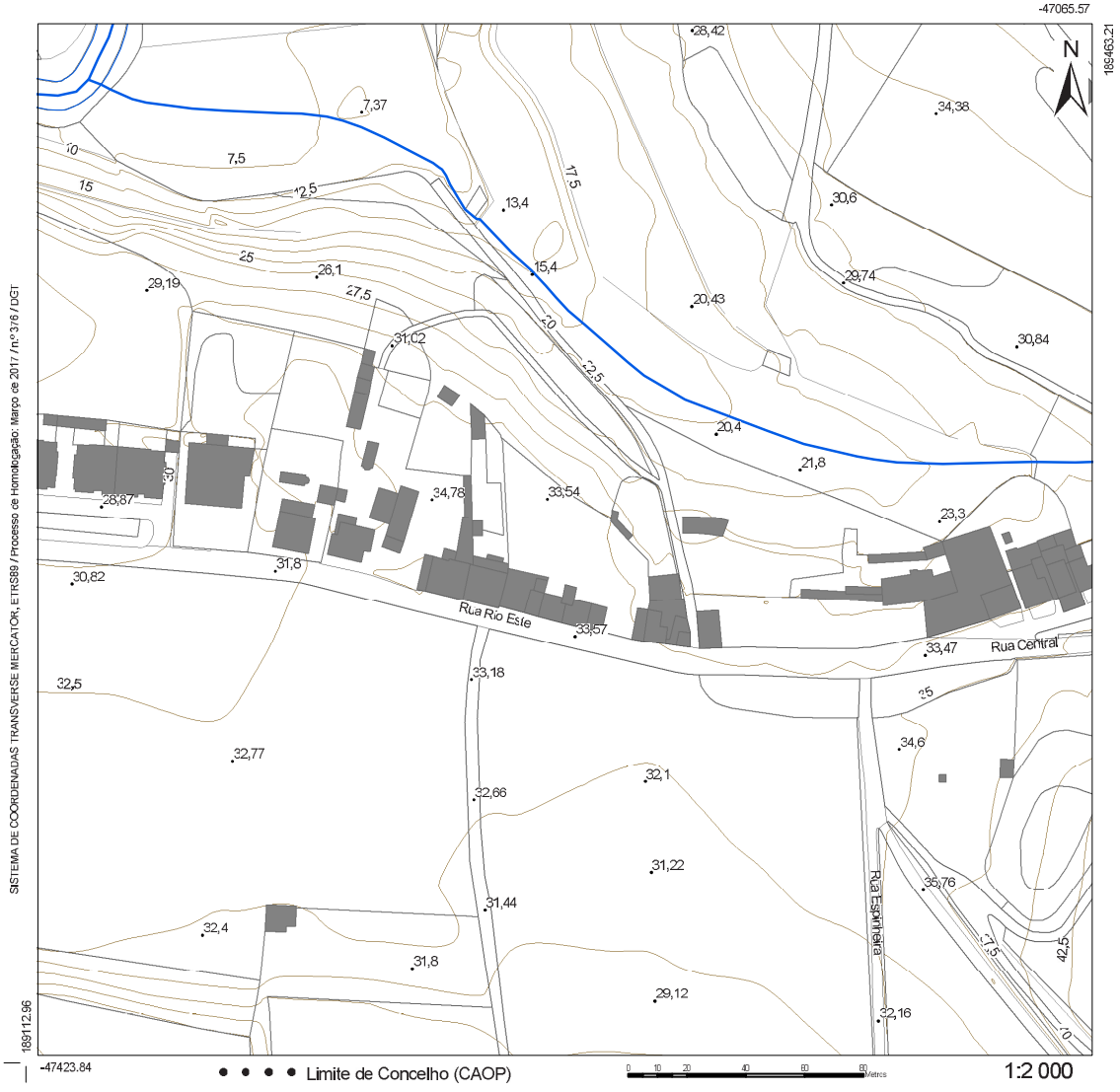
Rua da Igreja, 4480 - 754 Vila do Conde - Telf. 252 248 400 - Fax. 252 641 853 - geral@cm-viladoconde.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE ENQUADRAMENTO LOCAL

REQUERENTE:	<REQUERENTE>				
RUA:	<MORADA>				
LOCAL:	<LOCAL>			FREGUESIA:	<FREGUESIA>
GUIA Nº:	<GUIA>	DATA	12-01-2018	PLANTA Nº.:	16454/2014



IMOVEL CLASSIFICADO / PROPOSTA CLASSIFICAÇÃO Imóvel Zona "non aedificandi"	Zona Especial de Proteção Zona Geral de Proteção	Gasoduto Intercetor de Saneamento Alvará de Loteamento	Estrada Nacional Estrada Regional Autoestrada

CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO			
TIPO DE CONSTRUÇÃO		ÁREA DO TERRENO	
Nº DE FOGOS OU FRAÇÕES		ÁREA DE CONSTRUÇÃO	
Nº DE PISOS		ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	

1 - PLANTA VÁLIDA POR UM ANO
2 - OS LIMITES TOTAIS DO TERRENO DEVERÃO SER DEMARCADOS A VERMELHO E SEM COLAGENS
3 - O QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTO PREENCHIDO

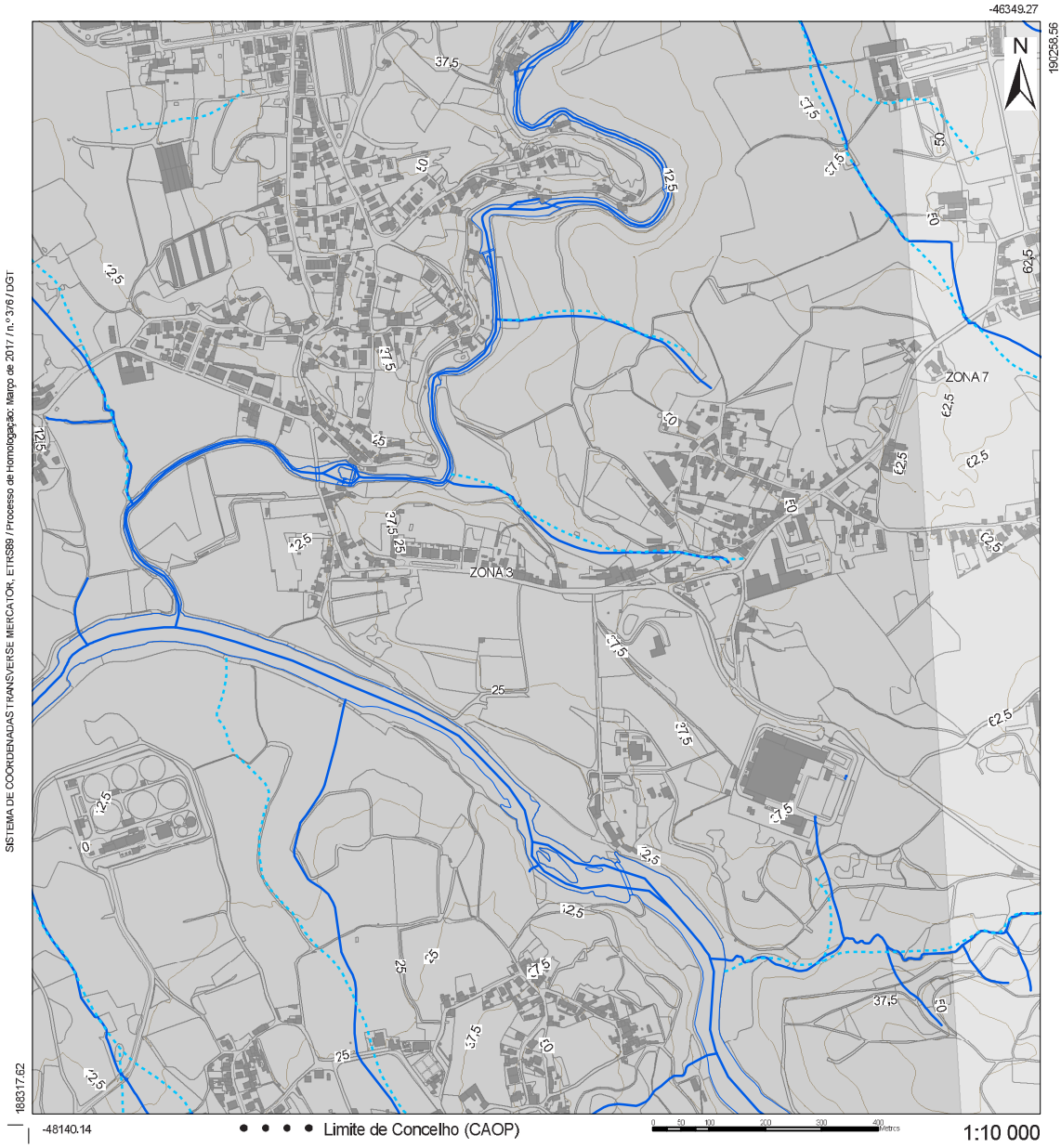
Rua da Igreja, 4480 - 754 Vila do Conde - Telf. 252 248 400 - Fax. 252 641 853 - geral@cm-viladoconde.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE ENQUADRAMENTO GERAL

REQUERENTE:	<REQUERENTE>				
RUA:	<MORADA>				
LOCAL:	<LOCAL>			FREGUESIA:	<FREGUESIA>
GUIA Nº:	<GUIA>	DATA	12-01-2018	PLANTA Nº.:	16455/2014



PPRLVCRÓM
Linhas de água (IGeoE- 2011)

SERVIÇÃO AERONÁUTICA
DR 7/83
Zonas 1, 2, 3 e 4
Zonas 5, 6 e 7
DR 11/85
VOR

IMÓVEL CLASSIFICADO/PROPOSTA CLASSIFICAÇÃO
Imóvel
Zona "non aedificandi"
Zona Especial de Proteção
Zona Geral de Proteção

1 - PLANTA VÁLIDA POR UM ANO
2 - OS LIMITES TOTAIS DO TERRENO DEVERÃO SER DEMARCADOS A VERMELHO E SEM COLAGENS
3 - O QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTO PREENCHIDO

Rua da Igreja, 4480 - 754 Vila do Conde - Telf. 252 248 400 - Fax. 252 641 853 - geral@cm-viladoconde.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - PLANTA DE CONDICIONANTES

REQUERENTE:	<REQUERENTE>				
RUA:	<MORADA>				
LOCAL:	<LOCAL>			FREGUESIA:	<FREGUESIA>
GUIA Nº:	<GUIA>	DATA	12-01-2018	PLANTA Nº.:	16456/2014

-46349.70



190053.09

SISTEMA DE COORDENADAS TRANSVERSE MERCATOR, ETRS89

188523.09

-48139.70

0 50 100 200 300 400 Metros

1:10 000

CANAIS DE PROTECÇÃO ESPECÍFICA

- RESERVA AGRICOLA NACIONAL
- RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
- RESERVA ORNITOLÓGICA DE MINDELO (D.15/05/59)
- CONCESSÕES: C - CAULINO; M - MINEIRAS; P - PEDREIRA
- ZONAS DE PROTECÇÃO AO AEROPORTO
- MARCOS GEODÉSICO
- CAPTAÇÕES DE AGUA POTAVEL
- E.T.A.
- CONDUTAS ADUTORAS
- MONUMENTOS NACIONAIS E IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO (ÁREAS DE PROTECÇÃO)
- LIMITE DA ÁREA VEDADA À CONSTRUÇÃO (IGREJA MATRIZ E IGREJA DE Sª CLARA)
- IMÓVEIS PROPOSTOS PARA CLASSIFICAÇÃO
- ESTRADAS NACIONAIS (DL. 13/71)
- EXISTENTE I.C.1 (DL. 380/85)
- EM EXECUÇÃO I.C.1 (DL.380/85)
- LINHA DE CAMINHO DE FERRO (DL. 66/82 ; DL.833/78)
- LINHAS DE ÁGUA (DL. 448/71)
- LINHAS DE ALTA TENSÃO (DL. 446/76)
- FEIXE HERTZIANO
- NÚCLEO ANTIGO DE VILA DO CONDE - AZURARA
- ZONA DE PROTECÇÃO À FÁBRICA DA PÓLVORA (DL.142/79)
- PROGRAMA CORINE
- ZONA DE PROTECÇÃO AO HOSPITAL DISTRITAL DE VILA DO CONDE
- ATERRO SANITÁRIO
- ÁREAS A DESAFECTAR DA R.A.N. APÓS APROVAÇÃO DE ESTUDO DE PORMENOR (CONFORME REUNIÃO C.R.R.A DE 08/04/94)

1 - PLANTA VÁLIDA POR UM ANO
2 - OS LIMITES TOTAIS DO TERRENO DEVERÃO SER DEMARCADOS A VERMELHO E SEM COLAGENS

Rua da Igreja, 4480 - 754 Vila do Conde - Telf. 252 248 400 - Fax. 252 641 853 - geral@cm-viladoconde.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - PLANTA DE ORDENAMENTO

REQUERENTE:	<REQUERENTE>				
RUA:	<MORADA>				
LOCAL:	<LOCAL>			FREGUESIA:	<FREGUESIA>
GUIA Nº:	<GUIA>	DATA	12-01-2018	PLANTA Nº.:	16457/2014

-46349.70



190053.09

SISTEMA DE COORDENADAS TRANSVERSE MERCATOR, ETRS89

188523.09

-48139.70

0 50 100 200 300 400 Metros

1:10 000

ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS (ÁREAS DE CONSTRUÇÃO)

- ZONAS DE CONSTRUÇÃO TIPO I
- ZONAS DE CONSTRUÇÃO TIPO II
- ZONAS DE CONSTRUÇÃO TIPO III
- ZONAS DE EQUIPAMENTOS
  - E - EXISTENTE
  - P - PROPOSTO
- ZONAS SUJEITAS A PLANOS ESPECIFICOS
  - 1 - NUCLEO ANTIGO DE VILA DO CONDE E AZURARA
  - 2 - ZONAS DAS AVENIDAS DA EXPANSÃO BALNEAR DO SECULO XIX

ESPAÇOS INDUSTRIAIS

- ZONAS INDUSTRIAIS
- ZONAS INDUSTRIAIS CONDICIONADAS
- ZONAS PARA INDUSTRIA EXTRACTIVAS

ESPAÇOS NÃO URBANIZAVEIS

- ÁREAS DE OCUPAÇÃO CONDICIONADA

ÁREAS DE SALVAGUARDA

- RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL
- RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
- ÁREAS AGRO-FLORESTAIS E DE ENQUADRAMENTO

- UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO
- CONCESSÕES MINERAS

ÁREAS DE SERVIDÃO AERONÁUTICA (SERVIDÃO GERAL)

- ZONA 1
- ZONA 2

- ARRUAMENTOS PROPOSTOS
- NÓ A ESTUDAR
- PASSAGENS DESNIVELADAS A ESTUDAR
- IMOVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL
- ÁREAS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

1 - PLANTA VÁLIDA POR UM ANO
2 - OS LIMITES TOTAIS DO TERRENO DEVERÃO SER DEMARCADOS A VERMELHO E SEM COLAGENS

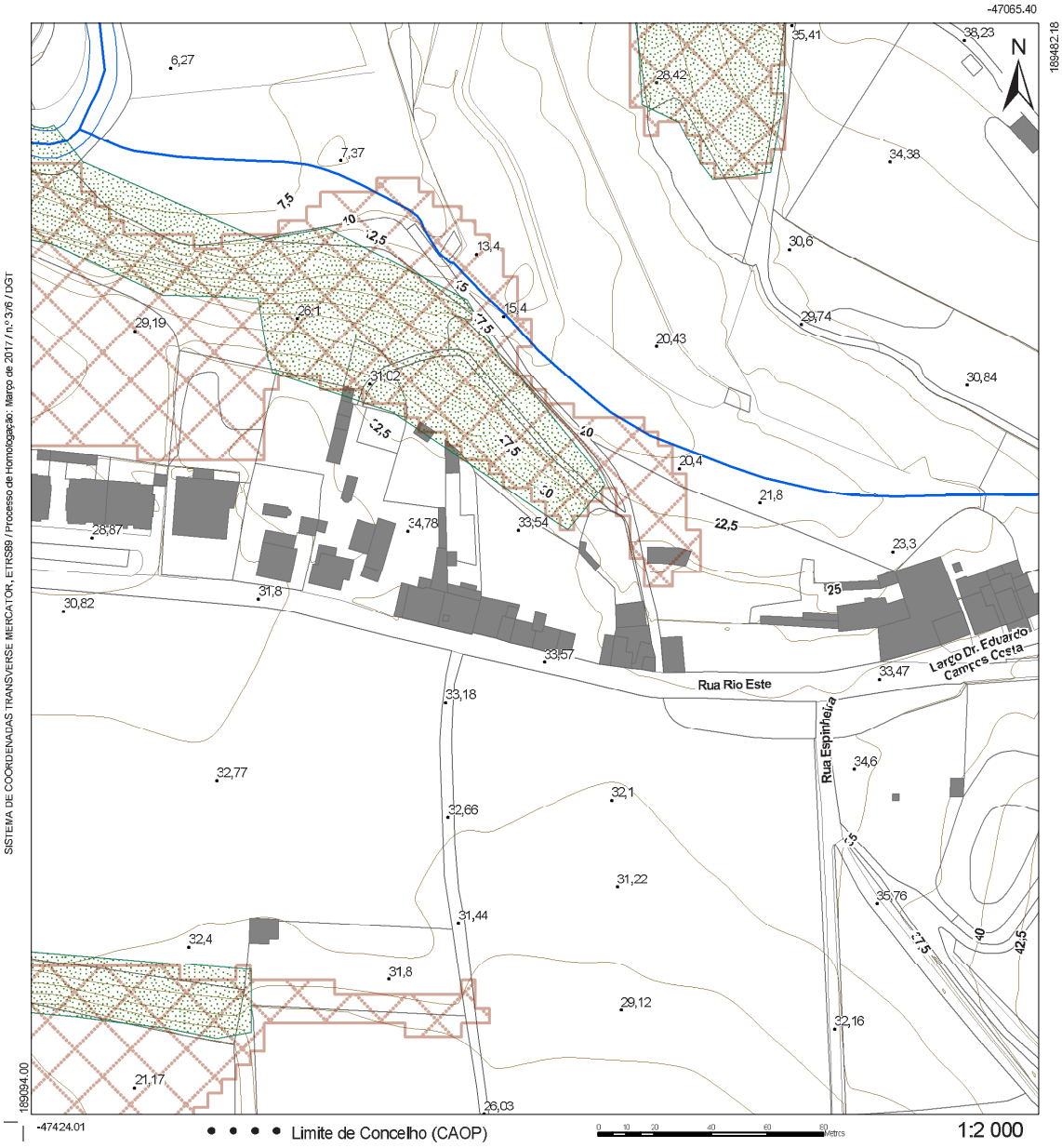
Rua da Igreja, 4480 - 754 Vila do Conde - Telf. 252 248 400 - Fax. 252 641 853 - geral@cm-viladoconde.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SÍNTESE)

REQUERENTE:	<REQUERENTE>				
RUA:	<MORADA>				
LOCAL:	<LOCAL>			FREGUESIA:	<FREGUESIA>
GUIA Nº:	<GUIA>	DATA	12-01-2018	PLANTA Nº.:	16458/2014



Áreas Florestais

Perigosidade Alta ou Muito Alta

1 - PLANTA VÁLIDA POR UM ANO
2 - OS LIMITES TOTAIS DO TERRENO DEVERÃO SER DEMARCADOS A VERMELHO E SEM COLAGENS
3 - O QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTO PREENCHIDO

Rua da Igreja, 4480 - 754 Vila do Conde - Telf. 252 248 400 - Fax. 252 641 853 - geral@cm-viladoconde.pt